

Primavera 2000

DOURO 9

ESTUDOS & DOCUMENTOS

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Com o patrocínio da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia)

DIRECÇÃO:

Jorge Monteiro (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)
José Ângelo Novais Barbosa (Reitor da Universidade do Porto)
José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

DIRECTOR-COORDENADOR:

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

CONSELHO DE REDACÇÃO:

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)
António Vilela de Matos (Pró-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)
Arlete Mendes Faia (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)
Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)
Fernando Bianchi de Aguiar (Departamento de Fitotecnia e Eng. Rural/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Presidente da O.I.V.)
Francisco Ferreira Monteiro (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar)
Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
François Guichard (Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal – Aquitânia)
Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia – Berkeley)
João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Luís Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Norman R. Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)
Nuno Pizarro de Magalhães (Depart. de Fitotecnia e Eng. Rural/Univ.de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra)

SECRETARIADO:

Paula Montes Leal, Natália Fauvrelle Ferreira e Adelaide Gil

PROPRIEDADE:

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

EDIÇÃO:

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 55038 ■ 4051-452 PORTO – PORTUGAL
Telefone e fax.: (22) 6077156 ■ E-mail: gehvid@letras.up.pt

Fotografia da capa: «O rio de mau navegar». Foto Baía, Régua, 1957. Colecção Bernardino Vieira de Oliveira

Composição: Edições Afrontamento

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda.

Assinatura anual (2 números):

Instituições: 4000\$00; **Individuais:** 3500\$00

Preço deste número: 3000\$00

Tiragem: 1200 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

SUMÁRIO

Editorial 7

Estudos

Identificação das áreas representativas das províncias biogeográficas
e dos sítios de património natural mundial na Europa – 1997
Norte de Portugal
Robert Manners Moura 11

Flora e vegetação ribeirinha
José Alves Ribeiro 39

O eremitério *Os Santos* em Sendim/Picote
Lúcia Maria Cardoso Rosas 47

Notas históricas sobre o concelho de Mesão Frio
Bernardino Vieira de Oliveira 59

A marca e a internacionalização do vinho do Porto
Álvaro Aguiar ■ Teresa da Silva Lopes 121

Documentos

Memória sobre o modo de honrar os Lavradores da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro
Aurélio de Oliveira 147

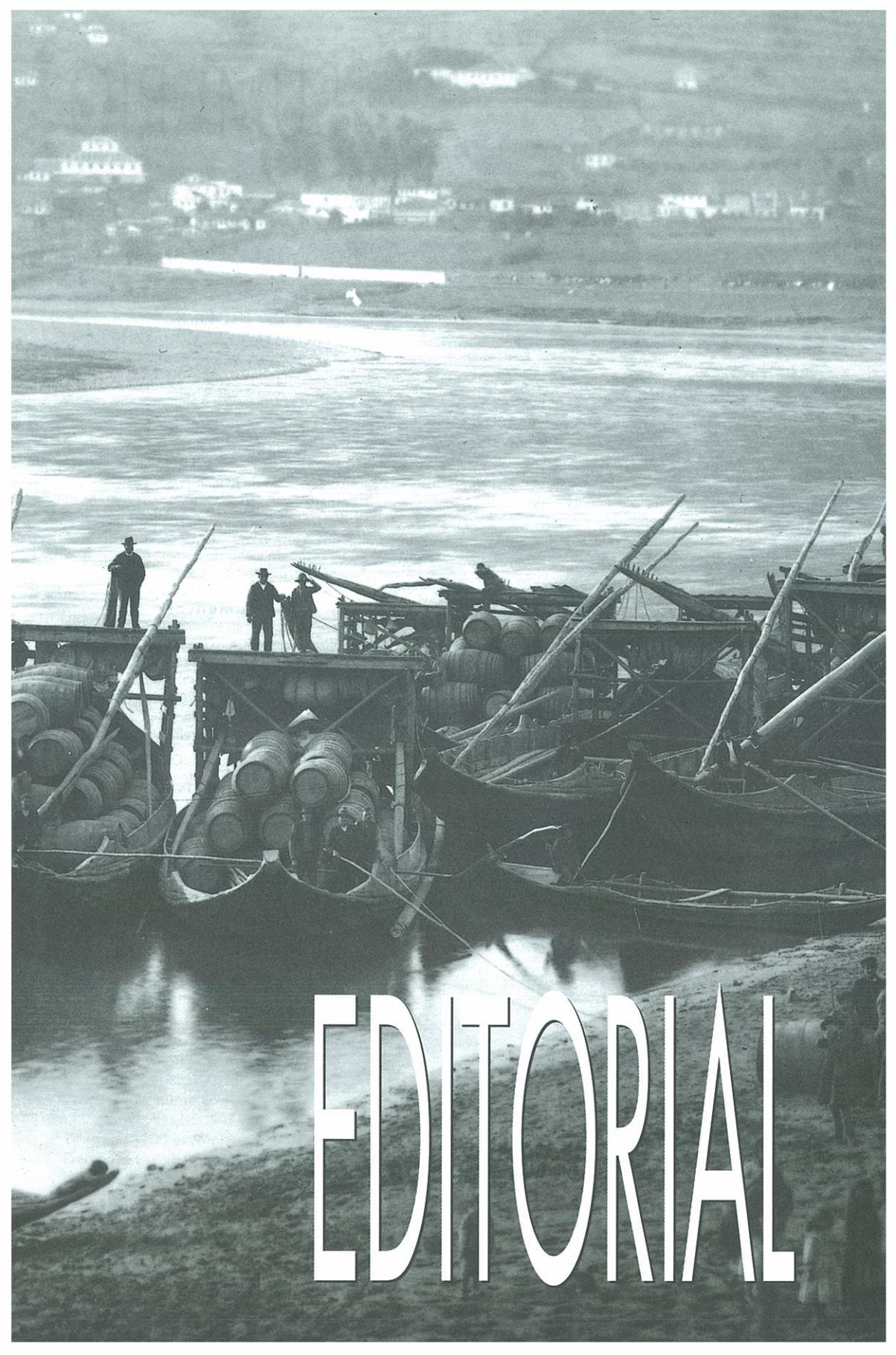
A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784,
segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho. II
Gaspar Martins Pereira 155

Relatórios e notas de pesquisa

Dos sepulcros e lagares de Rabaçal (Meda)
Maria José Ferreira dos Santos ■ Pedro Brochado de Almeida
■ Sandra Raquel Rodrigues 179

Notícias 207

Agenda 215



EDITORIAL



«Embarque de vinhos no cais da Régua». Foto Emílio Biel, ca. 1905.

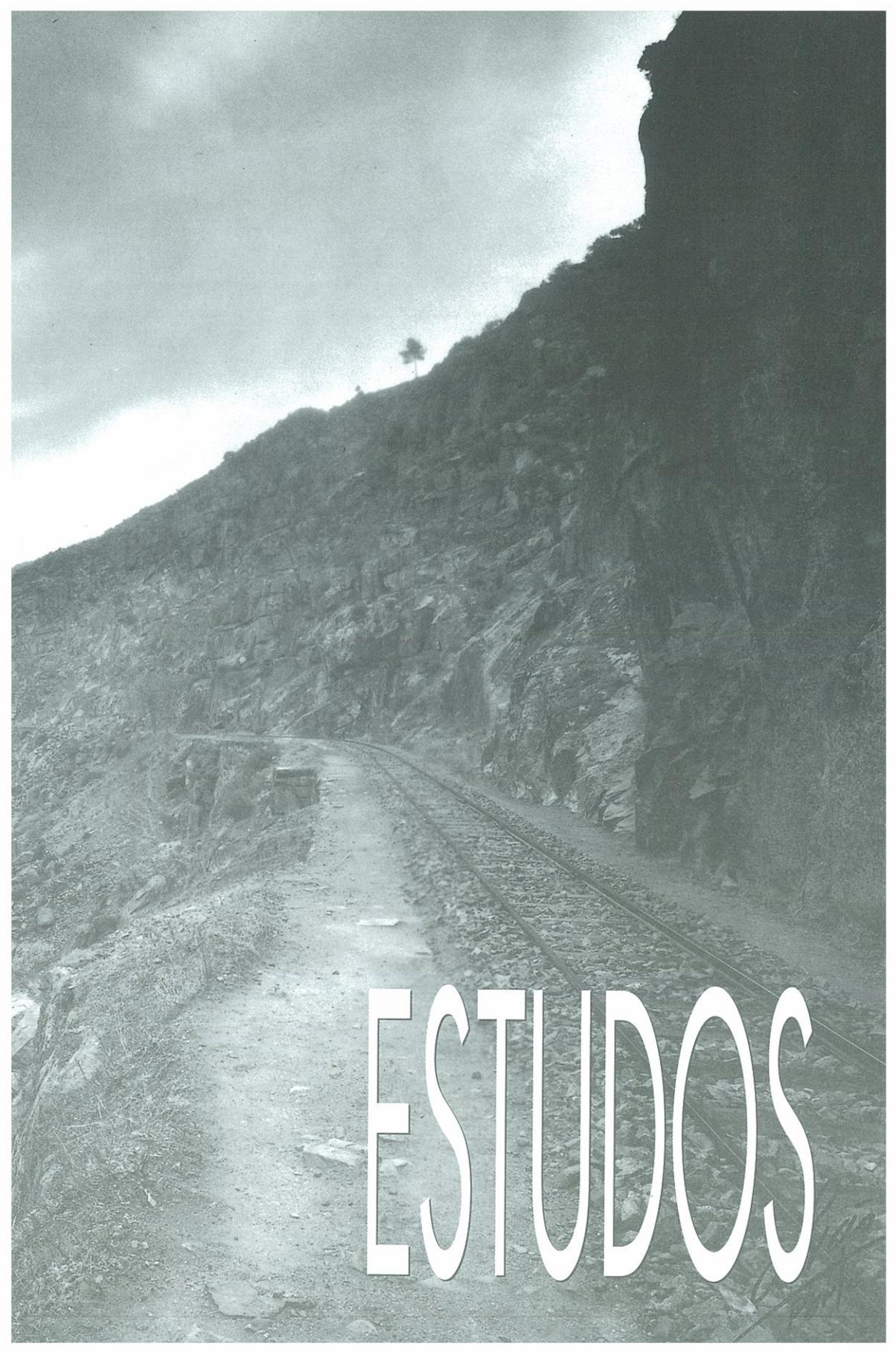
Vive-se hoje no Douro a expectativa de um momento histórico de viragem. A prosperidade da vitivinicultura, o sucesso crescente das iniciativas na área do turismo e da cultura, a emergência de diversas acções de participação cívica (com a realização de encontros e debates, em que se destaca o Forum de Trás-os-Montes e Alto Douro, lançado pela Spidouro, com a colaboração de inúmeras instituições regionais e com a intervenção alargada de agentes locais) estão a desenhar novas perspectivas de desenvolvimento regional. A candidatura do Douro Vinhateiro a Património Mundial, que este mês será apresentada à UNESCO, poderá contribuir, em caso de aprovação, para a criação de mecanismos de protecção e valorização da «paisagem cultural evolutiva viva», que sintetiza um património natural e histórico-cultural de excelência e, simultaneamente, um valor económico insubstituível para o desenvolvimento da região.

Certamente, não podemos esperar que a declaração do Douro como Património Mundial ultrapasse só por si os bloqueios estruturais, com raízes seculares, que têm dificultado o desenvolvimento regional. Romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento do Douro exigirá a aposta numa cultura de identidade, capaz de, simultaneamente, fazer emergir uma atitude de solidariedade, que integre uma ética cívica, como instrumento de desenvolvimento sustentado – entendido este como a valorização cultural e social de uma população que a torne apta a aumentar de forma cumulativa e duradoura o seu produto e a sua qualidade de vida –, capaz de preservar e valorizar o património herdado para o legar, enriquecido, às gerações futuras, logo, que combata o desperdício da riqueza, a poluição ambiental e as diversas formas de exclusão social.

Ora, uma cultura de identidade e desenvolvimento não pode, hoje, desprezar o seu papel universal, como contributo para o património comum da humanidade. Tal como na economia, ou na política, as fronteiras entre a cultura local, regional, nacional ou mundial tendem a esbater-se, pelo que, prospectivamente, as culturas locais devem assumir-se como culturas universais, afirmando a sua especificidade contra as políticas hegemónicas de massificação e globalização, mas seleccionando e integrando os elementos de outras culturas que melhor se adequem aos seus quadros de vida. Porque uma cultura de identidade só pode sobreviver, hoje, se se assumir no confronto com outras culturas e se se apetrechar para esse diálogo com as técnicas disponíveis. Apostar nesse diálogo com o mundo é, provavelmente, a melhor forma de ultrapassar o círculo vicioso de interioridade, dependência e exclusão a que as políticas nacionais condenaram a região, durante séculos. Por isso, uma cultura para o desenvolvimento exige uma nova atitude cívica, capaz de romper a lógica da indigência face ao paternalismo do Estado, libertando as capacidades de criação endógenas e, simultaneamente, capaz de ser solidária na gestão dos recursos, dos projectos e das realizações. É necessário, sobretudo, assumir uma nova atitude colectiva, num compromisso verdadeiramente democrático e de empenho cívico, que envolva o Estado, as autarquias e as instituições, mas também as comunidades, na criação de condições para a fixação da população jovem e qualificada, capaz de articular uma nova agricultura e turismo cultural, tradição e modernidade, produção de riqueza e qualidade de vida.

Ao nível científico, a aposta no conhecimento e divulgação dos recursos da região – sejam eles naturais ou culturais, incluindo estes o património construído, tanto como a memória histórica ou as tradições locais, em diálogo com os mecanismos da economia e da sociologia – é não só um dever cívico dos investigadores como um elemento insubstituível para o desenvolvimento regional. Foi, afinal, essa aposta na eficácia social do conhecimento académico que orientou, desde o início, o projecto interuniversitário e pluridisciplinar da revista DOURO – Estudos & Documentos e que este número bem documenta.





ESTUDOS

Robert Manners Moura *

Identificação das áreas representativas das províncias biogeográficas e dos sítios de património natural mundial na Europa – 1997 Norte de Portugal **

RESUMO

O terço Norte de Portugal, da costa para o interior, revela três regiões naturais (as regiões naturais podem ser consideradas como subdivisões – «distritos» – relativamente às Províncias Biogeográficas, de forma a melhor integrar simultaneamente os critérios biogeográficos supranacionais e as diferenças nacionais, de menor escala hierárquica):

a) Noroeste Cismontano (pertencente à Província Biogeográfica Atlântica, por isso sujeita a uma forte influência oceânica. Constitui, assim, o «Portugal verde»);

b) Centro Norte Montano (pertencente à Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica);

c) Nordeste Transmontano (pertence, igualmente, à Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica mas já com uma influência continental marcante e crescente no sentido Oeste-Este).

De uma maneira geral, a paisagem portuguesa está sempre a mudar, algumas vezes mesmo de vale para vale e, assim, há muitas áreas de grande interesse em termos de património natural (paisagem, ecologia, biologia, biodiversidade, alguns de valor único, etc.), mas, infelizmente, a maior parte ainda sem estatutos de protecção nacional e decorrentes itens e, desta maneira, não cumprindo critérios prévios para a candidatura à Lista do Património Mundial da UNESCO, regida pela «UNESCO's Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention». Como exemplo, cite-se a área nacional mais importante

■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD. Departamento de Engenharia Biológica e Ambiental.

■ Versão portuguesa de texto original, em inglês.

sob o ponto de vista de património natural da Província Biogeográfica Ibérica Montana e Planáltica: o **Douro Internacional**¹. Decorre daqui que só o Centro Norte Montano está bem representado em termos de montanha (Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Natural de Montesinho), embora com um grande vazio em termos de vales (note-se que o **Douro Vinhateiro**, certamente a nossa mais conhecida e impressionante paisagem antrópica, não tem ainda qualquer estatuto nacional de protecção).

Assim, nas fichas que se apresentam no final deste trabalho, três conjuntos de áreas são indicadas (por isso, com estatutos nacionais de protecção efectivos ou esperando a sua publicação em *Diário da República*):

- Áreas representativas das Províncias Biogeográficas (Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Natural de Montesinho);
- Sítios de património natural superlativo ou único (Mata de Albergaria/Palheiros² e Fisgas de Ermelo³);
- Sítio de património cultural/natural superlativo ou único (Vale do rio Côa, com gravuras rupestres «a céu aberto» e no interior de uma área proposta para a rede Natura 2000⁴).

PREÂMBULO

Este trabalho foi-nos solicitado no ano de 1997, pela FNNPE – Federation of Nature and National Parks of Europe e WCPA – World Commission on Protected Areas visto sermos membros da IUCN – The World Conservation Union, mais precisamente da comissão agora chamada WCPA – World Commission on Protected Areas. Contudo, o pedido de propostas de áreas portuguesas potenciais para património natural e natural/cultural mundial foi, na verdade, feito em relação a todo o País. Embora tivéssemos um bom conhecimento do património natural de Portugal, conhecíamos melhor o Norte e, por isso, resolvemos, com excesso de escrúpulo, apenas dedicar-nos ao seu terço Norte e apontar o Instituto da Conservação da Natureza para elaborar o resto, até porque já tinha informação suficiente, de resto utilizada por nós para a área a que nos propusemos. Foi uma má

¹ Isto era verdade em 1997, quando se elaborou este trabalho.

² Área no interior do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

³ Área no interior do Parque Natural do Alvão.

⁴ Recentemente (1997), esta área tornou-se internacionalmente bem conhecida uma vez que é a maior área de gravuras rupestres «a céu aberto», em termos mundiais. O reconhecimento internacional informal da sua importância, foi atestado pela visita conjunta do Presidente da República Portuguesa, Rei de Espanha e pelo Director Geral da UNESCO, Sr. Frederico Mayor, depois da bem conhecida controvérsia gerada pela construção de uma grande barragem que iria submergir uma boa parte deste património.

opção, pois essa instituição não correspondeu e, desta maneira, só a nossa proposta seguiu em frente.

O idioma obrigatório era o Inglês e, desta forma, e dados os prazos apertados, redigimos o texto directamente nessa língua e, este foi expedido, rapidamente, para as entidades competentes (21 de Junho de 1997), estando a seguir, ainda hoje (ano 2000), a tramitação.

Entretanto, devido talvez a uma convergência de esforços ou a mera coincidência, mais do que à nossa proposta, o vale do rio Côa foi reconhecido como «sítio de património mundial», muito principalmente, cremos, devido ao interesse dos políticos envolvidos.

Então não publicámos o nosso trabalho, pois estávamos a finalizar o nosso mestrado, a que, aliás, depois, se seguiu, acto contínuo, o nosso doutoramento. Entretanto, houve, um amadurecimento e o Douro Vinhateiro tornou-se uma prioridade em termos de área potencial de património mundial e, de repente, o que só era óbvio para nós, passou a ser óbvio, felizmente, para muitas outras pessoas e instituições, das quais destacamos o Prof. Doutor Bianchi de Aguiar, a sua equipa, com a qual, recentemente, começamos a colaborar, e, em termos de instituições, a Spidouro.

Como na altura da nossa proposta (1997) nos foi impossível candidatar as duas principais áreas com potencialidades para Património Mundial do Norte do País (o Douro Vinhateiro, como património cultural/natural, e o Douro Internacional, como património natural), pois uma das condições imprescindíveis era que essas áreas tivessem um estatuto de protecção da parte do país proponente, o que no momento não existia⁵, julgamos agora útil traduzir o nosso texto de 1997 e publicá-lo, não apenas para a história da conservação patrimonial nacional como para se evitem erros como insistir numa candidatura sem um estatuto prévio de protecção nacional e, assim, sem uma decorrente gestão no terreno; como insistir numa candidatura sem a elaboração prévia de um Plano de Ordenamento (ou um seu precursor), orientador e integrador de todos os «vectores» envolvidos; como insistir em criar estruturas novas sem o envolvimento e interesse das instituições tradicionais, principalmente daquelas com vocação para a preservação do património cultural e natural; como ignorar a experiência de gestão das instituições há muito envolvidas na preservação do património natural e cultural, criando modelos novos, mas muito provavelmente impraticáveis no actual contexto; como ignorar a necessidade de *lobbying*, no exterior, com o envolvimento efectivo de figuras gradas do nosso panorama político e cultural, com influência nos *fora* internacionais.

⁵ O Douro Internacional é hoje em dia um Parque Natural (Decreto Regulamentar nº8/98, de 11 de Maio).

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS POTENCIAIS E REPRESENTATIVAS DAS PROVÍNCIAS BIOGEOGRÁFICAS E DOS SÍTIOS DE PATRIMÓNIO MUNDIAL EM PORTUGAL

Memória Justificativa

A criação e a gestão de áreas protegidas é perspectivada nos nossos dias e no contexto actual como um dos melhores meios de conservar o património paisagístico e a biodiversidade⁶ para, assim, atingir a sustentabilidade em termos de recursos naturais e em termos dos decorrentes recursos económicos, trazendo, assim, benefícios culturais e económicos para a humanidade. De maneira a possibilitar uma visão mais exacta sobre a extensão com que a rede de áreas protegidas supranacionais e nacionais cobrem ou devem cobrir os ecossistemas naturais, estes são cartografados na sua distribuição, do geral para o particular, do complexo para o mais simples, do conjunto para os elementos constituintes, do global para o nacional, do regional para o local (Biosfera, Zonas Biogeográficas, Regiões Naturais, etc.).

Neste trabalho, um critério internacional é adiantado (Zonas Biogeográficas, como sinónimo de Biomas e Províncias Biogeográficas, nelas integradas pela IUCN/ WCPA – World Commission on Protected Areas (Europe) e FNNPE – Federation of Nature and National Parks of Europe. Segundo um princípio de coerência geral, ditado pelo senso comum, é aceite, como prática salutar, estabelecer uma rede nacional de áreas representativas das Províncias Biogeográficas, numa base de divisão das Províncias Biogeográficas em Regiões Naturais Nacionais, de maneira a ligar os critérios nacionais com os critérios internacionais, traduzindo, ao mesmo tempo, a variabilidade e a diversidade dos principais tipos de paisagem dentro das Províncias Biogeográficas⁷.

As áreas representativas das Províncias Biogeográficas devem responder igualmente a um conjunto de itens estabelecidos internacionalmente (veja-se no anexo I, no final deste trabalho, a nossa tradução de: UNESCO's Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention – WHC/2/ Revised, Fevereiro 1996, parágrafo 44, p. 12 a 15).

⁶ Biodiversidade ou «Diversidade biológica (...) significa a variabilidade entre os organismos vivos dos ecossistemas terrestres e aquáticos e dos complexos ecológicos dos quais fazem parte e inclui diversidade dentro das espécies, entre as espécies e dos ecossistemas (de UNESCO's Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, WHC/2/ Revised, February 1996, paragraph 44 (b) (vii), p. 15).

⁷ Como em todas as metodologias, os critérios metodológicos aqui aplicados são discutíveis e a articulação entre os critérios internacionais e os nacionais sofrem de alguma artificialidade, uma vez que não nasceram de um esforço único mas antes do ajustamento de duas metodologias algo diferentes.

A cartografia «Regiões Naturais. Caracterização eco-fisionómica», Atlas do Ambiente, (da autoria de J. de Pina Manique e Albuquerque, Secretaria de Estado do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente, 1984), foi utilizada como ponto de partida dos critérios ecogeográficos que utilizamos nacionalmente, embora com a introdução de algumas alterações da nossa responsabilidade, que explicitaremos abaixo. Contudo, apesar do nosso bom conhecimento do contexto ecológico nacional, e de existir informação complementar, foi por nós julgado conveniente circunscrevermo-nos ao terço Norte de Portugal, uma vez que esta área sempre foi de eleição para nós.

Como terço Norte de Portugal consideramos a área circunscrita pelos festos do sul da bacia hidrográfica do rio Douro e entre a costa Oeste e a fronteira Norte e Este de Portugal/Espanha; por isso, estão também inclusas as bacias hidrográficas de entre os rios Douro e Minho.

Relativamente às diferenças entre as regiões naturais propostas por J. de Pina Manique e Albuquerque e as alterações por nós adiantadas, elas advêm da nossa opção de juntar as regiões naturais, que esse autor chama de Alto Portugal e Beira Douro, numa única região que chamamos de Centro Norte Montano, uma vez que, na nossa opinião, elas serão uma mesma região natural, apenas dividida pelo rio Douro que, apesar da sua forte personalidade e carácter único, mais une do que separa, não devendo ser uma fronteira, a cortar, em duas metades, uma região semelhante (embora não igual) que existe nas suas duas margens. Depois da zona basal do vale do Douro é nossa opinião que os limites da região natural que propomos devem ser os altos festos montanhosos que, a Norte e a Sul, delimitam a área visto que uma região natural deve incluir todos os níveis altitudinais, desde o fundo dos vales, de cotas mais baixas, até ao cimo das montanhas. A subdivisão das regiões naturais dará depois a diferenciação ecológica determinada pela altitude e pelas outras variáveis diferenciadoras acompanhantes. Assim, o vale do rio Douro poderá, então, individualizar-se como sub-região dentro do Centro Norte Montano.

1. Critério geral (*internacional + nacional*)

1.1. Critério internacional:

1.1.1. Zonas biogeográficas/Biomass⁸;

⁸ As zonas biogeográficas, os «reinos» (*kingdoms*) dos botânicos; as «regiões» (*regions*) dos zoólogos; os «reinos» (*realms*) dos ecologistas são, em termos de fauna e de flora, a mais alta expressão hierárquica e geográfica (continental ou sub-continental), embora haja diferenças entre as zonas biogeográficas propostas pelos fitogeógrafos e pelos zoogeógrafos. Dentro de cada zona biogeográfica há unidade da vegetação e da fauna decorrente, mas distinguem-se de outras zonas biogeográficas por ocorrências únicas nas mais altas hierarquias taxionómicas. As zonas biogeográficas podem incluir mais do que um bioma, constituindo estes a maior comunidade terrestre, agrupando ecossistemas relacionados, no qual o tipo fisionómico da vegetação clímax (aparência e estrutura

- 1.1.2. Províncias biogeográficas⁹;
- 1.1.3. Critérios contidos no Parágrafo 44 de UNESCO's Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention – WHC/2/ Revised, Fevereiro 1996 (ver tradução nos Anexos).
- 1.2. Critério nacional (Portugal), como complementar do critério internacional (ver acima):
 - 1.2.1. Regiões Naturais: serão as subclasses das Províncias Biogeográficas.
- 2. *Aplicação do critério geral (internacional + nacional) a Portugal:*
 - 2.1. Critério internacional:
 - 2.1.1. Zona biogeográfica:
 - 2.1.1.1. Reino Boreal (dos botânicos); Região Holárctica (dos zoólogos)¹⁰:
 - 2.1.1.1.1. Bioma Atlântico: Centro da Europa, Norte de Espanha, Noroeste de Portugal:
 - 2.1.1.1.1.1. Província Biogeográfica Atlântica (influenciada fortemente pelo oceano): Centro da Europa, Norte de Espanha, Noroeste de Portugal (oceânicos).
 - 2.1.1.1.2. Bioma mediterrâneo: resto de Portugal (sem grande precisão, pois há zonas de transição atlante-mediterrâneas e mediterrâneas-atlânticas), sul do País, integrado na área de influência da bacia mediterrânea:
 - 2.1.1.1.2.1. Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica: Centro e Nordeste de Portugal, Espanha interior;
 - 2.1.1.1.2.2. Província Biogeográfica da Vegetação Esclerófila Mediterrânea: Sul de Portugal (de forma aproximada, abaixo do rio Tejo) e Sul de Espanha.

interna) é a mesma, uma vez que foram influenciados pelos mesmos factores no decurso dos tempos: latitude, clima, solo, altitude, etc.); isto é: as espécies do clímax podem ser diferentes mas o aspecto da paisagem é semelhante (por exemplo: a floresta de caducifólias atlântica da Europa e da América do Norte pertencem ao mesmo bioma, assim, com uma aparência exterior semelhante, mas, no entanto, com espécies constituintes diferentes, embora ecologicamente equivalentes. Contudo, note-se, o bioma é não apenas a vegetação clímax mas todos tipos de vegetação da sucessão ecológica, incluindo a fauna decorrente. Portugal pertence à região Paleárctica e apresenta dois biomas fundamentais: Atlântico (Noroeste) e Mediterrâneo (Sul do País), havendo zonas de transição de pendor atlântico a Norte e de pendor mediterrâneo mais a Sul.

⁹ Províncias biogeográfica é a unidade seguinte na classificação hierárquica depois das Zonas biogeográficas e dos Biomas, com um carácter local único.

¹⁰ A região Holárctica, em termos de Europa, norte de África e Ásia setentrional, toma o nome de região Paleárctica.

2.2. Critério nacional:

2.2.1. Regiões Naturais¹¹ nacionais (do terço Norte de Portugal):

- 2.2.1.1. Noroeste Cismontano (o «Portugal verde», com uma forte influência oceânica, pertencendo à Província Biogeográfica Atlântica);
- 2.2.1.2. Centro Norte Montano (com influência sub-atlântica, pertencendo à Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica);
- 2.2.1.3. Nordeste Transmontano (já com influência sub-continental, pertencendo também à Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica).

2.3. Critérios internacional + nacional:

2.3.1. Província Biogeográfica Atlântica:

2.3.1.1. Noroeste Cismontano;

2.3.2. Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica:

2.3.2.1. Centro Norte Montano;

2.3.2.2. Nordeste Transmontano.

3. Áreas representativas e superlativas do terço Norte de Portugal (*paisagem, ecologia, biodiversidade, biologia, valores únicos*)¹², ver Fig. 1.

- 3.1. Rio Minho;
- 3.2. Costa de Viana;
- 3.3. Rio Lima;
- 3.4. Corno do Bico (por lapso, Corno do Bispo, na Fig. 1);
- 3.5. Serras da Peneda e Gerês;
- 3.6. Serra do Larouco;
- 3.7. Serra da Padrela;
- 3.8. Montesinho/Nogueira;
- 3.9. Samil;
- 3.10. Morais;
- 3.11. Romeu;
- 3.12. Rios Sabor e Maçãs;
- 3.13. Minas de S. Adrião;
- 3.14. Douro Internacional;
- 3.15. Alvão/Marão;

¹¹ Regiões naturais podem ser consideradas como os «distritos» das Províncias Biogeográficas, de modo a integrar os critérios supranacionais com os critérios nacionais, de menor escala.

¹² Fontes: ROMÃO, Carlos Romão [et al.] – *Inventário de Sítios de Especial Interesse para a Conservação da Natureza (Portugal Continental)*. Programa Corine-Biótopos. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1992, p. 64; *Lista Nacional de Sítios (Continente)*, *Diretiva Habitats (92/43/CEE)*, *Proposta Preliminar*. Instituto da Conservação da Natureza, 1996, p. 223.

- 3.16. Moncorvo;
 - 3.17. Freixiel;
 - 3.18. Senhora da Pedra;
 - 3.19. Valongo;
 - 3.20. Serra de Montemuro;
 - 3.21. Serra da Lapa;
 - 3.22. Rio Paiva;
 - 3.23. Serra da Freita e Arada;
 - 3.24. Rio Vouga;
 - 3.25. Rio Côa;
 - 3.26. Serra de Arga;
 - 3.27. Vale do Douro;
 - 3.28. Bacia da Ribeira de Mós;
 - 3.29. Malcata.
4. *Áreas representativas e superlativas do terço Norte de Portugal, agrupadas segundo as respectivas Províncias Biogeográficas e as Regiões Naturais*
- 4.1. *Província Biogeográfica Atlântica:*
 - 4.1.1. *Nordeste Cismontano (Região Natural):*
 - 4.1.1.1. Rio Minho¹³;
 - 4.1.1.2. Costa de Viana;
 - 4.1.1.3. Rio Lima;
 - 4.1.1.4. Corno do Bico¹⁴;
 - 4.1.1.5. Senhora da Pedra;
 - 4.1.1.6. Valongo e foz do Rio Tâmega e Paiva¹⁵;
 - 4.1.1.7. Serra de Arga.
 - 4.2. *Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica:*
 - 4.2.1. *Centro Norte Montano (Região Natural):*
 - 4.2.1.1. Serra da Peneda e Gerês¹⁶;
 - 4.2.1.2. Serra do Larouco;
 - 4.2.1.3. Serra da Padrela;
 - 4.2.1.4. Montesinho/Nogueira¹⁷;
 - 4.2.1.5. Alvão/Marão¹⁸;
 - 4.2.1.6. Serra de Montemuro¹⁹;
 - 4.2.1.7. Serra da Lapa;

¹³ Área importante.

¹⁴ Área importante.

¹⁵ Área importante.

¹⁶ Área muito importante.

¹⁷ Área importante.

¹⁸ Área importante.

¹⁹ Área importante.

Áreas representativas das províncias biogeográficas

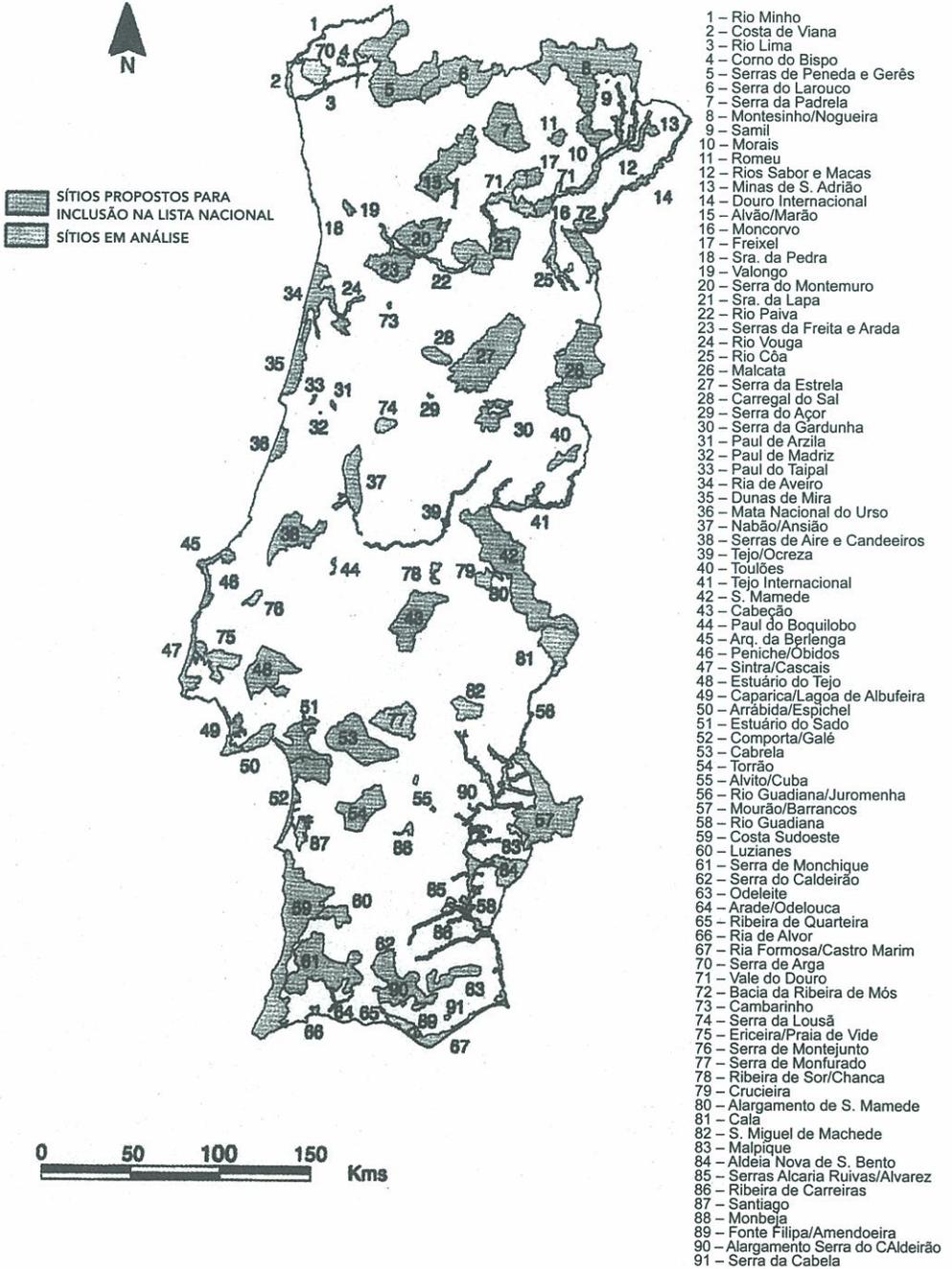


FIG. 1 – «Proposta preliminar de Lista Nacional de Sítios».

- 4.2.1.8. Rio Paiva²⁰;
- 4.2.1.9. Serra da Freita e Arada;
- 4.2.1.10. Secção do Rio Douro com a foz do Rio Tua e S. Salvador do Mundo²¹;
- 4.2.1.11. Douro do vinho do Porto²².
- 4.2.2. Nordeste Transmontana (Região Natural):
 - 4.2.2.1. Samil;
 - 4.2.2.2. Morais²³;
 - 4.2.2.3. Romeu;
 - 4.2.2.4. Rios Sabor, Angueira e Maçãs;
 - 4.2.2.5. Minas de Santo Adrião;
 - 4.2.2.6. Rio Douro Internacional²⁴;
 - 4.2.2.7. Moncorvo;
 - 4.2.2.8. Freixiel;
 - 4.2.2.9. Rio Côa²⁵;
 - 4.2.2.10. Bacia da Ribeira de Mós.
 - 4.2.2.11. Malcata.

5. *Algumas das áreas e sítios, naturais ou naturais/culturais, de primeira escolha, isto é, com potencial para património mundial, referentes ao terço Norte de Portugal (apenas as áreas com estatuto nacional de protecção + plano de ordenamento²⁶) (ver também as fichas em Anexo referentes a estes sítios e áreas):*

- 5.1. *Província Biogeográfica Atlântica (até agora sem qualquer área com estatuto de protecção e plano de ordenamento).*

Nota: de acordo com Pina Manique e Albuquerque²⁷, consideramos a área das serras da Peneda, Laboreiro, Amarela, Gerês, Cabreira, Barroso e Alturas fora desta área e pertencente à Região Natural que chamamos de Centro Norte Montano).

²⁰ Área importante.

²¹ Área muito importante.

²² Paisagem humanizada muito importante.

²³ Afloramento serpentínico com muitos endemismos.

²⁴ Área muito importante.

²⁵ Área cultural/natural muito importante: gravuras rupestres, internacionalmente bem conhecidas, uma vez que é a maior área de gravuras rupestres «a céu aberto», no passado recente ameaçada pela construção de uma grande barragem.

²⁶ Para obter reconhecimento internacional «os sítios» (...) «devem ter um plano de ordenamento»; «um sítio» «deve ter» (...) «adequada protecção (nacional), a longo prazo, em termos legislativos, regulamentares ou institucionais» *UNESCO's Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, WHC/2/ Revised, February 1996, paragraph 44 (b) (v), (vi).

²⁷ ALBUQUERQUE, J. de Pina Manique e – *Regiões Naturais. Caracterização eco-fisionómica*. [Lisboa]: Secretaria de Estado do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente, 1984.

5.2. Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica:

5.2.1. Centro Norte Montano:

5.2.1.1. Parque Nacional da Peneda-Gerês:

5.2.1.1.1. Toda a sua área atlante-montanhosa (tem potencialidades para ser património mundial);

5.2.1.1.2. Albergaria/Palheiros: mata com as últimas feições da floresta clímax (*Quercus robur*, *Quercus pyrenaica*, *Arbutus Unedo*, *Ilex Aquifolium*, *Betula celtiberica*, *Castanea sativa*) (Tem potencialidades para ser património mundial);

5.2.1.2. Montesinho (Parque Natural de Montesinho) e a vizinha serra de Nogueira:

5.2.1.2.1. Parque Natural de Montesinho: toda a sua área, representativa das montanhas sub-atlânticas, tem potencialidades para ser património mundial;

5.2.1.2.2. Serra de Nogueira: área que também tem potencialidades para ser património mundial e que deve ser incluída no vizinho Parque Natural de Montesinho, pois ostenta ainda vastas áreas de floresta clímax (*Quercus pyrenaica*);

5.2.1.3. Serras do Alvão/Marão:

5.2.1.3.1. Parque Natural do Alvão:

5.2.1.3.1.1. Físgas de Ermelo (desfiladeiro): impressionante falha geológica (diferença de nível longitudinal: 350 metros, com precipícios de cerca de 100 metros de altura), Com sucessivas quedas de água, sendo um refúgio para a flora rupestre e fauna (*Aquila chrysaetos*, *falco peregrinus*, etc.). Com potencialidades para ser património mundial.

5.2.2. Nordeste Transmontano:

5.2.2.1. Vale do rio Côa: área incluída na proposta nacional para a rede Natura 2000, assim, também com importância natural e não apenas com invulgar importância cultural: gravuras rupestres (internacionalmente bem conhecida por se tratar da maior área «a céu aberto» de gravuras pré-históricas ao nível mundial, que esteve ameaçada de submersão pela construção de uma grande barragem. Esta foi definitiva-

mente parada e agora – 1997 – há um estatuto de Monumento Nacional prestes a ser publicado em *Diário da República*. Com potencialidades para ser património mundial).

Nota: no entanto, as duas áreas com maior potencial para serem classificadas como património mundial, o **Douro Internacional**, com importância natural, e o **Douro Vinhateiro**, com importância cultural/natural, não se incluem como candidatas por não terem ainda, em 1997, qualquer estatuto nacional de protecção. *Este problema é de maior importância do que parece, pois de acordo com o que é explicitado em relação à biodiversidade, em 44 (b) (vii) das «DIRECTIVAS OPERACIONAIS DA UNESCO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO MUNDIAL DO PATRIMÓNIO» – WHC/2/ Revista, Fevereiro de 1996 (ver Anexo I, no final deste trabalho) e de acordo com uma lógica de bom senso, pelo qual se não deve classificar o menor em detrimento do mais importante, tudo isto, em princípio, bloqueia qualquer proposta que se antecipe à classificação como património mundial dessas duas áreas prioritárias.*

FICHAS DE CANDIDATURA

FNNPE-WCNP-Europa

Novembro 1996

Anexo 1

SÍTIOS EUROPEUS DE PATRIMÓNIO NATURAL
«FICHAS STANDARD» PARA A ELABORAÇÃO DE LISTA EXPERIMENTAL**Nome do País:** Portugal**Lista elaborada por:****Nome:** Robert Manners Moura (com o apoio do Eng. António José Oliveira do Parque Nacional da Peneda-Gerês).**Organismo:** Instituto da Conservação da Natureza / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.**Endereço:** Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Depart. de Economia e SociologiaAvenida Almeida Lucena, 1
5000 Vila Real – PORTUGAL**Telefone:** +059-322545 **Ext.:** 240 **Fax:** +059-325780**Data:** 15 de Junho, 1997**NOME DO PATRIMÓNIO****LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA ***

Parque Nacional da Peneda-Gerês

N 41° 48'

W 8° 7'

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO

Área representativa da Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Planáltica. Área: 72.000 hectares. Maior altitude: 1.545 metros. Conjunto montanhoso sob influência atlântica. Possui os vestígios mais meridionais de glaciação europeia. Possui as últimas matas nativas de *Pinus sylvestris* e *taxus bacata*. Floresta e mosaico de bosques de *Quercus robur*, *Quercus pyrenaica* e *Betula celtiberica*. Conjuntos de *Ilex aquifolium*, centenários. Treze endemismos florísticos; três espécies de peixes que são endemismos ibéricos; quatro espécies de répteis endémicos; três espécies de anfíbios endémicos. Algumas alcateias de lobos (*Canis lupus*); alguns casais de águias reais (*Aquila chrysaetos*). Existe também uma raça de grandes cães-pastor (*Castro Laboreiro*).

JUSTIFICAÇÃO DO «NOTÁVEL VALOR UNIVERSAL»

Critério **: A) 44 (a) (i), (ii), (iii), (iv).

B) Presunção de integridade: 44 (b) (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii).

Presunção de integridade **: Além do que foi dito imediatamente atrás, na alínea B) de **Critério**, há ainda director da área protegida, «staff» e vigilantes.

Estatuto de protecção: Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de Maio de 1971.

Comparação com outro património semelhante (se possível):

* Localização cartográfica exacta e suas coordenadas geográficas

** Ver o parágrafo 44 das directrizes relativas ao «Notável Valor Universal e Presunção de Integridade»

Enviar para:

the Co-ordinator

Lars-Erik Esping

Hyggevangen 7

S-163 54 Spanga

SWEDEN

Fax: c/o I. Aslin for L-E Esping 46 8 6981662

FNNPE-WCNP-Europa

Novembro 1996

Anexo 1

SÍTIOS EUROPEUS DE PATRIMÓNIO NATURAL «FICHAS STANDARD» PARA A ELABORAÇÃO DE LISTA EXPERIMENTAL

Nome do País: Portugal

Lista elaborada por:

Nome: Robert Manners Moura (com o apoio do Eng. António José Oliveira do Parque Nacional da Peneda-Gerês)

Organismo: Instituto da Conservação da Natureza / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Endereço: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Depart. de Economia e Sociologia

Avenida Almeida Lucena, 1
5000 Vila Real – PORTUGAL

Telefone: +059-322545 **Ext.:** 240 **Fax:** +059-325780

Data: 15 de Junho, 1997

NOME DO PATRIMÓNIO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA *	
Parque Nacional da Peneda-Gerês	N 41°	48'
Mata de Albergaria/Palheiros	W 8°	7'

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO

Floresta clímax extensa e única: *Quercus robur*, *Quercus pyrenaica*, *Betula celtiberica*, *Ilex aquifolium*, *Arbutus unedo*, *Vaccinium myrtillus*, *Iris boissieri*, *woodwardia radians*.

Fauna: *Chioglossa lusitanica*, *Rana iberica*, *Vipera latesti*, *Lacerta schreiberi*, *Galemys pyrenaicus*, *Lutra lutra*, *Canis Lupus*, *Capreolus capreolus*, *Aquila chrysaetos*.

Área: 1.650 hectares.

Diferencial entre as cotas mais baixa (750 metros) e mais alta (1.400 metros): 650 metros.

Esta floresta situa-se no interior do Parque Nacional da Peneda-Gerês, partilhando alguns dos seus endemismos (ver a ficha, anterior, relativa ao Parque Nacional da Peneda-Gerês).

JUSTIFICAÇÃO DO «NOTÁVEL VALOR UNIVERSAL»

Critério **: A) 44 (a) (i), (ii), (iii), (iv);

B) Presunção de integridade: 44 (b) (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii).

Presunção de integridade **: Além do que foi dito imediatamente atrás, na alínea B) de **Critério**, há ainda director da área protegida, «staff» e vigilantes.

Estatuto de protecção: Decreto-Lei n° 187/71, de 8 de Maio de 1971.

Comparação com outro património semelhante (se possível):

* Localização cartográfica exacta e suas coordenadas geográficas

** Ver o parágrafo 44 das directrizes relativas ao «Notável Valor Universal e Presunção de Integridade»

Enviar para:

the Co-ordinator

Lars-Erik Esping

Hyggevangen 7

S-163 54 Spanga

SWEDEN

Fax: c/o I. Aslin for L-E Esping 46 8 6981662

FNNPE-WCNP-Europa

Novembro 1996

Anexo 1

SÍTIOS EUROPEUS DE PATRIMÓNIO NATURAL «FICHAS STANDARD» PARA A ELABORAÇÃO DE LISTA EXPERIMENTAL

Nome do País: Portugal

Lista elaborada por:

Nome: Robert Manners Moura (com a colaboração do «staff» do Parque Natural).

Organismo: Instituto da Conservação da Natureza / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Endereço: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Depart. de Economia e Sociologia

Avenida Almeida Lucena, 1
5000 Vila Real – PORTUGAL

Telefone: +059-322545 **Ext.:** 240 **Fax:** +059-325780

Data: 15 de Junho, 1997

NOME DO PATRIMÓNIO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA *

Parque Nacional de Montesinho

N 41° 53'

W 6° 10'

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO

Esta área é representativa da Província Biogeográfica da Ibéria Montana e Plana, na feição sub-atlântica montanhosa (área: 74.800 hectares). Paisagem humanizada de grande beleza e harmonia com lameiros de altitude, bosques e vales de cursos de água límpidos e verdejantes. Assinalável biodiversidade, com muitos endemismos. Afloramentos geológicos serpentiníticos, nos quais cresce um endemismo lusitânico, *Jasione crispa ssp. Serpentinica*. Três espécies de *Festuca*, duas das quais endemismos. Uma das poucas zonas portuguesas com a ameaçada *Leuzea rhaponticoides*. Extensivos bosques de *Quercus pyrenaica*. Bosques de *Castanea sativa*.

Fauna: provavelmente o lugar do País com mais lobos (*Canis lupus*) e suas alcateias. Alguns raros lince (*Linx pardina*). Duas espécies ameaçadas: *Lacerta schreiberi* e *Rutilus arcassi* (endemismo ibérico). Outras espécies notáveis: *Lutra lutra*, *Galemys pyrenaicus*, *Rhinolophus ferrumequinum*.

JUSTIFICAÇÃO DO «NOTÁVEL VALOR UNIVERSAL»

Critério **: A) 44 a) (ii), (iii), (iv).

B) Cumpre as seguintes condições de integridade: 44 B) (ii), (iii), (iv), (v) o Plano de Ordenamento está agora na fase de apreciação pela Comissão Técnica de Acompanhamento e será publicado no *Diário da República* até ao fim de 1997²⁸, (vi), (vii).

Presunção de integridade **: Além do que foi dito (**critério B**), há um director, «staff» e vigilantes.

Estatutos de protecção: Decreto-Lei nº 355/79, de 30 de agosto de 1979.
Decreto regulamentar nº 5-A/97, 4 de Abril de 1997.

Comparação com outro património semelhante (se possível):

* Localização cartográfica exacta e suas coordenadas geográficas

** Ver o parágrafo 44 das directrizes relativas ao «Notável Valor Universal e Presunção de Integridade»

Enviar para:
the Co-ordinator
Lars-Erik Esping
Hyggevangen 7
S-163 54 Spanga
SWEDEN

Fax: c/o I. Aslin for L-E Esping 46 8 6981662

²⁸ O processo de facto parou (até ao momento da realização desta tradução, Março do ano 2000).

FNNPE-WCNP-Europa

Novembro 1996

Anexo 1

SÍTIOS EUROPEUS DE PATRIMÓNIO NATURAL
«FICHAS STANDARD» PARA A ELABORAÇÃO DE LISTA EXPERIMENTAL

Nome do País: Portugal

Lista elaborada por:

Nome: Robert Manners Moura (com a colaboração do Dr. José Manuel do Nascimento, Biólogo do Parque Natural do Alvão).

Organismo: Instituto da Conservação da Natureza / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Endereço: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Depart. de Economia e Sociologia

Avenida Almeida Lucena, 1

5000 Vila Real – PORTUGAL

Telefone: +059-322545 **Ext.:** 240 **Fax:** +059-325780

Data: 15 de Junho, 1997

NOME DO PATRIMÓNIO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA *

Desfiladeiro das Fiskas de Ermelo

N 41° 22' 36''

W 6° 52'

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO

Área: cerca de 200 hectares. Paisagem de montanha, surpreendente e fora de comum (desfiladeiro de rochas metamórficas, quartzíticas, provavelmente originadas a partir do material das dunas fósseis de um mar desaparecido). Escarpas de cerca de 100 metros de altura e, na base, uma sucessão de quedas de água e cascatas menores. Devido à sua morfologia (geoanticlinal, fracturado medianamente) este lugar é um excelente *habitat* para a flora rupestre e a fauna (espécies endémicas ou ameaçadas).

Fauna: *Aquila chrysaetos*, *Falco peregrinus*, *Falco tinunculus*, *Falco Subbuteo*, *Bubo bubo*, *Corvus corax*, *Monticola saxatilis*, *Riparia riparia*; *Galemys pyrenaicus*, *Lutra lutra*, *Eliomys quercinus*; *Canis lupus*, *Capreolus capreolus*.

Flora: *Dianthus lusitanus*, *Silene foetida*, *Sedum sp.*, *Saxifraga clussi*, *Teucrium salviastrum*, *Thimus caespitius*, *Phillyrea angustifolia*.

JUSTIFICAÇÃO DO «NOTÁVEL VALOR UNIVERSAL»

Critério **: A) 44 a) (i), (iii), (iv).

B) Cumpre também as seguintes condições de integridade: 44 b) (i), (ii), (iii), (iv), (v) o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão, que, obviamente, inclui as Fisgas de Ermelo, está agora na fase de apreciação pública e será publicado em *Diário da República* antes do final de 1997²⁹.

Presunção de integridade **: Além do que foi dito (**critério B**), existe director, «staff» e vigilantes.

Estatuto de protecção: Decreto-Lei n° 237/83, de 8 de Julho de 1983.

Comparação com outro património semelhante (se possível):

* Localização cartográfica exacta e suas coordenadas geográficas

** Ver o parágrafo 44 das directrizes relativas ao «Notável Valor Universal e Presunção de Integridade»

Enviar para:
the Co-ordinator
Lars-Erik Esping
Hyggevangen 7
S-163 54 Spanga
SWEDEN

Fax: c/o I. Aslin for L-E Esping 46 8 6981662

²⁹ O Plano de Ordenamento foi concluído mas não foi ainda publicado, incompreensivelmente, em *Diário da República* (até ao momento da realização desta tradução, Março do ano 2000).

FNNPE-WCNP-Europa

Novembro 1996

Anexo 1

SÍTIOS EUROPEUS DE PATRIMÓNIO NATURAL «FICHAS STANDARD» PARA A ELABORAÇÃO DE LISTA EXPERIMENTAL

Nome do País: Portugal

Lista elaborada por:

Nome: Robert Manners Moura (com a colaboração da Professora Maria Emília, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Parque Arqueológico do Côa).

Organismo: Instituto da Conservação da Natureza/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Endereço: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Depart. de Economia e Sociologia

Avenida Almeida Lucena, 1
5000 Vila Real – PORTUGAL

Telefone: +059-322545 Ext.: 240 **Fax:** +059-325780

Data: 15 de Junho, 1997

NOME DO PATRIMÓNIO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA *

Vale do Rio Côa
e o seu Parque Arqueológico

N 41° 4'
W 7° 6' 11''

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO

O vale do rio Côa é um notável e excepcional exemplo de sítio natural e, simultaneamente, cultural. A paisagem forma um fundo e contexto únicos para património cultural, internacionalmente já reconhecido. Estas famosas, superlativas e interessantes gravuras rupestres são vestígios de populações muito antigas, que provavelmente caçavam e habitavam neste vale, durante e após a Idade do Gelo. Este lugar é também incluído na Lista Nacional de Sítios da rede Natura 2000.

Fauna: é um dos poucos *habitats* de espécies raras e ameaçadas, tais como a águia real (*Aquila chrysaetos*); é um habitual lugar de passagem para as alcateias de lobos (*Canis lupus*); é um curso de água com lontras (*Lutra lutra*), cágados autóctones (*Mauremys leprosa*) e uma espécie de peixe, com estatuto de protecção elevado (*Rutilus albornooides*).

Flora: bosques de *Juniperus oxycedrus*, *Quercus suber* e/ou *Quercus ilex*, *Quercus faginea*; mata ribeirinha com *Salix* e *Populus alba*; *Nerium-Tamaricetae* e *Securinegion tinctoriae*. Vegetação sub-estepária (*Thero-Brachypodietae*).

JUSTIFICAÇÃO DO «NOTÁVEL VALOR UNIVERSAL»

Critério **: A) 44 a) (i), (iii) sendo um sítio muito importante em termos de património cultural embora menos importante em termos de património natural, não sendo fácil responder a este item, não muito adequado ao património misto.

B) também cumpre as seguintes condições de integridade: 44 (b) (i), (ii), (iii), (iv), (v) depois da publicação no *Diário da República*, seguir-se-á o Plano de Ordenamento, (vi) o lugar é uma recente descoberta arqueológica, numa parte remota de Portugal, assim, por agora (1997), sem uma protecção legislativa e institucional. Contudo, existe um excepcional apoio por parte do governo e do contexto cultural nacional e internacional, uma vez que uma grande barragem foi parada para salvar da submersão estas importantes gravuras rupestres. (vii).

Presunção de integridade **: Além do que já foi dito (**critério B**), existe um responsável e «staff».

Comparação com outro património semelhante (se possível):

* Localização cartográfica exacta e suas coordenadas geográficas

** Ver o parágrafo 44 das directrizes relativas ao «Notável Valor Universal e Presunção de Integridade»

Enviar para:
the Co-ordinator
Lars-Erik Esping
Hyggevangen 7
S-163 54 Spanga
SWEDEN
Fax: c/o I. Aslin for L-E Esping 46 8 6981662

ANEXO I³⁰

Extracto das «DIRECTIVAS OPERACIONAIS DA UNESCO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO MUNDIAL DO PATRIMÓNIO» – WHC/2/ Revista, Fevereiro de 1996³¹

D. Critérios para a inclusão do património natural na Lista do Património Mundial

43. De acordo com o Artigo 2 da Convenção, é considerado como «património natural» o seguinte:

- «valores naturais constituídos por elementos ou conjuntos físicos ou biológicos, que são de valor universal notável sob o ponto de vista estético ou científico»;
- «formações geológicas e fisiográficas e áreas definidas que se constituem como *habitats* de espécies ameaçadas de plantas e animais de universal valor do ponto de vista da ciência ou da conservação»;
- «sítios naturais ou áreas naturais, precisamente definidas, de notável e universal valor do ponto de vista da ciência, da conservação ou da estética».

44. Um património natural, como acima definido, que é proposto para a inclusão na Lista do Património Mundial, será considerado ter notável e universal valor para os propósitos da Convenção quando o Comité achar que corresponde a um ou mais dos seguintes critérios e cumpre as condições de integridade abaixo assinaladas. Os sítios propostos devem assim:

- (a) (i) serem notáveis exemplos representativos da história do planeta Terra, incluindo registos da vida, significando processos em curso no desenvolvimento da paisagem formal ou significativos em termos geomorfológicos ou fisiográficos; ou
- (ii) serem notáveis exemplos representando processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento dos ecossistemas terrestres, aquáticos (de água doce, costeiros e marinhos) e comunidades de plantas e animais; ou
- (iii) conterem fenómenos naturais superlativos ou áreas de excepcional valor estético; ou
- (iv) conterem os mais importantes e significativos *habitats* naturais para a conservação *in-situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles contendo espécies ameaçadas de valor universal do ponto de vista da ciência ou da conservação;

³⁰ Tradução de Robert Manners Moura, em Março de 2000.

³¹ *Unesco's Operational Guidelines for Implementation of the World Heritage Convention, WHC/2/ Revised, February, 1996.*

e, ainda,

(b) também cumprir as seguintes condições de integridade:

- (i) Os sítios descritos em 44 (a) (i) devem conter todas ou a maior parte dos elementos-chave interrelacionados e interdependentes em termos de contexto natural; por exemplo, uma área da Idade do Gelo deve incluir a respectiva bacia hidrográfica adjacente, o inerente glacial e exemplos de depósitos geoglaciares e de colonização biológica (isto é, estrias de deslocamento, moreias, plantas pioneiras e restante sucessão fitossociológica, etc.); no caso dos vulcões, as séries magmáticas devem ser completas e devem estar representadas todas ou quase todas as variedades de rochas efusivas e tipos de erupção verificados.
- (ii) Os sítios descritos em 44 (a) (ii) devem ter tamanho suficiente e conter os elementos necessários para demonstrar os aspectos-chave de processos que são essenciais para a conservação a longo prazo dos ecossistemas e da biodiversidade que contêm; por exemplo, uma área de floresta tropical deve incluir uma certa variação em altitude acima do nível do mar, mudanças na topografia e nos tipos de solo, ecossistemas locais e ecossistemas locais naturalmente regenerados; de modo semelhante um recife de coral deve incluir, por exemplo, bancos de vegetação marinha, mangais ou outros ecossistemas adjacentes que regulem a entrada de nutrientes e de sedimentos no interior do recife.
- (iii) Os sítios descritos em 44 (a) (iii) devem ser de notável valor estético e incluir áreas que são essenciais para a manutenção da beleza do sítio; por exemplo, um sítio cujo valor cénico depende de uma queda de água deve incluir a bacia hidrográfica adjacente e ainda áreas a jusante que estão ligadas à manutenção das qualidades estéticas do sítio.
- (iv) Os sítios descritos no parágrafo 44 (a) (iv) devem conter *habitats* que mantenham a máxima diversidade em termos de fauna e flora características da província biogeográfica em causa e ecossistemas decorrentes; por exemplo, a savana tropical deve incluir um completo conjunto de herbívoros e plantas cuja evolução foi conjunta; um ecossistema insular deve incluir os *habitats* que mantenham os endemismos desse biota; um sítio contendo espécies com vastas áreas de distribuição deve ser suficientemente extenso para incluir os *habitats* mais determinantes para assegurar a sobrevivência de populações viáveis daquelas espécies; uma área que contenha espécies migratórias, procriação estacional, sítios de nidificação e rotas migratórias, seja qual for a sua localização, deve ser adequadamente protegida; convenções internacionais, por exemplo, a Convenção das Zonas Húmidas de Importância Internacional (a Convenção de Ramsar), especialmente preocupada com os *habitats* de aves aquáticas, deve assegurar a protecção dos

- habitats* de espécies migradoras de aves aquáticas; outros multi e bilaterais acordos devem assegurar a protecção necessária.
- (v) Os sítios descritos no parágrafo 44 (a) devem possuir um Plano de Ordenamento. Quando os sítios ainda não possuem um Plano de Ordenamento ao tempo da sua candidatura ao Comité do Património Mundial (World Heritage Committee), o estado candidato deve indicar quando tal plano estará disponível e como este mobilizará os recursos necessários para a sua preparação e posterior desenvolvimento. O estado candidato deve também fornecer outros documentos provisórios que forneçam as orientações necessárias para o ordenamento da área até ao Plano de Ordenamento estar concluído.
- (vi) Um sítio descrito no parágrafo 44 (a) deve possuir uma adequada legislação, regulamentação ou protecção institucional. Os limites do sítio devem reflectir os requisitos espaciais dos *habitats*, das espécies, dos processos ou dos fenómenos que são o fundamento da sua candidatura na Lista de Património Mundial. Os limites devem circunscrever uma área suficiente, imediatamente adjacente à área de valor notável e universal, de maneira a proteger os valores em causa dos efeitos directos de actividades humanas internas e dos impactes do uso dos recursos no exterior da área candidata. Os limites do sítio candidato podem coincidir com uma ou mais áreas protegidas propostas ou já existentes, tais como parques nacionais ou reservas da biosfera. Enquanto uma área protegida, existente ou proposta, pode conter diversas zonas de ordenamento, só algumas destas podem satisfazer os critérios descritos no parágrafo 44 (a); as outras zonas, embora não correspondam aos critérios explicitados no parágrafo 44 (a), podem, no entanto, ser essenciais para assegurar a integridade do sítio candidato; por exemplo, no caso de uma reserva da biosfera, só a área nuclear (*core zone*) pode corresponder ao critério e às condições de integridade, embora as outras zonas, isto é, a zona tampão e a zona de transição (*buffer and transitional zones*), possam ser importantes para a conservação da reserva da biosfera na sua totalidade.
- (vii) Os sítios descritos no parágrafo 44(a) devem ser os sítios mais importantes para a conservação da biodiversidade. A diversidade biológica, de acordo com a nova Convenção da Biodiversidade, significa a variabilidade entre os organismos vivos, nos ecossistemas terrestres e aquáticos, e os complexos ecológicos dos quais fazem parte e incluem a diversidade dentro das espécies, entre as espécies e dos ecossistemas. Só aqueles sítios que têm a máxima diversidade biológica corresponderão, provavelmente, ao critério (iv) do parágrafo 44 (a).

45. Em princípio, um sítio pode ser inscrito na Lista de Património Mundial desde que satisfaça um dos quatro critérios e as condições relevantes de integridade descritas acima. Contudo, muitos dos sítios inscritos incluem dois ou mais critérios. Os processos de candidatura, a avaliação por parte da IUCN – The World Conservation Union e a recomendação final do comité acerca do sítio inscrito estão disponíveis para consulta pelos Estados candidatos que possam desejar esta informação como guia para a identificação e elaboração de candidaturas de sítios do seu território.

BIBLIOGRAFIA/CARTOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, J. de Pina Manique e – *Regiões Naturais. Caracterização eco-fisionómica*. [Lisboa]: Secretaria de Estado do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente, 1984.
- Lista Nacional de Sítios (Continente), Directiva Habitats (92/43/CEE), Proposta Preliminar*. [Lisboa]: Instituto da Conservação da Natureza, 1996.
- ROMÃO, Carlos [et al.] – *Inventário de Sítios de Especial Interesse para a Conservação da Natureza (Portugal Continental)*. Programa Corine-Biótopos. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1992.
- UDVARDY, Miklos D. F. – *A Biogeographical Classification System for Terrestrial Environments*. In MCNEELY, Jeffrey A.; MILLER, Kenton R. – «National Parks, Conservation, and Development, The Role of Protected Areas in Sustaining Society». Proceedings of the World Congress on National Parks, Bali, Indonesia, 11-12 October 1982. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, p. 825, p. 34 a 38.
- UNESCO's Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. WHC/2/ Revised, February 1996, paragraph 44, p. 12 a 15.

José Alves Ribeiro *

Flora e vegetação ribeirinha

A vegetação ribeirinha, também denominada ripícola ou ripária, é constituída por diversas comunidades vegetais ocupando os diferentes micro-habitats definidos por uma linha de água. Iremos considerar com mais pormenor as linhas de água doce em situação supra e meso-mediterrânica, ou seja, os cursos de água do Centro e Norte da Península Ibérica, e fazer algumas referências a situações termomediterrânicas a Sul da Península.

Nesses rios, regatos ou ribeiras, a vegetação que mais se demarca na paisagem é o *bosque-galeria* constituído por duas fiadas paralelas de árvores, arbustos e lianas inseridas uma em cada margem. Mas para além dessa vegetação das margens, teremos de considerar a *vegetação dos leitos* e a *vegetação flutuante*.

A vegetação inserida nos leitos subdivide-se em *helófitos* (espécies adaptadas a encharcamentos temporários e que vivem nas vazas lamacentas e nos leitos de cheia), em *hidrófitos flutuantes* e em *hidrófitos não flutuantes* (espécies vegetais com raízes inseridas nos leitos de cursos de água de caudal médio e que portanto estão adaptadas a viver na água líquida todo ou quase todo o seu ciclo biológico). Os *hidrófitos flutuantes* têm também raízes flutuantes, ou seja, nestas espécies toda a planta é flutuante. Há ainda a considerar a *vegetação rupícola higrófila*, inserida em taludes rochosos das margens, ou dos leitos (situações de cachoeira) sujeitos a escorrimentos de águas superficiais.

A galeria arbóreo-arbustiva ribeirinha está adaptada a viver em solos muito húmidos e mesmo a suportar encharcamentos esporádicos nas maiores cheias.

Define-se também uma vegetação herbácea *higrófila* nas beiradas dos cursos de água algo diferente das herbáceas hidrófilas dos leitos, embora com grandes afinidades entre estas comunidades vegetais.

Em bioclimas supra e meso-mediterrâneos ibéricos as comunidades vegetais ribeirinhas predominantes são as seguintes:

a) Quanto ao bosque-galeria são preponderantes associações florísticas do *Alnetum* e do *Fraxinetum*, inseridas a nível da fitogeografia europeia na ordem *Populietalia*, com amieiros (*Alnus glutinosa*), freixos (*Fraxinus augustifolia* Vahl), salgueiros (*Salix atrocinerea* Brot., *Salix salvifolia* Brot. e *Salix alba* L.), sanguinhos bastardos (*Frangula alnus* Miller), salgueirinhas (*Lythrum salicaria* L.) e ervas-moedeiras (*Lysimachia vulgaris* L.) como espécies comuns, podendo ser acompanhadas de bétulas (em maiores altitudes), aveleiras bravas (*Corylus avellana* L.), sabugueiros (*Sambucus nigra* L.), ulmeiros (*Ulmus* spp. L.), lódãos (*Celtis australis* L.), choupos (*Populus* spp. L.), buxos (*Buxus sempervirens* L.) (na bacia do alto e médio Sabor), catapereiros (*Crataegus monogyna* Jacq.) e azereiros (*Prunus lusitanica* L.), e mesmo alguns carvalhos (*Quercus* spp. L.), conforme os habitats, as condições edáficas, as altitudes e consoante o regime de caudais. Aliás, em troços dos cursos de água em que o regime de caudais é mais agressivo e os solos dos leitos de cheia e das beiradas são mais arenosos e/ou pedregosos, a vegetação ribeirinha circunscreve-se quase só aos salgueirais, pois os amieiros, freixos e outras espécies atrás referidas não se adaptam bem a essas situações mais agrestes.

O bosque-galeria ribeirinho, quando bem estruturado e no pleno da sua biodiversidade, abriga algumas lianas típicas, geralmente herbáceas (embora também lenhosas e sub-lenhosas), e apresenta também uma elevada densidade de vegetação, de tal modo que é frequente a forma lenticular¹ das copas de alguns dos seus fanerófitos, sob pressão das árvores vizinhas e apresenta em alguns troços espécies dominadas umbrófilas (plantas de meia sombra). Quanto a lianas herbáceas há que referir o lúpulo bravio (*Humulus lupulus* L.), a doce-amarga (*Solanum dulcamara* L.), a norsa branca (*Bryonia cretica* ssp. *dioica* (Jacq.) Tutin) e a norsa preta (*Tamus communis* L.). Quanto a lenhosas surgem as madressilvas (*Lonicera* spp. L.), a vide-branca (*Clematis vitalba* L.), as heras (*Hedera helix* L.), as roseiras bravas (*Rosa* spp. L.) e as silvas (*Rubus* spp. L.).

b) Quanto à flora herbácea higrófila das beiradas (ou em clareiras do bosque-galeria) há a assinalar como associações florísticas mais frequente as seguintes:

b₁) *Thero-Brachipodietum* e *Molinio coeruleae* – *Lotetum pedunculati* de comunidades herbáceas, tipo arrelvados, de espécies de ciclo anual onde predominam gramíneas, eventualmente acompanhadas de diversas herbáceas de outras famílias botânicas.

¹ Como foi registado pela primeira vez num estudo da vegetação ribeirinha do Vale do Corgo realizado por Rosário Botelho e Manuel José Fernandes.

b₂) *Preslietum cervinae*, comunidades de ervados mais estáveis onde se inserem espécies aromáticas e medicinais tipicamente ribeirinhas, de grande valor botânico e ecológico como o poejo (*Mentha pulegium* L.), a hortelã-dos-pântanos também conhecida como erva-peixeira (*Preslia cervina* (L.) Opiz), o mentastro (*Mentha suaveolens* Ehrh), a hortelã-de-água (*Mentha aquatica* L.) e o marroio-de-água (*Lycopus europaeus* L.).

c) Quanto à flora helófitas há a assinalar diversas espécies do género *Carex*, as junças (*Cyperus longus* e *Cyperus eragrostis*), os juncos² (*J. inflexus*, *Juncus effusus*, *J. acutiflorus*), os bunhos (*Scirpus lacustris* L. e *S. fluitans* L.), o heliocaris (*Heleocharis palustris* (L.) R. Br.), o falso junco (*Schoenus nigricans* L.) as morugens de água comestíveis (*Callitriche stagnalis* Scop.), em troços não poluídos e de águas não demasiado rápidas (assim como as espadanas, tabuas e caniços), o trevo de água (*Menyanthes trifoliata* L.), as cavalinhas (*Equisetum ramosissimum* Desf.), a colher-de-folha-larga (*Potamogeton natans* L.) e outras espécies deste mesmo género, e ainda a pimenta-da-água (*Polygonum hydropiper* L.), a persicária de água (*Polygonum amphibium* L.), a orelha-de-mula (*Alisma plantago-aquatica* L.) com as suas grandes folhas de nervação paralelinérvia. São também vulgares nos nossos rios, a erva-bonita (*Epilobium tetragonum* L.), o bruco (*Peucedanum lancifolium* Large.), o sombreiro (*Hydrocotyle vulgaris* L.), o belo e mais conhecido lírio amarelo (*Iris pseudacorus*), assim como as mais discretas gramíneas reptantes *Antinoria agrostidea* (no oro e supramediterrâneo) e o *Paspalum paspalodes* (Michx.) Scribner (conhecida como graminhão) em situações meso e termomediterrâneas.

As associações florísticas mais características dentro destas comunidades helófitas serão:

c₁) *Galio palustris* – *Caricetum broterianae* e *Galio palustris* – *Caricetum lusitanicae* (comunidades florísticas supra e mesomediterrâneas, de meios lóticos de caudal regular, com estiagem pouco acentuada e em substratos silicícolas. São predominantes na região fitogeográfica onde estamos inseridos denominada Carpetano-Ibérico-Leonesa, nos sectores Ourensano-Sanabriense e Lusitano-Duriense) em solos oligotróficos higrótufofos próximos a caudais de águas pouco oxigenadas.

c₂) *Glycerio declinatae* – *Eleocharidetum palustris*, em águas doces e oligotróficas pouco profundas.

c₃) *Glycerio declinatae* – *Oenanthetum crocatae*, comunidades de plantas inseridas em leitos de regatos e ribeiras de substratos areno-rochosos, de corrente média mas que secam no Verão e onde prepondera a umbelífera venenosa

² Que em certos sítios se tornam dominantes, formando juncais, muito frequentes nas beiradas em depressões encharcadiças (*Mentha suaveolentis* – *Juncetum inflexi*).

conhecida por embude, abudil ou rabaçol (*Oenanthe crocata* L.). É nestes habitats que surgem as rabaças (*Apium nodiflorum* (L.) Lag.) e os comestíveis agriões (*Nasturtium officinale* L.).

c₄) *Helosciadietum nodiflori*, comunidade de ampla distribuição geográfica, constituída por helófitos de pequeno tamanho que se desenvolve nas margens de linhas de água e regatos pouco profundos e de corrente lenta, que secam no Verão.

c₅) *Scirpo lacustris* – *Phragmitetum australis*, caniçais inseridos em cursos de água e lagoas, vivendo na maior parte do ano com a base emersa em água doce. Ainda que o solo possa ficar seco à superfície, esta comunidade é, no entanto, muito sensível à salinidade.

c₆) *Thypho angustifoliae* – *Phragmitetum australe*, caniçais constituindo uma comunidade hidrofítica, densa e de grande porte, formada por grandes helófitos que se desenvolve em margens de ribeiros, rios e lagoas de água doce, profundas e com corrente fraca.

Estas duas últimas comunidades florísticas termomediterrânicas, de meios lóticos, com estiagem acentuada em substratos silicícolas, inserem-se mais a Sul nos sectores fitogeográficos Lusitano-Estremadurense e Gaditano-Algarviense.

Outros helófitos são de referir pela sua importância, sendo mesmo espécies típicas de águas lentas mas despoluídas:

- Malmequer dos brejos – *Caltha palustris* L.;
- Erva-do-brejo – *Triglochin palustris* L.;
- Seta – *Sagittaria sagitifolia* L.;
- Junco florido – *Butomus umbellatus* L.;
- *Cladium mariscus*;
- *Myosotis* spp. L.

De todos estes helófitos as espécies de maior porte e de maior importância no apoio a outras comunidades bióticas são as espadanas, tabuas e caniços:

- Espadana-da-água – *Sparganium erectum* L.;
- Tabua-estreita – *Typha domingensis* (Pers.) Stendel;
- Tabua-larga – *Typha latifolia* L.;
- Caniço – *Phragmites australis* (Cav.) Stendel.

Note-se que, em troços estuarinos, outras espécies surgem devido ao aumento de salinidade, como as gramíneas do género *Spartina* e diversas Quenopodiáceas, Cyperáceas e Plumbagináceas, halófilas, chamando-se desde já a atenção para a complexidade, riqueza em biodiversidade e para a vulnerabilidade destes ecossistemas.

d) Quanto a hidrófitos de raízes nos leitos, as espécies mais importantes em troços de caudais mais brandos nos nossos rios são os ranúnculos aquáticos (*Ranunculus ololeucos*; *R. bandotti* Godeon, *R. peltatus* Schrank e *R. trichophyllus* Chaix), a maioria deles apresentando dimorfismo foliar, sendo diferentes as folhas submersas e as folhas flutuantes e de belas florzinhas brancas também flutuantes.

e) Finalmente, em relação aos hidrófitos flutuantes, apenas a referir, em águas mesotróficas com níveis médios de nutrientes orgânicos, a vulgar lentilha de água (*Lemna minor*) em troços de caudais muito lentos e o jacinto aquático (*Eichhornia crassipes* (C.F.P. Mart.) Solms-Laub.) de origem exótica (amazónica), invasora potencialmente perniciososa, dado que a conjugação da sua adaptabilidade genética a climas mais frios e o aquecimento do planeta está a permitir o seu avanço para Norte. A prova é que se instalou recentemente na foz do rio Ave e esta é uma circunstância a que importa estar atento pelos problemas que esta invasora aquática pode acarretar. Ainda rara a presença no Norte da *Azolla*, outra invasora de origem tropical (Pteridófito), frequente no rio Guadiana nas épocas estivais. Outras espécies (em águas profundas) também flutuantes são o *Miriophyllum verticillatum* L. de folhagem laciniada ou filamentosa e daí o seu nome pinheirinha de água, e os golfoes (*Nymphaea alba* L. e *Nuphar luteum* (L.) Sibth et Sm.).

Na flora flutuante iremos destacar as espécies características de águas eutrofikadas, (quando os níveis de nutrientes atingem valores muito elevados, devido à acumulação sucessiva de águas enriquecidas em compostos azotados ou fosfatados). Nessas águas, determinadas espécies de plantas superiores e de algas multiplicam-se extraordinariamente, podendo os seus quantitativos tornar-se prejudiciais aos restantes componentes da biocenose aquática. Fitossociologicamente a vegetação que nesse caso se desenvolve pode incluir-se na classe *Lemmetea minoris*:

- Vegetação formada por pequenas plantas flutuantes, em planos de águas permanentes, remansadas, dominada por *Lemna gibba* L. (lentilhas-de-água);
- Vegetação flutuante, em planos de água permanente, parada, com *Azolla caroliniana* Willd. e *Lemna minor* L. (lentilhas-de-água-menores);
- Vegetação de águas nitrofilizadas com *Wolffia arrhiza* (L.) Wimm.

f) Também nos leitos e margens rochosas com escorrimentos quase constantes de água quase todo o ano, sendo pois espécies rupícolas higrófilas, há a assinalar a *Saxifraga spathularis* Brot., a *S. clusii* Gouan, a *Luzula henriquezii* Degen da associação *Saxifraga spatularidis-Betuletum-celtibericae* (em zonas montanas e altimontanas de feição sub-atlântica) e as escrofulariáceas-*Sibthorpia europaea* L. e *Wahlenbergia hederacea* (L.) Reichenb. que formam autênticos tapetes sobre as rochas nesses habitats ribeirinhos em troços montanhosos de águas límpidas e em

zonas rochosas e com muitos rápidos e cachoeiras, sujeitas portanto a constante escorrimento superficial.

Em situação termomediterrânica (Alentejo e Algarve) a flora ribeirinha passa a ter menos amieiros e freixos e surge o *Nerio-Tamaricetum* com loendros (*Nerium oleander* L.), tamargueiras (*Tamarix* spp. L.) e tamujos – aliás já surgem tamujos (*Securinega tinctoria* (L.) Rothm) nos leitos de cheias do rio Douro entre a Régua e Barca de Alva. Também no Sul (Alentejo-Algarve) é evidente a concentração de canais de *Arundo donax* L. (aspecto também observável no Norte mas apenas nas linhas de água da Terra Quente Duriense e Vale do Alto Douro e Douro Superior) e de caniçais *Phragmites australis* (Cav.) Stendel, como elementos bem definidos na paisagem ribeirinha. Há que chamar atenção que algumas raridades botânicas (espécies com estatuto de protecção) que surgem nalguns habitats ribeirinhos como os Pteridófitos *Isoetes setacea* Lam. (Douro Internacional) e o trevo de quatro folhas (*Marsilea quadrifolia* L.) no rio Douro na Régua junto à foz do Corgo. Nestas comunidades de helófitos, assinalam-se outros Pteridófitos mais vulgares mas de grande interesse botânico, como espécies dos géneros *Osmunda* (feto-real), *Dryopteris*, *Athyrium*, *Phylitis* (língua-cervina), *Cheilanthes*, *Asplenium* e outras espécies, algumas mesmo com estatuto de protegidas, como a *Woodwardia radicans* (L.) Sm. e a *Culcita macrocarpa* C. Presl, do Gerês e da Madeira, respectivamente. A maioria destes fetos surge inserida em nichos abrigados, húmidos, frescos e umbrosos de fissuras e reenrâncias dos taludes das margens.

Todas estas espécies vegetais, e só anotamos as mais significativas, são peças de um mosaico riquíssimo em biodiversidade que terá de ser respeitado.

Muitas acções antrópicas têm exercido pressão sobre estes ecossistemas. Uma vez perturbando menos, outras vezes de forma bastante mais gravosa. No primeiro caso temos os terraços, os muretes, as represas, as levadas, os açudes, as poldras, os pontões, e mesmo os desbastes e atarraques em maior ou menor grau das árvores e arbustos da galeria ripícola. Estas situações estão geralmente ligadas à exploração agro-silvio-pastoril em regiões de montanha ou em planícies mais férteis para aproveitamento agro-forrageiro, assim como para o aproveitamento de levadas para moinhos ou azenhas, havendo quase sempre um certo equilíbrio ecológico no que respeita à biodiversidade e à estabilidade do ecossistema ribeirinho. Aliás, alguns agroecossistemas do Centro e Norte do País como muitos dos conhecidos lameiros (prados permanentes ou temporários) estão em íntima correlação com as linhas de água, estabelecidos nos colúviões de várzeas ou subplanaltos ou ainda em cambissolos de depósito de vertente, em qualquer dos casos inseridos em clareiras de choupais, amieirais e sobretudo de ulmedas e freixedas.

Quanto a intervenções mais gravosas temos as pedreiras, as extracções de inertes (areia, grevilhas, cascalhos, etc.), assim como algumas explorações minei-

ras e as alterações drásticas dos leitos e das margens para urbanizações, para vias de comunicação, algumas indústrias poluentes e as sempre polémicas mega-baragens quando não respeitam os caudais ecológicos, para além de constituírem na paisagem grandes albufeiras que, com o decorrer do tempo, vão criando outro tipo de equilíbrios e novas e diferentes biodiversidades.

Quanto aos troços urbanos e suburbanos dos cursos de água, há que chamar a atenção para a necessidade de muito maior educação cívica e educação ambiental das populações e dos responsáveis em geral, pois a excessiva poluição (alguns desses cursos de água funcionam como esgotos a céu aberto), a proliferação de lixos avulsos, a excessiva impermeabilização, a destruição ou degradação da vegetação ribeirinha, a construção clandestina, o desrespeito pelas reservas ecológicas e outras atrocidades desse quilate só podem desaguar numa única triste realidade: a degradação da natureza e a conseqüente degradação da qualidade de vida das ditas populações e de todos nós. Não esquecer nunca que a flora ribeirinha evita a erosão e a turvação das águas, ajuda a depuração dessas mesmas águas, sustenta as margens e a biodiversidade, é uma sebe de protecção de áreas de agricultura e de pastagem, é viveiro de plantas úteis como aromáticas, medicinais e muitas outras usadas em diversos artesanatos como os juncos, as canas os vimes, etc., e enriquece e embeleza a paisagem natural ou humanizada. E dado que a paisagem é cada vez menos natural e mais humanizada, que pelo menos se replante o máximo de espécies autóctones (e menos exóticas invasoras) pois são as autóctones que estão muito mais em equilíbrio ecológico com o ambiente que nos rodeia.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, C. [et al.] – *Tipologia das geoséries ripícolas mediterrânicas de Portugal Continental*. Actas do Congresso Nacional de Conservação da Natureza. Lisboa, 1995.
- ALVES, J. [et al.] – *Habitats naturais e seminaturais de Portugal Continental*. Lisboa: I.C.N., 1998.
- BOTELHO, R. [et al.] – *Estudo da vegetação ribeirinha do Sector Superior da bacia do Corgo*. Encontro Nacional de Ecologia. Faro, 1998.
- CASTRO, E. B. [et al.] – *Los Bosques Ibéricos*. Barcelona: Ed. Planeta, 1997.
- ESPÍRITO-SANTO, D. – *Sinopse da vegetação de Portugal Continental*. Lisboa: ISA, 1995.
- RIVAS-MARTINEZ, S. – *Mapa da vegetation de España*. Madrid: Universidade Complutense, 1987.
- VASCONCELOS, J. – *Plantas aquáticas, anfíbias e ribeirinhas*. Lisboa: D.G.S.F.A., 1970.

Lúcia Maria Cardoso Rosas *

O eremitério Os Santos em Sendim/Picote **

Situado no limite das freguesias de Sendim e Picote (Miranda do Douro) em local ermo e sobranceiro à margem direita do Douro, o eremitério *Os Santos*¹ localiza-se num daqueles locais, tantas vezes escolhidos para a construção de capelas e ermidas, de «deslumbramento paisagístico que favorecem o numinoso, facilitam a possibilidade de hierofanias e podem predispor para o sagrado»².

A ermida é formada por um abrigo, recortado em grande rocha granítica, voltado a nascente/sul. As faces nascente e sul, bem como a face que o cobre, apresentam pintura mural sobre reboco dividida em *painéis*, onde figuram a *Coroação de Nossa Senhora pela Santíssima Trindade*, *S. Paulo Apóstolo*, *A conversação entre Santo Antão e S. Paulo Ermita* e a *Crucifixão* (foto 1).

■ Professora Auxiliar do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenadora da Linha de Investigação de História da Arte e Património do GEHVID.

** Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do *Projecto Praxis XXI: Santuários e Itinerários de Santidade no Norte de Portugal – Área IV – Arquitectura, Pintura e Património Artístico*, coordenado pelo Prof. Doutor Agostinho Rui Marques de Araújo.

1 É por esta designação que actualmente é conhecido o abrigo. Agradecemos a informação sobre a sua existência ao escultor José António Nobre.

2 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Religiosidade Popular e Ermidas*. «Studium Generale». Estudos Contemporâneos. Religiosidade Popular. Porto. Nº 6 (1984), p. 78. Neste estudo o autor refere-se à razão da preferência por ermidas para vivências religiosas de romaria e promessa, e à sua localização em lugar escolhido por ser ameno, por ser dominante ou por ser espaço invulgar.



Foto 1.

Descendo a encosta, a cerca de 150m da margem do rio, permanecem as ruínas de uma capela, em local de abundante água, que apresenta, no cunhal sul-nascente da cabeceira, a data de 1596. Encostados à fachada sul, três compartimentos arruinados indicam prováveis abrigos de eremitas. A capela teria um alpendre porticado a nobilitar o portal ocidental, do qual ainda restam vestígios atestados por fustes de colunas³.

O local onde se situam o abrigo que apresenta pintura mural e a capela arruinada é conhecido pelo topónimo *S. Paulo*, embora actualmente a população designe o abrigo por *Os Santos*, igualmente nomeado por *Barrocos*, *Lapo* e *armita Billa* (ermida velha), neste último caso em oposição à capela, tradicionalmente considerada menos antiga⁴.

António Maria Mourinho registou três eremitérios situados na margem do Douro, em Terra de Miranda: *Santo André* (Cércio), *S. Paulo* (Sendim/Picote) e *S. Facundo* (Urrós), que data dos finais da Idade Média. O três exemplares têm em comum o local aprazível e isolado nas arribas do Douro, a existência de hortas e

³ Segundo informação da população de Sendim este alpendre existia ainda em meados do século XX.

⁴ Segundo informação fornecida pelo Padre António Mourinho, o Abade de Baçal refere-se ao abrigo com pintura mural que designa por *Lapo* ou *Santos das Barrocas*. Cfr. ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*. Porto, 1947, tomo 11, p. 434-436. António Maria Mourinho regista os topónimos *Barrôcos*, *S. Paulo* e o costume de designar o abrigo por *armita Billa*, para o distinguir da capela. Cfr. MOURINHO, António Maria – *Três Eremitérios no Douro, em Terra de Miranda*. «Gaya». Vila Nova de Gaia. Vol. 5 (1987), p. 197-198.

abundante água potável e, nos casos de *S. Paulo* e *S. Facundo*, a presença de sepulturas escavadas na rocha⁵.

A motivação da construção de pequenas ermidas está habitualmente associada não somente à prática da vida eremítica, mas mais nuclearmente à devoção e aos itinerários de santidade. Localizadas habitualmente em locais ermos implantam-se com frequência nos limites das paróquias como pólos devocionais das populações circundantes⁶. Em *S. Paulo*, o *Lapo* e a capela estão na marra das freguesias de Picote e Sendim, dominando uma paisagem deslumbrante. W. Christian referiu-se aos «dramatic sites of landscape»⁷, maximamente preferidos para a localização de capelas o que, no caso de *S. Paulo*, tem uma expressão sublinhada na paisagem erma e acidentada, marcada pelo vale muito encaixado do rio, pontuado de altas escarpas, que muito impressiona.

Referindo-se aos montes sacralizados, Carlos Alberto Ferreira de Almeida aponta como os locais mais favorecidos pelos romeiros «aqueles que apresentam penedos de formas ou posições insólitas, lapas ou fontes, verdeiros e avoredos, porque isso permite um peculiar sistema de acções e itinerários e, porque o homem tem uma necessidade fundamental de significados, tornam a imaginabilidade desse local muito rica, até pelas lendas etiológicas que se lhe associam, permitindo um conjunto de vivências que os possam unir a esse ambiente»⁸.

Como no caso de *Os Santos*, não faltam exemplos de ermidas e capelas edificadas junto a lapas, ou mesmo incorporando-as na sua construção.

Também sobre as arribas do Douro, o *Santuário do Salvador do Mundo*, no sítio do Ermo (S. Salvador da Pesqueira) tem a sua origem numa lapa onde viveu o eremita Gaspar da Piedade que aí se estabeleceu no século XVI. Depois de uma peregrinação a Jerusalém regressando ao Ermo, construiu uma ermida onde colocou as imagens de *S. Paulo Eremita* e de *Cristo Crucificado*, as preciosas relíquias que trouxe da Terra Santa, e várias imagens da *Paixão de Cristo*, evocadoras do Sacro Monte de Jerusalém, como se deduz do relato de Frei Agostinho de Santa Maria⁹.

Em Cervães (Vila Verde) no *Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho* o altar está entre dois penedos que formam uma gruta¹⁰, no *Santuário da Penha* (Guimarães) a primeira capela, dedicada a Nossa Senhora do Carmo aproveitava

⁵ Cfr. MOURINHO, António Maria – o.c., p. 195-198.

⁶ Sobre esta questão veja-se ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Religiosidade Popular e Ermidas*. «Studium Generale». Estudos Contemporâneos. Religiosidade Popular. Porto. Nº 6 (1984), p. 75-83.

⁷ CHRISTIAN, W. – *Local Religion in Sixteenth-Century Spain*. New Jersey, 1981, p. 22.

⁸ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Religiosidade Popular e Ermidas*. «Studium Generale». Estudos Contemporâneos. Religiosidade Popular. Porto. Nº 6 (1984), p. 79.

⁹ SANTA MARIA, Agostinho de, Frei – *Santuário Mariano*. 1712, t. 4, p. 125-127.

¹⁰ BARREIROS, Manuel de Aguiar, Cónego – *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na Arquidiocese de Braga*. Braga, 1931, p. 109.

um abrigo sob penedo¹¹. O *Santuário de Nossa Senhora da Lapa* (Sernancelhe), um dos mais importantes na Época Moderna, encerra a gruta onde terá aparecido a imagem de Nossa Senhora, e em *Soutelo* o santuário é constituído pelo vão de enorme lapa¹². Em S. Silvestre de Requião a ermida de *Nossa Senhora da Pedra Leital* levanta-se junto a um penedo onde as mulheres a quem falta o leite sobem por pequenas cavidades¹³. No caso do *Santuário de Pedra Maria* (Varziela, Felgueiras) a capela-mor foi construída sobre um penedo sagrado.

As pedras, penedos e fragas são no folclore e nas religiões europeias lugares de amostragem do sagrado e do aparecimento de divindades. Aos penedos iam procissões e ladainhas, alguns recebiam cruces, outros eram caiados e aí se gravavam sinais: cruces, ferraduras, círculos e rosários¹⁴. Faz pois todo o sentido que eles se sacralizem com a construção de ermidas ou com o seu arranjo destinado à devoção.

São inúmeros os exemplos de imagens milagrosas aparecidas em fragas, lapas e grutas que dão origem à edificação de capelas, ou mesmo de aparições de Nossa Senhora sobre pedras ou dentro de grutas, onde se haviam refugiado os videntes.

A localização de *Os Santos* nos limite das freguesias de Picote e Sendim, além de ser frequente pelos motivos antropológicos e devocionais que acima referimos, desencadeia o enriquecimento do seu lendário. O lugar, o abrigo e a capela são disputados por três freguesias: Picote, Sendim e Pinilla, esta na outra margem do rio, em terras de Espanha. Os fregueses de Pinilla *roubaram* o sino da capela que ainda conservam. Segundo a lenda passaram o rio sobre odres de cabra, cheios de ar. Os paroquianos de Picote levaram a imagem de S. Paulo (da capela), que guardam na sua igreja paroquial. O abrigo pintado é reclamado por Picote uma vez que o terreno está aí registado, embora a população de Sendim reclame a sua propriedade.

Na face sul do abrigo recortado na rocha, a de maior dimensão, está representada a *Coroação de Nossa Senhora pela Santíssima Trindade* (foto 2). Nossa Senhora ao centro, de olhos baixos, em cujo manto são assinalados os detalhes

¹¹ ALMEIDA, C. A. Ferreira de – *A Penha e a Senhora da Lapinha. Elementos para a compreensão da religiosidade popular*. In «Santuário de Nª Sª da Penha. Simpósio Mariológico. Actas». Braga, 1994, p. 96.

¹² BARREIROS, Manuel de Aguiar, Cónego – o. c., p. 73.

¹³ BARREIROS, Manuel de Aguiar, Cónego – o. c., p. 87.

¹⁴ Sobre este assunto vejam-se, entre outras, as obras de: ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Território Paroquial de Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização*. «Nova Renascença». Porto. Vol. 1, nº 2 (1981), p. 208 e COUSELO, Ferro – *Os petroglifos de término y las insculturas rupestres de Galicia*. Orense, 1962.



Foto 2.

decorativos da fímbria, é ladeada à sua direita por Deus Pai e à sua esquerda pelo Filho. Ambos seguram a Coroa em sinal de imposição. Sobre a coroa emerge, envolta em luz, a pomba do Espírito Santo. Sob esta cena, e no exacto limite por ela definido, corre uma inscrição a que nos referiremos adiante.

À esquerda, em painel distinto, está representado *S. Paulo Apóstolo* (foto 3) que, em posição de 3/4 e espada sobre o ombro esquerdo, contempla a cena da Coroação.

Na face nascente, dividida em dois painéis, no espaço vizinho ao painel de *S. Paulo Apóstolo* figura a iconografia de *Santo Antão ou Santo António Abade visitando S. Paulo Eremita/A conversação dos dois eremitas* (foto 4). *Santo Antão* apoia-se no tau e segura a campainha, seus atributos, enquanto *S. Paulo Eremita* levanta o braço direito para segurar o pão que lhe traz o corvo, sublinhando esta acção ao apontá-la com a mão esquerda.

O painel lateral, o mais fragmentado de todos, permite observar o braço de uma cruz, com um braço preso, em diagonal, e uma figura nimbada com manto, indicando uma *Crucifixão* (foto 5), A figura nimbada representará *S. João*.

Na face da cobertura permanecem vestígios de um céu estrelado.



Foto 3.



Foto 4.

O programa iconográfico, tendo embora por tema central a *Coroação de Nossa Senhora*, indicia a motivação eremítica do abrigo no que respeita à escolha da *Conversa dos dois eremitas*, uma das cenas do encontro entre os dois Santos.

A vida de São Paulo de Tebas (n. 229), o primeiro eremita, foi escrita por S. Jerónimo que o intitula *de Princeps vitae monasticae*. Santo Atanásio e S. Jerónimo contaram a vida de Santo Antão (n. 351), também cenobita da Tebaida¹⁵, sendo a vida dos dois eremitas ficcionada e popularizada na *Legenda Aurea*¹⁶.

Quando Santo Antão, no final da sua vida, visita S. Paulo no deserto este era então alimentado por um corvo que milagrosamente lhe trazia metade de um pão. No dia do encontro, Cristo duplica a ração que os dois Santos dividem entre si. A *Fractio Panis* foi interpretada pelos teólogos como símbolo da *Última Ceia* e do *Sacrifício da missa*, glosa eucarística muito antiga já representada em baixo-

¹⁵ Cfr. RÉAU, Louis – *Iconografia del arte cristiano. Iconografia de los Santos*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1998, t. 2, v. 5, p. 23 e t. 2, v. 3, p.108, respectivamente. (Edição original em língua francesa de 1957).

¹⁶ VORÁGINE, Santiago de – *La Leyenda Dorada*. Madrid: Alianza Forma, 1996, v. 1, p. 97-98 e 107-111. A *Legenda Dourada* foi escrita em latim, c. de 1264, por Jacopo de Vorágine ou de Varazze.



Foto 5.

-relevo na cruz de Ruthwell (sec. VII, Nortumbria) onde se lê a inscrição: *Paulus et Antonius fregerunt panem in deserto*¹⁷.

A devoção a S. Paulo Eremita difundiu-se particularmente a partir do século XIII com a Ordem de São Paulo ou dos Paulinos, fundada na Hungria em 1252. Como o seu homónimo, São Paulo Apóstolo é patrono dos fabricantes de cestos¹⁸, tal como Santo Antão¹⁹. A ordem dos antoninos, foi fundada no século XI com uma vocação hospitalária. Especializou-se no tratamento de doenças contagiosas, convertendo Santo Antão em santo curador²⁰, o que lhe trouxe uma imensa popularidade. O *fogo de Santo Antão*, a peste e a sífilis eram as doenças para as quais se invocava o santo.

Os cónegos de Santo Antão já estariam em Portugal no reinado de D. Sancho II. Aqui tiveram cinco casas maiores, sendo a mais antiga e cabeça de todas, a de Santo Antão de Bem Espera, na Diocese da Guarda, e outras fundações, espalha-

¹⁷ Cfr. RÉAU, Louis – o. c., t. 2, v. 5, p. 24.

¹⁸ Cfr. RÉAU, Louis – o. c., t. 2, v. 5, p. 25.

¹⁹ Cfr. RÉAU, Louis – o. c., t. 2, v. 3, p. 111.

²⁰ Cfr. RÉAU, Louis – o. c., t. 2, v. 5, p. 110-111.

das pelo reino, às quais se deu o nome de *petitórios*, cuja localização é mal conhecida²¹.

Os eremitas da Serra de Ossa, cuja data de instalação não é clara, multiplicaram a suas casas durante o século XV e receberam, no século XVI, confirmação apostólica sob o título de São Paulo Eremita²².

Embora não tenhamos encontrado qualquer referência documental à existência de uma fundação eremítica ligada aos cónegos de Santo Antão ou aos eremitas de S. Paulo em Sendim/Picote²³, é indubitável que a iconografia do abrigo atesta uma motivação eremítica, muito embora a sua encomenda e factura possa dever-se a devoção de origem laica. A construção da capela, dedicada a S. Paulo parece atestar a existência no local, de uma comunidade de eremitas, ou simplesmente de um eremitão.

Retomando a pintura mural de *Os Santos*, cabe ainda notar que a representação da *Crucifixão*, tema máximo do sacrifício de Cristo e da Redenção, deverá relacionar-se iconograficamente com a *Fractio Panis*, símbolo do Sacrifício da Missa.

O tema glorioso da *Coroação de Nossa Senhora* constitui uma variante da *Assunção da Virgem*. A *Coroação de Nossa Senhora por anjos* corresponde a uma representação artística frequente na Idade Média, e a *Coroação pelo Seu Filho* é comum nos tímpanos das catedrais góticas dedicadas a Santa Maria, nos séculos XIII e XIV. Terá sido a partir dos inícios do século XV que a *Coroação pela Santíssima Trindade* se desenvolveu na arte ocidental em França, Itália e Espanha²⁴. Segundo German de Pamplona, esta iconografia tem influência na evolução da teologia mística mariana, que aproxima a relação entre a Virgem e a Santíssima Trindade²⁵.

A *Coroação da Virgem* constitui um motivo muito popular na arte cristã, embora esteja ausente das Escrituras. Foi um tema popularizado por Gregório de Tours e, posteriormente, por Jacoppo de Vorágine na *Legenda Aurea*. Com o objectivo e enfatizar este momento de glorificação é frequente que sejam incluídos vários personagens da corte celestial, como anjos, serafins e querubins, bem como santos, apesar dos anacronismos, cuja devoção à Virgem é especialmente relevante²⁶.

²¹ Cfr. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Barcelos, 1967, v. 1, p.135.

²² Cfr. ALMEIDA, Fortunato de – *o.c.*, v. 1, p. 330-331.

²³ Uma consulta mais aturada dos Arquivos de Miranda do Douro (da Câmara Municipal, da Catedral e do Museu da Terra de Miranda), revelará provavelmente documentação sobre esta fundação.

²⁴ Cfr. RÉAU, Louis – *Iconografia del arte cristiano. Iconografia de Biblia. Nuevo Testamento*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996, t.1, v. 2, p. 645. (Edição original em língua francesa de 1957).

²⁵ Cfr. PAMPLONA, German de – *Iconografia de la Santísima Trinidad en el Arte Medieval Español*, Madrid: C.S.I.C., 1970, p. 165.

²⁶ Cfr. RÉAU, Louis – *Iconografia del arte cristiano. Iconografia de Biblia...*, p. 645.

A *Assunção* e a *Coroação* são temas assiduamente sobrepostos na pintura e na escultura retabulares. São disso exemplo a *Assunção de Nossa Senhora* (M. N. M. C.), tábuas central de um retábulo comprado no Norte de França em 1529, pela abadessa do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Celas (Coimbra), D. Leonor de Vasconcelos²⁷ e o volante direito do *Tríptico do Bom Jesus* (Museu de Arte Sacra do Funchal), datado dos inícios do século XVI, atribuído a Joos Van Cleve, no qual a *Coroação* é feita pela *Santíssima Trindade*²⁸.

Já o conjunto retabular dedicado à vida da Virgem, do designado Mestre de Arruda dos Vinhos, apresenta um painel onde figura a *Coroação de Nossa Senhora feita pela Santíssima Trindade* apenas ambientado por anjos, em painel autónomo da tábuas da *Assunção da Virgem*. Datável de c. 1560, o retábulo integra-se num ponto de encontro entre a tradição e as receitas maneiristas²⁹. Igualmente em linguagem de referente maneirista a tábuas da *Coroação da Virgem pela Santíssima Trindade* guardada na sacristia da igreja de S. Gregório de Vale de Afonsinho (Figueira de Castelo Rodrigo) apresenta, tal como na *Coroação de Os Santos*, unicamente Nossa Senhora, o Pai, o Filho e a pomba do Espírito Santo.

Os exemplos que referimos poderão indiciar que a representação deste tema, em Portugal, se reporta ao século XVI já adiantado, não depreciando, no entanto, a possibilidade da existência de casos mais precoces.

Na Europa o tema é, indubitavelmente, já do final da Idade Média. Tal como Réau e German de Pamplona, Panofsky acentua que é nos séculos XV e XVI que a coroa é imposta em conjunto pela Trindade³⁰.

Reportando-nos à pintura mural datável do século XVI, no caso português, o tema da *Coroação de Nossa Senhora* está presente em Santa Eulália de Arnoso (Famalicão), acompanhando a *Anunciação* e o *Pentecostes*, em clara iconografia de motivação mariana. Neste exemplar a *Coroação* é feita por anjos. No entanto, o presente estado do estudo da pintura mural dos séculos XV e XVI, em franca evolução, bem como a constante *descoberta* de pintura até agora desconhecida, não permitem ainda comparações entre o tratamento do tema na lapa de *Os Santos* e outros hipotéticos casos.

²⁷ DIAS, Pedro – *Assunção de Nossa Senhora*. In «No Tempo das Feitorias. A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos». Lisboa: S.E.C./I.P.M., 1992, v. 1, p. 154.

²⁸ CLODE, Luiza e PEREIRA, Fernando António Baptista – *Museu de Arte Sacra do Funchal. Arte Flamenga*. Lisboa: Edicarte, 1997, p. 68-69.

²⁹ SERRÃO, Vítor – *A pintura maneirista em Portugal: das brandas «maneiras» ao reforço da propaganda*. In «História da Arte Portuguesa», direcção de Paulo Pereira. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, v. 2, p. 443.

³⁰ Cfr. PANOFSKY, Erwin – *Peinture et Dévotion en Europe du Nord à la fin du Moyen Âge*. Paris: Flammarion, 1997, p. 65 (compilação de textos escritos originalmente em língua alemã, publicados entre 1927 e 1956).



Foto 6.

Como referimos acima, a cena da Coroação, representado na lapa *Os Santos*, é acompanhada de uma legenda, igualmente pintada (foto 6), em caracteres que se reportam ao século XVI, embora possam corresponder a época ligeiramente anterior.

Em 1947 Francisco Manuel Alves publicou uma primeira leitura desta inscrição, partindo de uma cópia enviada por António Maria Mourinho, concluindo da sua leitura:

«Esta obra de Nossa Senhora da / Glória mandou propôr A(ntonio?) E(steves?) Juão. Era em Jesus de 1553. Pinilo»³¹.

Actualmente a inscrição encontra-se mais fragmentada do que na época em que foi copiada por António Maria Mourinho. A danificação é mais radical no princípio e no fim da inscrição, onde há importantes zonas de descolamento do reboco, que tornam impossível a sua leitura. Apenas logramos ler algo tão fragmentário como:

«[ES]TA // OBRA //DE // NOSA // SNRA // SA[...]
[...]RIA // MÃDOU // [FAZER] // [PEDRO] // [AFONSO]

A data lida por Francisco Manuel Alves também não é visível, embora nos pareça que a datação de 1553 seja consentânea com a iconografia, bem como com a factura de carácter regionalizante deste conjunto de pintura mural.

³¹ Cfr. ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*. Porto, 1947, tomo 11, p. 436.

A degradação da pintura de *Os Santos* tem-se acentuado tão velozmente nestes últimos anos que o seu registo, estudo, consolidação e conservação se tornam absolutamente indispensáveis.

A excelência do local, a raridade de pintura de temática religiosa em abrigo de rocha, bem como a sua importância para o estudo das atitudes devocionais, conferem a *Os Santos* uma qualidade que não podemos descuidar.

Bernardino Vieira de Oliveira *

Notas históricas sobre o concelho de Mesão Frio

«Aos filhos do Douro que sempre foram marinheiros».

1. LOCALIZAÇÃO E ANTIGUIDADE DE MESÃO FRIO

«Nenhuma região vinhateira produz tão caro, nenhuma colhe, na sua produção, em todo o Mundo, menos margem de lucro. A insistência com que o duriense se prende ao cultivo da sua terra tem iludido muita gente [...]. Compram quintas, renovam, constroem, [...]. Por fim, feitas as contas, não compreendem. Olham as paredes dos socalcos, erguidas palmo a palmo, recordam como as cepas, para entrarem na terra, exigiram que se cavassem trincheiras, se esboasse a rocha; notam a violência do granjeio, o custo dos trabalhos. [...] A cada instante, vem a tempestade que arrasta os muros para a margem do rio e destrói o esforço do passado. Reconstituem-se os muros, aguarda-se melhor sorte. Se um ano dá lucro, rompem-se mais dois calços, plantam-se de vinha [...] ali mesmo onde a vinha não compensa»¹.

O Concelho de Mesão Frio fica localizado no extremo Sul-Sudoeste do Distrito de Vila Real, na província de Trás-os-Montes e Alto Douro, situando-se o centro da vila num pequeno planalto, a 308 metros de altitude, sobranceiro aos rios Douro e Teixeira, numa pequena área de 2.685 hectares, distribuídos por uma população cuja densidade se aproxima dos 225 habitantes por Km², e lhe dá a segunda mais alta percentagem demográfica do Distrito.

Por via rodoviária Mesão Frio encontra-se a 27 Km de Amarante, 18 de Baião, 39 de Vila Real, e a 12 do Peso da Régua. É limitado a Norte e a Nascente por

¹ PEREIRA, Mário Bernardes – *O Cativo de Algemas Invisíveis*. Suplemento ao Caderno n.º 178 do Instituto do Vinho do Porto.

este último concelho, a Sul pelos de Resende e Lamego (confinados pelo rio Douro), e a Poente e a Oeste pelo concelho de Baião, já no distrito do Porto.

Deste concelho fazem parte integrante as freguesias de Barqueiros, Cidadelhe, Oliveira, Santa Cristina, S. Nicolau, Vila Jusã e Vila Marim.

A cota mais alta do concelho fica no monte de S. Silvestre, em Vila Jusã, a 531 metros de altitude, e a mais baixa localiza-se a Sudoeste, no lugar de Porto de Rei, 50 metros acima do nível do rio Douro.

Além deste rio, o concelho de Mesão Frio é banhado na sua área territorial pelos afluentes Teixeira e Soromenha (ou Sermenha), ambos oriundos das fragosas encostas da serra do Marão, orientando de Norte a Sul os seus pequenos cursos de água, mais caudalosos no Inverno e quase secos no Estio.

Geologicamente, o concelho pertence à vasta zona xisto-câmbrica, que se estende até ao rio Tua, embora apresente uma pequena área granítica na parte Sudoeste da freguesia de Barqueiros, onde, em 1757, se deram os primeiros passos para as famosas Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro.

Quem vier do Sul, pela estrada de Amarante que passa pelo Alto de Quintela, e prosseguir na acentuada descida, não pode descuidar-se a admirar o vale verdejante do antigo concelho e vila da Teixeira: a estrada, com bom piso, mas sempre a descer em consecutivas curvas apertadas (onde, há duzentos anos, as liteiras e carroções dos senhores da Junta da Companhia faziam o percurso inverso em demoradas horas), descai, lá no fundo, sobre o rio Teixeira, transpondo-o pela denominada Ponte de Carrapatelo, sólida obra de granito reconstruída em 1843, tendo por alicerces os de outra muito antiga que se encontrava em ruínas.

Ultrapassando o lajeado da estreita ponte, ornamentada com quatro esferas decorativas de feição genuinamente oitocentista, entramos em Mesão Frio, antiquíssima vila situada nas faldas da serra do Marão e defronte da serra das Meadas, cujo relevo orográfico forma uma espécie de planalto ou mesão que estará, provavelmente, na origem etimológica da sua toponímia.

Mesão Frio nasceu para a História em 1093, quando o conde D. Henrique recebeu, de D. Afonso VI, o Condado Portucalense.

Já nesta época dava-se a esta povoação o nome de *Meijon frio*. E é ainda este nome que a Vila toma quando D. Afonso Henriques, em Fevereiro de 1152, lhe outorga o primeiro Foral, o que sugere a importância que o nosso primeiro rei dava à promoção do desenvolvimento.

Pinho Leal afirma que Mesão Frio já existia no tempo dos godos²; no entanto, as fontes históricas omitem a época da sua fundação e a origem etimológica do seu próprio nome, pelo que tal sugestão não tem qualquer credibilidade.

■ LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. 1875, vol. 5, «Mesão Frio», p. 198A.

Anteriormente a esta data (1093), especificamente de Mesão Frio nada sabemos.

A derivação toponímica de Mesão Frio sofre, no decorrer dos tempos, variações na grafia, constatadas em documentos medievos, e que são, inevitavelmente, a consequência lógica da evolução da língua portuguesa.

Como exemplo do que afirmamos, fomos encontrar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Livro II, *Doações de D. Afonso III*, folha 28), uma doação feita em Agosto de 1140 por D. Afonso a um Martinho Calvo, da Igreja de São Martinho de *Meison Frigido*. No mesmo Arquivo, datada de 1145, a mesma doação «limitada pela vinha do Casal», pelo mesmo rei ao mesmo enfiteuta, natural da povoação de *Meygion Frigido*. E, em Abril de 1180, um certo Baldovino e mulher fizeram doação a D. Fernando, bispo da Sé Portucalense, de duas leiras de vinhas em *Meyon Frio*, sob determinadas condições:

«Em nome de Deus. Amen. Saibam todos que examinarem o presente instrumento que eu, Francisco André, tabelião público da Cidade do Porto, vi, li e cuidadosamente examinei determinada carta antiga cujo teor por palavra (de verbo ad verbum) tal é: a guarda fiel dos documentos que atestam as acções é testemunha inabalável e, surgindo calúnias, presta bons serviços à verdade. Por isso, eu, Baldovino e minha mulher Elvira Ermiges, fazemos esta carta de doação com toda a firmeza a vós, D. Fernando, que ocupais a Sé Portucalense, e a toda a comunidade da igreja de Santa Maria, da nossa herança, a saber, duas leiras de vinhas que temos na vila de Meyon frio, uma das quais parte com uma vossa vinha e outra com uma vinha do nosso clérigo, o monge Gonçalo. Com efeito damo-vos as mencionadas propriedades em composição do delito que cometemos violando o vosso couto de S. Fausto. Vós, porém, movidos por um sentimento de piedade, concede-nos outra vez o usufruto daquelas vinhas e nós, constituídos tributários em um quinal de vinho em cada ano, pagar-vos-emos este tributo, somente durante a vida de um de nós, isto é, depois da morte far-se-á daquelas vinhas o que vos aprouver. E se alguém, parente ou estranho, tentar infringir a dita composição, paga-la-á integralmente e ainda, pagará quinhentos soldos em moeda da terra ao detentor desta carta. Feita a carta de doação e firmeza na Era de 1180 do mês de Abril. Eu, Baldovino, e minha mulher Elvira Ermiges, que mandámos fazer esta carta, confirmamo-la por nossas mãos perante testemunhas idóneas. Foram testemunhas presentes: Gonçalo, Pelágio, e Mendo. Soeiro a escreveu. E eu, Francisco André, tabelião acima mencionado, reduzi a pública forma, palavra por palavra, a referida carta, nada acrescentando e daí extraí este instrumento público e em testemunho da verdade lhe apus o meu sinal abaixo escrito. Fez isto (ou este) na Cidade do Porto no dia 6 de Outubro»³.

³ LENCASTRE, José de – *A viticultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses*. 1953.

Pela leitura (actualizada) desta doação, a partir do original que se encontra nos *Pergaminhos do Cabido*, Livro XXX dos Originais, fl. 30, do Arquivo Distrital do Porto, prova-se que em apenas meio século, Mesão Frio (já na época um importante município) aparece mencionado em documentos oficiais com três formas diferentes de grafia.

Cinco anos depois, e comprovando a existência do cultivo da vinha neste antigo concelho, Baldovino, provavelmente o mesmo do documento anterior, ofereceu ao Mosteiro de São João de Tarouca, como dote eclesiástico de um filho professo, uma vinha (*Offero ibi cum eo meam vineam*⁴) em Mesão Frio, e toda a legítima que por morte de seu pai lhe coubesse.

Em 1211, é já o *Concellium de Mansionis Frigido* que aparece como possuidor de uma herdade em Vila Marim, que constava de casas, forno, vinhas e hortas, e da qual faz venda a Afonso Pires e sua mulher. Esta herdade tinha sido comprada pelo concelho de Mesão Frio a D. Rodrigo Mendes (rico-homem de Barqueiros), que a tinha adquirido a um Miguel Picon; este perdera-a por ter morto «aleivosamente» G. Pais, mordomo do referido Rodrigo Mendes.

Esta compra, que se encontra entre os Documentos de Tarouca, e data do princípio do século XIII, assinala a importância da cultura da vinha, para além da circunscrição administrativa do «burgo» de Mesão Frio, e a importância de elementos de um grupo social (vizinhos) da primeira nobreza e que eventualmente serviam na Corte Real como protectores ou padroeiros dos povos.

Esta vila, que terá atingido o seu apogeu com a reforma do Foral Manuelino de 27 de Novembro de 1513, limitando uma área jurisdicional desde o rio Corgo até ao rio de Galinhas, em Canaveses, e com direito a cobrar impostos nos concelhos de Penaguião, Godim, Barqueiros, Teixeira, Gestação e Julgado de Vila Marim, entrou em declínio na época dos Filipes, muito por culpa do seu não alinhamento político.

Na época medieval, Mesão Frio foi uma localidade que, pelo seu estatuto de um dos quatro concelhos-burgos, albergava gente de várias etnias. Nos princípios do século XVI, encontramos na sua Carta de Foral a existência de escravos:

«[...] e pagar-se-á mais de cada cabeça de gado vacuum assim grande como pequeno um real, e do porco meio real, e de carneiro e todo outro gado miúdo, dois ceitis. E de besta cavalgar ou muar e de besta asnal um real. E do escravo ou escrava ainda que seja parida seis reais e se se forrar dará o dízimo da valia da sua alforria porque se rematou ou forrou [...]».

Ainda em meados do século XIX, o Administrador do concelho, em Ofício n.º 24 ao Governo Civil de Vila Real, datado de 8 de Março de 1855, dava notícia de uma outra forma de escravidão:

⁴ A.N.T.T., Livro das doações de D. Afonso III, fl. 74.

«*Anda bagabundo sem ter modo de vida conhecido, Manoel Jozé, de 55 polegadas d' altura, de 17 annos de idade, exposto que foi da roda desta villa*⁵, não se tendo até hoje dedicado a trabalho algum.

Consta que este rapaz com outros estão contratados para embarcarem para paíz estrangeiro, estando proxima a sua partida, desendo-se com publicidade que é para fim de escravatura. Consulto a vossa excelencia se o devo mandar capturar para o serviço militar por todas as referidas circunstancias, indo assim prehencher um lugar que a sorte destinou para um mancebo que é util á agricultura, ou ás artes.

2. FOROS ENFITÊUTICOS EM TERRAS DE MESÃO FRIO

Em 13 de Agosto de 1832, Mouzinho da Silveira apresentou o Decreto que eliminava, definitivamente, as Cartas de Foral, que ainda hoje constituem para os seus possuidores, como Mesão Frio e Barqueiros, um motivo de orgulho e atestado idóneo da sua antiguidade.

Como herança nada invejável destes direitos e obrigações consuetudinários, ficaram os foros enfitêuticos que fomos encontrar nos *Livros das Actas* da Junta Paroquial de S. Nicolau no período compreendido entre 1896 e 1927, e nos *Livros Velhos dos Foros* da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio nos séculos XVIII e XIX, e que estiveram na origem de constantes lutas judiciais entre estas instituições usufrutuárias e os enfiteutas devedores.

No Livro n.º 69, folha 232, pertencente ao Arquivo desta última Instituição, aparecem como foreiros os seguintes proprietários:

«*Baltazar Vieira de Vasconcellos e seus irmãos do lugar de Valmoreira, de barqueiros [que] pagão dous alqueires de trigo, hũm alqueire de pam de segunda e vinte almudes de vinho verde [novo], tudo pela medida nova. Em Junho de 1735 sendo provedor Diogo Guedes de Mesquita se comutou este foro em dinheiro e em seis mil reis cada anno como consta do livro velho das elleisois a folhas 45*».

Umás folhas mais além, «*Alexandre Pinto e António Pinto, de Barqueiros, e consortes na fazenda que foi de Manoel Fernandes pagam hũo frango e sinco almudes de vinho verde á bica pla medida velha de tudo a metade cada hũo*.» E na folha n.º 23 A, do mesmo Livro, «*Antonio Rodrigues de Alvarenga, de Barqueiros, paga dous alqueires de trigo e dezoito almudes e meio de vinho verde, tudo p'la medida velha, medido á bica. A saber, quinze almudes e os dous alqueires de trigo, p'la fazenda que foi do dito Diogo de Azeredo e consta do dito herdeiro, e*

⁵ A Roda dos Expostos, da qual apenas restam, para a memória dos vindouros, os «Livros dos Expostos» do Arquivo da Câmara, como testemunhos silenciosamente acusadores da maior chaga social do concelho, nos séculos XVIII e XIX, foi encerrada definitivamente no ano de 1875.

tres almudes e meio p'la fazenda do Ribeiro que foi de seu pai Pascoal Rodrigues em que he consorte com Francisco Monteiro do lugar do Ribeiro».

Seria fastidiosa a transcrição do vasto rol de foreiros em dívida à Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, e que ocupa volumosos manuscritos à disposição de quem queira pesquisar o que restou da passagem inglória por esta vila dos invasores napoleónicos, em 11 de Maio de 1809.

Esta instituição religiosa que nasceu, objectivamente, para assistir aos mais necessitados, acompanhar misericordiosamente os casos de viuvez e orfandade, doenças e abandonos, foi, de longe, o maior proprietário de bens imóveis deste concelho, desde que em 1560 foi fundada por André da Fonseca, até princípios dos anos trinta deste século, e o não menor hipotecador de foreiros em dívida, de que é exemplo este traslado datado de 22 de Junho de 1820, longe das intenções pias em que se baseou a sua fundação:

«Joaquim Pinto da Fonseca, da Villa de Barqueiros, e sua mulher Antonia Luisa, trassem á rasão de juro de sinco por cento desta Santa Casa a quantia de vinte e tres mil e dusetos e sincoenta reis metal, importe da quarta parte do capital de noventa e dois mil e dusetos reis que devia Jose Pinto da Fonseca, e sua mulher Luisa de Barros carregado no Livro Velho do Juro a f. 125 e vº e a f. 190 e vº do mesmo livro por escritura que fez o tabelião Jose Cardozo em 22 de Junho de 1820 com a declaração de correrem os juros do dia vinte e seis de Abril perterito, de que forão fiadores Manoel Cardoso e Jose Pinto da Fonseca do mesmo Barqueiros. Hipotheca hua morada de casas em que vivem, com seus arredores, citta no lugar do Soutinho, do mesmo Barqueiros, que parte do nascente com Manoel Pereira Branco, e poente com Antonio Monteiro.

Proprio 23\$250

Juro Anual 1\$165»⁶.

Na segunda metade do século XIX, a lei da desamortização de 4 de Abril de 1861 vibra um duro golpe nos bens da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, ao desvalorizar, sucessivamente, os seus bens de «mão morta», os quais, não podendo, por força da citada lei, acumular-se no rol de bens de instituições particulares, como eram todas as Misericórdias do país, trocavam-se obrigatoriamente por títulos de dívidas públicas, medida que levou à desvalorização contínua dos rendimentos da Santa Casa.

Como quase todos os bens que foram legados à Misericórdia de Mesão Frio se encontravam cativos de pagamento de foro, com a inflação que constantemente abalava o país, muitas das vezes os rendimentos desses bens aforados não bastavam sequer para pagar esse imposto que prevaleceu até 1972, época em que esta Misericórdia dispunha, entre outros, *«de um foro de 50 litros de vinho e 2\$00*

⁶ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, *Livro de Foros*.

em dinheiro, respeitante à vinha do Espírito Santo de Cima (outrora chamada vinha dos Goilões), actualmente integrada na Quinta da Picota. O vinho era pago pelo São Miguel (29 de Setembro) e o dinheiro pelo Natal. O enfiteuta era Alexandre de Azeredo Lobo Almeida Leme (herdeiros), hoje representado por D. Maria do Carmo de Azeredo da Silveira Sampaio Melo e Leme, residente na Casa da Penalva, freguesia de Ancede, concelho de Baião, proprietária da Casa da Picota, da vila de Mesão Frio, e que pagava por 20\$00 a importância devida em dinheiro (2\$00). Este foro era anterior a 1756»⁷.

Do vasto império enfiteutico desta Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, actualmente apenas lhe resta o edifício onde funciona a Agência do Banco Totta & Açores, o histórico edifício hospitalar e a antiga Casa-Asilo Doutor Vicente Sequeira, na antiga Praça da Erva, hoje Largo do Cruzeiro.

Uma outra instituição religiosa que também era credora dos foros neste concelho foi a Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Nicolau, cujas *Folhas de Cobrança* se encontram no arquivo paroquial desta freguesia e me foram facultadas, para consulta, pelo Rev.º António Manuel Leite Pires. Nas doze folhas datadas de 23 de Dezembro de 1840, aparecem como foreiros António de Gouveia Peixoto, da Quinta das Fontainhas, pela qual pagava anualmente dois almudes de azeite; o Rev.º João Ferreira da Rocha, um almude de azeite; António Botelho Camelo e Castro, da Quinta de Souto Maior, três canadas de azeite; o Barão de Fornelos, da Quinta do Barreiro, duas canadas de azeite; a Quinta da Gafaria que pertencia a António Lourenço Monteiro das Alcarias, um cântaro de azeite (que equivalia a oito canadas); a possuidora da Quinta da Maria Criada, quatro canadas de azeite; o senhor Bento da Silva pagava 500 réis de imposto pelas vinhas do Chavasco; os herdeiros de José Maria Borges de Cerqueira Alpoim, da Quinta da Rede, também 500 réis a vencer no Natal; os herdeiros de António Pinto Guerra, de Vila Marim, dois alqueires de castanha pilada; e o Sr. Sebastião Leme e Melo, canada e meia de azeite da sua vinha da Pereira.

Como se verifica, por esta transcrição sumariada, a Confraria preferia que os seus foros fossem onerados em azeite ou dinheiro, o que não era de estranhar dada a sua condição religiosa. No entanto, apesar de ser uma instituição com carácter religioso, *et ipso facto* credora de intenções pias, eram constantes as fugas ao fisco enfiteutico, do que resultavam volumosos processos correcionais que se arrastavam penosamente, de geração em geração, pelas repartições judiciais.

O Testamento Cerrado de Anastásia Rabela redigido a 12 de Outubro de 1681, e codicilado onze dias depois, ainda se arrastava pelo Julgado de Mesão Frio em 16 de Outubro de 1837 (156 anos após a morte da testadora...), num volumoso Auto de Libelo de Abolição de Encargo Pio, em que era executado o

⁷ DIAS, António Gonçalves – *Monografia simplificada da Misericórdia de Mesão-Frio*. 1993, p. 24.

Reitor da freguesia de S. Nicolau (Lourenço de Azevedo Tovar) e exequente Dona Maria do Carmo Vieira da Mota e seu marido Bernardo José Vieira da Mota, da Casa do Juncal de Tuías, do qual transcrevemos apenas a parte do Libelo:

«Por libello de abolição de encargo pio dizem como autores Dona Maria do Carmo Vieira da Motta, e seu marido Bernardo José Vieira da Motta: contra o actual reitor de São Nicolau desta villa, ou quem suas vezes fiser; e juntamente o sub delegado do procurador regeo neste mesmo julgado de Mezão Frio – sendo necessario – provará que entre os mais bens de que são senhores, e possuidores no lugar de Barqueiros e seus lemites, e suburbios, bem assim o são de hum piqueno terreno de inferior qualidade chamado o Campo do Bacello por baixo de Pinhal no sitio de Valpenteiro que herdarão por morte de Angelina Thomasia do lugar de Vila Jusã, e que tem rendido por arrendamento annual até ao São Miguel de mil oitocentos e trinta e tres, mil e dosentos reis, e por algumas bemfeitorias pouco mais renderá de futuro – provará que este terreno de Bacello dis-se onerado com huma missa anual dita pelo reitor de São Nicolau da Villa de Mesão Frio, e pela qual exige, o mesmo reitor, todos os anos a penção de alqueire e meio de trigo que se tem pago; e que não deve continuar, mas sim abolida – provará que segundo o direito taes encargos pios, principalmente quando absorvem tudo, ou a maior parte do rendimento da propriedade onerada devem ser abollidos, e sempre forão em outro tempo pelo antigo desembargo do paço, ficando os bens / que devem sêr o patrimonio dos vivos, e não dos mortos / livres, e desembargados para seus senhores, e possuidores – o que se pede que assim se julgue, procedendo-se nas diligencias necessarias

A) O Bacharel José Coelho Fragozo».

Como se verifica, todos os bens imóveis, onerados com os pesados grilhões dos foros, arrastaram durante séculos estes antigos condicionalismos, que somente por Carta de Venda podiam ser remidos, em conformidade com a lei de 28 de Agosto de 1869, confirmada pela lei de 25 de Janeiro de 1911, do então Ministro das Finanças, Dr. Afonso Costa.

Em 11 de Março de 1921, Tomás Cardoso Ferreira, possuidor de alguns bens imóveis que pertenceram aos herdeiros do Barão de Fornelos, libertou o foro que onerava o Prazo da vinha denominada os «Quarteirões», ao Poente da freguesia de Vila Jusã, quando comprou em hasta pública, por dez escudos e dois centavos, o imposto enfitêutico cujo prazo foreiro e domínio directo pertencia, desde 1681, ao suprimido Convento de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia:

«António José de Almeida, Presidente da República Portuguesa. Faço saber, aos que esta Carta de pura e irrevogável venda virem que, precedendo as diligências, anúncios e solenidades da lei e estilo, arrematou em hasta pública, na Direcção Distrital de Finanças de Vila Real no dia onze de Março de 1921, Tomás Cardoso

Ferreira, de Mesão Frio, pela quantia de dez escudos e dois centavos, na conformidade da lei de 28 de Agosto de 1869 e decreto com força de lei de 25 de Janeiro de 1911, o seguinte fôro, que pertencia ao Suprimido Convento de Corpus Cristi, de Vila Nova de Gaia, e sob o número dois posto à venda na lista trinta cinco mil duzentos noventa sete, com o abatimento de vinte por cento, a que fica sujeito o respectivo laudémio, nos termos do artigo 13º da mesma lei, a saber: Concelho de Mesão Frio, Fôro de quinze centavos, com laudémio de cinco-um, imposto em parte da vinha, denominada dos Quarteirões, na freguesia de Vila Jusã: confronta por todos os lados com a enfiteuta D. Virgínia Amélia Pereira dos Santos.

E tendo o arrematante entregue na Agência do Banco de Portugal em Vila Real no dia dezasseis de Março de mil novecentos e vinte e um o preço da arrematação, e no dia imediato na tesouraria do indicado Concelho a quantia de noventa e seis centavos de contribuição de registo e emolumentos como constou dos respectivos recibos números 1142 e 166, hei por bem transmitir-lhe, por irrevogável e pura venda, toda a posse e domínio que no referido fôro tinha a mesma corporação para que o arrematante, seus herdeiros e sucessores o gozem, possuam e disfrutem como próprio. Pelo que, mando a todas as autoridades ou justiças, a quem o conhecimento desta carta haja de pertencer, que, sendo por mim assinada de chancela e referendada também de chancela pelo Ministro das Finanças e competentemente selada e registada nos livros respectivos, a cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar, sem dúvida ou embargo algum; e em sua observância o Administrador do Concelho de Mesão Frio sendo-lhe esta apresentada, depois de exarada a verba de ficarem anotados na Direcção distrital de Finanças os assentos relativos ao mesmo fôro, faça dar posse dele ao arrematante, de que se lavrará auto, para todo o tempo constar a referida venda.

Dada nos Paços do Governo da República, aos 29 de Abril de 1921

A) António José de Almeida».

3. CHOLERA MORBUS EM 1855

A relação profunda entre o barco rabelo e os vinhos do Alto Douro encontra-se indissociavelmente ligada a Barqueiros, freguesia no limite fluvial do concelho de Mesão Frio.

Barqueiros, que viveu como concelho rudimentar⁸ durante mais de seis séculos (1223-1836), emancipou-se como município muito por culpa da navegação à vela no rio Douro e da ocupação secular dos seus habitantes.

⁸ Embora Alexandre Herculano o classifique como concelho imperfeito, a existência do Juiz de Fora de Mesão Frio, a presidir aos destinos do seu município, relega Barqueiros para uma posição secundária na sua autonomia administrativa como concelho.

Desde quando é que o barco rabelo navega nas águas do Douro? perguntava, em 1940, um etnógrafo numa edição da Junta de Província do Douro Litoral.

Era preciso recuar além de qualquer memória escrita, à procura da génese etimológica desta aldeia ribeirinha, para nos situarmos na resposta procurada por Armando de Mattos, mas as mais antigas referências escritas sobre esta povoação somente se encontram com a outorgação do seu primeiro Foral, datado de 1223⁹.

Bem sabemos que, durante séculos, o único meio de transporte e comunicação entre as terras de Riba Douro e litoral foi um barco de rio de montanha, de fundo chato, sucedâneo dos antigos barcos de couro que os celtas irlandeses trouxeram até nós antes da pré-romanização, mas somente em 1756, com a instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, este primitivo transporte da pólvora dos arsenais de el-rei se institucionalizou como o *ex-libris* da navegação do Douro antigo.

As tripulações dos barcos rabelos, que orgulhosamente se intitulavam Marinheiros («*porque navegavam até ao mar*»¹⁰), fugiram à servidão da gleba, mas jamais se conseguiram libertar do jugo da miséria social: enquanto que, por todo o concelho de Mesão Frio, proliferavam os edifícios brasonados construídos para além do terceiro quartel do século XVIII, Barqueiros, freguesia pobre do concelho de Mesão Frio, como bem definiu Correia de Azevedo, não possui um único edifício daquela época, nem, tão pouco, ostenta nos seus pergaminhos qualquer brasão armoriado.

Toda a vida económica desta aldeia, sem tempo para a construção de casas brasonadas, girava à volta do Barco Rabelo. Na sua faina encontrava-se empenhada quase toda a população útil¹¹, e até para os amanhos das poucas terras de cultivo eram contratados jornaleiros das vizinhas freguesias de Santa Maria de Frende, Gestaçô e Loivos da Ribeira. Os seus terrenos, geologicamente divididos entre o granito e o xisto, eram propícios ao cultivo do pão, do pinho e do castanho¹², e somente a partir de meados do século XVIII a vinha começou, progressivamente, a ocupar espaços anteriormente ocupados por outras culturas¹³. Ainda hoje se encontra na toponímia local sítios denominados Souto Ruivo, Soutinho, Souto das Velhas ou Souto do Vale das Casas, como antigos locais privilegiados

⁹ A nebulosa existência de um foral datado de 1123, de que fala Franklin, carece de fundamento. A ser verdade, Barqueiros colocar-se-ia entre as primeiras localidades do Reino Portucalense a ser privilegiada com a Carta de Foral.

¹⁰ MATTOS, Armando de – *Barco Rabelo*. 1940, p. 38.

¹¹ Em 1886, entre a população útil de Barqueiros, havia 638 marinheiros e 30 arrais. (FORNELOS, Álvaro Maria de – *Memória Histórico-Económica do Concelho de Mesão-Frio*. 1886, p. 99)

¹² Em 1532 Barqueiros pagava de dízimo a El-Rei 500 alqueires de castanha. (DIAS, Augusto – *Lamego do século XVI*. 1947, p. 40)

¹³ Em 1840, antes da invasão do oídio e da filoxera, Barqueiros apenas produziu 73 pipas de vinho. (FORNELOS, Álvaro Maria de – *o.c.*, p. 106)

para a produção de castanho. Até ao rompimento da via férrea em 1879, esta madeira era toda absorvida nos estaleiros dos barcos rabelos que se espalhavam nas imediações do antigo cais do Bernardo, onde principiava a velha estrada de sirga que, sempre marginal ao antigo leito do rio, ia do Bernardo até à Régua.

Hoje, essa secular estrada de sirga está submersa pela cota das águas das albufeiras, como submersa se encontra toda a memória antroponímica dos habitantes desta velha aldeia: um Domingos Rabelo, que nos aparece como conhecedor profundo das terras do concelho de Mesão Frio nas primeiras Demarcações Pombalinas, ou uma Anastásia Rabela, testamenteira de seus bens em 1681, não foram únicos testemunhos destes apelidos ou alcunhas, tão vulgarizados em todo o concelho de Mesão Frio até meados deste século. Diversos testamentos dos séculos XVII e XVIII, que pertencem ao Arquivo particular da Quinta dos Quarteirões e ao Arquivo Paroquial da Igreja de São Nicolau, falam de várias gerações de Rebelos como testemunho importante deste meio de transporte neste concelho. Actualmente, na freguesia de Barqueiros, não existe um único recenseado com aquele apelido. Mas, aquilo que foi durante séculos motivo de orgulho¹⁴, seria, em meados do século XIX, o veículo de propagação de uma epidemia que originou, em tão curto período, o maior índice de mortalidade no concelho: a cólera.

O primeiro alerta no Município de Mesão Frio da existência desta epidemia é dado a 30 de Abril de 1855 ao Médico de Partido pelo Administrador José Faustino Pinto da S. Cunha, em ofício n.º 37 que transcrevemos:

«Podendo por fatalidade acontecer que o assustador flagello da cholera invada este concelho, e sendo conveniente que para o combater se tomem desde já medidas sanitarias de precauçam, cumpre que V. Exc. Se digne comparecer nesta Administração àmanhã 1º de Maio».

Na mesma data, para o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio é despachado, com recomendação de urgência, o ofício seguinte, requisitando as instalações hospitalares daquela instituição, perante a eminência da epidemia que se aproxima proveniente das terras do Alto Douro marginais ao rio.

Dois dias depois, o pânico invade o concelho de Mesão Frio; o mesmo Administrador oficia ao Governo Civil as medidas imediatas que irá tomar:

«Tendo notícia de que o flagello da cholera-morbus se achava desenvolvido em Vila Nova de Fos-Côa, fis logo pôr na mais activa observancia as instruções que V. Exc. me metteo em Circular de 31 de Janeiro do ano passado, que desde então já [se encontram] em poder dos Regedores desde Concelho que achão bem dispostos a fazelas executar; instruções estas que outrossim se dão em todos os meus administrados.

¹⁴ «E, pelas Leis da Companhia, os arrais, feitores, marinheiros e serventes, tinham o foro de oficial da Companhia» (MATTOS, Armando de – o.c., p. 85).

Oficiei ao Provedor da Santa Caza da Misericordia desta Villa para ter ha enfermaria disponivel aonde se possão recolher todos os doentes atacados de tal molestia, o qual com rapidez a mandou apromptar com o sufficiente número de camas e roupas proprias para este fim.

Convoquei o Medico Cirurgião do Partido para me acompanhar a ha rigorosa vizita ás loges de comestíveis, bebidas, e istanques deste concelho [ilegível]; repetidos clamores ao meu conhecimento acabavão de chegar porque os sigarros se achavam apodridos e cheios de velor, e por isso prejudiciais á saude, e com effeito procedendo na manhã de hoje áquella vizita nésta villa, se encontrão em poder do Estanqueiro Domingos [ilegível] 34 massos de sigarros, no de Francisco Lopes Guilherme dez e meio; no de João P. Dias 4 massos, no de Jozé Pires 3 ditos; os quaes o Medico Cirurgião classificarão como avariados e [ilegível] prejudiciais à saude dos consumidores, e então por virtude do Disposto no artº 249, nº 3 do codigo Administrativo e artº 25 do D. de 3 de Junho de 1837 e demais legislaçam em vigor mandei apprehender e pôr em deposito aquella porção de sigarros que se inutilizaram à face do auto que estou formando [...].

Prossigo nesta diligencia nas demais freguezias deste concelho, do que encontrar darei a V. Exc. conta; sendo que não descuidarei em fazer cumprir e executar tudo quanto V. Exc. Indica em seo Officio nº 135 V. Recomendaçam de 25 de Abril ultimo»¹⁵.

O concelho ainda o não sabe, mas a freguesia de Barqueiros, desde tempos imemoriais na navegação do rio Douro, pagará o tributo de ser genuinamente a terra de arrais e marinheiros. A epidemia, proveniente de Espanha, entrará por Barca de Alva, e os seus portadores serão a tripulação dos barcos rabelos. Gente mal alimentada¹⁶ e de condição humilde, vivendo na aldeia em barracos insalubres e sem condições de higiene, eles serão «mensageiros» ideais na propagação da cólera de Mesão Frio.

O Administrador continua «a cumprir à risca as instruções superiores» e mantém em alerta permanente as «forças vivas» do concelho (Abades, Regedores e Delegado de Saúde); porém, com o ofício n.º 49 ao Governo Civil, datado de 18 de Maio, José Faustino Pinto da S. Cunha assume, definitivamente, o estado epidémico do concelho de Mesão Frio:

«Com viva magoa communico a V. Exc. que na freguezia de Barqueiros deste Concelho, estão dez marinheiros acometidos da cholera vindos da Barca D'Alva

¹⁵ Copiador das Ordens do Administrador do Concelho de Mesão Frio para diferentes autoridades, 1855.

¹⁶ «As ementas são frugais, como se pode ver: de manhã duas sardinhas assadas e meio quartilho de vinho; ao jantar, caldo de hortaliça, com batata, feijão ou massa e que elas engrossam com miolo de broa esfarelado, uma talhada ou ração (fatia) de carne de vaca ou cabrito e meio quartilho de vinho; à ceia, três sardinhas assadas, e meio quartilho de vinho» (MATTOS, Armando de – o.c., p. 88).

nos últimos dois dias. Algures me foi comunicada tão triste como aterradora notícia pelas 10 horas de ontem. Corri rapidamente áquella freguezia acompanhado de Enfermeiros de seo cargo, Médico, e Cirurgico-Médico do Partido deste Concelho, assisti á vizita de cada um dos enfermos, ministrando-se-lhes áquelles medicamentos que no momento se podiam dispor, conhecendo-se que oito cazos eram benignos, e dois perigosos. Neste mesmo momento que são onze da manhã sou noticiado que um destes dois acabam de falecer. Ontem á noite chegou outro barco de Barca d'Alva, aonde vinha um robusto homem acomettido de cholera, que dahi apoucas horas falecera. De momento para momento estão chigando mais barcos vindos de Barca d'Alva, todos elles trazem mais ou menos cholericos, que os vão deixando nas terras de sua residencia, de maneira que desde a Regoa até ás ruas do Porto deve hir apparecendo este flagello, o que sem dúvida se evitaria se se tivesse vedado o trânsito aos Barcos d'aquelles sitios, pois que só as tripulações é que são accomettidas – por enquanto... Tenho todas as desconfianças que naquella freguezia de Barqueiros grasse tal epidemia já por ser terra doentia, e já por a maior parte dos seus habitantes se occuparem na navegação de rio, e por isso mais aptos para a importarem como a experiencia tem mostrado.

Lembrei-me de mandar preparar na Caza da Quinta [de Bernardo] na extremidade da dita freguezia para se recolherem todos os doentes atacados, e não os mandar vir para o hospital desta Villa – que estando situado no meio d'ella pode lhe ser perigosa a occupaçam de taes doentes ao meio, porém vejo tendencias nos administradores da Santa Caza, e até hũa tal ou qual [instituíçam] de não quererem e menos dar couza alga para fora daquelle Estabelecimento com indignaçam de todos os habitantes desta Villa, que com razam estão horrorizados só com a lembrança de se propalar que taes administradores preferam antes a entrada dos cholericos no seo estabelecimento do que concorrer para o seu tratamento em differente Caza. Não sei se cabe na orbita das minhas atribuições o constranger aquele Estabelecimento á mudança de todos ou parte dos seus utencilios para um edificio remoto desta Villa, assim possão recolher e tractar todos os choléricos que porventura hajam neste Concelho, pois julgava ser isso um beneficio Geral, e que todos os habitantes reclamão; entretanto V. Exc. me indicará o que a este respeito obrar devo»¹⁷.

A leitura atenta e imparcial que fiz de todos estes officios do Administrador do Concelho de Mesão Frio ao Governo Civil de Vila Real, nos anos de 1854 e 1855, faz deste funcionário administrativo um individuo apavorado, bajulador, egoísta e caritativamente hipócrita¹⁸.

¹⁷ Copiador das Ordens ..., 1855, Officio n.º 49.

¹⁸ Os «massos de sigarros apodridos com velor», apreendidos no comércio local como medida preventiva contra a propagação da cólera, foi, mais tarde, assunto de sindicância a nível do Governo

O número de marinheiros afectados pela cólera continuava a aumentar, e, não obstante o Provedor da Santa Casa ter oferecido as instalações do seu Hospital situado no centro da vila de Mesão Frio, será criado um «lazareto» ou «azilo choletrico» no extremo da freguesia de Barqueiros, onde os marinheiros contagiados, ou com suspeitas de contágio, ficarão isolados do povo, tal como no século XVI se isolavam os leprosos na Gafaria do Concelho.

No período compreendido entre Junho e Setembro de 1855, a tripulação dos rabelos que regressava da navegação do Douro encontrava no Cais do Bernardo uma força militar que os conduzia ao Lazareto onde, em comunhão com outros companheiros de infortúnio, permaneciam de quarentena; no entanto, e apesar da fuga sem explicação do Médico do Partido Municipal, o Administrador comunica orgulhosamente ao Governo Civil que o estado sanitário do resto do Concelho é bom, e, já que mais ninguém reconhece o seu labor humanitário, ele próprio lhe comunica *«hei socorrido todos os doentes pobres de Barqueiros, e hei sido incansavel em prol dos mesmos»*¹⁹.

Quatro dias depois, em novo ofício datado de 26 de Maio, a situação vivida na populosa freguesia de Barqueiros, conforme exposição escrita do Administrador, não poderia ser mais dramática:

«Ontem o Administrador do Peso e Delegado de Saúde punhão á minha disposição 15 cavallos para o isolamento dos povos de Barqueiros e Panajóia, por causa da chólera, e hoje lhe devolvi a dita força por ser impraticavel a providencia lembrada pelas ponderosas rasões que passo a expor.

A freguesia de Barqueiros talvez conte em si perto de tres mil pessoas, inclusive 6 a 10 proprietarios, se tanto, que vivem de seos bens, tudo o resto vive da industria de arraes e marinheiros no rio Douro: não tem Barqueiros ãa loja de [...], nem de generos alguns, e de todos estes generos indispensaveis se veem fornecer a esta Villa: é Barqueiros hũa terra pobrissima, que n'actualidade precisa de acudir ás doenças da cholera, e outras que ali grassam, tenho no resto do Concelho andado a pedir socorros de roupas, dinheiro e comestíveis.

Ainda á pouco expuz a V. Exc., que não havião forças fisicas nem as pessuia muraes, que fossem capaces de encerrar ali toda aquela gente para não communicarem com os povos vizinhos, por que como já disse, continuadas moléstias os insultão, a negra fome os comette, e seria athé um crime de leza humanidade o fazer perecer centenas de pessoas por falta de alimento.

Que terror não seria para aquela pobre gente, a maior parte a pedir pão pela falta de navegação, o verem-se isolados, sem primeiro serem abastecidos de tudo

Civil de Vila Real, com resultados embaraçosos para a idoneidade de um alto cargo administrativo. Copiador das Ordens ..., 1855.

¹⁹ Idem, Ofício n.º 51, 22 de Março.

que necessário lhe é? – Finalmente, Exmo Governador, quando os Governos em suas apuradas circunstâncias, não tem meios para acudir a tamanhas calamidades, os povos confiam na Divina Providência; eis o quadro triste que acompanha os habitantes de Barqueiros – que de novo ponho na protecção de V. Ex.a».

Em onze de Junho, José Faustino Pinto da S. Cunha assume ter controlado «o terrível flagelo da cholera», mas esta apenas se encontra adormecida. Cinco dias depois reaparece e estende-se a todo o concelho.

A 9 de Julho um destacamento de 16 soldados continua aquartelado no cais do Bernardo, para impedir que arrais e marinheiros embarquem nos Rabelos. A fome e a miséria aumenta na povoação, economicamente dependente do tráfego do rio.

A navegação em todo o Douro está parada.

Finalmente, a 7 de Agosto, é comunicado oficialmente o último caso de cólera neste concelho, mas apenas em Dezembro seria erradicada, definitivamente, no distrito de Vila Real, «após ter atingido 954 pessoas, das quais morreram 419»²⁰.

4. PERFIL BIOGRÁFICO DE UMA ADEGA COOPERATIVA PIONEIRA NO PAÍS

O Grémio dos Viticultores

A Federação dos Viticultores da Região do Douro, vulgarmente denominada Casa do Douro, com sede na Régua, foi criada pelo Decreto n.º 21 883, de 19 de Novembro de 1932.

Entre outros fins e atribuições competia à Casa do Douro o escoamento dos vinhos de pasto, o financiamento e regularização dos vinhos generosos, a defesa e segurança do lavrador perante o comércio competitivo, a assistência social e económica aos rurais, e outras exaustivas competências determinadas pela execução do art.º 30.248, que estabelecia a modelação dos Grémios de Viticultores, atribuindo-se-lhes condições de vida própria e funções representativas junto daquela entidade.

Os primeiros Grémios de Vinicultores foram criados em Alijó, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, S. João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real. Competia-lhes por força do art.º 9 do Decreto n.º 30.508 de 1940, que os remodelou, colaborar directamente com a Casa do Douro, exercer as funções políticas que lhes fossem

²⁰ *Estudos Transmontanos*. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real. (1983), p. 25.

conferidas, promover a preparação profissional dos agricultores e trabalhadores rurais, cooperar com as Casas do Povo na melhoria das condições materiais e morais das populações em geral e, entre outras mais, desempenhar quaisquer funções que resultassem das leis em vigor na época.

Em Barqueiros, Cidadelhe, Oliveira e Vila Marim, funcionaram as denominadas Casas de Vinicultura, enquanto os lavradores das restantes freguesias (Vila Jusã, Santa Cristina e S. Nicolau) se agrupavam na sede concelhia do Grémio, cujas primitivas instalações se situaram, provisoriamente, num edifício solarengo do século XVIII pertencente na época à antiga família dos Negrões, mesmo em frente ao Passeio do Balcão.

Ao Sr. Altino Dias Pinheiro, da Casa e Quinta de Sant'Ana, coube a honra de ter sido o primeiro presidente do Corpo Directivo do Grémio dos Viticultores de Mesão Frio, mas o grande impulsionador da fundação desta instituição concelhia foi, uma vez mais, essa figura politicamente conservadora, mas dotada inegavelmente de um dinamismo invulgar, que se chamou José Faustino Pinto da Silva e Cunha Araújo.

No Relatório de Contas da Gerência de 1944, aprovado em reunião de assembleia ordinária a 24 de Março de 1945, aparecem como fazendo parte do seu Conselho Geral figuras conhecidas de lavradores do Concelho de Mesão Frio com significativo peso económico:

Alcindo Dias Pinheiro
António Amálio Pimenta
António Pinto Marques
António Xavier Leite Negrão
Benjamim de Mesquita Gouveia
Carlos Guedes de Amorim
Dona Claudina de Sousa Sampaio
Dona Eva de Oliveira Monteiro
Dona Flávia Clotilde de Teixeira Pinto
Dona Maria José Pinto da Silva
Dona Olinda Augusta Pinto de Queirós
Domingos Monteiro Pereira
Dr. Fernando Mendes de Vasconcelos
Francisco Jacinto Portela
João Carvalho Macedo
José Alves
José Augusto da Paixão Metelo
José Augusto Teixeira Pinto Júnior
José de Mesquita Teixeira
Manuel Augusto de Barros

Pela leitura dos Mapas Estatísticos que faziam parte do *Boletim do Grémio dos Vinicultores de Mesão Frio*, verifica-se que este organismo funcionava com um forte poder competitivo no fornecimento, aos lavradores, de produtos com custos inferiores aos praticados no comércio livre, sobre mercadorias tão diversificadas como alfarroba, arame zincado, arco de ferro, arroz, bacalhau, batata de Montalegre, carbonato de cálcio, enleias de bacalhau, várias qualidades de enxofre (Flor-extra, Ventilação e Superior), feijão colonial, ferro, diferentes qualidades de massas alimentícias (meada, cortada, macarronete e curvas), metabisulfito de potássio, nitrato de amónio e de sódio, ráfia, rodados de carro, sacos vazios, sacos brancos, sacos-capas de bacalhau, sêmeas, sulfato de amónio, sulfato de cobre e trincas de arroz.

Usufruía da compra destes produtos a preços compensatórios 223 lavradores de Santa Cristina, 48 de S. Nicolau, 50 de Vila Jusã, 120 de Barqueiros, 101 de Oliveira, 82 de Cidadelhe e 369 de Vila Marim, que, no Grémio dos Vinicultores de Mesão Frio, no ano de 1945, manifestaram 4.661.472 litros, na totalidade das freguesias.

Para a colheita de 1946 os pequenos lavradores associados tiveram ao seu dispor, pela primeira vez, o aluguel de 42 cascos para vasilhame de vinho, cujo Regulamento de nove artigos e vários parágrafos permite situarmo-nos numa época «afogada» pela recessão económica, originada pelos efeitos secundários da guerra que findara:

«REGULAMENTO

(Aluguel de cascaria na colheita de 1946)

Artigo 1º – Sómente aos vinicultores de produção não superior a 5 pipas poderão ser cedidos cascos em regime de aluguel;

§ único – Para efeito de cálculo de produção servirá de base o manifesto da última colheita;

Artigo 2º – Os cascos serão entregues aos interessados mediante um termo de responsabilidade pelo qual se obrigam a indemnizar o Grémio dos prejuízos que porventura venham a sofrer;

Artigo 3º – Os cascos terão de ser entregues no Grémio em perfeito estado de conservação e convenientemente lavados;

Artigo 4º – O aluguel será feito ao mês e ao preço de esc. 5\$00 (cinco escudos), por mês;

§ único – O período mínimo de duração do aluguel será de 30 (trinta) dias e o máximo poderá ir até 31 de Julho do próximo ano;

Artigo 5º – Quando da assinatura do contrato de aluguel o interessado depositará no Grémio a importância correspondente a 3 meses;

§ 1º – 3 dias antes de terminar o prazo e se a cascaria ainda continuar em poder do vinicultor terá de ser feito igual depósito;

§ 2º – Quando a cascaria fôr entregue antes de expirado o prazo correspondente ao depósito efectuado, será feito o respectivo reembolso tendo em atenção o disposto no § único do artigo 4º;

§ 3º – Os pedidos de cascaria deverão ser feitos em carta dirigida ao Grémio e serão atendidos por ordem de entrada;

Artigo 6º – A nenhum vinicultor poderão ser alugados mais que 2 cascos;

Artigo 7º – A doutrina estabelecida nos artigos 1º e 6º dêste Regulamento, poderá ser alterada quando se verificar, depois de satisfeitos totalmente os pedidos do vinicultor de produção não superior a 5 pipas, ter o Grémio cascaria disponível para alugar;

§ 1º – A cascaria disponível servirá para atender os mais pedidos de vinicultores com produção superior a 5 pipas, tendo em atenção o disposto no § 3º do artigo 5º e artigo 6º;

§ 2º – Só deverá aplicar-se o artigo 6º no caso dos pedidos de cascaria serem superiores à quantidade disponível para alugar;

Artigo 8º – Passada a época da vindima e havendo cascaria disponível em Armazém, atender-se-ão pedidos de aluguel de cascos destinados a trasfegas de vinhos, mediante o pagamento de um escudo por dia e por casco;

§ 1º – Será de 3 dias o período mínimo de duração dêstes contratos e observar-se-à o disposto no artigo 2º e seu § único e artigo 3º;

Artigo 9º – Os casos omissos nêste Regulamento serão resolvidos pela Direcção.

Mesão Frio e Grémio dos Vinicultores em 22 de Maio de 1946

A Direcção

José Faustino Pinto da Silva e Cunha Araújo

Francisco da Costa Alvarenga Júnior

António Xavier Leite Negrão»²¹.

Adega Cooperativa de Mesão Frio

A cultura da vinha no concelho de Mesão Frio encontra-se espalhada por encostas onde predominam, geologicamente, terrenos com grandes manchas de rochas graníticas (na freguesia de Barqueiros) e rochas xistosas (nas restantes).

Nos anos cinquenta deste século, a população do concelho vivia quase exclusivamente da vitivinicultura, e muito pouco do cultivo dos cereais (em zonas mais montanhosas), da batata (em planaltos) e do olival (árvore tradicionalmente plantada na orla das vinhas).

²¹ Relatório e Contas da Gerência do Grémio dos Vinicultores de Mesão Frio. 1946.

No conjunto da área cultivada, a vinha ocupava a maior fatia geográfica, com 825 hectares, seguindo-se-lhe, a longa distância, o olival com 270, a batata com 45, o milho com 23, e o feijão e o centeio com 12 hectares. Perante este cenário da monocultura da vinha, qualquer percalço na colheita de um mau ano vinícola era gerador de graves dificuldades económicas que se reflectiam no nível de vida dos seus habitantes, um dos mais baixos de Portugal naquele período.

Nas castas vinícolas predominantes em todo o concelho a Tinta Amarela encontrava-se no pelotão da frente, com 904.113 cepas, seguida da Tinta Carvalha (611.832), Malvasia Preta (504.797), Malvasia Rei (331.259), Moreto (329.313), Folgazão (232.248), Tinta Roseira (142.832), Tinta Roriz (122.125), Malvasia Fina (116.499), Bastardo (79.583), Touriga Francesa (65.618), Sousão (56.973), Alicante Bouchet (56.379), Touriga Nacional (52.331), Tinta da Barca (41.816), Fernão Pires (38.005) e Casculho (20.169), ocupando Vila Marim a maior área de produção vinícola, com 35%, seguindo-se-lhe as freguesias de Santa Cristina (17%) e Oliveira (14%)²².

No ano que pesquisámos, data da fundação da Adega Cooperativa de Mesão Frio, Barqueiros produziu 368.206 litros de vinho, Cidadelhe 545.191, Santa Cristina 732.538, São Nicolau 230.687, Oliveira 614.159, Vila Jusã 308.476 e Vila Marim 1.600.061, numa pequena área geográfica global de apenas 266 hectares.

A monocultura da vinha tinha-se definitivamente instalado neste pequeno concelho e, em pouco mais de meio século, a produção vinícola quase quadruplicou, o que fez desta região montanhosa um agregado populacional incomodamente dependente da importação de outros produtos vitais para a sua economia caseira.

Freguesias	Ano de 1886 ²³			Média dos anos – 1949-1953 ²⁴		
	Habit.	Prod. litros	Prop. ^{os}	Habit.	Prod. litros	Prop. ^{os}
BARQUEIROS	2.708		23	1.394	514.437	209
CIDADELHE	355		26	441	617.825	93
OLIVEIRA	680		28	731	737.731	132
ST.ª CRISTINA	1.105		21	662	882.097	284
S. NICOLAU	626		11	1.716	241.490	65
VILA JUSÃ	380		5	579	391.529	66
VILA MARIM	1.935		62	2.586	1.818.558	463
TOTAIS	7.789	1.853.500	176	8.109	5.203.667	1.312

²² Estatísticas da Casa do Douro para a época.

²³ FORNELOS, Álvaro Maria de – o.c., p. 99 e 102.

²⁴ GUEDES, Álvaro Maximiliano da Silveira Sampaio Miranda – *Elementos para o estudo económico da produção do vinho do concelho de Mesão-Frio*. Lisboa: Univ. Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia, 1956.

Uma leitura superficial do quadro apresentado diz-nos que a freguesia de Barqueiros, muito por culpa do desaparecimento do Barco Rabelo, foi a localidade que, no espaço de um século, mais perdeu em população (quase 50% ...) e ganhou em área de cultivo da vinha, Cidadelhe, conseguiu aumentar o número dos seus habitantes e triplicou a sua produção vinícola, Oliveira, a freguesia mais distante da sede do concelho, também subiu ligeiramente na densidade do seu agregado habitacional e duplicou a produção vinícola, S. Nicolau, o núcleo principal da vila de Mesão Frio, assumiu significativas subidas no número dos seus habitantes e na área de cultivo da vinha, Santa Cristina triplicou a sua produção vinícola, mas baixou substancialmente o número dos seus moradores, Vila Jusã apresentou ganhos relativos no seu agregado habitacional e também triplicou a área exclusiva da vinha. E, finalmente, Vila Marim, a freguesia com maior índice geográfico de área de cultivo, não deixou os seus créditos «por mãos alheias» e ganhou significativamente em densidade populacional e em produção vitivinícola.

E foi perante este acentuado crescimento vinícola em todo o concelho, e a chamada dispersão da propriedade rural por largas centenas de pequenos lavradores, que se abriu o caminho à fundação da mais antiga Adega Cooperativa do Douro.

Adega cooperativa de Mesão Frio

1950-1963

Evolução associados – uvas vinificadas ²⁵

Ano	Associados	Uvas vinificadas (Kg)
1950	45	301.908
1951	70	541.036
1952	71	307.658
1953	126	670.325
1954	126	592.978
1955	136	684.234
1956	186	749.440
1957	195	657.603
1958	199	648.553
1959	143	619.431
1960	177	924.566
1961	155	389.323
1962	215	1.173.882
1963	268	1.465.444

²⁵ Boletim da Casa do Douro, p. 3578 e 3805.

A Adega Cooperativa de Mesão Frio nasce para a história do concelho em Outubro de 1948, quando o seu principal impulsionador, José Faustino Pinto da Silva e Cunha Araújo, e uma comitiva composta por diversas personalidades ligadas ao mundo vinícola do país decidem iniciar uma viagem de alguns dias, por Espanha, a fim de se inteirarem da situação vivida pelos vinicultores do país vizinho.

A realidade superou as expectativas da referida comitiva de lavradores Mesão-frienses, e, no seu regresso, o entusiasmo reinava em todos os membros do grupo.

Naquela época, escoar o produto das suas vinhas era uma tarefa que, para os pequenos lavradores, se tornava bastante difícil e arriscada, pela forma rudimentar e sem perspectivas comerciais como vinificavam as suas uvas.

A experiência espanhola era decantada de boca em boca, e cedo começou a nascer, nesta gente enxertada «em rija cepa» duriense, a ideia de uma associação cooperativista. Compreensivelmente, muitos dos potenciais futuros associados mostravam-se interessados e discutiam em palestras as vantagens e desvantagens de uma iniciativa de tamanha envergadura.

Nas instalações do Grémio dos Vinicultores, e do qual José Faustino Pinto da Silva e Cunha Araújo era director, foram decorrendo as primeiras reuniões colectivas, tendo-se chegado à conclusão de que o mês de Janeiro de 1950 seria a altura ideal para a concretização do sonho idealizado por este homem politicamente simpaticante do regime salazarista então vigente, e oriundo de uma família tradicionalmente influente no tecido social da população de Mesão Frio, no período compreendido entre os anos trinta e setenta deste século.

Em sete de Junho daquele ano é, finalmente, lavrada a escritura pública da constituição da Adega Cooperativa de Mesão Frio, Sociedade Cooperativa Agrícola Anónima de Responsabilidade Limitada, registada pelo notário, licenciado em direito, António de Albuquerque Varela de Pimentel, e das testemunhas Eduardo de Oliveira Ferro e Raul Bento Ferreira de Araújo:

«Faço saber, como Ministro da Economia, que sendo-me presente os estatutos com que pretende constituir-se uma associação agrícola com a denominação de Adega Cooperativa de Mesão Frio, com sede em Mesão Frio e circunscrição limitada às freguesias do mesmo nome.

Vistos o decreto número quatro mil e dois, de vinte e nove de Março de mil novecentos e dezoito, o artigo quinto do decreto número treze mil e setecentos e trinta e quatro de trinta e um de Maio de mil novecentos e vinte e sete, de dezasseis de Novembro de mil novecentos e trinta e seis:

Hei por bem, aprovar os estatutos da referida associação, que constam de nove capítulos e sessenta e dois artigos e baixam com este Alvará por mim assinado, ficando a mesma associação sujeita às disposições do referido decreto número quatro mil e vinte e dois, pelos quais sempre e em qualquer hipótese se deverá regular

e com expressa cláusula de que esta aprovação lhe poderá ser retirada quando se desvie dos fins para que é instituída ou não cumpra fielmente os estatutos.

Determino, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento deste Alvará competir, que o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Não pagou direitos por não os dever.

E por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado.

Ministério da Economia, 13 de Julho de 1950

P'lo Ministro da Economia

[Assinatura ilegível]»

Os anos passam e a pequena empresa vinícola sonhada e fundada por doze lavradores do pequeno concelho rural de Mesão Frio torna-se, com o correr dos tempos, das mais prestigiadas Adegas Cooperativas do País.

Em 1996, já com forte aceitação dos seus vinhos no estrangeiro, era considerada a maior empresa particular do concelho, movimentando 5.117 pipas de vinho de pasto e 2.035 de vinho generoso, referentes a 522 associados inscritos, e que atingiram um volume de vendas superiores a 540 mil contos, tendo uma capacidade de armazenagem de 12.333 pipas e onde se empregam apenas 3 funcionários administrativos, sete para a manutenção e uma engenheira-técnica.

Esta Cooperativa, com um peso económico bastante elevado neste pequeno concelho vocacionado para a vinicultura, encontra-se geograficamente situada na parte Norte da freguesia de Vila Jusã, e os seus associados exploram um solo predominantemente xistoso (80%) e granítico (20%), que se estende desde as vertentes da serra do Marão até ao longo da margem direita do rio Douro e esquerda do rio Teixeira, na parte setentrional.

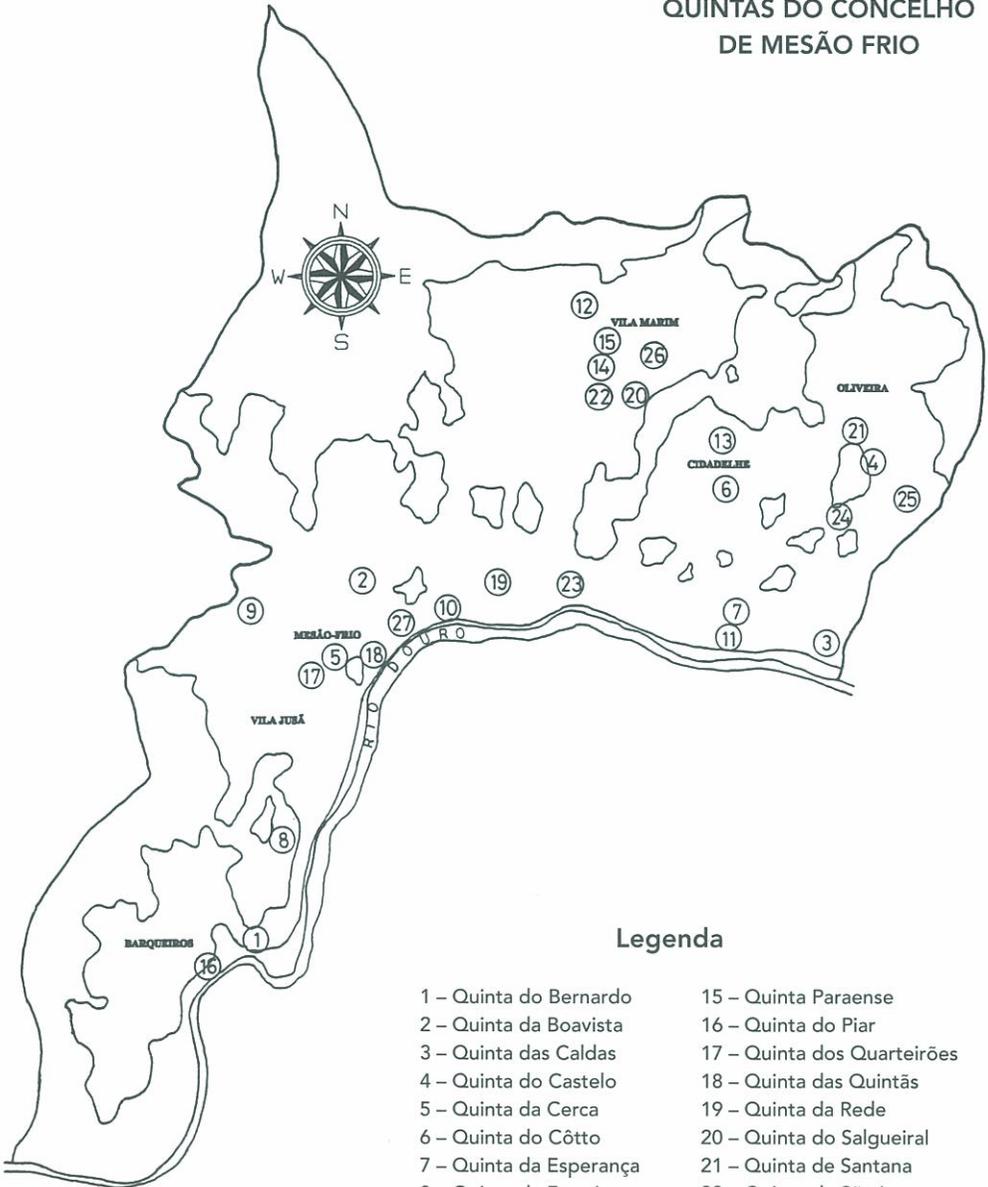
5. QUINTAS DO CONCELHO DE MESÃO FRIO

As grandes Quintas do Concelho de Mesão Frio, que há cem anos se encontravam na posse de apenas meia dúzia de grandes proprietários (os Alpoins Borges Cerqueiras e herdeiros do Barão de Fornelos, em Santa Cristina; os Varejões e os Vitorinos Queirós, em Vila Marim; os Sousas Girões e os Carvalhos Macedos, em Oliveira; os Pimentéis e os Montez Champalimaud, em Cidadelhe), estão hoje fragmentadas, e são raras as que, mesmo retalhadas nos antigos domínios, se encontrem na posse das mesmas famílias.

As Quintas que biografamos neste capítulo não serão, certamente, as de maior extensão territorial ou com maior capacidade de produção vinícola, mas são das mais importantes no contexto histórico-social deste concelho.

Algumas, confesso, foram preteridas por falta de dados documentais; outras, como as Quintas da Barca, do Cabo, da Capeleda, do Carvalhal, do Casal, do

QUINTAS DO CONCELHO DE MESÃO FRIO



Legenda

- | | |
|---------------------------|-------------------------------|
| 1 – Quinta do Bernardo | 15 – Quinta Paraense |
| 2 – Quinta da Boavista | 16 – Quinta do Piar |
| 3 – Quinta das Caldas | 17 – Quinta dos Quarteirões |
| 4 – Quinta do Castelo | 18 – Quinta das Quintãs |
| 5 – Quinta da Cerca | 19 – Quinta da Rede |
| 6 – Quinta do Côtto | 20 – Quinta do Salgueiral |
| 7 – Quinta da Esperança | 21 – Quinta de Santana |
| 8 – Quinta da Ferreira | 22 – Quinta de São Lourenço |
| 9 – Quinta das Fontainhas | 23 – Quinta de São Tiago |
| 10 – Quinta da Cafaria | 24 – Quinta das Torres |
| 11 – Quinta do Granjão | 25 – Quinta de Vale de Arados |
| 12 – Quinta do Miradouro | 26 – Quinta de Vila Cova |
| 13 – Quinta do Paço | 27 – Quinta de Vila Verde |
| 14 – Quinta do Paço | |

Eido, da Empada, da Fábrica, da Fonte da Colher, das Fraguinhas, do Jaime, do Jogo da Bola, da Lameira, da Liberdade, do Lodoeiro, da Manuela, do Marão, do Marco, do Mártir, do Outeiro, das Paredes, das Pedreiras, da Picota, do Pombal, da Pontinha, da Portela, da Quintã, do Rebolal, de Reimonde, do Ribeirinho, de Santa Bárbara, da Serrinha, da Sobreira, de Valdourigo e da Vista Alegre, por exemplo, ficaram relegadas para plano secundário, exclusivamente pela falta de espaço editorial; outras, ainda, com um passado histórico documentado, como a Quinta de Murganhos, do Freixieiro, do Barreiro, de São Martinho de Vila Jusã, do Paço de Oliveira, do Gradão, de Lalim, da Derroída, do Souto Maior ou dos Goiões, já delas pouco ou nada resta no presente que as identifique com o seu passado. Desapareceram como grandes propriedades. Apenas ficaram, para a memória escrita, vagas referências documentadas de outros tempos recuados.

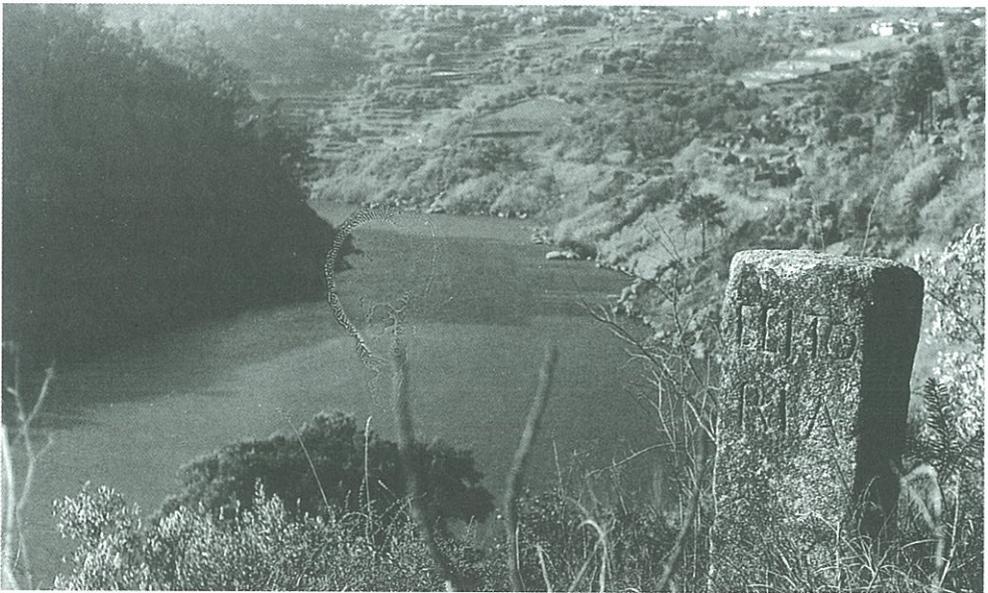
A pequena síntese biográfica destas históricas quintas do concelho de Mesão Frio não tem pretensões de obra completa. É apenas um resumo, um fio de água no seu longo curso de vida, a merecer um outro estudo mais profundo, que um dia gostaríamos de concluir.

No concelho de Mesão Frio, predominantemente rural, a séculos de distância do município-burgo do século XII, há quintas muito antigas, mas são raras as que apresentam documentos que provem a sua existência para além do século XVII. Os manuscritos mais antigos que pudemos consultar encontram-se no arquivo particular da Quinta dos Quarteirões, e deles nos servimos para compendiar parte dos textos que enriquecem a biografia das quintas historiadas.

Um dos mais importantes brasões de nobreza de toda a região vinícola do Douro é, sem sombra de dúvida o conjunto dos Marcos Pombalinos.

Dos marcos pombalinos colocados nas Demarcações de 1758 e 1761 neste concelho, apenas conhecemos a existência física de sete. O histórico marco n.º 1 (dos 201 colocados, em 1758, em toda a Região Demarcada) encontra-se «escondido» pelo rio Douro, desde que as albufeiras elevaram o nível das suas águas para a cota actual. Quando, há uma dúzia de anos, a Hidráulica fez baixar as águas para o antigo leito do rio, motivado por trabalhos técnicos de limpeza de turbinas, este marco ainda lá permanecia, cheio de lodo, um pouco inclinado pela corrente das águas, encostado ao nascente do muro da Quinta da Manuela, em Barqueiros, perto do antigo ancoradouro dos barcos rabelos, e no começo da estrada de sirga que ia do Cais do Bernardo até ao Peso da Régua. O marco n.º 2 encontra-se por cima da encerrada estação ferroviária de Barqueiros, no meio do mato que em 1758 pertencia à Quinta do Bernardo. O terceiro a ser colocado nas primeiras Demarcações permanece na Quinta de Ferreira de Baixo, entre mimosas e silvados, uns setenta metros acima das casas arruinadas que pertenceram, nos anos sessenta deste século, ao infeliz Armandinho da Ferreira. Quando, em Novembro de 1998, encontrei pela primeira vez este marco, foi com emoção que

contemplei aquela escura pedra de granito: ali, diante dos meus olhos, encontravam-se testemunhados dois séculos e meio de história vinícola, de tragédias, de lutas, de tristezas e alegrias, de sonhos e tempos passados. Na Quinta das Paredes, que foi do Simão da Costa (Simão Cardoso Vieira), e hoje pertence a Antero Teixeira de Paiva, encontra-se o marco número seis, prisioneiro dos escombros de um armazém arruinado por onde entram espinheiros e silvões que se enroscam nos caibros que ameaçam cair a cada instante. Um outro marco, colocado em 1761, pode ver-se de sentinela à Senhora da Boa Viagem, a noroeste dos calços inferiores da Quinta do Piar, no sítio onde em 1941 o mandou colocar o Sr. Eng. Agrónomo Luís Pinto Guedes de Paiva. O marco pombalino, também datado de 1761, que ilustrou as páginas dos Anais do Instituto do Vinho do Porto em 1951, e que o Sr. Eng.º Álvaro Moreira da Fonseca encontrara a servir de padieira a uma casa de xisto, no lugar da Forca, em Vila Marim, pertencente a José Joaquim Pardal²⁶, foi de lá retirado em Outubro de 1978 por sua filha, Dona Isabel Miranda Gonçalves, que no mesmo sítio construiu «um armazém para arrumos de alfaias agrícolas», e o mandou colocar mesmo em frente, onde ainda se encontra, ignorado como património público de valor histórico por quase todos os que passam naquele estreito estradão camarário²⁷.



Marco Pombalino na Quinta do Piar, de sentinela à Senhora da Boa Viagem.

²⁶ FONSECA, Álvaro Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. «Anais do Instituto do Vinho do Porto». (1951), p. 131.

²⁷ Os Marcos Pombalinos foram considerados Imóveis de Interesse Público, pelo Decreto n.º 35.909 de 17 de Outubro de 1946.

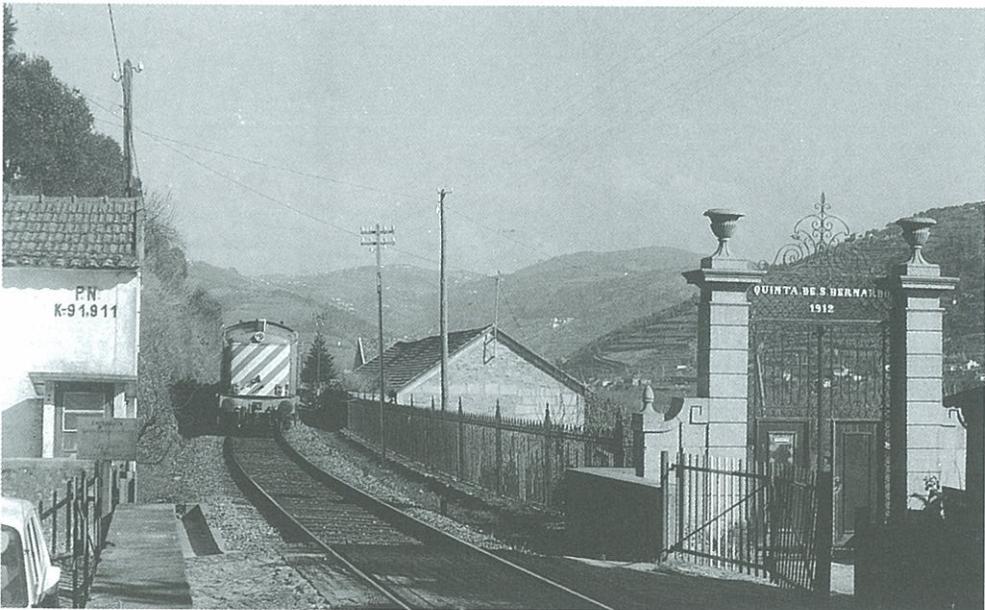
Dos restantes, desconheço o paradeiro. Eu e todos aqueles a quem perguntei.

Como mineiro à procura de ouro em mina esgotada, subi e desci montes, saltei muros de quintas abandonadas, desbravei matos e enfrentei tojeiras e cães de guarda à procura de outros marcos pombalinos. Debalde. A vida também se constrói de magoadas verdades.

Já em fase de ilustração deste texto, em 5 de Fevereiro de 1999, visitei a Quinta e Casa do Paço de Cidadelhe. Ao fundo do espaçoso terreiro desta casa solarenga, no ângulo formado pelas duas fachadas principais do corpo do edifício, encontra-se outro «brasão» da Feitoria. É um marco «assassinado» por quem o cortou para servir de padieira a um dos barracões da Quinta do Paço, de onde foi «resgatado» pelo Sr. Manuel Carvalhais Pimentel, seu actual proprietário. Será este o «decimo marco, que está ao pé da sobredita Cappela de S. Gonçallo, toma o rumo Sudueste para Nordeste, e correndo por elle vay dar ao alto da vinha de Luis Magalhães Coutinho, do dito Lugar de Sidadelhe, aonde chamão o Castello, e aonde se pos outro marco a custa do mesmo Luis de Magalhães»²⁸?...

Quinta do Bernardo (Vila Jusã)

Em 1730, quando os terrenos do Bernardo, sobranceiros ao rio Douro, ainda constituíam um importante todo chamado Quinta do Bernardo (a século e meio



«(...) e sítio a que chamão a quinta do Bernardo (...)».

²⁸ FONSECA, Álvaro Moreira da – o.c., 1951, p. 130 e 131.

de distância da construção da via férrea que o dividiu em Bernardo de Cima e Bernardo de Baixo), era proprietário desta antiga Quinta, com capela de invocação ao orago São Bernardo²⁹ de que nos fala o Abade de Vila Jusã nas *Memórias Paroquiais* de 1758, António José de Figueiredo Tavares, casado com Dona Manuela Baptista.

Um quarto de século depois, foi nestas terras, limite das freguesias de Barqueiros e Vila Jusã, que se deram os primeiros passos para as *Demarcações Pombalinas*, seguindo as ideias das *Demarcações do Tombo* que se fizera em 1756:

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e settecentos, e cincoenta e oyto annos aos nove dias do mes de Outubro do ditto anno na margem setemptrional do rio Douro e sitio a que chamão a quinta de Bernardo, que hé districto da Villa de Barqueyros, aonde vierão os Dezembargadores Manoel Gonçalves de Miranda, Cavalleyro professo na Ordem de Chrysto, e Corregedor do Crime da Corte da Rellação, e Caza do Porto, e Juiz Concervador da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, e Luis de Moraes Seabra da Sylva, Moço Fidalgo da Caza de Sua Magestade, e Procurador Fiscal da mesma Companhia acompanhados dos Deputados, e Concelheyros da Meza della Pedro Pedrossem da Sylva, Manoel Rodrigues Braga, Gaspar Barboza Carneyro, e Bras de Abreu Guimaraens todos da Cidade do Porto para effeyto de dar principio ás demarçaoens, que Sua Magestade manda fazer nas duas costas do Rio Douro, para por ellas se demarcarem os Terrênos que produzem o vinho fino de embarque para o Norte, a que vulgarmente se chama Feytoria»³⁰.

Ignoramos quando, e em que circunstâncias, os terrenos da Quinta do Bernardo se dividiram em Quinta de São Bernardo e Quinta da Manuela³¹.

A nebulosa existência de uma Dona Manuela, co-proprietária da Quinta do Bernardo em meados do século XVIII, de que nos dá notícia Álvaro de Azeredo em 1914, terá alguma relação com o nome da Quinta que, por legado de Francisco Lacerda Cardoso, passou para a posse da Santa Casa da Misericórdia do Porto? Não sabemos.

Em 1858, ainda a Quinta do Bernardo era um todo indivisível, encontrava-se na posse de Dona Amélia Augusta Ferreira Cabral Paes do Amaral, filha de Bento Ferreira Cabral Paes do Amaral (Bacharel formado em Cânones, Juiz de Fora no Mogadouro e Guimarães, Corregedor de Castelo Branco, Deputado às Cortes

²⁹ A capela particular da Quinta do Bernardo, da qual hoje não existe qualquer vestígio, nem lembranças vivas, localizava-se ao nascente do Bernardo de Cima, hoje limitado pela linha do caminho-de-ferro do Douro.

³⁰ FONSECA, Álvaro Moreira da – o.c, 1950, p. 31.

³¹ A Quinta da Manuela, hoje propriedade do Centro Regional da Segurança Social-Norte, possui um harmonioso edifício oitocentista (finais), com casas de habitação, armazéns, e capela privada de invocação a Nossa Senhora da Assunção onde acolhe, em âmbito social, jovens deficientes físicos e pessoas idosas.

Constituintes de 1820, Prefeito na Província do Minho e Governador Civil de Vila Real e Coimbra), que foi Condessa do Juncal por casamento, com escritura antenupcial, com Carlos Vieira da Mota, 1º Conde do Juncal, senhor desta Casa na freguesia de Paredes de Viadores, no concelho de Marco, Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, fidalgo-cavaleiro da Casa Real, Deputado da Nação e antigo Par do Reino, electivo, mas que não tiveram geração.

Em 22 de Março de 1930 faleceu Dona Laura Rosa da Silva Teixeira, viúva de Joaquim Cardoso Teixeira, sem geração, e uma das últimas proprietárias da já denominada Quinta de São Bernardo, a qual foi deixada, por testamento cerrado, a suas sobrinhas Camila da Silva Pinto, solteira, e Armanda da Silva Monteiro, casada com Júlio Monteiro.

Actualmente, esta Quinta de São Bernardo encontra-se na posse, por compra, de Edmar Monteiro Vagaroso, que a replantou em patamares no Bernardo de Cima, e manteve em cultura tradicional de vinha a parte baixa, sítio onde se localizava o antigo cais dos barcos rabelos, hoje submerso pelo actual leito do rio.

Quinta da Boavista (Santa Cristina)

As duas quintas da Boavista, situadas ao poente da freguesia de Santa Cristina, ainda nos anos vinte deste século formavam uma só propriedade.

Logo à entrada da quinta de cima, que foi o principal núcleo habitacional da antiga Quinta da Boavista, encontra-se um pequeno brasão de armas com escudo esquartelado e onde se agrupam as famílias dos Cunhas, Queirós, Vieiras e Melos, cujo último representante, nos anos setenta, foi o Eng. Albano Homem de Melo. Esta quinta de cima produz actualmente umas vinte pipas de vinho, e é propriedade de sete co-herdeiros, que se fazem representar por António Homem de Melo, residente em Lisboa.

A Quinta da Boavista de baixo, bem cuidada e com bonitos geios em anfiteatro, pertenceu ao Dr. Raul da Silva e Cunha Araújo, ex-presidente da Câmara de Mesão Frio e deputado da Nação na antiga Assembleia Nacional. Actualmente, encontra-se na posse dos seus dois netos, os gémeos António e André Vilar Gomes da Cunha Araújo, estudantes de Direito em Lisboa.

Visitei a Quinta da Boavista na véspera do Natal de 1998, à procura da identificação do passado recente de Mesão Frio.

No átrio principal da quinta de baixo, onde há meio século o Dr. Raul recebia, pomposamente, Ministros do Governo e amigos da alta sociedade, não há vida: as trepadeiras secaram, as águas deixaram de correr para o tanque do infeliz João David, os bancos de pedra estão vazios, e as portas fechadas a um tempo que findou.

E eu, um sentimental de memórias esquecidas, perante a desolação daquele átrio sem vida, senti-me arrependido de ali ter vindo levantar as cinzas de gente ilustre do meu concelho.

Quinta das Caldas (Oliveira)

Já nas *Memórias Paroquiais* de 1758, o Abade de Santa Maria de Oliveira, nos manuscritos que se encontram na Torre do Tombo, confirmava que havia «no limite da freguesia uma Quinta que hoje é dos herdeiros de João Ferreira Pacheco, da Cidade do Porto, chamada das Caldas, e chega á margem do Rio Douro pela parte do Sul; e nesta margem estão tres poços de água sulfúrea temperada, aonde se tomão banhos, e estão aproveitadas pelos médicos para várias queixas e são bem frequentadas desde o princípio do Verão até ao Outono».

Em 1877, a Quinta das Caldas, no limite oriental da freguesia de Oliveira, compreendia uma vasta porção de terrenos que principiavam nas nascentes sulfurosas do rio Douro (exploradas comercialmente, na época, pelo segundo marido de Dona Antónia Adelaide Ferreira), e se prolongavam até ao vale da ribeira do Seromenha, limite ocidental de Oliveira.

Esta Quinta das Caldas tinha tanta importância vinícola no século XVIII, que a própria Companhia das Vinhas do Alto Douro a dotou com um caminho lajeado, que partia do interior dos seus terrenos até ao curso fluvial do rio Douro, para maior facilidade de transporte e carregação dos vinhos nela fabricados.

Em 1940 pertencia a Miguel Evaristo Teixeira Barros, para, trinta anos depois, já se encontrar na posse de José Alves de Sousa e Miguel Alves de Sousa (os «Manhufos»), jamais voltando a ter a capacidade de produção vinícola da época pombalina.

Quinta do Castelo (Oliveira)

Onde actualmente se levanta o senhoril edifício da Quinta do Castelo, no centro da freguesia de Oliveira, erguia-se, há dois séculos e meio, a casa de um boticário chamado Luís José Vaz que, com a vinha do Castelo, ficara fora da primeira demarcação pombalina. Cinco anos depois, as vinhas do Castelo já se encontravam na posse do nobre Luís de Magalhães Coutinho e seriam incluídas na demarcação de 1761 e autorizadas a produzir dez pipas de vinho de Feitoria.

Porém, foi apenas em 1872 (data que encima o portão chapeado da entrada principal) que João de Carvalho Macedo, tendo começado «*por uns magros palmos de monte [...], engrossou seu cabedal e pôde comprar a desmantelada propriedade do lugar do Castello, com cujo nome a tituló*»³².

A partir daqui, João de Carvalho Macedo foi adquirindo outras propriedades dispersas que, mais tarde, no seu todo, formaram a Quinta do Castelo, cujos

vinhos obtiveram honrosos prêmios nas exposições de Antuérpia em 1885, na de Lisboa três anos depois, na de Chicago em 1893 e na de Rio de Janeiro em 1908.

Em 1905, quase toda a parte oriental da bacia do rio Seromenha pertencia à família Carvalho Macedo (pai e dois filhos), a qual, em apenas um quarto de século, construíra um dos mais poderosos impérios vinícolas da região do Douro. Naquela época, a Quinta do Castelo e as propriedades anexas de Vale de Arados, Bamba, Amieira, Serrinha, Nogueiras e Santana, chegaram a produzir 700 pipas de vinho!...

Manuel Monteiro, na sua memória sobre as Quintas mais importantes do Douro, escreveu:

«A sul e a nascente, a cavalleiro da casa, sobre profundas paredes de suporte, estendem-se os taboleiros horizontaes dos jardins, das hortas, dos pomares, atenciosamente cuidados, abundantemente regados [...].

Para além do seu ambito sobem os socalcos dos vinhaes e ficam os armazens e lagares. Estes, em plano superior, são perpendiculares áquelles e com elles comunicam interiormente [...].

Uma das innovações que n'este introduziram os senhores Macedos foi a substituição da pisa por homens. Colhidas as uvas são transportadas aos lagares e ahi esmagadas, depois de separadas do cango, por pisadores mechanicos que effectuam as duas operações. D'esta fórma dispensa-se o pé do homem, cujo prestimo era cantado, pelo menos, desde o tempo das Georgicas e que até ha pouco se considerava insubstituivel. Para proceder ás sovas da manta e pôr todo o mosto em contacto com o ar, empregam-se umas peças de madeira, esgalhadas n'um dos extremos, que se mergulham na massa e depois se manobram em sentido vertical e de rotação»³³.

Quem passa no estradão público que vem da Casa d'Além para a Quinta das Torres, e repara nas ameias que encimam o alto muro da casa da Quinta do Castelo, só por um gesto de boa-vontade identifica o lugar onde, há pouco mais de meio século, se estendiam *«formosíssimos taboleiros horizontais, atenciosamente cuidados e abundantemente regados»*.

O último descendente da família do fundador do império dos famosos vinhos Macedos da Quinta do Castelo foi o senhor Alfredo Carvalho de Macedo. Morreu solteiro e sem geração num quarto da Casa da Quinta que seu avô fundara, e que ele hipotecou a António Pereira Sequeira & Irmão com a condição de nela viver os últimos dias da sua vida atormentada.

³³ Idem, p. 159 e 160.

Quinta da Cerca (São Nicolau)

A Quinta da Cerca, «cêrca» do antigo Convento dos Franciscanos do Varatojo até 1834, nasceu para a história das quintas de Mesão Frio quando, em 12 de Novembro de 1842, foi arrematada ao Estado, em hasta pública, por José Joaquim Pereira dos Santos, 1.º Barão de Fornelos, pelo preço de 1.600\$000 réis.

Aquele edifício espaçoso, de linhas singelas, pintado de branco, oitocentista, que vemos marginal à estrada nacional n.º 101, logo à entrada da vila de Mesão Frio, é o que resta do património habitacional da Cerca daquela época.

Os terrenos comprados pelo barão de Fornelos, em meados do século XIX, incluíam *«uma cêrca murada em roda, que consta de veigas de campo, fructas de espinho, com seu tanque de cantaria, um bocado de jardim; tem no lado poente, quase na extremidade daquella, uma capella de Santo António, com uma porta de ferro para a rua pública; tem igualmente ramadas de uvas de casta, casas próprias para colheita, [...] parte do nascente com Rodrigo de Mesquita e Sousa Pinheiro e João Félix Pinto da Fonseca; poente com António Perfeito Pereira Pinto da Casa da Corredoura; sul com a estrada nova que corre do fundo da mesma Vila para a Régua; e Norte com a Casa do Convento ou Seminário, (cuja servidão se deverá conservar comum aos dois prédios) e com a rua pública»*³⁴.

Em 1868 já aparece como proprietária Bernarda Júlia Silva Pereira, viúva do Barão, que, em certidão de escritura, pedida ao notário público, obteve a confirmação de que os terrenos da Cerca *«teem agoa de rego dos Ameais todas as terças-feiras, desde o pôr do sol até ao alvorecer de quarta-feira»*.

Trinta anos depois (1898), é Tomás Cardoso Ferreira e sua mulher (em segundas núpcias) Ana Albina que já apareceram como proprietários e residentes na Casa da Cerca de São Nicolau, numa escritura de quitação de dívida de cinco contos de réis, feita em casa do tabelião do concelho, a favor de Manuel Pereira de Araújo (pai de David Pereira de Araújo), procurador de Dona Virgínia Amália Pereira dos Santos (filha do 2.º Barão de Fornelos), solteira, de maior idade, proprietária, e residente na Quinta do Sais, em Resende.

Um ano depois, Tomás Cardoso Ferreira compra uma *«belga de terra inculta»* que anexa à sua já denominada Quinta da Cerca, a qual, juntamente com a Quinta dos Quarteirões e as vinhas do Barreiro, constituiu um todo que foi passando de geração para geração, pelos herdeiros da mesma família, que tem na neta de Tomás António de Almeida, Dr.ª Rosa Maria Montes Noronha Ribeiro de Almeida, a última representante.

³⁴ Edital da Junta de Crédito Público, Lista 244, ano de 1842.

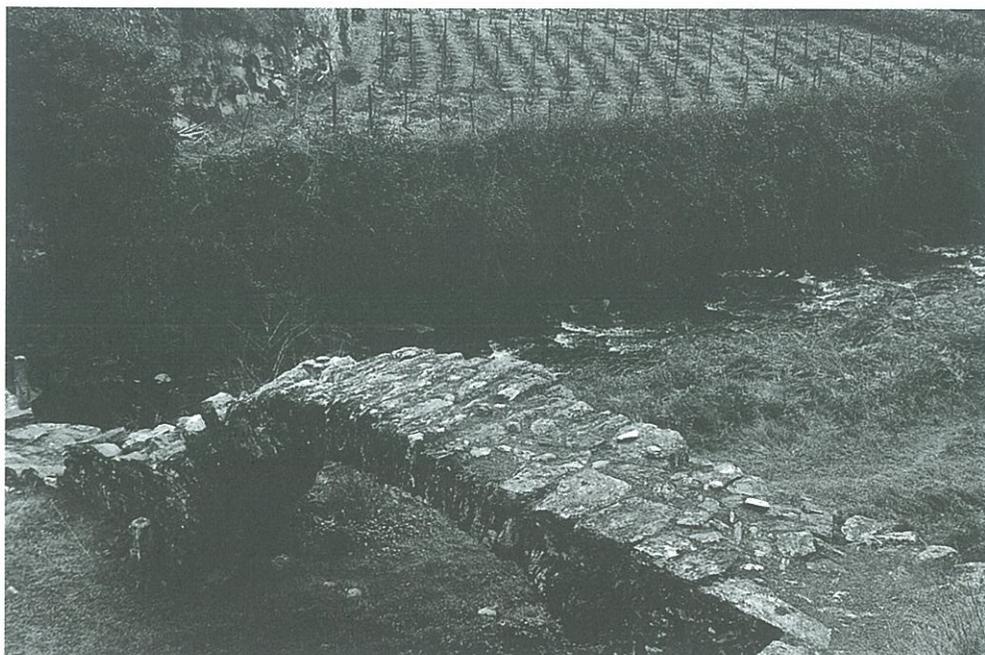
Quinta do Côtto (Cidadelhe)

A Quinta do Côtto, em Cidadelhe, que cobre uma área de mais de 14 hectares, é propriedade da firma Montez Champalimaud, Lda., e a sua origem remonta, como prazo enfitêutico, muito provavelmente para além da fundação da monarquia lusa.

O «Direito do Côtto», privilégio pouco vulgarizado da Idade Média, teria sido dado a um cavaleiro originário do Bispado de Tuy, cujos apelidos seriam Araújo Cabral Montez.

Verdade ou lenda, apenas de concreto sabemos que já nos tempos das Demarcações Pombalinas, em meados do século XVIII, dois membros da família proprietária desta quinta, Francisco Baptista Araújo Cabral e João Baptista de Araújo Cabral Montez, exerciam, simultaneamente, as funções de deputados e membros da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

A Quinta do Côtto (e propriedades contíguas como a Valcova), produz, nos melhores anos, cerca de quatrocentas pipas de vinho, e possui uma moderna adega de vinificação e armazenagem para 5.000 pipas, sendo considerada uma das maiores exportadoras directas de vinho generoso, em toda a região duriense.



A velha Ponte dos Martinhos, no vale do Rio Sermenha.

Muitos dos seus patamares, ainda na fase de replantio directo de castas já enxertadas, encontram-se espalhados por vastos terrenos que vão desde o lado ocidental de Cidadelhe até às declivosas encostas sobranceiras à margem direita do vale do rio Sermenha, de onde se alcança, no isolado lugar de Geguintes, a antiquíssima e pequena Ponte dos Martinhos que serve de fronteiroço às freguesias de Cidadelhe e Oliveira. Esta velha ponte dá acesso a uma calçada romana por onde terão passado as tropas de *Junius Brutus*, no ano de 134 a.C., para destruir a primitiva e fortificada «Cidadelhe³⁵». Uma grande cheia do pequeno rio, «há tempos que ainda é da minha lembrança»³⁶, cavou fundo a margem esquerda e desviou o antigo leito que corria debaixo do arco da vetusta ponte. Hoje, passa-se à outra margem transpondo uma agressiva pontizela de betão armado.



Casa armoriada da Quinta do Côtto, berço de figuras de prestígio da Junta da Companhia.

A traça da actual casa armoriada da Quinta do Côtto (protegida como imóvel público pela Lei n.º 13/85 de 6 de Julho) é da época joanina, muito provavelmente reconstituída sobre os alicerces da primitiva casa senhorial, que, tal como a

³⁵ «Cidadelhe era cidade romana fortificada e estava na via militar de Braga e Amarante para Lamego, Caria e Beira» (JORDÃO, Levy Maria – *Portugaliae Inscriptiones*, p. 79).

³⁶ Memória oral da Sr.ª Dona Olga Correia, viúva, 76 anos de idade, moradora na freguesia de Cidadelhe.

sua vizinha Casa do Terreiro, se notabilizou por ter sido berço de grandes figuras nacionais, entre os quais o general José Joaquim de Sousa Lyra e Castro Champa-limaud, distinguido, por actos de bravura, com as mais altas condecorações militares da época.

A Quinta do Côtto é a única quinta do concelho de Mesão Frio a comercializar directamente com o mercado europeu, sem passar pelas casas exportadoras de Gaia.

Quinta da Esperança (Oliveira)

A Quinta da Esperança, na freguesia de Oliveira, situa-se a pouco mais de um quilómetro da foz do rio Seromenha, junto à estrada camarária que sobe do Granjão para Oliveira, e encontrava-se, nos anos setenta deste século, na posse de Dona Antónia Guedes de Amorim.

Junto à casa do caseiro tem uma modesta capela particular de invocação a Nossa Senhora da Esperança, como modestas são todas as instalações que faziam parte da primitiva casa-mãe, uma reconstrução datada de 1853.

Já em 1758, quando era administrada no temporal por António José Girão, de Vila Real, esta capela aparece referenciada nas *Memórias Paroquiais* de António Alberto de Faria, Abade de Santa Maria de Oliveira.

Actualmente, o velho caminho de carro de bois que dava acesso, pelo Nascente, a esta capela de Nossa Senhora da Esperança, já deixou de ter serventia, e é hoje pousio de silvões e mato bravo. Até o portal de madeira, encimado por uma trabalhada cornija de pedra que assenta sobre o friso da velha parede, se fechou para sempre à memória do passado desta Quinta, uma das propriedades do concelho de Mesão Frio com mais produção de vinho generoso em meados deste século.

Os calços que ainda sobem em escadarias de muros de xisto até ao horizonte, fizeram desta Quinta, no seu passado recente, uma das mais importantes e cobichadas do concelho; porém, a sua regressiva capacidade de produção, a falta de mão-de-obra rural, e a bárbara remodelação da antiga casa senhorial (abandonada como casa de caseiro), fazem actualmente desta propriedade vinícola um dos símbolos decadentes da burguesia rural do concelho do princípio deste século.

Quinta da Ferreira (Vila Jusã – Barqueiros)

A Quinta da Ferreira, a segunda quinta, em toda a região do Douro, a ser demarcada no ano de 1758 para produzir vinhos de Feitoria, e que abrangia toda a encosta superior do Bernardo até à estrada pública de Barqueiros-Vila Jusã ao Poente, já nesta época pombalina não constituía um todo: a parte inferior, onde foi colocado o marco n.º 3, pertencia a um tal Florido Jacinto, da cidade do Porto,

e a superior a José Luís da Costa, que eu suponho ocuparia o principal núcleo de casas de habitação das vinhas da Ferreira, por nela se encontrar a antiquíssima, modestíssima e profanada capela dedicada ao orago São Vicente, perto da qual jorravam (e ainda jorram) duas fontes de águas naturais, como delas faz notícia o cura de São Martinho de Vila Jusã, nas Inquirições de 1758. A existência da capela a São Vicente aparece confirmada no assento do *Livro da Visitação* à Igreja de São Martinho de Vila Jusã, realizada em 1765 por Manuel da Cunha Teixeira de Andrade, protonotário apostólico de Sua Santidade, e Abade Paroquial da Igreja de São Cristóvão de Louredo, comarca de Penafiel, quando nele escreveu que a capela se achava sem paramentos. Em 1826, era proprietário da Quinta da Ferreira o reverendo António da Anunciação Xavier Pinto, ainda esta capela recebeu um Jubileu concedido pelo Papa Leão XII. Só posteriormente, não sabemos quando, teria sido profanada pelo uso de objectos temporários, usados nos trabalhos agrícolas da Quinta.

Em 1875, por morte de João Xavier Pinto de Azevedo, sua viúva, Dona Joana Vitorino Queirós, residente em Vila Marim, fez partilhas aos seus três co-herdeiros dos terrenos situados na Ferreira, dividindo-os, uma vez mais, em Ferreira de Cá e Ferreira de Além.

Nos princípios deste século, a já denominada Quinta da Ferreira de Baixo pertencia a João Augusto Xavier Pinto de Azevedo, filho primogénito de Dona Joana Vitorino, já casado com Dona Eva da Fonseca Pinto de Freixo.

Em 1935 esta senhora já se encontrava casada, em segundas núpcias, com Armando de Paiva Cortês, o qual, vinte anos depois, protagonizaria uma macabra tragédia uxoricida, ainda na memória de muitos.

Desta época, encontraríamos uma Certidão de Venda, por 35 contos, da Quinta da Ferreira de Cima (onde, em 1758, tinha sido colocado o desaparecido marco pombalino n.º 4), feita a José Maria Filipe Cardoso, viúvo e morador na Quinta da Quelha, em Vila Jusã, «*de que lhe dão paga e quitação por já o terem dele recebido em boa moeda e corrente neste país, e por isso lhe cedem e transferem, desde já, todo o direito, domínio, acção e posse, que até agora tinham no prédio aqui vendido, com todas as suas pertenças, direitos, serventias, logradouros e águas que lhe são pertencentes [...], e se obrigam a assegurar-lhe a sua posse pacífica*»³⁷.

Em 1998, a Quinta da Ferreira de Cima e a sua anexa Quinta de São Pedro encontravam-se na posse de José Maria Cardoso Carreira, de 46 anos de idade, cujas casas de habitação e armazéns térreos recuperou, ao seu gosto, de umas ruínas datadas de 1856, e que deveriam, nesta época, ter sido reerguidas a partir das fundações das casas da época pombalina.

³⁷ Certidão do Cartório Notarial de Mesão Frio, 1935.

Em 26 de Novembro de 1998, na arruinada Quinta da Ferreira de Baixo, encontrei o marco pombalino n.º 3 no meio das silvas, mato e mimosas. E coberto de musgo ou da vergonha do crime que testemunhou em 1958.

Quinta das Fontainhas (Santa Cristina)

A mais antiga memória escrita que possuímos da Quinta das Fontainhas, situada ao poente da freguesia de Santa Cristina, no lugar do mesmo nome, data de 1862 quando se encontrava na posse enfiteútica dos herdeiros de António de Gouveia Peixoto, pagando anualmente de foro eclesiástico à Confraria do Santíssimo da freguesia de São Nicolau, dois almudes de azeite e dez canadas de vinho³⁸.

Oitenta e dois anos depois, a 19 de Março de 1944, a Quinta das Fontainhas foi palco de pomposa apresentação da Banda Musical João Rodrigues de Sequeira, vulgarmente chamada pelo povo «A Banda dos Milhões», alcunha do seu patrono, que, além desta quinta, também era possuidor da Quinta do Casal (em Vila Jusã) e da do Rojão na mesma freguesia.

Na época em que a Quinta das Fontainhas pertencia a João Rodrigues de Sequeira, esta era a sua «*Quinta de veraneio, com vinhas e pomares, chalés tropicais com aquecimento de chafage inovador na época, iluminação eléctrica em todo o terreno da Quinta, lagares modernos, casas de arrecadação, armazéns, poços e fontes de água, hortas, pinhais e castanheiros, tudo isto orgulhosamente integrado na Região dos Vinhos do Douro*»³⁹, numa desnecessária ostentação de grandeza, que os maus ventos da vida bem cedo levariam ao hipotecamento por sua filha Maria de Lurdes Guedes de Sequeira.

Num dos vários acessos à Quinta, pela antiga estrada pombalina que desce vertiginosamente desde o Alto de Quintela até à ponte de Carrapatelo, encontra-se, desde 1933, o famoso Portão do Braguês que, por direito próprio, faz parte integrante da história medieval da Quinta do antigo Hospital da Gafaria, de onde nunca deveria ter sido retirado.

Actualmente, a Quinta das Fontainhas, com geios bem granjeados e casas de habitação em fase de restauro, é propriedade de António Guedes Correia Montenegro, ex-presidente da Câmara Municipal de Lamego e de José Guedes Correia Montenegro, co-herdeiros de Dona Teodolinda Guedes Correia Montenegro, uma das maiores proprietárias da região do Douro vinhateiro nos meados deste século.

³⁸ Folha de Cobrança de Foros da Confraria do Santíssimo Sacramento da Paróquia de São Nicolau, Laudémio n.º 29.

³⁹ *Bandeira de Toro*. «A Hora». (1947), s.n. de página.

Quinta da Gafaria (Santa Cristina)

A Quinta da Gafaria, situada no aprazível Lugar do Imaginário, na freguesia de Santa Cristina, com acesso à estrada nacional n.º 108, de onde se alcança uma das mais espectaculares paisagens do concelho de Mesão Frio, encontra-se em fase de recuperação dos seus vinhedos, em patamares que se estendem quase até à via-férrea do Douro.

Foi por aqui, nestas encostas deslumbrantes sobranceiras ao rio Douro, que Manuel Arnau, nos finais do século XVI, viveu e se inspirou na sua arte de pintor «imaginário».

Álvaro de Azeredo também fala desta Quinta e dela diz que foram seus senhores, nos princípios do século XVII, Diogo Guedes de Sequeira e sua mulher Dona Maria de Magalhães Monteiro⁴⁰.

No *Livro de Títulos de Foros*, pertencente ao Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, datado de 1733, quando era seu Provedor Diogo de Moura Coutinho, aparece como titular de várias consortes da Quinta da Gafaria, Diogo Guedes Osório, filho de Gaspar Guedes, os quais pagavam, anual e individualmente de foro enfitêutico àquela instituição de cariz religioso, «*quatro sentos reis em dinheiro e hão alqueire de favas, ou um tostão por elle, pla fazenda que foy de Francisco de Medeira*». Este foro e, possivelmente, a posse da propriedade, poucos anos depois passou para a posse temporal do Padre João de Morais Coutinho e seus herdeiros, e deste para José da Cunha Guedes, de nobre linhagem, como se comprova pelas armas do brasão que recentemente se encontrou nos escombros das ruínas do antigo Hospital da Gafaria.

Em finais do século XIX, já era seu proprietário José Ferreira de Almeida que entrou na sua posse, por compra a Fernando da Silva Pereira dos Santos, solteiro, de maior idade, 2º barão de Fornelos e Visconde de Vila Verde, e um dos maiores proprietários do concelho de Mesão Frio, como se pode comprovar nos livros dos enfiteutas que pertenceram ao referido Arquivo.

Por volta de 1925, a Quinta da Gafaria ou, como o povo lhe chama, «Quinta do Gafo», foi mais uma vez retalhada em várias sortes que couberam a herdeiros de Dona Palmira Varejão (de alcunha a Lázara), viúva que ficou de Domingos Monteiro, casado que fora em primeiras núpcias com Dona Ana de Jesus, da qual não teve geração.

Anos depois, a parte mais importante desta propriedade enfitêutica já pertencia a Manuel Filipe Coutinho que, por herança, a deixou à sua filha Dona Matilde Coutinho Portela, casada com Joaquim Jacinto Portela.

O sítio onde antigamente se encontravam as ruínas do Hospital Medieval dos

⁴⁰ MELO, Álvaro de Azeredo Leme Pinto e – *Azereados de Mesão-Frio, seus ramos e ligações*. 1914, p. 30.

Leprosos está actualmente transformado em restaurante típico, propriedade do ex-emigrante Constantino Pereira Cardoso, em cujo botequim, recuperado tradicionalmente, chama a atenção um pequeno brasão de ferro, com escudo «partido» em três, e onde se destacam as armas dos Cunhas, Sousas e Guedes, das mais antigas e nobres de Portugal.

Quinta do Granjão (Oliveira – Vila Marim)

«Saibam quantos este testamento virem, em como no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesuz Christo de mil oito centos e setenta e oito, aos oito diaz do mês de Janeiro, Eu, António Botelho Teixeira, Barão de Granjão, freguesia e Julgado de Villa Marim, comarca do Peso da Régua, me resolvi o faser esta minha disposição de ultima e derradeira vontade, estando no pleno uso das minhas faculdades intellectuais e completa liberdade [...]. E dispondo do temporal declaro que sou casado com minha mulher a Excelentissima Dona Carlota Albuquerque Pimentel Vasconcellos, Baronesa do Granjão, de cujo consorcio existe presentemente uma filha por nome – Amélia – a qual instituo por minha universal herdeira, bem como a todo seu filho, ou filha, que tenha posteriormente, de todos os meus bens imóveis, de raíz, de qualquer natureza que sejam [...]».

Esta transcrição faz parte do testamento cerrado que António Botelho Teixeira, já moço-fidalgo da Casa Real, fizera, dez anos antes de falecer, na sua Casa da



A enoteca no Sítio do Granjão.

Quinta do Granjão, perante o tabelião Miguel José Teixeira, escrivão do Juízo de Paz do Distrito de Vila Marim, da raiz de todos os seus bens temporais, incluindo esta Quinta situada no Lugar do mesmo nome, no limite oriental da freguesia de Vila Marim, junto à foz do pequeno rio Seromenha.

António Teixeira, durante quarenta anos presidente da Câmara Municipal de Mesão Frio, e antigo capitão do exército miguelista⁴¹, encontra-se sepultado no cemitério paroquial de Vila-Marim, onde apenas os curiosos por cinzas do passado revêem no seu obelisco a figura mais importante de todo o concelho de Mesão Frio, no segundo e terceiro quartel do século XIX.

Do seu casamento tardio com uma menina de quinze anos, houve apenas Dona Amélia Botelho Teixeira e Albuquerque que casou a 18 de Agosto com seu primo, o Dr. José de Abrantes Homem da Costa Brandão, tendo falecido em 1931 sem geração.

Por morte desta, foi herdeira da Quinta do Granjão sua prima direita, Dona Maria Angelina Vasconcelos Maia Albuquerque, casada, sem geração, com Luís Albuquerque Pimentel⁴², época em que esta vasta propriedade era possuidora de uma apreciável produção de vinho, azeite, cereais e muita fruta diversa.

Na década de setenta deste século, esta quinta ainda se encontrava na posse do Eng. Alfredo de Queirós Ribeiro Vaz Pinto (antigo Administrador Adjunto da Administração Geral dos Correios e Telégrafos), por comunhão de bens com Maria Luísa Maia Albuquerque Vaz Pinto (sobrinha de Dona Maria Angelina), época em que as dispersas propriedades da Quinta do Granjão se encontravam em declínio de produtividade.

Hoje é um sacrilégio denominar-se «Quinta» do Granjão: calços de olivais abandonados; socalcos de vinhas esgotadas sem cuidados de granjeios; e casa solarenga desabitada com portões de ferro fechados a cadeados ferrugentos... tudo é desolação e abandono naquela quinta que foi a segunda mais importante sala de visitas do concelho de Mesão Frio, na última metade do século XIX.

No abandonado átrio, virado a Noroeste, entra-se por um portão datado de 1852. E na vedação de ferro trabalhado, do que resta do antigo caramanchão, encontra-se o ano 1853. Esta teria sido a primitiva entrada da Casa do Granjão, como se deduz pela calçada que lhe dá acesso à antiga estrada nacional n.º 6, de primeira classe, que a contorna pelo Nascente.

⁴¹ Após a Convenção de Évora-Monte, alistou-se no exército liberal.

⁴² Luís Albuquerque Pimentel faleceu em 1935, tendo exercido, no ano anterior, interinamente, as funções de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mesão Frio.

Quinta do Miradouro (Vila Marim)

A notícia da antiguidade da Quinta do Miradouro aparece-nos em 21 de Agosto de 1743, quando o Corregedor Proença, nos vistos do Foral Manuelino de Mesão Frio, o qual tratava igualmente de Vila Marim, escreveu a seguinte nota: «Acho mais que El-Rei tem uma quinta, chamada do Miradouro, na Honra de Vila Marim, de que havia Tombo e vários prazos, de que colhe alguma renda o Almo-xarife de Vila Real [...]»⁴³.

A realenga Quinta do Miradouro, servida pelo caminho asfaltado da Igreja de Vila Marim, que liga à estrada municipal de acesso a Brunhais, era uma das várias propriedades que pertenciam ao ramo Borges Cerqueiras Alpoins, senhores do vínculo da Rede, no primeiro quartel do século XIX.

Em 1888, o Abade de Miragaia, na continuação do *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal, considerava a casa da Quinta do Miradouro, como uma das mais notáveis da freguesia, encontrando-se já na posse de António Vitorino de Queirós.

Meio século mais tarde, em 1938, já se encontrava na posse hereditária de Dona Palmira Cabral de Barros, casada em segundas núpcias com Manuel Augusto de Barros, antigo presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim, na época em que a Quinta do Miradouro ainda produzia umas 70 pipas de vinho, além de cereais e muita fruta.

Adélia Queirós de Barros e os seus meios irmãos Fernando e Norberto Cabral Vitorino Queirós eram, em 1999, possuidores desta desolada Quinta do Miradouro, cujo núcleo de casas de habitação, armazéns e vinhedos se encontram votados ao abandono.

A presumida casa «senhorial», com a fachada principal virada para a estrada camarária que sobe do cemitério paroquial de Vila Marim em direcção ao Poente de Santa Cristina, foi-me recomendada por um dos proprietários como uma das casas mais nobres e antigas do Concelho de Mesão Frio. O que encontrei, no segundo dia de Janeiro de 1999, foi desolador, tal era a expectativa: casa de habitação em ruínas (mais parecendo pardieiros) e socalcos de videiras esgotadas, longe da produtividade dos anos quarenta deste século.

O único vestígio de antiga casa nobre é um modesto brasão armoriado que se encontra na fachada da casa-mãe virada a Noroeste, com as armas dos Carvalhos, família originária da região de Basto cuja descendência entronca em Martim Pires, que viveu no tempo de D. Sancho II, na sua quinta de S. Miguel de Carvalho, no concelho de Celorico de Basto, de onde retirou o apelido.

Mas essa mesma pedra de armas parece vestimenta rica em menina pobre e desajeitada, tal a rudimentar traça arquitectónica da arruinada casa de habitação e de tudo quanto a rodeia.

⁴³ FORNELOS, Álvaro Maria de – o.c., p. 57.

Quinta do Paço (Cidadelhe)

A Quinta do Paço, em Cidadelhe, é a quinta cujo património histórico se assume como dos mais importantes do concelho de Mesão Frio.

Nos seus arquivos particulares, onde se encontram mais de um milhar de documentos, existe uma carta de empraçamento datada de 1531 a provar a sua antiguidade.

A pedra de armas que encima a porta rodeada de uma original varanda em ferro atesta a sua origem fidalga e testemunha a sua antiga fundação, muito para além das famosas Demarcações Pombalinas, quando era seu administrador Luís de Magalhães Coutinho, referenciado pelo Abade Manuel da Costa Guimarães nas *Memórias Paroquiais* de 1758, em que revela o culto popular ao orago Santo António que se venera na capela privada da quinta. Nesta época pombalina, o dono da Quinta do Paço, além de outros vínculos rurais, também era possuidor de «*hua vinha chamada do Castelo, sita na freguesia de Sidadelhe*» que, em 1761, ficou autorizada a produzir 10 pipas de vinho de feitoria. Por esta época, os terrenos da Quinta do Paço eram constituídos por vastos vinhedos, pomares e olivais, os quais, um século mais tarde (1865), por dívidas acumuladas ao foro enfiteutico, seriam executados judicialmente pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, contra o herdeiro natural Francisco de Magalhães Pereira Pinto de Sousa, e adjudicados em praça pública, juntamente com o património da Casa, pelo Conselheiro Manuel de Almeida Carvalhais, Desembargador da Relação do Porto.

Pouco mais de meio século depois, em 23 de Março de 1922, faleceu seu filho Manuel Pereira Peixoto Almeida Carvalhais, solteiro, com 66 anos de idade, natural da vila de Amarante, o qual por testamento executado poucos dias antes, deixou «[...] a sua filha natural Maria Augusta Peixoto Carvalhais, nascida no Lugar de Míguas, freguesia de Santa Marinha do Zêzere, aos treze dias de Março de 1881, a qual perfilhou por escritura pública nas notas do tabelião Tomás Mègre Restier, da Cidade do Porto, [...] cuja educação está entregue ao Colégio do Sagrado Coração de Maria estabelecido na Cidade do Porto, à praça do Coronel Pacheco, número dois, e declara muito solenemente que jamais teve outros filhos além da dita minha filha e de uma irmã de nome Margarida, já falecida, filha da mesma mãe, esta também já falecida, e esta declaração faço bem frisante e formal para que ninguém se lembre de vir especular à minha custa, ou à custa da minha filha, com questão de filiação ou heranças [...], a quem deixo todos os meus bens, tanto mobiliários como imobiliários, presentes e futuros, e direitos e acções, notando-se que entre os mobiliários avultam as pratas que me legou minha tia Quitéria, irmã de meu pai»⁴⁴.

⁴⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Mesão Frio, *Livros de Cópias de Testamentos*.

A casa brasonada da Quinta do Paço foi berço de várias figuras ilustres do passado deste concelho, entre as quais se destacaram D. Diogo de Sousa Magalhães, capitão-mor e juiz-vereador de Mesão Frio, além do já referido Luís de Magalhães Coutinho, Cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão-mor de Baião.

Em 1940, a Casa e Quinta do Paço encontrava-se na posse hereditária do Dr. Fernando Mendes de Vasconcelos, um dos principais impulsionadores do Grémio de Vinicultores de Mesão Frio.

Em 1999, é senhor desta Casa e Quinta, Manuel Carvalhais Vasconcelos Pimentel (n. 1938), casado com Dona Maria Eugénia Pinheiro Vieira Vasconcelos Pimentel (n. 1945), com geração.

Quinta do Paço (Vila Marim)

A capela particular da Senhora das Quintas, que se encontra referenciada nas Demarcações Pombalinas de 1758⁴⁵, aparece, na mesma data, mencionada nas *Memórias Paroquiais* do Abade de Vila Marim, quando, no sítio do Paço, a dá como tendo sido dotada «por hũm Pedro Alves já defunto, do mesmo lugar, he tem seo patrimonio, do qual são administradores seos herdeiros»⁴⁶.

Em 1874, a Quinta do Paço, um dos mais antigos prazos enfiteúticos do concelho, encontrava-se na posse temporal de Manuel de Cerqueira Alpoim, casado em segundas núpcias com Dona Maria Carolina Fragoso, de quem tivera Maria Xavier Fragoso Cerqueira Alpoim, única herdeira de todos os bens vinculados à Casa e Quinta do Paço, por testamento cerrado do seu progenitor, aos vinte e dois dias do mês de Maio daquele ano, e em que foram testemunhas António Augusto de Almeida Camelo e Castro, Nicolau Osório Pereira Negrão, António d'Azeredo Lobo e Almeida e António Borges de Cardoso Meneses (fina-flor da alta sociedade de Mesão Frio, no último quartel do século XIX). Este testamento codicilado, cuja original transcrição se encontra no Arquivo Municipal de Mesão Frio, fora redigido, «*in fide veritatis*», pelo tabelião público António Augusto César Osório.

Actualmente, esta Quinta do Paço pertence ao Sr. Fausto Pinto Ribeiro (o único dos fundadores da Adega Cooperativa de Mesão Frio ainda vivo), e foi comprada em 26 de Abril de 1911 por seu pai, o médico da Armada (e um dos pioneiros da Casa do Douro) Artur Magalhães Pinto Ribeiro.

O filho de um antigo jornaleiro da Quinta do Paço contou-me que, no tempo em que esta era administrada pelo «senhor Doutor», nas vastas propriedades anexas à Casa do Paço trabalhavam, diariamente, mais de uma centena de jornaleiros, o que testemunha o lugar cimeiro que esta quinta possuía na produção vinícola de todo o concelho de Mesão Frio.

⁴⁵ FONSECA, Álvaro Moreira da – o.c., 1949, p. 86.

⁴⁶ A.N.T.T., *Dicionário Geográfico*, Vol. 40, M. 229, M.F. 700, fl. 1383.

Fausto Pinto Ribeiro assistiu, em 1998, já no Outono da sua longa vida, a um pavoroso incêndio que destruiu a capela setecentista de invocação à Senhora do Bom Sucesso.

Em Julho desse ano, sem qualquer curiosidade mórbida, entrei, pela primeira vez no amplo e pesado portão que abre directamente para o interior da Quinta do Paço, cuja casa senhorial se integra no roteiro do Turismo Rural: o silêncio e a desolação das paredes carbonizadas daquela capela, onde se viveram séculos de história concelhia, fizeram do meu religioso silêncio a única homenagem de alguém que sentiu, naquelas vigas calcinadas, um pedaço de história que desapareceu.

Quinta Paraense / Moixinho (Vila Marim)

No ano de 1759, dezenas e dezenas de lavradores protestaram contra a sua exclusão da Região Demarcada. Entre eles, encontrava-se o dono da Quinta do Moixinho (hoje Paraense), Paulo de Queirós Pinto, que veria o seu requerimento recusado pela Junta da Companhia nos seguintes termos:

«Poem a Junta na Real Prezença de Vossa Magestade o requerimento de Paulo de Queirós Pinto, morador na freguezia de Villa Marim, concelho de Mezão frio, em que representa tem huma Quinta na dita freguezia chamada Moixinho a qual ficou na demarcação que se fes para feitoria no anno de 1757, e excluida na última a que se procedeo em Novembro de 1758. Sendo o vinho della reputado para embarque por ser a dita Quinta cituada no melhor citio daquela freguezia, e ser muito soalheira por ficar ao Nascente contra o Norte e inxuta, e por ser muito incostada e desassombrada, e fragosa; Suplicava se lhe metesse na Demarcação de feitoria a dita Quinta.

E sendo mandado informar pelo Deputado Francisco Martinz da Lus dice tinha achado que a Quinta do Supplicante fica por sima da Estrada por onde se fez a Demarcação muito no alto, e perto da Serra do Marão que o vinho que produz muitos poucos anos se vendeo para embarque por não ser dessa qualidade.

Parece á Junta que não deve entrar a referida Quinta na Demarcação de feitoria visto não ser o vinho que produz capas para embarque.

Vossa Magestade mandará o que for servido.

Porto, em Junta de 17 de Julho de 1759»⁴⁷.

Nos finais dos anos vinte deste século, a Quinta do Moixinho foi comprada, «por tuta e meia», por Dona Carolina Augusta Teixeira Pinto, a qual em 1930 construiu uma nova casa de habitação e armazéns com lagares, e lhe mudou o nome para Quinta Paraense, em homenagem ao estado de Pará, onde seu marido José Augusto Teixeira Pinto granjeara vultosa fortuna como vendedor de livros.

⁴⁷ FONSECA, Álvaro Moreira da – o.c., 1951, p. 20 e 21.

Meio século depois, em 1999, a raiz da Quinta Paraense encontra-se na posse hereditária de Maria Fernanda Queirós Pinto, filha de José Augusto Teixeira Pinto Júnior, já falecido, e de Dona Maria da Assunção Queirós Cabral, nonagenária, e ainda usufrutuária de metade dos vastos bens imóveis dos Moixinhos e da Quinta de São Lourenço⁴⁸.

A Quinta Paraense situa-se perto do Lugar do Mártir, em Vila Marim, e nos finais do século passado, ainda como «os Moixinhos», foi cortada ao meio pela construção da estrada municipal Mesão Frio-Mártir, construída no mandato do Padre António do Vale Frias Carneiro, como presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mesão Frio.

A jusante desta Quinta Paraense encontra-se, quinhentos metros mais além, outra pequena quinta com o mesmo nome, da qual é possuidor António Ferreira Teixeira Pinto, que entrou na sua posse por herança de seu pai, sócio, no Brasil, de José Augusto Teixeira Pinto.

Quinta do Piar (Barqueiros)

«Principiando na margem do Norte do Rio Douro, e no canto da vinha do dito Lourenço de Azevedo, que confina com o mesmo Rio Douro, e no Sitio a que chamão o Poyal, por se achar hum de pedra no meyo do Rio, e correndo da esquina do dito Poyal o rumo de Sul a Norte se vay dar a hum Tezo ou Outeyro, que está no Simo do bacello do mesmo Lourenço de Azevedo, o qual tezo parte com a parede do matto do mesmo Lourenço de Azevedo; e ahi se pôs hum marco á custa do mesmo.

Do qual marco levando a demarcação ainda o mesmo rumo de Sul a Norte vai dar ao canto da vinha de Domingos Monteyro, da mesma Villa de Barqueyros; cuja vinha fica pegada com a estrada, que vay do Bernardo para a dita Villa de Barqueyros e ahi no dito canto, e borda da Estrada pegado a um mato do dito Lourenço de Azevedo, cujo mato finda na mesma estrada, se pôs outro marco»⁴⁹.

Assim principiou na Quinta do Piar a primeira Adição das Demarcações de 1761, aos dezasseis dias do mês de Abril, por força do requerimento dirigido à Junta da Companhia pelo seu proprietário de então, Lourenço de Azevedo Pinto «da Villa de Barqueiros em que representa tem hũa Quinta no Sitio chamado o Piar»⁵⁰, e pelo qual foi admitida na Demarcação de Vinho de Embarque, com autorização para produzir «cada hum anno seis pipas»⁵¹.

⁴⁸ Dona Maria Assunção Queirós Cabral, nascida a 14 de Setembro de 1902, filha de Bernardo Vitorino Queirós e Ana da Conceição Barbosa Cabral, com uma lucidez notável para a sua idade, memorizou, numa tarde de Janeiro de 1999, as últimas páginas vividas pelas Quintas de São Lourenço e dos «Moixinhos».

⁴⁹ FONSECA, Álvaro Moreira da – o.c., 1951, p. 127 e 128.

⁵⁰ Idem, p. 19.

⁵¹ Idem, p. 77.

No entanto, a mais remota notícia que temos sobre a Quinta ou Vinhas do Piar encontra-se nos «Azeredos de Mesão Frio», quando um Francisco de Azeredo, arcepreste na Sé de Lamego (filho de Manuel Augusto de Azeredo Pinto e Antónia Monteiro), habilitou como herdeiro da Vinha do Piar seu sobrinho João de Azeredo Gouveia que, por sua vez, a vendeu a Diogo Borges, por escritura de 9 de Março de 1639, feita em Ancede, pelo tabelião Manuel Fernandes⁵².

Nos anos trinta deste século, esta pequena Quinta, situada perto da estação dos caminhos-de-ferro, no Bernardo, encontrava-se na posse do comerciante de vinhos António Pinto Guedes de Paiva, do qual foi herdeiro, anos depois, seu filho Luís Pinto Guedes de Paiva, engenheiro agrónomo e delegado do Governo na Casa do Douro, na época em que produzia umas quarenta pipas com elevado teor alcoólico, azeite e fruta diversa.

A casa de habitação, de aspecto sóbrio, é dos finais do século XIX, e tinha nos seus armazéns tonéis com capacidade para sessenta pipas de vinho.

Actualmente, encontram-se (casas e vinhedos) em progressiva degradação, e são propriedade de dois herdeiros de José Monteiro da Fonseca Júnior, emigrantes no Brasil.

Quinta dos Quarteirões (Vila Jusã)

A Quinta dos Quarteirões, ao Norte de Vila Jusã, é das quintas do concelho de Mesão Frio que apresenta dos melhores pergaminhos históricos como propriedade rústica.

O famoso Mapa do Douro Vinhateiro, do Barão de Forrester, apenas menciona, neste concelho, a Quinta dos Quarteirões, cuja origem etimológica remonta à época em que o povo se abastecia de azeite, pelas medidas de quarteirão, nas azenhas desta antiga propriedade, muito para além do século XVII.

O mais antigo testemunho escrito que encontrei sobre a «Vinha dos Quarteirões», aparece no *Livro n.º 3 do Tombo da Misericórdia de Mesão Frio*, folha 85, datado de Junho de 1653, no reconhecimento que esta instituição fez do foro de 15 almudes de vinho à bica do lagar em cada ano, que pagava Manuel de Queirós Cerqueira, seu proprietário de então.

No ano de 1733 já vamos encontrar no *Livro de Títulos de Foros*, da mesma Santa Casa, vários possuidores de vinhas nos «*Corteiroes*», entre os quais uma Maria Gomes, viúva que ficou de Manuel Monteiro, da vila de Mesão Frio, que pagava seiscentos e treze réis pelas casas e quinta, e ainda três almudes e meio de azeite e três canadas de vinho maduro pela medida nova. Desta sorte foi herdeira sua sobrinha Luísa Clara Monteiro de Carvalho, mulher de José Monteiro Praça. Um outro possuidor de vinhas nos «*Corteiroes*», neste mesmo ano, era

⁵² AZEREDO, Álvaro de – o.c., p. 18 e 98.

Francisco Monteiro, capitão de Infantaria no Regimento do Porto, pela qual pagava dez tostões de foro anual.

O Padre José Monteiro Guedes, clérigo de missas, morador em Vila Verde, já possuidor da propriedade anexa do Barreiro, que comprara a Dona Maria Luísa de Vasconcelos pelo preço de 600 mil réis, juntara anos mais tarde todas as vinhas nos «Corteiroes», e delas ficara único possuidor.

Em 1758 foi colocado nos terrenos desta Quinta um marco pombalino do qual se desconhece o paradeiro, como tantos outros espalhados pelos socalcos do Douro vinhateiro: «[...] e vai subindo [a Demarcação] pelo valle de Villa Juzan, e finda no portal dos Carteirosins, que está na estrada que vem para Mezam Frio»⁵³.

Em Julho de 1837, José Maria Rangel de Quadros, moço-fidalgo com exercício no Paço, Comendador na Ordem de Cristo, e morador na Rua de Rilhafoles, número vinte e cinco, na freguesia da Pena (Lisboa), era o maior proprietário do Concelho de Mesão Frio, possuidor desta Quinta dos Quarteirões, Vinha do Barreiro, Vinha do Pereira, Campos e Bardos no sítio do Jardim de São Nicolau, Pinhal das Regadas, Olival da Cadeia e Quinta de Vila Verde, propriedades que fizeram parte da troca de bens que se verificou, em 1839, entre aquele nobre proprietário e outro, não menos nobre, 1º Barão de Fornelos, residente na Quinta do Sais, em Resende.

No Auto de Louvados, feito no escritório do tabelião da vila de Mesão Frio, a casa da Quinta dos Quarteirões (arruinada) foi avaliada em 250 mil réis, o tanque de cantaria em 70 mil réis, «a Vinha dos Quarteirões, com a do Barreiro de fora pelo estado de deficiente cultura e cansaço das vides pela sua velhice, e diferente do estado produtivo do tempo da Instituição do vinho pode render actualmente no ano livre de grangeio dezasseis Pipas de Vinho, que a preço de quinze mil reis cada huma Pipa emportarão em duzentos e quarenta mil reis. – Achavão mais que o Pomar da mesma Quinta pode render em fruta annualmente vinte e oito mil e oitocentos, que por vinte anos juro capital de quinhentos e setenta mil reis. – Achavão mais que o Campo pode render livre de grangeio annualmente trinta e sete alqueires de milho grosso que a preço de quatro centos reis cada alqueire, emporta em quatorze mil oitocentos reis e por vinte anos fasem o capital de Duzentos e noventa e seis mil reis. – Achavão por tanto todos os Louvados, que o Total da Quinta dos Quarteirões e Vinha do Barreiro de fora no seu presente então o assima declarado de Sinco Contos nove centos noventa e dois mil reis, doduzindo do sobredito Valor Total o Capital de tres mil setecentos, rende foros que importam em setenta e quatro mil reis, e o Laudémio de sinco hum em duas partes do Valor da Quinta que emporta em sete centos noventa e oito mil nove centos e trinta e tres reis e ambas as Verbas, em oito centos setenta e dois mil

⁵³ FONSECA, Álvaro Moreira da – o.c., 1949, p. 84 e 85.

nove centos noventa e tres, fica sendo o dito Valor da Quinta e Vinha do Barreiro de cinco Contos cento e desanove mil setenta e sete reis».

Uma rateação de foros, deliberada pela Mesa da Santa Casa deste concelho, e «já feita em tempos remottos», aumentara o imposto foreiro desta propriedade para quatro mil e oitocentos reis, «mais trez almudes e nove canadas de vinho, à bica do lagar, também annoalmente», do que tomou conhecimento judicial o senhor Manuel do Valle Frias, residente em Vila Marim, e bastante Procurador do referido Barão de Fornelos.

Somente nos finais do século XIX é que esta propriedade entrou na posse de Tomás Cardoso Ferreira, por herança de seu tio José de Almeida Ferreira, que a replantou na sua quase totalidade e a transformou numa das quintas mais rentáveis do concelho.

Em 1921, época em que a Quinta dos Quarteirões atingiu a sua maior produtividade (300 pipas de vinho e 50 de azeite), Tomás Cardoso Ferreira comprou, em hasta pública, ao Estado, por dez escudos e dez centavos, o foro de quinze centavos anuais, remindo um imposto enfitêutico que pertencia desde o século XVII ao Convento de Corpus Christi.

Em 1933, a Quinta dos Quarteirões ver-se-ia, uma vez mais, amputada nas suas parcelas (incluindo o derrube da primitiva casa setecentista, ou o que dela restava), quando por ela passou, ao nascente, a antiga estrada nacional n.º 6 de primeira classe, data que, por ironia do progresso, coincidiu com o principio do seu declínio, apesar da tenacidade com que sempre lutou Francisco António de Almeida, bisavô da actual proprietária, a Dr.ª Rosa Maria Montes Noronha Ribeiro de Almeida, residente em Lisboa.

Quinta das Quintãs (Santa Cristina)

A mais antiga notícia da Quinta das Quintãs aparece em 18 de Maio de 1855, quando o Administrador do Concelho de Mesão Frio, perante o flagelo da cólera que se estendia por todo o concelho, mandou estabelecer na Casa das Quintãs de Baixo, «do Barão», um hospital provisório «em beneficio dos miseraveis, como aqui, e em outras partes se está praticando»⁵⁴.

A Quinta das Quintãs, entalada entre as estradas 101 e 108, na freguesia de Santa Cristina, exposta a nascente, cujas frondosas tílias e grutas dos seus jardins protegeram do sol quente das férias de Verão, nos fins dos anos sessenta, o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Doutor Marcelo Caetano, condiscípulo e amigo íntimo do escritor Domingos Monteiro, foi o alfobre de importantes figuras deste concelho, neste século.

⁵⁴ Copiador das Ordens ..., ofício n.º 38, 19 de Maio de 1855.

Nos anos trinta do século passado pertenceu a José Maria Rangel de Quadros, moço-fidalgo da Casa Real, e deste passou aos liberais barões de Fornelos que, por sua vez, a venderam, nos princípios deste século, a Domingos Monteiro Pereira, comerciante de vinhos generosos com armazéns para exportação situados em Vila Nova de Gaia.

Por esta Quinta das Quintãs, com uma velha moradia espaçosa e pesada de fins do século passado, e que ficou prejudicada pelo traçado da estrada nacional n.º 101, passaram várias gerações de democratas e intelectuais, cujas convicções políticas sempre se opuseram ao regime fechado de Oliveira Salazar e dos seus correligionários locais.

Além do patriarca da família, Domingos Monteiro Pereira, por aqui passou o capitão João Pina de Morais (herói na Flandres da Primeira Guerra Mundial) em fuga permanente de exilado político; o escritor naturalista Domingos Monteiro, autor de «A Vinha da Maldição», entre outras várias obras⁵⁵; o seu irmão Dr. Mário Monteiro; a escritora e médica Graça Pina de Morais, autora marcante de, também entre várias outras obras, «O Pobre de Santiago» e «A Origem»; e Dona Lídia Monteiro, que faleceu, quase centenária, em Outubro de 1998, simbolizando o fim de uma época que, nas páginas imorredoiras da cultura e da democracia, tanto enobreceram o pequeno concelho de Mesão Frio.

Actualmente, são co-herdeiros da Quinta das Quintãs e outras propriedades João Vasco Pina de Morais, Juiz aposentado, e sua irmã Dona Elisa Pina de Morais.

Quinta (Solar) da Rede (Santa Cristina)

O traçado do edifício solarengo da Quinta da Rede, onde se integra uma capela barroca de invocação a São João Baptista, e que se mantém inalterado desde o século XIX, quando foi restaurado por José Maria Cerqueira Borges Queirós e Rebelo, Cavaleiro da Corte, capitão-mor das vilas de Mesão Frio e Teixeira, e ainda fidalgo-cavaleiro da Casa Real, era já nesta época «*um vasto palacete, de architectura simples e severa, rodeado de uma extensissima matta, pomares, vinhedos e terras de lavoura, tudo de grande fertilidade, formando tudo uma magnifica e rendosa quinta*»⁵⁶.

⁵⁵ Foi na Quinta das Quintãs que Domingos Monteiro, em carta a José Rodrigues Miguéis, datada de 28 de Agosto de 1927, escreveu: «Escrevo-lhe ao ar livre, à porta duma gruta, sobre um lago onde cai um rosário contínuo de gotas e um repuxo transparente. Uma cortina azul de montanhas uma sombra suave, um calor quase material – e o Domingos Monteiro a escrever uma novela transcendente, astralizante, abracadabrante, que imaginámos juntos numa destas noites, aí pela 4 de manhã...».

⁵⁶ LEAL, Pinho – o.c., Vol. 8, «Rede», p. 79A.

Situada na freguesia de Santa Cristina e sobranceira ao rio Douro, a Quinta da Rede cujo edifício principal é actualmente uma pousada turística equipada com piscina, campo de ténis, circuito de manutenção e três dezenas de quartos ao dispor dos visitantes, foi o núcleo de um dos mais importantes domínios rurais com uma área aproximada de 30 hectares, quando, nos finais do século passado, pertencendo ao Conselheiro e Ministro da Justiça José Maria de Alpoim Cerqueira Borges Cabral, se estendia «desde o Douro até à remota estrada que atravessa Meção-Frio para Villa Real, nos flancos do Marão, e tem terras de cereal, plantações vitícolas, pomaredos, mattas seculares, jardins da décima oitava centúria e a vasta casa nobre que data da mesma época»⁵⁷.



Solar da Quinta da Rede.

⁵⁷ MONTEIRO, Manuel – o.c., p. 165.

Mas, para encontrarmos as remotas origens da Quinta da Rede, é preciso recuarmos até ao século XV, quando o príncipe D. Afonso, filho de D. João II, renovou em 1484 o prazo destes terrenos a Lopo de Queirós, ascendente de Gonçalo de Queirós, senhor da Casa da Rede.

Um dos muitos possuidores desta importante quinta foi Gaspar Borges Louzada (filho de Gaspar Borges de Carvalho e de Teresa Gomes Rebelo), por casamento com Isabel Vaz Guedes, filha de Nuno Vaz Guedes, de quem herdaram a Casa e Quinta da Rede⁵⁸.

Em 1842, a Quinta da Rede encontrava-se na posse enfitêutica de Maria Fortunata Teixeira da Cunha Pinto, casada com João Borges Cerqueira Alpoim de Cabral, «*sem que se tenha rateado [o foro] que cada hũm pertence pagar*», como se lê no *Livro de Cobrança de Fors* pertencente ao Arquivo da Igreja Paroquial de São Nicolau.

A morte prematura do filho do Conselheiro José Maria de Alpoim, solteiro e sem descendência directa, beneficiou, por testamento, José Maria Mateus dos Santos Alpoim e sua mãe Dona Maria dos Santos Lima, a qual deixaria por herdeira, após o seu falecimento, sua filha Maria Mateus dos Santos Fernandes Costa, que, em 1962, a venderia ao negociante de vinhos Manuel Pinto Marques.

Já retalhada de parte do seu vasto património enfitêutico e num estado lamentável dos seus vinhedos, a Quinta da Rede foi vendida por este seu temporário possuidor, em 1998, a um preço proibitivo, a uma Sociedade de Empreendimentos Turísticos gerida por Mário Nuno Ferreira casado com Mrs. Barbara Rayford, senhora de naturalidade norte-americana, com geração.

Os trabalhos agrícolas que voltaram a executar-se nas formas tradicionais de granjeio, para «sedução» dos visitantes turísticos, vão garantindo uma produção anual de umas duzentas pipas de vinho (generoso e consumo), na área que sobrou da antiga Quinta da Rede, cujos terrenos subiam em calços desde a margem direita do rio Douro até ao sopé das encostas do Marão, situadas ao Poente.

Quinta do Salgueiral (Vila Marim)

É preciso recuarmos ao ano de 1758 para se encontrar a mais antiga memória escrita sobre a Quinta do Salgueiral. Nesta época, os terrenos que hoje constituem a Quinta do Salgueiral encontravam-se anexados à denominada Quinta de Vila Marim, e pertenciam a Francisco Henriques Monteiro Homem de Carvalho e Azevedo, professo na Ordem de Cristo, e seriam incluídos nas terceiras Demarcações Pombalinas de 1761, pela petição que este seu proprietário fizera em 1759 à Junta da Companhia, reclamando autorização para produzir vinho de Feitoria nas

sua vinhas da Sobreira «*que dara vinte até vinte e cinco pipaz de vinho he munto capaz para embarque...*»⁵⁹.

Esta posse aparece confirmada nas *Memórias Paroquiais* do Abade de Vila Marim, em 1758, quando, ao escrever sobre as capelas particulares existentes naquela época, fala da capela ao orago São João Baptista⁶⁰, de que era seu administrador no temporal, e do seu respectivo património, o acima referenciado «*mui honrado cavalheiro e fidalgo [...], morador na sua quinta do Salgueiral*»⁶¹.

A Quinta do Salgueiral, na freguesia de Vila Marim, no lugar do mesmo nome, tinha brasão na casa setecentista com as armas da mais alta nobreza de Minho e Douro, mas ignoro quando e por quem foi destituído.

Em meados do século XVIII, confirmando a sua nobre estirpe, a família da Casa da Rede juntou-se à da Casa do Salgueiral, por casamento de Dona Maria do Carmo Alpoim e Meneses Borges Cabral com Francisco Augusto Monteiro de Azevedo e Vasconcelos.

Duas ou três décadas após este enlace, era seu proprietário o Dr. João Alberto da Silva Azevedo, Juiz de Lamego e Ouvidor em Barcelos, que foi executado por mandado do marquês de Pombal, acusado de ser um dos conjurados do atentado a D. José.

Teria sido esta tragédia o princípio da decadência da nobre Casa do Salgueiral? E a pedra de armas, que ali existia, teria sido apeada por ordem do Marquês de Pombal (como tantas outras no Douro...), e escondida da fúria vingadora do ditador?

Em 1888, a Quinta e Casa do Salgueiral, onde, como vimos, entroncaram as mais nobres famílias do concelho de Mesão Frio, pertencia a Dona Guilhermina Augusta de Meneses e Vasconcelos, que, por testamento cerrado, a legou a sua filha Maria Augusta, casada com o Administrador do Concelho, Dr. Borges de Carvalho Queirós Pinto e Vasconcelos.

Após um vazio de meio século de existência, sem qualquer notícia documentada, pelo menos por parte de quem possui os seus últimos direitos usufrutuários, aparece em 1940 como proprietária da Quinta do Salgueiral a Sr.^a Dona Olinda Augusta Mendes de Queirós, viúva que ficara de Domingos Vitorino Queirós.

⁵⁹ FONSECA, Álvaro Moreira da Fonseca – o.c., 1951, p. 294.

⁶⁰ O Abade de Miragaia, na continuação do *Portugal Antigo e Moderno*, sobre Vila Marim, diz que esta capela da Quinta do Salgueiral tinha um bom retábulo de talha dourada e lindas imagens. Actualmente (Março de 1999), é uma «capela» profanada, onde apenas a identifica como tal a fachada virada ao Poente, no corpo do edifício. Ruínas de um tosco altar de pedra de xisto, paredes despidas pela corrosão dos tempos e a inexistência de imagens e tecto, é o que resta do passado desta capela votada ao abandono. Num pequeno nicho, existente na parede lateral direita, alguém gravou em numeração árabe o ano de 1686.

⁶¹ A.N.T.T., *Dicionário ...*, vol. 40, M. 229, M.F. 700, Fl. 1383.

A 12 de Outubro de 1982 faleceu, vítima de acidente de viação, um dos seus últimos possuidores. Chamava-se Aprígio Vitorino Queirós, e ocupara, entre 1938 e 1941, o cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mesão Frio.

Em Fevereiro de 1999 esta Quinta do Salgueiral, em lamentável estado de abandono mas ainda a fazer lembrar, arquitectonicamente, as habitações da burguesia rural do concelho no século dezanove, encontrava-se na posse usufrutuária de Norberto Cabral Vitorino Queirós e dos herdeiros da sua raiz ou nua propriedade, que a colocaram à venda pública, no ano de 1998, indiferentes aos seus pergaminhos de quinta histórica do concelho de Mesão Frio.

Quinta de Santana (Oliveira)

O Abade de Santa Maria de Oliveira, António Alberto de Faria, nas suas *Memórias Paroquiais* de 1758, fala já da Ermida dedicada a Santa Ana, situada nos terrenos que hoje constituem a famosa Quinta e Casa de Santana, pertencente, naquela época, ao fidalgo Luís Pereira de Carvalho Borges.



Casa da Quinta de Santana, em Santa Maria de Oliveira.

Deste documento original, que se encontra na Torre do Tombo, se extraem as notas de que há memória escrita sobre esta Quinta que, depois da sua vizinha das Torres, é considerada como das mais importantes desta freguesia.

Cem anos mais tarde, já no último quartel do século passado, aparece como seu proprietário José Carvalho Macedo que, na opinião de Manuel Monteiro, ao tê-la adquirido com o seu solar heráldico, restaurou muros e valados em ruínas, e «a vinha morta resurgiu, o chão raso e sáfaro reverdeceu e produziu, geios sem conta escalaram as ladeiras para se afestoar de bardos e cepas, arvores dadivosas apareceram para dar sombra e para dar fructo, o que era insufficiente e pequeno foi accrescido, o que era velho e caduco foi remoçado»⁶².

Esta Quinta de Santana tinha sido comprada por José Carvalho Macedo a José Borges de Carvalho Soares de Vasconcelos, um dos ramos colaterais da Casa do Salgueiral, em Vila Marim, e encontra-se situada num anfiteatro de casas e socacos numa área que, no princípio do século vinte, compreendia os vinhedos de Santana, da Igreja, dos Babelos e da Azenha, que, no conjunto, produziam umas 150 pipas de vinho generoso.

O imponente edifício solarengo do século XVIII, onde se incorpora, virada a poente, a mais sumptuosa pedra de armas do concelho de Mesão Frio, é composto por duas alas construídas em épocas diferentes. Ao longo da fachada meridional, enquadrada pela cimalha e pelas pilastras de pedra, abrem-se sete janelas com os seus frontões ao alto, em cuja frontaria se descobre esculpida a data de 1724.

Nos anos vinte do presente século, entrou na posse da Casa e Quinta de Santana, Dona Aida de Jesus Macedo Dias Pinheiro, casada com Altino Dias Pinheiro, sem geração, por compra que fez a seu tio João Carvalho, época em que esta quinta e propriedades anexas ainda colhiam importantes produções vinícolas nos seus 15 hectares, que nos últimos trinta anos reduziram a uma média anual de 100 pipas de vinho.

Actualmente, é possuidor da Casa e Quinta de Santana, por morte de seu pai Alcindo Dias Pinheiro, ocorrida em 1997, o Eng. Agrónomo Paulo José Ferreira de Sousa Dias Pinheiro, casado com Dona Berta Dias Pinheiro, também proprietários da Casa D'Além que se integra na Rota do Turismo, onde, como anfitriões, colocam toda a nobreza na arte de bem receber.

Quinta de São Lourenço (Vila Marim)

A mais antiga referência documental da Quinta de São Lourenço aparece nas *Memórias Paroquiais* do Abade de Vila Marim, datadas de 27 de Abril de 1758, cujo original se encontra nos Arquivos da Torre do Tombo⁶³, era então seu administrador no temporal Teotónio Manuel de Sousa Meneses, da Vila de Amarante.

Um século mais tarde, é o Abade de Miragaia, no *Portugal Antigo e Moderno*, que nos fala desta Quinta de São Lourenço como das mais importantes de Vila Marim, época em que era seu possuidor o negociante João Baptista de Figueiredo.

⁶² MONTEIRO, Manuel – o.c., p. 158.

⁶³ A.N.T.T., *Dicionário ...*, Vol. 40, M. 229, M.F. 700, Fl. 1383.

Da primitiva capela particular, de invocação ao orago São Lourenço, que se erguia junto à centenária araucária que ainda se encontra nas imediações das casas de habitação, e que José Augusto Teixeira Pinto Júnior herdara de seu pai como barraco de arrumos, já não restam vestígios.

Nos anos trinta deste século, a Quinta de São Lourenço foi adquirida, «pela quantia de 10 contos a um tal Figueiredo», por Dona Maria Carolina Teixeira Pinto (avó paterna do actual proprietário), que a foi transformando numa das mais bonitas quintas de Vila Marim com deslumbrantes socalcos de dois e três bardos murados com pedra de xisto, em escadaria, erguidos por centenas de trabalhadores, e que, sessenta anos depois, a carência de mão-de-obra rural e as exigências do compasso de plantio da Comunidade Europeia transformariam, sacrilegamente, em patamares, destruindo em poucos dias o que levou anos a construir.

A actual capela da Quinta de São Lourenço, de construção recente, encontra-se afastada da localização da primitiva, próximo da restaurada ala Norte do principal núcleo de casa de habitação, virada para o Nascente, e foi mandada erguer por José Augusto Teixeira Pinto Júnior, em cumprimento da promessa que fizera, quando a Quinta de São Lourenço produziu uma centena de pipas de vinho.

Pelo acesso do Caminho do Paço, aparece um vulgar portão de ferro, datado de 1939, e que testemunha a época nobre em que os vastos terrenos desta Quinta, no centro geográfico de Vila Marim, subiam em pequenos calços desde o Poente da Quinta de São Tiago até ao Lugar das Rodas, dando pão e trabalho diários a dezenas de jornaleiros.

Recentemente reestruturada em toda a sua área, em vinhedos replantados sob as normas comunitárias, somente no ano 2000 a Quinta de São Lourenço voltará a entrar na posse da autorização para produzir, plenamente, o tão ambicionado vinho generoso.

Quinta de São Tiago (Vila Marim)

O mais credível documento escrito que confirma a antiguidade histórica da Quinta de São Tiago, situada na freguesia de Vila Marim, no Lugar da Ribeira da Rede, é o Auto de Reconhecimento que a Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio fez, em 25 de Janeiro de 1704, da vinha foreira que na Quinta de São Tiago possuía Francisco Guedes Pinto, pela qual pagava 300 réis em dinheiro de foro anual⁶⁴.

Três décadas depois (1733), no *Livro de Títulos de Foros* da mesma instituição, sendo Provedor Diogo de Moura Coutinho, já aparece como titular desta Quinta Manuel Guedes de Sequeira, pela qual pagava de imposto enfitêutico a mesma quantia em dinheiro.

⁶⁴ Livro N.º 3 do Tombo de Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, 1704, fl. 155.

Largos anos mais tarde, meados do século XIX (ignoro qual a data certa), esta Quinta encontrava-se na posse de Manuel Soares de Albergaria, filho de Francisco Soares de Albergaria, «*fidalgo distinto, mas muito excentrico e algo mas... que viveu nas suas casas da Ribeira da Rede, tendo vinculos e outras casas importantes em Aveiro, Oliveira do Conde, Sinfães, Midões, Resende e Villa da Feira*»⁶⁵.

A localização da espaçosa casa de habitação da Quinta de São Tiago foi prejudicada pelo traçado da estrada pombalina, construída meio século antes de entrar na posse do 1º Barão de Fornelos, José Joaquim Pereira dos Santos, que a adquiriu em hasta pública a uma Dona Joana Jacinta Guedes, senhora da Casa do Bairro de Lobrigos, na execução que esta moveu contra o fidalgo-salteador Manuel Soares de Albergaria, o terror da época nestas paragens.

Nos princípios deste século já a Quinta de São Tiago se encontrava incluída no vasto rol de bens imóveis de José Arnaldo de Azeredo Melo Freire de Vasconcelos, por compra à segunda viscondessa de Fornelos, já viúva de Fernando Maria Pereira dos Santos, também possuidor das Quintas de Vila Verde, dos Quarteirões e das Quintãs.

Depois do Dr. José Arnaldo (Presidente da Câmara de Mesão Frio em 1918), aparece como proprietário um tal Borges, «*brasileiro com muita fortuna e pouco coração*»⁶⁶.

Nesta época, as Quintas de Vila-Cova e de São Tiago têm uma única herdeira natural. Chama-se Dalila, única sobrinha e herdeira descendente do «brasileiro Borges»; porém, a infeliz Dalila estava predestinada a ser protagonista principal de uma tragédia camiliana: aos quinze anos de idade foge, por amor, da casa dos pais, e casa-se à revelia da orgulhosa família dos Borges, com um funcionário dos Caminhos-de-Ferro do Douro.

O tio Borges nunca lhe perdoará a ousadia de ter rejeitado, por amor, a sua grande fortuna. No testamento público deixa as duas Quintas de Vila-Cova e de São Tiago a Dona Camila Borges Dinis Alves Montenegro, e à sua sobrinha Dalila apenas «*o seu coração triturado de dor, por ter abandonado a casa dos pais aos 15 anos de idade*»⁶⁷.

Dalila Alves Montenegro morreu ignorada pela família aos 27 anos de idade, e encontra-se sepultada no cemitério municipal, impedida por vontade testamentária de ser sepultada no jazigo-família do cemitério de Agramonte, no Porto.

Em 1957, Olímpio Joaquim Borges vendeu a Quinta de São Tiago a António Ribeiro, pai da actual possuidora Dona Teresinha Maria Coelho Ribeiro Miranda, casada com o Dr. Eduardo Cassiano Nogueira Pinto Miranda, com geração.

⁶⁵ LEAL, Pinho – o.c., Vol. 11, «Vila Jusã», p. 771A.

⁶⁶ Testemunho de Dona Maria Constança Afonso Machado Cardoso Costa, nascida a 9 de Agosto de 1917, em Mouçós, Vila Real.

⁶⁷ Idem.

Quinta das Torres (Oliveira)

Do ponto de vista arquitectónico, o solar setecentista da Casa da Quinta das Torres, situado na freguesia de Santa Maria de Oliveira, e cujos vinhedos descem pelas encostas do vale do rio Sermenha⁶⁸ que corre lá no fundo, banhando as margens das Derruídas, é o mais deslumbrante bilhete-postal turístico do concelho de Mesão Frio.



Casa da Quinta das Torres, nas encostas do vale do Sermenha.

Manuel Monteiro, encantado com o que descobrira quando, nos princípios deste século, preparava o seu trabalho sobre a região do Douro, deixou-nos escrito as suas impressões da época:

«Depois da travessia ascensional por varias quintas, ao dobrar d'uma lombada descobre-se o primeiro agrupamento de casario encolhido n'um vinco da montanha.

Na vanguarda pavoneia-se, com severidade, uma vasta habitação solarenga com duas torres que dão o nome á respectiva quinta: é pertença do snr. Antonio

⁶⁸ Sarmenie, etimologia do séc. XII: «Et per totum rivulum Sarmenie», A.N.T.T., *Doações de Afonso III*, Livro II, fl. 34.

Caetano de Sousa Girão, o já referido proprietário de Sequeiros, no Concelho de Lamego.

Tal construção vem do século XVIII, encerra um grande pátio central e assume um ar de nobreza e força com os dois cubellos ameitados, agora de cupulas illogicamente erguidas, que alinham na fachada ocidental, olhando para Cidadelhe.

Em volta do aristocrático edifício, terraços com jardins; para baixo e pelos cercos contíguos, os socalcos da vinha e olival que formam a quinta das Torres, sobre as matas frondosas que ouvem as palrises das águas claras do Sermenha»⁶⁹.

Entre 1988 e 1992 a Casa da Quinta das Torres, com duas pedras de armas, foi restaurada pelo Sr. José António de Sousa Faria Girão, doutor em Medicina, e casado com Dona Dorita Reguila Benito de Sousa Girão.

A Quinta das Torres, com uma área de cultivo, aproximada, de 30 hectares, incluindo propriedades anexas, implantada a meia encosta e exposta todo o dia ao sol nascente e Poente, tem uma produção média de 150 pipas de vinho, além de azeite e muitas outras árvores de fruto.

Quando percorri esta Quinta, vésperas de Natal de 1998, o brasão da entrada principal encontrava-se coberto com um pano escuro, símbolo de luto pela morte recente do Doutor José António de Sousa Faria Girão, pai de António Caetano de Sousa Faria Girão, seu actual possuidor, e produtor-engarrafador de vinhos de consumo, comercializados no mercado nacional, e encorpados com velhas castas portuguesas como Touriga Francesa, Barroca, Bastardo e Touriga Nacional.

Quinta de Vale de Arados (Oliveira)

Em 1757, a Quinta de Vale de Arados (cuja toponímia *Valle de Arato* tem a sua génese em documentos do princípio do século XII) encontrava-se na posse temporal de Luís de Queirós⁷⁰, e confrontava, já no termo da freguesia de Fontelas, com a famosa Quinta das Freiras que, nos anos quarenta deste século, pertencia ao Dr. Francisco Xavier Mesquita Montes.

Sobranceira ao rio Sermenha na parte oriental de Oliveira, esta Quinta de Vale de Arados, toda em calços murados e com capela particular de invocação a Nossa Senhora da Livração, pertencia, nos finais do século passado, ao vasto domínio vinícola dos Carvalhos Macedos.

Nos anos vinte deste século, já vamos encontrar como sua possuidora, Dona Isabel Maria Stuart Torrie, que faleceu solteira e sem geração em 19 de Julho de 1924, tendo-a legado por testamento notarial à sua sobrinha Maria Isabel Stuart Torrie, nos seguintes termos:

⁶⁹ MONTEIRO, Manuel – o.c., p. 156.

⁷⁰ FONSECA, Álvaro Moreira da – o.c., 1949, p. 91.

«deixo a minha Quinta de Vale d'Arados, a casa de moradia com tudo o que tiver dentro, incluindo vasilhame de armazem, casa para guardar lenha, água de poço e de mina, terra de vinha e sementeira, cercada de oliveiras, o mato do Marco, o mato da Quinta de Cima, a raiz da propriedade da Quinta da Boavista, acima do Quelho, e a vinha denominada do arrendamento, sito no Logar da Balsa [...]».

Em 1940, já aparece com seu proprietário o sr. António Amálio Pimenta, época em que esta Quinta de Vale de Arados produzia 140 pipas de vinho, além de azeite e muita fruta.

Uma das suas últimas possuidoras é a Dona Maria José Alves Pereira de Sousa, que, em 1998, vendeu ao doutor Juiz Cândido Bonifácio da Costa a maior parcela da retalhada Quinta de Vale de Arados.



Ruínas da casa setecentista da Quinta de Vila Cova.

Quinta de Vila Cova (Vila Marim)

A Quinta de Vila Cova, no lugar do mesmo nome, na freguesia de Vila Marim, remonta a sua mais conhecida memória escrita, no contexto vinícola, a 3 de Agosto de 1759, quando o seu possuidor Manuel de Sequeira e Almeida, de São

João de Penaguião, requereu à Junta da Companhia das Vinhas do Alto Douro a sua inclusão nas Demarcações de 1761, por se encontrar «[...] logo por cima da Estrada por donde se fez a Demarcação e que está cituada em hum val por cuja cauza, e tão bem por andar bem granjeada dos estrumez, costuma produzir vinho de muito balceiro [...]», e que era na época, conforme afirmava o seu proprietário, «das mais notaveiz daquele concelho por ser junto com cazas, vinhas, campos e pumarez»⁷¹.

Porém, a mais remota notícia dos possuidores da Quinta de Vila Cova aparece nos Azeredos de Mesão Frio, quando, em meados do século XVI, se encontrava no domínio enfitêutico de Diogo Borges de Cerqueira (oriundo da família Borges Pinto), filho de Baltasar Borges de Sousa Lousada, fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de S. Tiago, com brasão passado a 20 de Fevereiro de 1535, e de Felicitas de Cerqueira Martins⁷².

Em Maio de 1855, quando esta quinta se encontrava na posse de Ignácio Moreira de Carvalho, a sua casa setecentista, hoje em lamentável ruína, serviu provisoriamente de hospital aos atacados pela epidemia da cólera, «ao fim de ahi serem socorridos com os necessários [...] sem embargo ou repulça do Cazeiro da dita Quinta»⁷³.

Esta Quinta de Vila Cova pertenceu, nos princípios deste século, à abastada família dum Borges, outro «brasileiro» afortunado no Rio de Janeiro, e também possuidor da Quinta de São Tiago, no lugar da Rede, da mesma freguesia.

«Para que ficasse lavada a honra da familia dos Borges Montenegros», Dalila Alves Dinis Montenegro, menina de 15 anos de idade, foi deserdada por testamento público, e são já seus pais, José Maria da Silveira Montenegro e Camila Borges Dinis Alves Montenegro, que, pela quantia de 20 contos, venderam aos Gouveias esta Quinta de Vila Cova, já retalhada em Quinta de Cima e Quinta de Baixo.

Em 7 de Maio de 1924, faleceu Dona Maria da Piedade Gouveia, possuidora da sorte da Quinta de Cima, e que foi deixada por testamento a seu marido, José Mesquita Gouveia, avô, por afinidade, do actual proprietário, o Sr. Eng.º José Maria da Silva Alves, casado com Dona Lucília da Piedade Gouveia Alves.

A capela, de invocação a Nossa Senhora da Conceição, é de construção recente (1932), pertence à Quinta de Cima, mas tem vínculo popular, e foi mandada construir por José Mesquita Gouveia nos terrenos sobranceiros e que outrora eram de mato. A sua actual casa de habitação é um edifício amplo de dois

⁷¹ Idem, 1951, p. 295 e 294.

⁷² AZEREDO, Álvaro – o.c., p. 39 e 40.

⁷³ Copiador das Ordens..., Ofício n.º 41, 20 de Maio de 1855.

pisos, lembrando as moradias burguesas dos princípios do século, e tem jardim gradeado, armazéns e anexos. Nos tempos de José Mesquita Gouveia produzia nos seus oito hectares umas 180 pipas de vinho, hoje reduzidas a um terço.

Nos terrenos da Quinta de Baixo, que eu deduzo ter sido o mais importante núcleo habitacional da antiga Quinta de Vila Cova, encontram-se, à face do estrada camarário que serpenteia do Salgueiral para o Lugar de Vila Cova, as ruínas abandonadas de uma casa datada de 1782, toda edificada com ostentação em pedra de xisto trabalhada.

Esta Quinta de Baixo foi vendida por Camila Borges Dinis Alves Montenegro a Benjamim Mesquita Gouveia, e, já nos anos quarenta deste século, pertencia ao Dr. Abel Correia da Costa Flórido, que residia em Lamego. Tem nas suas imediações uma antiga capela pública ao orago Santo António, já referenciada nas *Memórias Paroquiais* de 1758, reconstruída pelo povo de Vila Marim em 1969.

Quinta de Vila Verde (Santa Cristina)

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesuz Christo de mil e seis sentos e noventa e tres annos aos sete dias do mes de Junho do ditto anno nesta Villa de Mezam frio Dentro do Caza do Despacho da Mizericordia da ditta Villa onde estava pouzado o Doutor Gaspar de Macedo da Cunha do Dezembarguo de sua Magestade [...]».

Assim principia o Auto de Reconhecimento do foro de 40 réis em cada ano, e por cada um dos quatro herdeiros, titulados por Maria Soares Vieira e Diogo Vaz, e que se encontra mencionado no *Livro do Tombo da Misericórdia de Mesão Frio*, folha 79, datado de 1693.

Em meados do século XVIII, já toda a Quinta de Vila Verde pertencia ao Padre José Monteiro Guedes e seus irmãos, devedores enfiteúticos de três mil e seiscentos réis do foro, que seu pai, Manuel Monteiro, pagava no ano de 1733 pelas fazendas de Vila Verde⁷⁴.

Três quartos de século depois (1839), o maior proprietário do Concelho de Mesão Frio é um moço-fidalgo e Comendador da Ordem de Cristo chamado José Maria Rangel de Quadros, possuidor de, entre outras várias propriedades, desta Quinta de Vila Verde, da Quinta dos Quarteirões, do Barreiro, de São Tiago e das Quintãs.

O Laudémio de 105 páginas do contrato de troca e subrogação de bens, entre José Maria Rangel de Quadros e o futuro Barão de Fornelos, principia neste termos:

«Saibão quantos este Publico Instrumento de troca de bens Soborogação hypotheca e obrigação ou como em Direito melhor lugar haja virem que no Anno

⁷⁴ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, *Livro de Títulos de Foros*, 1733, fl. 45.

do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oito centos e trinta e nove Aos onze dias do mez de Julho nesta Cidade de Lisboa, na Rua Bella da Rainha nº 131 no meu Escriptório sendo presentes os Excellentissimos José Maria Rangel de Quadros, Moço-fidalgo com exercicio no Paço, Comendador da Ordem de Christo morador na Rua de Rilha Foles numero vinte e sinco, Freguezia da Pena e seu irmão Francisco de Alpoim Rangel, Fidalgo da Caza de Sua Magestade, morador na Calçada de Santa Anna numero vinte e seis da dita Freguezia. E da outra parte estavam o Illustrissimo Joze Joaquim Pereira dos Santos, Cavalleiro da Ordem de Christo, Proprietario e morador no Concelho de Resende e no presente nesta Capital, residente na Costa do Castello numero quarenta, Freguesia de São Christovão, por si e como Procurador da Illustrissima sua mulher Dona Bernarda Julia da Silva Pereira [...]».

A minuciosidade da inventariação de todos os bens em troca, da sua avaliação e da transmissão dos direitos enfitêuticos, estende-se por mais de uma centena de páginas manuscritas das quais, por imposição de espaço editorial, apenas transcrevemos as avaliações dos valores existentes, naquela época, na Quinta de Vila Verde:

«Achvão todos os louvados que o Casal de Villa Verde composto das Propriedades descriptas na Rellação junta á petição retro tem a diferença, de valer, no tempo da instituição do Vínculo, de falta de Plantas dos olivae enfestados de ferrugem das vinhas cansadas e velhas os caboucos cheios de areia pelas innundaçoens do rio Douro, e se achvão por isso os Louvados Pedreiros e Carpinteiros que as Cazas em que vivem os Cazeiros bastante arruinadas valem trezentos mil reis – Achvão que as Cazas dos logares avulsos, valem cento e sincoenta mil reis – Achvão que o Armazém onde se envasilha o vinho valle trezentos e sincoenta mil reis – Achvão os louvados Fazendeiros que todos os predios rusticos pertencentes a este Casal de Villa Verde descriptos na Rellação retro podem produzir annualmente no Estado em que se achão livres de cultura sete Pipas de vinho que a preço de quinze mil reis no cumulo de vinte annos fazem o Capital de Dois Contos e cem mil reis – Achvão que podendo render annualmente de Azeite livre de cultura nove Almudes que a preço de quatro mil e oito centos reis cada Almude no cumulo de vinte annos emportarão o Capital de oito centos sessenta e quatro mil reis – Achvão que os Cabouços podem render annualmente livre de granjeio cem alqueires de milho groço que a preço de quatro centos reis cada alqueire no cumulo de vinte annos, faz o Capital de oitocentos mil reis – Achvão que pode render de canas annualmente doze mil reis que ao cumulo de vinte annos faz o Capital de duzentos e quarenta mil reis – Achvão que o valor Total deste Casal de Villa Verde que louvão como Disimo a Deos, ignorando o valor dos foros e laudemios, em Quatro Contos oito centos e quatro mil reis [...]».

A Quinta de Vila Verde era apenas uma parte do importante⁷⁵ inventário de bens que, por troca, ficaram a pertencer a José Joaquim Pereira dos Santos, 1º Barão de Fornelos, e que, mais tarde, já nos finais do século XIX, foi vendida pela viúva do Visconde de Vila Verde ao pai de Alfredo Maria Mesquita Guimarães Brito.

Possui capela particular de invocação a Nossa Senhora de Lurdes, integrada no corpo principal do vasto edifício habitacional construído no último quartel do século passado por Fernando da Silva Pereira dos Santos, também 2º Barão de Fornelos em título.

Actualmente, as Quintas de Vila Verde e de Gradins encontram-se na posse de Fernando Augusto Morais, doutor em leis, que recuperou a Casa senhorial, armazéns, capela e casa do caseiro.

Toda a vasta área abrangente destas duas quintas, situadas na freguesia de Santa Cristina, sobranceiras ao rio Douro, foi replantada, integralmente, em Fevereiro de 1999.

⁷⁵ Em 17 de Junho de 1865, Maria José de Tovar e Meneses, Dona Abadessa do Mosteiro de Arouca, possuidor dos bens foreiros da Quinta dos Quarteirões que tinha entrado nesta permuta de bens patrimoniais, permite uma outra troca de bens, mas sem esquecer o pagamento integral do Laudémio (dez por um) no valor de setenta e cinco mil reis metálicos, «[...] Aceitando a mesma Exma Baronesa, por nossa caseira, sujeitando-se a todas as condições dos respectivos prazos [...]».

Álvaro Aguiar *
Teresa da Silva Lopes **

A marca e a internacionalização do vinho do Porto

RESUMO

O sector exportador de vinho do Porto é um caso exemplar da importância da marca na internacionalização das empresas. Com efeito, este é um sector historicamente internacionalizado e em que o reconhecimento da origem geográfica por parte dos consumidores sempre foi essencial. A marca da empresa exportadora, no entanto, só a partir de meados deste século começou a ser determinante nas estratégias das firmas de vinho do Porto, pois anteriormente as exportações a granel eram claramente dominantes.

Este estudo analisa a evolução da importância da marca no sector exportador de vinho do Porto, face à crescente concentração da distribuição internacional de bebidas alcoólicas, desde o fim da Segunda Grande Guerra até ao final do século XX. Com esse fim, o conceito de marca é integrado na teoria dos custos de transacção de Williamson (1975, 1985), como uma das mais importantes manifestações de especificidade dos activos da empresa. O aumento da especificidade dos activos associados à marca constituiu, juntamente com a integração horizontal, uma componente fundamental da estratégia das firmas exportadoras de vinho do Porto no período em análise.

A estimação de um modelo de procura e oferta de exportações de vinho do Porto, para o referido período, e a utilização da percentagem das exportações em garrafa como *proxy*, confirma a importância da marca para os respectivos consumidores e também o seu papel na gestão das empresas exportadoras.

■ Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

■ Universidade Católica Portuguesa. The University of Reading.

1. INTRODUÇÃO

A literatura acerca da internacionalização das empresas convencionada que esta se deve processar de forma sequencial, isto é, em relação a um determinado país destino, deve passar pela fase de exportação, seguida da criação de um canal de distribuição próprio, antes da instalação de uma unidade produtiva. A argumentação é a de que assim a empresa minimiza o risco e incerteza em relação ao investimento efectuado, vai conhecendo o mercado de destino e, em função da importância que este vai assumindo em termos da sua actividade global, vai avançando mais uma etapa no processo de internacionalização. Desta forma melhora e adapta, gradualmente, os mecanismos de coordenação e controlo da actividade nesse mercado, estando estes sempre de acordo com o seu grau de envolvimento no mesmo. Contudo, nem todos os sectores seguem este percurso, dependendo de várias condicionantes macro e micro-económicas¹.

Existem determinados sectores que, pelas características do produto ou dos *inputs* que utilizam, se desenvolveram desde o início, à escala global. Nesses casos as empresas nem sempre passaram por todas as fases de internacionalização referidas pela literatura, pois os custos da internacionalização dos mercados que daí poderiam advir eram superiores aos benefícios². O sector do vinho do Porto é um bom exemplo de qualquer uma destas situações. Por um lado, o seu desenvolvimento deu-se em simultâneo com a sua internacionalização (desde os finais do século XVII que se conhecem estatísticas de comércio internacional de vinho do Porto, tendo este ocupado em vários períodos da história lugar cimeiro no comércio externo e servido como principal meio de pagamento das importações portuguesas), só começando o consumo no mercado nacional a ter algum relevo após a Segunda Grande Guerra³. Por outro lado, é um sector onde nunca fez sentido às empresas avançarem para estágios de internacionalização para além da exportação através da utilização de canais de distribuição próprios, dado que sempre houve uma preocupação com a denominação de origem (que desde o início do século XX se encontra defendida legalmente) e com a autenticidade do produto (tendo a suspensão do engarrafamento fora de Portugal a partir de 1996 reforçado esta preocupação estratégica)⁴.

¹ Alguns autores que estudam esta problemática de uma forma sistemática são Aharoni (1966), Johanson e Vahlne (1977), Kogut (1983), Luostarinen e Welch (1988) e Root (1994).

² Os custos de internacionalização surgem quando determinadas transacções que eram realizadas pelo mercado, passam a estar integradas na actividade de uma dada firma. Coase (1937); Hymer (1968).

³ Ver Martins (1990) acerca da importância das exportações de vinho do Porto no séc. XIX (que neste período chegam a atingir valores próximos dos 50% das exportações portuguesas) e do peso relativo do mercado português na comercialização global de vinho do Porto.

⁴ De acordo com o DL 264-A/95 de 12 de Outubro e a Portaria 1247-A/95 de 17 de Outubro. Sobre as primeiras demarcações e preocupações com denominação de origem veja-se Pereira (1991) e Moreira (1998).

Na história do comércio do vinho do Porto registaram-se vários casos de sucesso de empresas com canais de distribuição próprios, que mantinham investimentos cruzados com empresas de distribuição nos mercados externos pertencentes, na generalidade dos casos, a membros de família⁵. No entanto, com a concentração da distribuição internacional de bebidas alcoólicas a partir do pós-Segunda Grande Guerra, estes canais e redes de distribuição familiares foram desaparecendo, passando as firmas de vinho do Porto a utilizar, para a distribuição dos seus produtos, terceiros (multinacionais de bebidas alcoólicas, grande distribuição, retalho especializado, entre outros) ou, nos casos em que foram adquiridas por empresas multinacionais, os canais próprios (subsidiárias de distribuição nos diversos mercados)⁶.

O caso do vinho do Porto proporciona também um bom teste à teoria da organização baseada nos custos de transacção. Os custos de transacção surgem em virtude da combinação de vários factores relacionados com o meio envolvente e com o comportamento humano, e são eles que levam as partes numa dada transacção à escolha de uma determinada forma de organização – a hierarquia ou a utilização dos mecanismos de mercado⁷. Quando os custos de uma dada transacção feita através dos mecanismos mercado são elevados então existem incentivos para uma das partes nessa transacção internalizar as actividades da outra (adquirindo-a, por exemplo), passando assim a figurar entre as duas partes na transacção uma relação hierárquica. De acordo com esta abordagem, existem várias fontes de custos de transacção sendo a especificidade dos activos uma delas⁸. Este conceito de especificidade dos activos é definido e explorado nas próximas secções para explicar a importância crescente da marca na internacionalização e nos movimentos de concentração do sector do vinho do Porto.

A realidade do sector do vinho do Porto mostra que a aparente inevitabilidade da integração vertical que esta teoria prevê (quando os custos de transacção associados à utilização dos mecanismos de mercado são elevados) nem sempre se concretiza, dependendo de algumas condicionantes. Alternativamente à integração vertical, para a distribuição internacional de bebidas alcoólicas, as firmas de vinho do Porto tomaram várias medidas a partir dos anos cinquenta do século XX.

⁵ Veja-se por exemplo Guimarães (1988) e Duguid e Lopes (1998).

⁶ Acerca dos diversos intervenientes no sector do vinho do Porto no final do século XX ver Brito (1997).

⁷ Williamson (1975).

⁸ Sobre outras fontes de custos de transacção, veja-se Williamson (1975, 1985), devidas à existência de racionalidade limitada (Simon, 1961), oportunismo, «*frailty of motive*» (Williamson, 1997), incerteza/complexidade das transacções, elevada frequência das mesmas e, resultante de uma conjugação destes factores, quando existem pequenos números (monopólio ou oligopólio) numa transacção e quando surgem situações de assimetrias de informação. Para uma aplicação das diversas fontes de custos de transacção ao caso do vinho do Porto, veja-se Lopes (1998).

Entre essas medidas destaca-se o aumento que provocaram na especificidade dos seus activos, através dos investimentos que fizeram na imagem de marca, causando uma redução dos custos de transacção na sua relação com os distribuidores internacionais de bebidas alcoólicas⁹.

Este artigo analisa a forma como evoluiu, na segunda metade do século XX, o investimento na marca, e as respectivas implicações no processo de internacionalização das firmas exportadoras do vinho do Porto. Na secção 2 é efectuada uma breve síntese de alguns estudos sobre a importância da marca no processo de internacionalização das empresas. De seguida, a secção 3 identifica a marca como um importante (talvez o mais importante, pelo menos no final do século XX) activo específico das firmas exportadoras de vinho do Porto, no contexto da teoria dos custos de transacção. Na secção 4, a análise teórica é suportada por dois modelos com equações simultâneas de procura e oferta de exportações de vinho do Porto, cuja estimação empírica é efectuada para o período 1950-1995. Finalmente, a secção 5 conclui, sintetizando as deduções das teorias da internacionalização e dos custos de transacção e a evidência empírica do caso do sector exportador do vinho do Porto.

2. A IMPORTÂNCIA DA MARCA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

No processo de internacionalização da empresa existem vários requisitos básicos para o seu sucesso. O Paradigma Eclético – *Ownership, Location and Internalization* – de Dunning (1981) releva, entre outras, que as *ownership specific advantages* (de acordo com as quais a empresa deve possuir vantagens específicas que a distingam dos seus concorrentes e que são criadas independentemente das ligações que mantém com outras organizações), são condição necessária para que a empresa se possa internacionalizar. Exemplos deste tipo de vantagens são a imagem de marca da empresa ou dos seus produtos, a posição alcançada no mercado, o poder de mercado, as capacidades de gestão, o acesso favorável a *inputs*, a protecção governamental e as capacidades tecnológica e de marketing. A importância relativa destas vantagens depende, no entanto, do estágio de internacionalização em que a empresa se encontra. Este estudo, debruça-se apenas

⁹ Esta abordagem não deve ser no entanto confundida com a perspectiva da estratégia empresarial que analisa a mesma problemática utilizando conceitos de poder de mercado e dependência de recursos. Williamson (1991a, p.80) refere a este respeito que «*The standard transaction cost economics assumption that parties to a transaction adopt a relatively far-sighted approach ...has power-mitigating/vitiating effects. Such parties anticipate potential dependency conditions and organize with respect to them from the outset*».

sobre as vantagens associadas à imagem de marca, dado esta constituir uma questão central na estratégia de internacionalização das firmas de vinho do Porto em particular, e na indústria das bebidas alcoólicas em geral.

A marca e a diferenciação do produto

O conceito de marca é difícil de definir uma vez que está associado a características intangíveis do produto. É consensual entre os diversos autores considerar que a marca é algo que fornece uma entidade ao produto e lhe acrescenta valor, tornando-o diferenciado¹⁰. À entidade do produto corresponde uma personalidade que este adquire, e pode dever-se quer a características culturais do país de origem do produto, quer a questões religiosas, a valores, ao *status* associado à sua utilização, ou à imagem e aceitabilidade em termos sociais que o comprador adquire ao utilizar um produto de determinada marca para oferta¹¹. É exactamente o reconhecimento dessa «personalidade» do produto que, eventualmente, poderá levar o consumidor a ser menos sensível ao seu preço face a produtos concorrentes¹². Noutros casos esta diferenciação do produto obtida com a marca pode dever-se a aspectos físicos do próprio produto, nomeadamente o seu *design*, que contribui para o tornar único aos olhos do consumidor.

As estratégias de marca no comércio global

A marca e a reputação podem também estar associadas à predictibilidade do produto e à sua qualidade intrínseca. Estes factores ganharam particular relevo na segunda metade do século XX, em face da globalização das economias e da consequente maior mobilidade dos consumidores, uma vez que estes passaram a poder, em qualquer parte do mundo, identificar determinado produto cujas características já conheciam, reduzindo assim a sua incerteza acerca desse produto, sem ter que investir tempo e outros recursos no processo de tomada de decisão da sua aquisição. Esta situação levou muitas empresas a, nas suas estratégias de internacionalização, criarem produtos com marcas globais que, sendo diferenciados, apresentavam características intrínsecas constantes dentro de uma dada variedade¹³. No final do século XX esta situação começou a reverter-se, devido às alterações nas preferências dos consumidores que passaram a valorizar a sua individualidade e as suas origens. Esta situação é bem patente por exemplo na indús-

¹⁰ Aaker e Joachimsthaler (2000).

¹¹ Casson (1994).

¹² Bain (1962).

¹³ Para uma análise detalhada sobre a questão das marcas globais, veja-se por exemplo Levitt (1983), Ohmae (1989), Douglas (1987) e Bartlett e Ghoshal (1991).

tria das bebidas, tendo as empresas multinacionais, detentoras de marcas globais, começado a adquirir empresas e/ou marcas dos países de destino, como forma de satisfazer as preferências dos consumidores desses países¹⁴.

Para além da utilização de estratégias de marca global, outra tendência que se registou no final do século XX foi a da racionalização do número de marcas por parte das empresas, em virtude dos processos de fusão e aquisição entre empresas com marcas concorrentes. Esta concentração num número reduzido de marcas (pela venda das outras marcas da carteira de produtos ou pela sua simples eliminação ou adormecimento) nalguns sectores levou a um menor investimento na criação de novas marcas. O caso da indústria das bebidas alcoólicas no final do século XX é ilustrativo dessa situação. Das cem marcas de bebidas alcoólicas e espirituosas mais bebidas em todo o mundo, apenas três – Baileys Irish Cream, Malibu e Absolut – foram criadas desde a década de 1970¹⁵. Neste sector as empresas optaram por criar, alternativamente, «*line extensions*» que são formas de inovar com menor custo, pois utilizam marcas de prestígio que já existem, e direccionam-nas para segmentos de mercado distintos dos tradicionais utilizados para essa marca¹⁶.

O conceito de marca na história empresarial

A evolução da marca na história empresarial tem sido estudada por vários autores¹⁷. Wilkins (1994, p.16) refere que a utilização da marca remonta a tempos tão remotos como 4000 a.C. *quando os artesãos punham a sua identificação nos trabalhos*. No entanto, a utilização de marcas de acordo com a acepção utilizada na actualidade disseminou-se no século XIX, com a revolução industrial, o rápido aumento da população, e a expansão do comércio internacional, em que os produtores deixaram de ter contacto directo com os clientes¹⁸. Nesta altura, a principal função da marca era informar os clientes acerca do produto, nomeadamente sobre as suas características intrínsecas e forma de utilização. Esta não foi contudo a origem da marca em todos os sectores. Nalguns, a sua utilização divulgou-se em virtude da necessidade que os produtores sentiram de assegurar a qualidade e a fiabilidade dos seus produtos. É exactamente nos finais do século XVIII e princí-

¹⁴ *Fallen icons*. «Financial Times» (1 Feb. 2000).

¹⁵ Ver por exemplo *Drinks International-The definitive guide to the world's top spirits brands 1998* (special issue).

¹⁶ O caso das «*line extensions*» Bacardi-Breezer e Bacardi Tropical Fruit Mixers, criadas na década de 1980 pela multinacional de bebidas alcoólicas Bacardi, que misturam rum Bacardi com sumos tropicais, são um exemplo ilustrativo dessa situação.

¹⁷ As obras editadas por Tedlow e Jones (1993) e Jones e Morgan (1994) fazem uma compilação dos principais estudos feitos no domínio da história empresarial e gestão internacional.

¹⁸ Wilkins (1994); Hart e Murphy (1998), cap. 2.

pios do século XIX que surgem mais associações, criadas por produtores ou pelo estado, com o fim de regulamentar e assegurar a qualidade dos produtos, oriundos de determinada região. O objectivo era impedir que os produtores de inferior qualidade colocassem em perigo a reputação do sector como um todo. Com a disseminação da utilização da marca no comércio internacional surgiu a necessidade de a proteger legalmente, uma vez que grande parte da reputação do produto estava associada com o seu nome. A partir do momento em que esta prática se disseminou nos diferentes sectores tornou-se quer numa barreira à entrada de novos concorrentes, quer numa forma de desencorajar imitações, ou ainda numa vantagem em relação aos concorrentes produtores de substitutos próximos (sobretudo quando a marca está associada a uma denominação de origem).

Nas bebidas alcoólicas a utilização das marcas disseminou-se, na maioria dos casos, a partir do início do século XX, nomeadamente entre os produtores de whisky, gin, champagne e cognac. No vinho do Porto essa tendência só se registou no pós-Segunda Grande Guerra¹⁹. No entanto, o objectivo de proteger legalmente a origem e assegurar a qualidade do vinho do Porto é patente desde o início da sua comercialização. A criação da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, em 1756, que veio regulamentar toda a actuação do sector, evidencia desde logo esse propósito²⁰. E no mercado britânico, historicamente o principal mercado de vinho do Porto, já desde o início do século XIX se regista uma preocupação acerca da identificação do produto com a sua denominação de origem e com a sua qualidade²¹.

3. A MARCA COMO ACTIVO ESPECÍFICO NA EXPORTAÇÃO DE VINHO DO PORTO

Nesta secção, o conceito de marca é analisado no contexto da teoria dos custos de transacção de Williamson (1975, 1985). É efectuada primeiro uma breve análise do conceito de especificidade dos activos, que é, como referido acima, uma das possíveis fontes de custos de transacção que podem levar as empresas a alterar a forma como transaccionam – através do mercado ou pela via hierárquica. De seguida, é feita a aplicação teórica deste conceito ao vinho do Porto e à sua relação com as empresas multinacionais de bebidas alcoólicas.

¹⁹ Verificaram-se contudo algumas excepções como são os casos dos vinhos das firmas Sandeman e Adriano Ramos-Pinto. A este respeito veja-se, respectivamente, Halley (1990) e Nicolau de Almeida (1997).

²⁰ Ver a este respeito Pereira (1996) e Vital Moreira (1998).

²¹ Duguid e Lopes (1999).

A especificidade dos activos como fonte de custos de transacção

A especificidade dos activos está associada à realização de investimentos em activos duráveis para suporte de determinadas transacções, sendo o custo de oportunidade desses investimentos muito mais reduzido em utilizações alternativas de carácter genérico²². Neste sentido, quanto maior a especificidade dos activos envolvidos nas transacções, maior a probabilidade destas serem efectuadas mais eficientemente dentro das organizações, pela via hierárquica (sobretudo se existirem em simultâneo outras fontes de custos de transacção), do que pela via do mercado. Assim, quando numa transacção por via do mercado existe dependência de uma parte em relação à outra (por a primeira ter reduzidos investimentos em activos específicos), então a primeira encontra-se potencialmente em posição de desvantagem, havendo incentivos à internalização e, alternativamente, à realização de transacções pela via hierárquica.

É possível identificar vários tipos de especificidade de activos, que dão origem a diferentes estruturas de organização: (1) a especificidade do local, que está relacionada com o facto do activo não ser transferível geograficamente, sendo os custos da sua mudança muito elevados; (2) a especificidade da marca, que está associada à reputação da mesma e aos efeitos que tem sobre as vendas; (3) a especificidade dos activos físicos, tais como os equipamentos ou infraestruturas necessários para o desempenho de uma dada actividade; (4) a especificidade de activos humanos, seja ela devida à experiência ou a problemas associados à transferência de activos humanos em equipas; (5) a especificidade de activos dedicados, que são investimentos feitos na expansão da capacidade existente para fazer face às encomendas de um cliente particular; e (6) a especificidade temporal, que se refere a transacções em que a empresa precisa de dar uma resposta imediata a solicitações²³.

A evolução da especificidade dos activos no vinho do Porto e no comércio internacional de bebidas alcoólicas²⁴

O rápido aumento dos rendimentos dos países ocidentais no pós-Segunda Grande Guerra levou ao forte crescimento do consumo de bebidas alcoólicas,

²² Williamson (1975, 1985, entre outros).

²³ Ver Williamson (1991), p. 281. A especificidade do local é particularmente importante quando as várias fases da cadeia de valor estão próximas fisicamente ou quando se trata de activos *land-specific*, como é o caso das quintas do Douro. Para uma aplicação detalhada destes conceitos ao vinho do Porto, ver Lopes (1998), p. 83-84.

²⁴ Este artigo estuda em particular a relação entre as firmas de vinho do Porto e as empresas multinacionais de bebidas alcoólicas. Os casos das relações com a grande distribuição e o pequeno retalho especializado, entre outros, não são aqui aprofundados.

tendo várias empresas produtoras de whisky, rum, champagne, entre outras bebidas alcoólicas, intensificado os seus investimentos produtivos. Na década de 1970 começaram também a investir na distribuição internacional das bebidas que possuíam na sua carteira de produtos. Desde a década de 1980 até final do século XX a maturação da procura nos países ocidentais provocou a estagnação das vendas de bebidas alcoólicas. Como forma de ultrapassarem esta situação, as empresas multinacionais alargaram os seus investimentos para os mercados emergentes da América Latina, Ásia e Europa Central, onde até então o consumo de álcool era praticamente inexistente ou onde as bebidas alcoólicas consumidas eram sobretudo de produção local²⁵.

Estes movimentos de crescimento e diversificação geográfica pelas multinacionais de bebidas alcoólicas foram responsáveis pela concentração que se registou não só no próprio sector de distribuição internacional, como também nos sectores a montante (na produção) e a jusante (no retalho). Todos estes factores contribuíram para a aquisição, por parte das empresas multinacionais, de um enorme *know-how* sobre os diferentes mercados e sobre a melhor forma de gerir negócios internacionalmente. É por esta razão que um dos factores distintivos das empresas multinacionais de bebidas alcoólicas é a sua capacidade de marketing e de utilizarem a marca a nível global. No final do século XX, apesar de uma certa estagnação do consumo mundial de bebidas alcoólicas, as empresas multinacionais conseguiram manter uma posição dominante, servindo-se entre outros aspectos das suas competências, nomeadamente da sua capacidade para identificarem nichos nos mercados maduros, investirem nos mercados emergentes (levando a um aumento do consumo nesses mercados), e para racionalizarem as marcas na sua carteira de bebidas (concentrando-se apenas nas marcas *premium*).

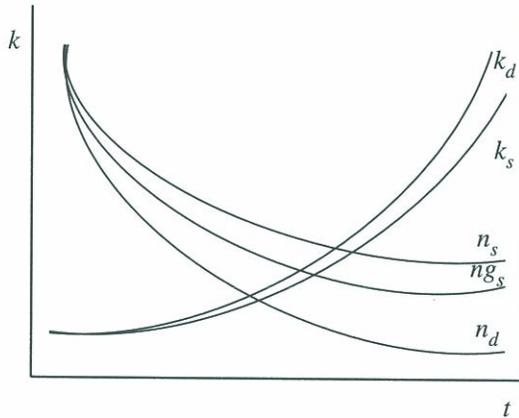
No sector exportador de vinho do Porto, as principais transformações que se registaram desde o pós-Segunda Grande Guerra prenderam-se, ao nível da procura, com as mudanças de preferências dos consumidores – incluindo o aumento de importância dos produtos substitutos próximos – que levaram à consequente alteração das vendas para os diversos mercados de destino (passando a liderança das exportações do mercado britânico para o mercado francês); e na oferta, com alterações na forma física de comercialização – tendo as exportações a granel sido substituídas pelas engarrafadas –, com os canais de distribuição utilizados, e com o investimento feito na marca²⁶. Como já referido, a análise realizada neste artigo recai essencialmente sobre uma das transformações que ocorreu no lado da oferta, relativa aos investimentos na marca realizados pelas firmas de vinho do Porto.

²⁵ *World Drink Trends* 1999; veja-se também Lopes (1999).

²⁶ A este respeito veja-se também Guichard (1998).

A Figura 1 é uma representação simplificada e estilizada da relação entre as alterações na especificidade dos activos e a concentração, que terão ocorrido nos sectores exportador de vinho do Porto e na distribuição internacional de bebidas alcoólicas

Figura 1: Evolução da especificidade dos activos e da concentração, no sector exportador de vinho do Porto e na distribuição internacional de bebidas alcoólicas



Fonte: Lopes (1998)

As curvas (quer relativas à especificidade dos activos, quer à concentração dos sectores) estão representadas de tal maneira que os índices são idênticos para todos os casos no início do período em análise, pelo que a análise relevante que se pode fazer a partir desta figura é a da evolução dos índices e não da sua grandeza. A especificidade dos activos (k) encontra-se representada no eixo do lado esquerdo das ordenadas. Se considerarmos $k_s = f(b, \varphi)$ como uma medida de especificidade dos activos no sector exportador de vinho do Porto, função da especificidade da marca (b) (que reflecte a imagem e reputação de qualidade adquirida pela firma e pelos seus produtos nos mercados), e de um vector constituído por outros factores (φ) (que englobam as outras fontes de custos de transacção), então os custos de transacção associados à especificidade dos activos das firmas de vinho do Porto no comércio internacional crescem desde o pós-Segunda Grande Guerra de acordo com a curva $k_s(t)$. A partir da década de 1970 regista-se um crescimento mais acelerado dos custos de transacção, o qual está associado à disseminação da utilização de marcas pelas firmas de vinho do Porto²⁷.

²⁷ Por exemplo, foi a partir da década de 1970 que, com o fim das exportações a granel para a Grã-Bretanha, as firmas de vinho do Porto que vendiam para esse mercado sem marca ou onde esta

Por sua vez, $k_d(t) = f(h, \gamma)$ mede a especificidade dos activos no sector de distribuição internacional de bebidas alcoólicas, como função do *know-how* de marketing (h) (considerado neste modelo como especificidade dos activos humanos), e de um vector constituído por outros factores (γ) (relativo às outras fontes de custos de transacção). Desta forma, a curva $k_d(t)$ mostra a evolução da especificidade dos activos no sector de distribuição internacional de bebidas alcoólicas.

A escala das ordenadas do lado direito da Figura 1 (representada por n) é um índice do número de empresas equivalente²⁸. Quando n diminui significa que há um aumento da concentração no sector. $n_s(t)$ refere-se ao índice do número de firmas exportadoras de vinho do Porto e $n_d(t)$ ao índice do número de distribuidores internacionais de bebidas alcoólicas. Por sua vez $ng_s(t)$ é um índice alternativo ao $n_s(t)$, sendo a única diferença devida ao facto do primeiro se referir aos grupos económicos de vinho do Porto (constituídos sobretudo a partir do pós-Segunda Grande Guerra por integração horizontal – fusões, aquisições, absorções etc.) e não às firmas consideradas individualmente. A evolução das curvas n_d e n_s evidencia que, ao longo do período em análise, houve um aumento da concentração (também denominada por Williamson (1985) como «pequenos números»), quer na distribuição internacional de bebidas alcoólicas, quer no sector exportador de vinho do Porto. A comparação das curvas relativas à especificidade dos activos no vinho do Porto e na distribuição internacional de bebidas alcoólicas denota que a evolução desta última foi mais acentuada.

De acordo com a teoria convencional dos custos de transacção que ressalta a importância da especificidade dos activos na integração vertical, seria de esperar que houvesse integração vertical por parte das firmas exportadoras de vinho do Porto²⁹. Para além do grau de especificidade dos activos ser cada vez mais elevado, havia uma crescente dependência das firmas em relação aos distribuidores, assim como acentuadas dificuldades de ajustamento sequencial e adaptativo às variações exógenas. Contudo, as firmas de vinho do Porto optaram por tomar outras medidas, com destaque para a integração horizontal através da realização de fusões, aquisições, absorções etc., investindo, em simultâneo, nas marcas. Com a integração horizontal as firmas aumentaram individualmente a sua dimensão tendo, em muitos casos, criado grupos económicos de vinho do Porto. Na Figura 1 o deslocamento da curva n_s para ng_s refere-se precisamente a esta situa-

não era reconhecida, tiveram de o abandonar. Até esta altura, grande parte do vinho do Porto corrente era vendido para a Grã-Bretanha a granel, sendo posteriormente engarrafado com marca do importador ou do cliente final.

²⁸ Este índice corresponde ao inverso do índice de Herfindahl. O índice de Herfindahl é um índice de concentração, correntemente utilizado em economia industrial, que mede a concentração dos sectores.

²⁹ Williamson (1981) e Klein, Crawford e Alchian (1978).

ção, sendo n_s relativo às firmas de vinho do Porto individualmente e ng_s às firmas agregadas em grupos económicos. Ao investirem na marca, provocando um aumento na especificidade dos activos, e ao concentrarem-se tentando também criar «pequenos números» do lado da oferta de vinho do Porto, as firmas exportadoras conseguiram em termos gerais reduzir os elevados custos de transacção com a distribuição internacional de vinho do Porto, obtendo um posicionamento mais vantajoso face às multinacionais distribuidoras de bebidas alcoólicas.

4. ANÁLISE EMPÍRICA DA PROCURA E OFERTA DE EXPORTAÇÕES DE VINHO DO PORTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Nesta secção são desenvolvidos e estimados dois modelos de procura e oferta de exportações do vinho do Porto. No primeiro – que designamos de modelo básico – pretende-se principalmente testar a importância da especificidade dos activos (especialmente da marca, neste sector) para a *performance* exportadora do vinho do Porto. O segundo – designado de modelo alargado – permite, adicionalmente, testar a hipótese de que a concentração ocorrida ao nível da oferta de exportações (quer das firmas, quer dos grupos económicos) terá sido determinante para o aumento da especificidade dos activos, isto é, para a crescente importância da marca. Para além destes dois objectivos centrais, ambos os modelos incluem as determinantes convencionais da procura e oferta e permitem ainda explorar, por um lado, a hipótese de que a concentração da oferta terá alterado o poder de mercado das firmas ou grupos económicos e, por outro lado, a importância da diversificação de mercados.

As fontes de informação utilizadas para construir as variáveis quantitativas são as estatísticas do Instituto do Vinho do Porto e as *International Financial Statistics*. A classificação das firmas em grupos económicos teve como base inquéritos realizados junto das firmas, arquivos históricos e bibliografia secundária.

Modelo básico de procura e oferta de exportações de vinho do Porto

Para avaliar empiricamente a ligação entre a *performance* exportadora do vinho do Porto e a especificidade dos activos (principalmente marca) usamos um modelo de oferta e procura pelas respectivas exportações, cuja forma estrutural, com elasticidades constantes, é representada por

$$E^d = e^{\alpha_1} P^{\alpha_2} Pim^{\alpha_3} e^{\alpha_4 Eg} e^{\alpha_5 Sh^4} Y^{\alpha_6}$$

$$E^s = e^{\alpha_7} P^{\alpha_8} Pro^{\alpha_9} e^{\alpha_{10} Hf} e^{\alpha_{11} Sh^4}$$

$$E^d = E^s$$

e, log-linearizando,

$$\begin{aligned}\log E^d &= \alpha_1 + \alpha_2 \log P + \alpha_3 \log Pim + \alpha_4 Eg + \alpha_5 Sh4 + \alpha_6 \log Y4 \\ \log E^s &= \alpha_7 + \alpha_8 \log P + \alpha_9 \log Pro + \alpha_{10} Hf + \alpha_{11} Sh4 \\ \log E^d &= \log E^s\end{aligned}$$

em que:

- E^d = procura por exportações de vinho do Porto (milhões de litros);
- E^s = oferta de exportações de vinho do Porto (milhões de litros);
- P = índice do preço internacional do vinho do Porto (1990=100);
- Pim = índice do preço médio das importações nos quatro principais mercados de exportação do vinho do Porto (1990=100);
- Eg = percentagem das exportações em garrafa nas exportações totais;
- $Sh4$ = *share* dos quatro principais mercados de exportação do vinho do Porto (percentagem);
- $Y4$ = rendimento *per capita* médio nos quatro principais mercados de exportação do vinho do Porto (dólares PPP de 1990);
- Pro = produção de vinho do Porto (milhões de litros);
- Hf = índice de Herfindahl relativo à oferta de exportações de vinho do Porto (percentagem);
- $\alpha_2, \dots, \alpha_6$ = elasticidades e semi-elasticidades constantes da procura;
- $\alpha_8, \dots, \alpha_{11}$ = elasticidades e semi-elasticidades constantes da oferta;
- α_1, α_7 = termos independentes constantes.

Passamos de seguida a explicitar as hipóteses (*ceteris paribus*) subjacentes ao modelo.

Preço internacional do vinho do Porto (P)

O índice foi calculado multiplicando o preço médio das exportações de vinho do Porto (em escudos) por uma taxa de câmbio efectiva, que é uma média ponderada das taxas de câmbio dos quatro principais mercados de exportação do vinho do Porto (Bélgica, França, Holanda e Reino Unido).

As hipóteses são convencionais: elasticidades da procura e da oferta, respectivamente, negativa e positiva. Na oferta, considera-se que as firmas são *price takers*, apesar da concentração relativamente elevada (e crescente, ao longo do período), porque, por um lado não existe evidência de conluio e, por outro lado, as firmas enfrentam um mercado internacional altamente concorrencial (bebidas licorosas) e cujos circuitos de distribuição são dominados por grandes empresas multinacionais.

Preço médio das importações nos quatro principais mercados (Pim)

Este índice é uma média ponderada dos índices de preços de importação dos quatro países já referidos e, à falta (para a totalidade do período) de um índice de preços das bebidas alcoólicas (ou mesmo da alimentação e bebidas), funciona como uma *proxy* dos preços de bens substitutos do vinho do Porto. Por isso, a elasticidade cruzada da procura deve ser positiva.

Percentagem das exportações em garrafa nas exportações de vinho do Porto (Eg)

Esta é uma variável fundamental na nossa análise, pois o seu efeito sobre a procura reflecte a importância da especificidade do activo marca.

Enquanto que, historicamente, a maior parte do comércio internacional de vinho do Porto era feito a granel, com engarrafamento a cargo dos distribuidores internacionais, a segunda metade deste século, sobretudo o período a partir da década de 70, caracteriza-se, como já referido, por uma inversão completa da situação, que culmina com a suspensão das exportações a granel a partir de 1996. A imagem de marca assume então ainda maior importância, dado que o engarrafamento é efectuado pela firma exportadora em Portugal. Simultaneamente, a crescente sofisticação dos consumidores implica a intensificação da preferência por marcas conceituadas e vinhos de melhor qualidade a elas associados³⁰.

A importância da especificidade do activo marca é, assim, associada à hipótese de ser positiva a semi-elasticidade da procura relativamente à percentagem de exportações em garrafa.

Share dos quatro principais mercados de exportação do vinho do Porto (Sh4)

Com este índice de concentração dos mercados, que aumentou durante o período, pretende-se incluir no modelo a hipótese de que a diversificação de mercados permite atingir um maior número de consumidores, aumentando a procura e, simultaneamente, tornando o sector menos dependente de alterações registadas em mercados particulares.

No que respeita à procura, uma semi-elasticidade negativa em ordem a Sh4 confirmaria a hipótese da diversificação de mercados. No entanto, a penetração em novos mercados exige investimentos fortes na distribuição e implementação da marca, o que, para além de aumentar os custos e, por isso, deprimir a oferta (daí a inclusão desta variável também na equação de oferta), pode, em particular no

³⁰ O aumento substancial do preço médio internacional relativo (calculado a partir do preço médio das importações dos principais mercados) do vinho do Porto, ocorrido durante o período, é também resultado do aumento do peso das exportações em garrafa e, portanto, da especificidade do activo marca.

sector de vinho do Porto, ser contraproducente mesmo em termos de procura, dado o desconhecimento da marca nesses mercados. Quer dizer, quando o reconhecimento da marca e a maturidade dos consumidores ganham importância, a concentração de mercados pode ter efeitos positivos sobre a procura (principalmente de exportações em garrafa), enfraquecendo, pois, a hipótese da diversificação.

Rendimento per capita real médio nos quatro principais mercados de exportação (Y4)

Adopta-se também aqui a hipótese convencional, esperando-se uma elasticidade rendimento da procura positiva (ou até superior à unidade), confirmando que o vinho do Porto é um bem não inferior (ou até superior).

Produção de vinho do Porto (Pro)

Embora a grande parte da exportação de cada ano não seja constituída por produção desse mesmo ano (principalmente da exportação em garrafas), a sua inclusão como determinante da oferta realizada pelos exportadores justifica-se pelo funcionamento da chamada «Lei do Terço»³¹. De acordo com esta disposição administrativa, as firmas exportadoras têm que manter em stock uma determinada composição de vinhos com diferentes idades, de tal forma que o montante comercializado em cada ano não pode ultrapassar um terço desses mesmos stocks. Ora, quanto mais elevada for a produção do ano, mais as firmas podem reforçar os respectivos stocks, aumentando dessa forma o limite à quantidade comercializável e, portanto, exportável.

Índice de Herfindahl relativo à oferta (para exportação) de vinho do Porto (Hf)

Este índice convencional de concentração varia entre zero e cem, representando a *share* da firma média nas exportações totais do sector. A sua inclusão como determinante da oferta permitiria, aparentemente, testar a hipótese da concentração ter alterado substancialmente o poder de mercado das firmas, sendo que, nesse caso, teria um efeito negativo sobre a quantidade oferecida para exportação. Mas é possível, também, que a integração horizontal diminua os custos (aproveitando eventuais economias de escala na comercialização) e, nesse caso, tenha um efeito positivo sobre a oferta de exportações³².

³¹ Existente desde o início do século XX e alterada pela última vez através do DL n° 166/86 de 26 de Junho e DL n° 86/86 de 7 de Maio.

³² Infelizmente, não foi possível medir os efeitos de escala separadamente, para assim se poder interpretar sem ambiguidades o efeito da concentração sobre o poder de mercado. Os únicos activos cujos dados estão disponíveis são os stocks de vinho do Porto; mas como estes variam de forma aproximadamente proporcional à comercialização, devido à já referida lei do terço, não podem ser usados para medir o efeito da escala sobre a quantidade exportada.

Na estimação do sistema usamos também, em alternativa, o índice de Herfindahl relativo aos grupos económicos no sector do vinho do Porto, que designamos de Hfg. Esta alternativa é justificada porque, por um lado, durante o período em análise, a concentração por grupos económicos (integração horizontal) foi ainda mais significativa do que a concentração das firmas e, por outro lado, as decisões de oferta são tomadas ao nível do grupo económico, sendo essa precisamente a sua lógica de formação³³.

Modelo alargado de procura e oferta de exportações de vinho do Porto

No modelo básico, a variável Eg – percentagem de exportações em garrafa – é considerada exógena. Ora, a decisão de exportar em garrafa ou a granel, que é, em última instância, a decisão de aumentar a especificidade do activo marca, é um resultado da estratégia das firmas (ou grupos económicos) que exportam. Deste ponto de vista, a variável Eg deve ser endógena. O modelo alargado por esta consideração é, em forma log-linear, o seguinte:

$$\begin{aligned}\log E^d &= \alpha_1 + \alpha_2 \log P + \alpha_3 \log Pim + \alpha_4 Eg + \alpha_5 Sh4 + \alpha_6 \log Y4 \\ \log E^s &= \alpha_7 + \alpha_8 \log P + \alpha_9 \log Pro + \alpha_{10} Hf + \alpha_{11} Sh4 \\ \log E^d &= \log E^s \\ Eg &= \alpha_{12} + \alpha_{13} Hf + \alpha_{14} Eg_{-1}\end{aligned}$$

em que:

Eg₋₁ = Eg desfasada de um ano;

α_{12} , α_{13} e α_{14} = parâmetros constantes;

e as restantes variáveis e parâmetros definidos no modelo básico.

A hipótese adicional neste modelo é a de que a concentração ocorrida no sector (ao nível das firmas e ao nível dos grupos económicos, pois também neste modelo se usará em alternativa a variável Hfg) resulta de decisões estratégicas cujo objectivo é o aumento da especificidade dos activos (principalmente marca), que permite a obtenção de maior valor acrescentado e um posicionamento mais forte face às grandes multinacionais que dominam, de forma crescente, os circuitos de distribuição internacional de bebidas alcoólicas.

A inclusão da variável desfasada pretende reflectir o ajustamento parcial das decisões relativamente a Eg. Quer dizer, quando há uma decisão de integração

³³ O índice Hfg foi construído agregando as firmas que compõem cada grupo económico e considerando as restantes em termos individuais, o que corresponde a considerar que, quando as firmas se agrupam, o centro de decisão se desloca da firma para o grupo.

horizontal, com o objectivo referido, o aumento desejado da percentagem de exportações em garrafa não é imediatamente concretizável, devido à necessidade de reorganização das firmas, ao cumprimento de contratos previamente negociados e às dificuldades de penetração (com marca própria) nos principais mercados.

Esta hipótese de ajustamento parcial reflecte-se na interpretação dos parâmetros. Assim, α_{13} é o efeito imediato da concentração ocorrida num ano sobre a percentagem exportada em garrafa nesse mesmo ano; e $\alpha_{13}/(1-\alpha_{14})$ é o efeito total sobre a percentagem desejada, que só se atinge após alguns anos.

Estimação dos modelos de procura e oferta de vinho do Porto

Os resultados da estimação dos modelos básico e alargado, com observações anuais de 1950 a 1995, constam dos Quadros 1 e 2, respectivamente. Para cada um dos modelos são apresentadas duas estimações, que se distinguem pela inclusão alternativa dos índices de Herfindahl por firma e por grupo, de acordo com os argumentos apresentados nas secções anteriores. Foi usado o método dos mínimos quadrados bietápico (2SLS), com correcção para autocorrelação de primeira ordem proposta por Fair (1970), dada a evidência da sua existência em todas as equações.

Como se pode constatar, as variáveis convencionais de procura e oferta são sempre significativas (a níveis de significância estatística não superiores a 5%): a procura reage negativamente ao preço e a oferta positivamente; a elasticidade cruzada da procura (em ordem a Pim) é positiva; a elasticidade rendimento da procura é até superior à unidade³⁴, indicando ser o vinho do Porto um bem superior, pelo menos do ponto de vista do consumidor médio dos quatro principais mercados de exportação; e, de acordo com o argumentado feito a propósito do funcionamento da Lei do Terço, a produção do ano influencia positivamente a oferta de exportações, apesar destas serem compostas em grande parte por vinhos com maior maturidade.

A hipótese de que a diversificação dos mercados promove as exportações é rejeitada para o sector do vinho do Porto (Sh4 é sempre não significativa na procura), pelo menos durante o período considerado. A segunda metade do século XX terá sido essencialmente de penetração das marcas nos principais mercados, com sugerem quer o aumento sustentado das exportações em garrafa, quer a concentração crescente das exportações para tais mercados. É possível, no entanto, que a partir dos anos noventa e na medida em que as marcas mais prestigiadas se encontrem plenamente estabelecidas nos mercados tradicionais, se

³⁴ A hipótese de ser inferior à unidade é rejeitada em todas as estimações (resultados não apresentados).

assista a uma maior diversificação, com efeitos positivos sobre a quantidade e valor exportados.

A concentração de mercados também não parece ter afectado a oferta, reflectindo provavelmente reduzidos investimentos em novos mercados, dessa forma não tendo alterado significativamente os custos das firmas exportadoras.

Quanto à hipótese central da importância da especificidade do activo marca, a sua confirmação é patente nos resultados da estimação. A percentagem das exportações em garrafa (Eg) afecta positivamente e de forma significativa (a níveis entre 1,4 e 5,4 por cento) a procura, quer quando é considerada de forma exógena (modelo básico, Quadro 1), quer quando é «instrumentada» como variável endógena (modelo alargado, Quadro 2).

Como explicado anteriormente, o modelo alargado permite, adicionalmente, testar a ligação entre a importância crescente da especificidade do activo marca e as decisões de integração horizontal tomadas ao nível das firmas e dos grupos económicos do sector exportador de vinho do Porto. De facto, a evidência empírica tratada nesse modelo (Quadro 2, equações 3 e 3') não rejeita essa ligação: as duas variáveis alternativas de concentração (Hf por firma e Hfg por grupo) apresentam ambos efeitos significativamente positivos (a níveis inferiores a 1%) sobre a percentagem de exportações em garrafa. Note-se ainda que a forma de ajustamento parcial proposta para esta variável se revelou justificada, como as estimativas (e respectivos níveis de significância) associadas a Eg_{-1} mostram.

Finalmente, os resultados apresentados não permitem concluir que a integração horizontal no sector tenha aumentado o poder de mercado das firmas exportadoras, pois as variáveis de concentração não afectam significativamente a oferta, qualquer que seja a especificação considerada. Como já referido, tal poderá dever-se à concorrência no mercado internacional das bebidas alcoólicas e ao domínio que as grandes multinacionais detinham neste período sobre os circuitos internacionais de distribuição.

Quadro 1: Estimação 2SLS do modelo básico de procura e oferta de exportações de vinho do Porto, 1950-1995

(Concentração por firma)				(Concentração por grupo)			
1. Procura Var. explicada = log E		2. Oferta Var. explicada = log E		1'. Procura Var. explicada = log E		2'. Oferta Var. explicada = log E	
Variáveis explicativas	Estimativas (rácio t) [signif.]	Variáveis explicativas	Estimativas (rácio t) [signif.]	Variáveis explicativas	Estimativas (rácio t) [signif.]	Variáveis explicativas	Estimativas (rácio t) [signif.]
Constante	-8,031 (-4,998) [0,000]	Constante	1,149 (2,673) [0,011]	Constante	-7,674 (-5,005) [0,000]	Constante	1,187 (2,756) [0,009]
log P	-0,425 (-2,334) [0,025]	log P	0,302 (5,798) [0,000]	log P	-0,367 (-2,225) [0,032]	log P	0,304 (5,810) [0,000]
log Pim	0,300 (2,365) [0,023]	log Pro	0,332 (4,941) [0,000]	log Pim	0,275 (2,269) [0,029]	log Pro	0,325 (4,898) [0,000]
Eg	0,007 (2,575) [0,014]	Hf	-0,009 (-0,431) [0,669]	Eg	0,007 (2,499) [0,0169]	Hfg	-0,002 (-0,147) [0,884]
Sh4	0,002 (0,243) [0,809]	Sh4	0,004 (0,571) [0,571]	Sh4	0,001 (0,235) [0,816]	Sh4	0,003 (0,484) [0,631]
log Y4	1,250 (6,153) [0,000]			log Y4	1,204 (6,239) [0,000]		
ρ	0,422 (1,782) [0,083]	ρ	0,545 (1,795) [0,080]	ρ	0,422 (1,802) [0,080]	ρ	0,543 (1,944) [0,059]
F (5, 38) [sign. global]	111,430 [0,000]	F (4, 39) [sign. global]	78,795 [0,000]	F (5, 38) [sign. global]	114,990 [0,000]	F (4, 39) [sign. global]	78,726 [0,000]

Quadro 2: Estimação 2SLS do modelo alargado de procura e oferta de exportações de vinho do Porto, 1950-1995

1. Procura		2. Oferta		3. % Exp. em garrafa		1. Procura		2. Oferta		3. % Exp. em garrafa	
Var. explicada = log E		Var. explicada = Eg		Var. explicada = log E		Var. explicada = log E		Var. explicada = log E		Var. explicada = Eg	
Variáveis explicativas	Estimativas (rácio t) [signif.]										
Constante	-8,037 (-4,975) [0,000]	Constante	1,148 (2,672) [0,011]	Constante	-7,118 (-2,446) [0,019]	Constante	-7,709 (-5,004) [0,000]	Constante	1,186 (2,754) [0,009]	Constante	-4,422 (2,039) [0,048]
log P	-0,411 (-2,125) [0,040]	log P	0,299 (5,747) [0,000]	Hf	1,842 (2,956) [0,005]	log P	-0,361 (-2,126) [0,040]	log P	0,301 (5,759) [0,000]	Ufg	0,791 (2,776) [0,008]
log Pim	0,304 (2,379) [0,022]	log Pro	0,333 (4,964) [0,000]	Eg ₁	0,990 (62,771) [0,000]	log Pim	0,281 (2,267) [0,029]	log Pro	0,327 (4,917) [0,000]	Eg ₁	0,986 (57,909) [0,000]
Eg	0,007 (1,986) [0,054]	Hf	-0,009 (-0,428) [0,671]			Eg	0,006 (2,040) [0,048]	Hfg	-0,002 (-0,147) [0,884]		
Sh4	0,002 (0,276) [0,784]	Sh4	0,004 (0,578) [0,566]			Sh4	0,002 (0,262) [0,795]	Sh4	0,003 (0,491) [0,626]		
log Y4	1,243 (5,979) [0,000]					log Y4	1,202 (6,166) [0,000]				
p	0,429 (1,765) [0,086]	p	0,545 (1,813) [0,078]	p	-0,265 (-1,760) [0,086]	p	0,427 (1,706) [0,096]	p	0,543 (1,959) [0,057]	p	-0,199 (-1,301) [0,201]
F (5, 38) [sign. global]	109,027 [0,000]	F (4, 39) [sign. global]	78,351 [0,000]	F (2, 41) [sign. global]	2384,984 [0,000]	F (5, 38) [sign. global]	112,489 [0,000]	F (4, 39) [sign. global]	78,135 [0,000]	F (2, 41) [sign. global]	2145,127 [0,000]

5. CONCLUSÃO

O sector exportador de vinho do Porto é um bom exemplo da importância da marca na internacionalização das empresas. Quer a evidência histórica, quer o tratamento econométrico da evidência disponível – usando como *proxy* a percentagem das exportações em garrafa – põem em relevo, neste estudo, o papel da marca no aumento da procura internacional.

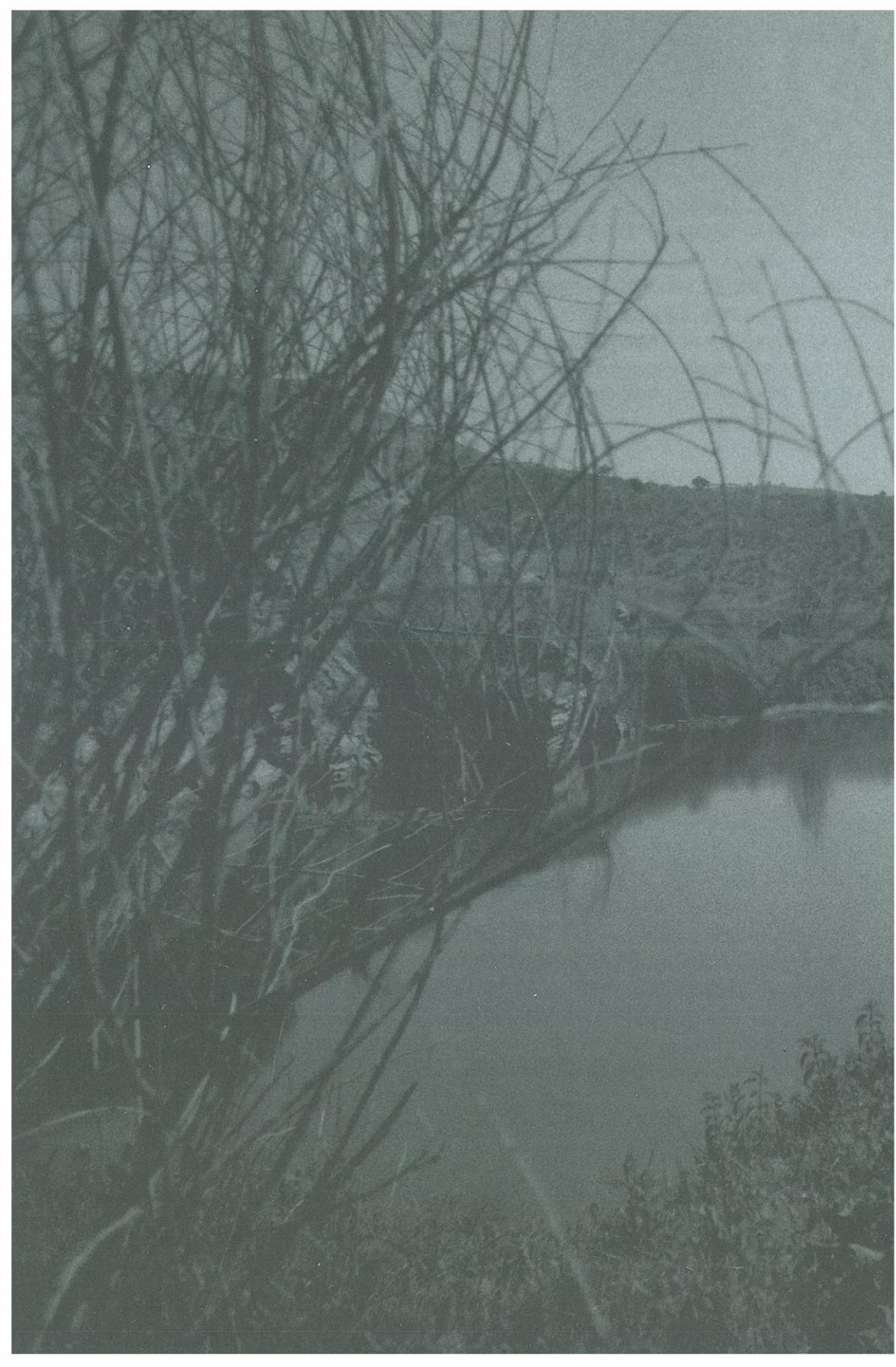
A integração do conceito de marca no contexto da teoria dos custos de transacção revela-se extremamente útil para a análise da evolução do sector exportador de vinho do Porto e das suas relações com a distribuição internacional de bebidas alcoólicas, desde o pós-Segunda Grande Guerra até ao final do século XX. Com efeito, quer a intensificação da importância da marca, quer os movimentos de concentração de empresas e grupos, são sugestivamente interpretáveis como movimentos de reforço da especificidade dos activos das firmas exportadoras de vinho do Porto, face à globalização da distribuição internacional de bebidas alcoólicas no período em análise. Os resultados da estimação do modelo alargado de procura e oferta de exportações de vinho do Porto suportam também esta interpretação do reforço da importância da marca.

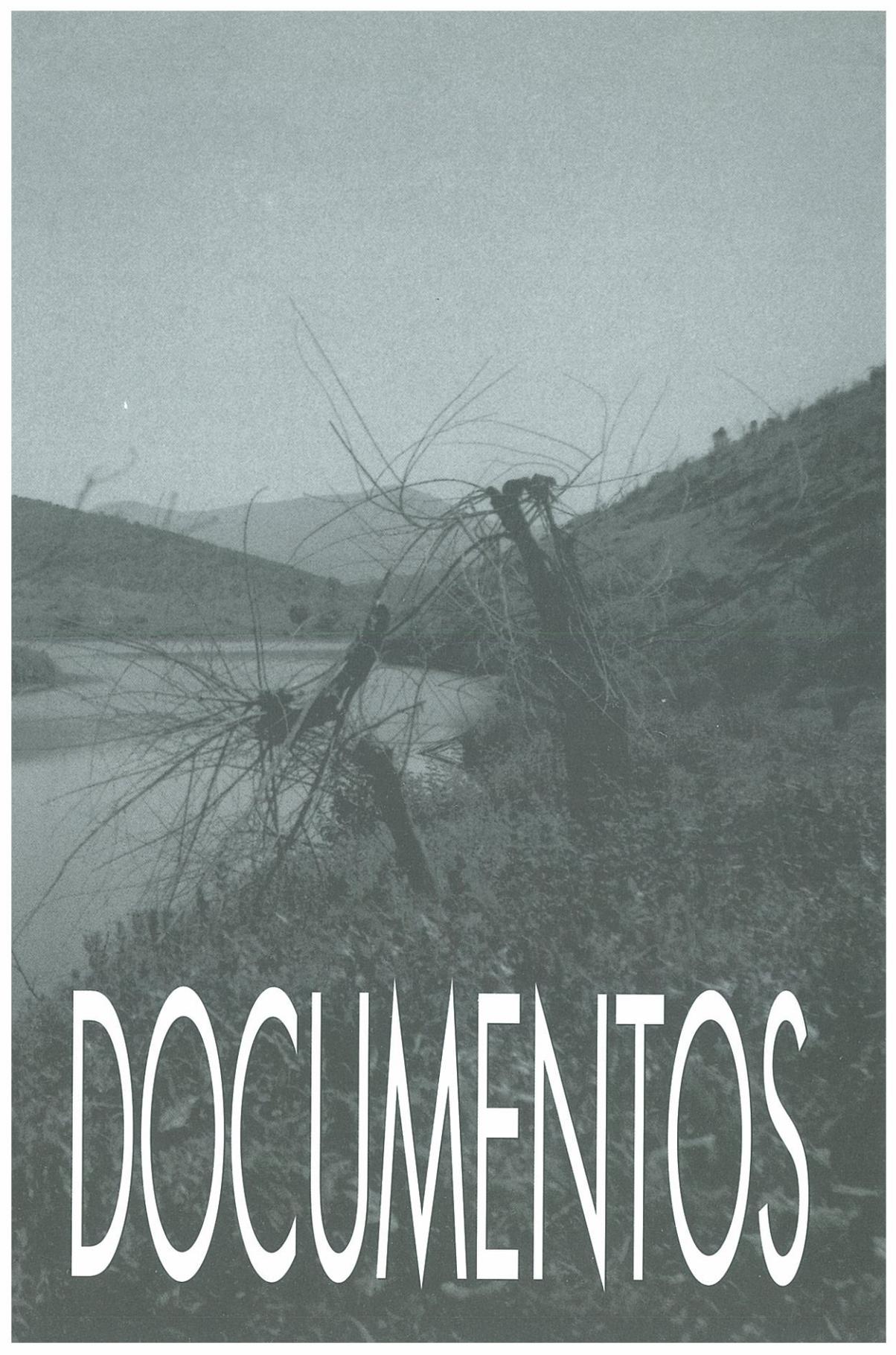
REFERÊNCIAS

- AAKER, David A.; JOACHIMSTHALER, Erich – *Brand Leadership*. New York: The Free Press, 2000.
- AHARONI, Y. – *The Foreign Direct Investment Decision Process*. Boston: Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1966.
- ALMEIDA, Maria da Graça Nicolau – *O Arquivo Histórico Adriano Ramos Pinto e o Brasil*. «Colecção Adriano». Nº 1 (1997), p. 25-29.
- BAIN, Joe S. – *Barriers to New Competition*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BARTLETT, Christopher A.; GHOSHAL, Sumantra – *Managing Across Borders: The Transnational Solution*. Boston: Harvard Business School Press, 1991.
- BRITO, Carlos – *Estrutura e Dinâmica do Sector do Vinho do Porto*. Porto: IVP/GEHVID, 1997.
- CASSON, Mark – *Brands – Economic ideology and consumer society*. In JONES e MORGAN, de. – «Adding Value – Brands and marketing in Food and Drink». New York: Routledge, 1994.
- CAVANAGH, John; CLAIRMONTE, Frederick F. – *Alcoholic Beverages – Dimensions of Corporate Power*. London: Croom Helm, 1985.
- COASE, R. H. – The Nature of the Firm. «Economica». Nº 4 (1937), p. 386-405.
- DOUGLAS, Susan P. – *The Myth of Globalization*. «Columbia Journal of World Business». (Winter 1987), p. 19-29.
- Drinks International – The definitive guide to the world's top spirits brands 1998* (special issue).

- DUGUID, Paul; LOPES, Teresa Silva – *Ambiguous Company: Institutions and Organizations in the Port Wine Trade, 1814-1834*. «Scandinavian Economic History Review». Vol. 47, nº 1 (1999), p. 84-103.
- DUNNING, John H. – *International Production and the Multinational Enterprise*. London: George Allen & Unwin, 1981.
- FAIR, R. C. – *The Estimation of Simultaneous Equations Models with Lagged Endogenous Variables and First Order Serially Correlated Errors*. «Econometrica». Nº 38 (1970), p. 507-516.
- Fallen icons*. «Financial Times» (1 Feb. 2000).
- GUICHARD, François – *A linguagem do rótulo: o vinho entre o dito e o não dito*. In VIEIRA, A., ed. – «Os vinhos licorosos e a História». Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 71-80.
- GUIMARÃES, Gonçalves – *Um Português em Londres*. Porto: A. A. Ferreira, 1988.
- HART, Susannah; MURPHY, John – *Brands – The New Wealth Creators*. London: Macmillan, 1998.
- HALLEY, Ned – *Sandeman – Two Hundred Years of port and Sherry*. London: The House of Sandeman, 1999.
- HENNART, Jean-François – *A Transaction Costs Theory of Equity Joint Ventures*. «Strategic Management Journal». Nº 9 (1988), p. 361-374.
- HYMER, Stephen H. – *The Large Multinational «Corporation»: An Analysis of Some Motives for the International Integration of Business*. «Revue Economique». Vol. 19, nº 6 (1968), p. 949-973. Reeditado e traduzido por VACHEROT, Nathalie in CASSON, Mark, de – *Multinational Corporations*. Hants, England: Edward Elgar, 1990.
- JOHANSON, J.; VAHLNE, J. E. – *The Internationalization Process of the Firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments*. «Journal of International Business Studies». Nº 8 (Spring-Summer 1977), p. 23-32.
- JONES, Geoffrey; MORGAN, Nicholas J. – *Adding Value – Brands and marketing in Food and Drink*. New York: Routledge, 1994.
- KLEIN, Benjamin; CRAWFORD, Robert G.; ALCHIAN, Armen – *Vertical Integration, Appropriate Rents and Competitive Contracting Process*. «Journal of Law and Economics». Vol. 21, nº 2 (October 1978), p. 297-326.
- KOGUT, Bruce – *Foreign Direct Investment as a Sequential Process*. In KINDLEBERGER, C. P.; AUDRETSCH, D., ed. – «Multinational Corporations in the 1980's». Cambridge, Mass: MIT Press, 1983.
- KOTLER, P. – *Marketing Management: analysis, planning, implementation and control*. 6th ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1988.
- LEVITT, Theodore – *The Globalization of Markets*. «Harvard Business Review». (May-June 1983), p. 92-102.
- LOPES, Teresa Silva – *Internacionalização e Concentração no Vinho do Porto*. Porto: ICEP/GEHVID, 1998.
- LOPES, Teresa Silva – *The impact of multinational investment on alcohol consumption since the 1960s*. «Business and Economic History». Vol. 2, nº 2 (Winter 1999), p. 109-122.

- LUOSTARINEN, R.; WELCH, L. S. – *Internationalization: evolution of a concept*. «Journal of General Management». Vol. 14, nº 2 (1988), p. 36-64.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, 1990.
- MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco – A Organização Institucional de Vinho do Porto*. Porto: Afrontamento, 1998.
- OHMAE, Kenichi – *Managing in a Borderless World*. «Harvard Business Review». (May-June 1989). Reeditado in BARTLETT, Christopher; GHOSHAL, Sumantra, ed. – *Transnational Management – Text, Cases and Readings in Cross-Border Management*. Chicago: Irwin, 1995.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o Vinho do Porto: de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *A região do vinho do Porto. Origem e evolução de uma demarcação pioneira*. «Douro – Estudos e Documentos». Nº 1 (1996), p. 179-195.
- SIMON, Herbert A. – *Administrative Behavior*. 2nd ed. New York: Macmillan, 1961.
- TEDLOW, Richard S.; JONES, Geoffrey – *The Rise & Fall of Mass Marketing*. New York: Routledge, 1993.
- WILKINS, Mira – *When and why brand names in food and drink?* In JONES; MORGAN, de. – «Adding Value – Brands and marketing in Food and Drink». New York: Routledge, 1994.
- WILLIAMSON, Oliver E. – *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications*. New York: Free Press, 1975.
- WILLIAMSON, Oliver E. – *The Modern Corporation: Origins, Evolution, Attributes*. «Journal of Economic Literature». Vol. 19 (Dec. 1981), p. 195-223.
- WILLIAMSON, Oliver E. – *The Economic Institutions of Capitalism*. New York: Free Press, 1985.
- WILLIAMSON, Oliver E. – *Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives*. «Administrative Science Quarterly». Vol. 36, nº 2 (June 1991), p. 269-296.
- WILLIAMSON, Oliver E. – *Strategizing, Economizing and Economic Organization*. «Strategic Management Journal». Vol. 12 (1991), p. 75-94.
- WILLIAMSON, Oliver E. – *Transaction Cost Economics: How it Works; Where it is Headed*. Business and Public Policy Working Paper BPP-67. Berkeley: University of California, Institute of Management Innovation & Organization, 1997.
- World Drink Trends 1999*. Henley: NTC Publications Ltd, 1999.





DOCUMENTOS

Aurélio de Oliveira *

Memória sobre o modo de honrar os Lavradores da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro

À semelhança do que temos praticado e porque esta rubrica, por ora, mais não comporta, iremos deixar o leitor, a sós, com este texto do Corregedor José António de Sá que, para além de outras considerações mais ou menos pertinentes, nos dá testemunho, de modo verdadeiramente impressionante, e em poucas linhas, da real situação do campesinato de Trás-os-Montes e Alto Douro nestes finais do Século XVIII. (O texto deve respeitar ao ano de 1787). Na verdade, um testemunho que tem de constar, obrigatoriamente, de qualquer antologia sociológica, do Portugal de Setecentos.

Em poucos textos, dos que conhecemos, se traça tão acutilante e incisivo retrato de sujeição, miséria e subalternidade do nosso campesinato, desse tão vasto mundo rural, face à superestrutura administrativa e urbana, por pequena e mesquinha que esta seja. Estão os camponeses, por motivos vários, remetidos a uma autêntica situação de quase escravatura, para mais, consentida, aceite e assumida: *«reputão-se como nascidos para servirem outros homens e pensão que são a gente mais abjecta da Republica»* – testemunha José António de Sá.

Esta impressionante subalternidade face ao nosso pequeno mundo urbano, que dá conta, outrossim, do abandono e da sujeição dessa vasta realidade agrária portuguesa pela nossa rede urbana e municipal, de cujos Regedores – no testemunho de Sá de Miranda – *«saem as desordenanças, como das boticas as peçonhas¹»*, vai ao ponto de se estabelecer um campo de oposição, sem espaço intermédio, entre esses dois mundos e essa dupla realidade, de tal modo que o homem da cidade (muitas vezes simples vila ou pequena sede de município), mesmo que também no escalão mais ínfimo, é sempre olhado como superior por

■ Professor catedrático da FLUP. Investigador do GEHVID.

■ COSTA, Sá da – *Obras Completas*. 1943, vol. 2, p. 243.

este homem sem horizontes, que nasce, vive e morre nos estreitos limites (por mais vastos que na realidade sejam) dos nossos campos. A própria roupeta de cor, por esfarrapada que também seja, constituiu-se na bandeirola que assinala essa impressionante fronteira entre estes dois mundos, em tempos ainda tão próximos: «*juízo muito Superior a si qualquer homem da Cidade, ainda de ocupação baixa, Com tanto que vista de Cor*».

O Corregedor não mente. Transmite deste modo impressionante a situação que se vivia nestas terras, debaixo dos seus olhos atentos. Uma situação que, aliás, conhecia desde a sua infância. A sua *Memória* para os ilustrados da Academia, para além dos seus propósitos de Reforma de toda esta situação, denunciando mentalidades e comportamentos da nossa velha aristocracia, de que temos tantos testemunhos semeados por diplomas legais e por actos administrativos das próprias edilidades² é um grito impressionante, que não deixa de ser pertinente conhecer no conjunto destes textos que vimos publicando, para que se trace, também por esta via, e se aprecie a verdadeira situação económica, social e cultural dos nossos campos em particular neste *País do Douro* nos fins do Antigo Regime. (E perguntaríamos se só nestes tempos. Por isso, neste curto texto, do Corregedor José António de Sá, vai a homenagem a todo esse – constantemente esquecido – mundo rural).

O Corregedor José António de Sá é, sem dúvida, uma das mais importantes figuras e um dos mais importantes Corregedores que do alto do seu funcionalismo esclarecido e, em geral, fisiocrata, procuraram também «corrigir» a situação de verdadeiro estrangulamento social, económico e cultural das terras e gentes que, em algum momento, nos finais do Século XVIII – princípios do XIX, sentiram mais de perto. É uma obra muita dela ainda inédita que urge recolher e publicar³.

Na verdade, a par da do grupo fisiocrata da Academia Real das Ciências, cujas Memórias, na generalidade, foram publicadas e são hoje conhecidas, a obra e a produção teórica e a acção prática destes Corregedores, ou de alguns Corregedores, constitui um outro corpo documental, deveras, muito importante. E não sabemos até que ponto muita da produção do grupo da Academia Real das Ciências não é devedora à acção e testemunho de alguns destes Corregedores. (Não falamos, por agora, doutras peças igualmente importantes que são as *Actas de Correição*, particularmente esclarecedoras sobre a situação do campesinato, adentro das numerosas administrações particulares do Antigo Regime, em parti-

² OLIVEIRA, Aurélio de – *Aristocracias e Poder Central. O exemplo bracarense. 1750-1809*. Porto, 1988.

³ Viriato Capela iniciou esse trabalho e promete continuá-lo: *Política de Corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo regime (1750-1834)*. Braga, 1997.

cular dos numerosos Coutos eclesiásticos. As que, desde há muito, por obrigações de ofício, tivemos que conhecer para os Coutos da Ordem de S. Bento, constituiriam outro corpo documental de inegável interesse e utilidade. Pela primeira vez sentimos que aí, após o apagamento das Cortes, os agravos dos Povos – por entre bloqueios e medos de toda a ordem – se fizeram presentes nesses textos, ainda que, no final, se tivesse que constatar da inutilidade dos mesmos, face ao poderio dessas administrações, como se verificou, mais de uma vez, no Couto de Tibães).

A obra do Corregedor José António de Sá anda dispersa e alguma ainda inédita. Dando seguimento a uma intenção já expressa em 1972 em relação a algum desses textos, é nosso propósito proceder à publicação conjunta da mesma, acompanhando igual objectivo desta recolha global de Memórias e Descrições que se vem aqui publicando sobre este mesmo *País do Douro*, no conceito e na realidade geográfica definidos numa das Memórias já aqui publicadas.

(Na transcrição desta *Memória* respeitamos integralmente o texto original, como consta no Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias Físicas e Económicas*. Ms. T. III. 229-242).

— // —

Memoria Academica sobre o modo de honrar os Lavradores , e evitar a sua estupidez e ignorancia com applicação a Provincia de Tras os montes Pelo Dr. Joze Antonio de Sá Oppozitor a Cadeira de Leis da Universidade de Coimbra, Juiz de Fora de Moncorvo e Correspondente da Real Academia das Sciencias.

Memoria sobre o modo de honrar os Lavradores, e evitar a sua estupidez e ignorancia com applicação a Provincia de Traz os montes

Tive a honra, m.to Illustres e m.to Sabios Senhores, de por em todas as Sessãoens do anno passado, na Vossa respeitavel Prezença, o estado em que se acha a Provincia de Tras os montes expondo-vos tudo quanto foi possivel saber de seu genio e costumes, industrias, economia e comercio. Eu não disse contudo huma sô palavra a respeito do Paiz do Alto Douro, huma das partes mais ricas e notaveis da Provincia porque a brevidade do tempo o não permittio. O que sei a este respeito, e mais algumas outras observaçoens e no posteriormente adquiridas, unirei a mesma Memoria que forma hum livro Manuscripto, o qual brevem.te trarei a Academia; por não occuparvos agora mais tempo a respeito de ler descripção da Provincia. Portanto sera objecto do presente e dos mais Discursos, que lerem nas seguintes sessoens deste anno as cauzas fisicas e moraes, que tem obstado ao progresso da Agricultura na mesma Provincia, e expor vos o que me parece mais

congruente p.^a a sua reforma. O Projecto de Reforma que propus, a respeito de evitar os obstaculos Moraes he o Seguinte:

1. A nescicidade que há de se viajar a Provincia a fim de se conhecer fizica e moral.te.
2. Que se devem facilitar os transportes por terra e por agoa, compondo as estradas e fazendo navegaveis alguns Rios.
3. O respeito e atenção com que devem ser olhados os Lavradores.
4. Os meios de evitar a sua estupidez e ignorancia.
5. Os meios de evitar a sua pobreza.
6. Que se devem agricultural os Baldios e terras incultas.
7. Que se devem accautellar os arrendam.tos dos Predios damnosos a Agricultura.
8. A nescicidade que há de se instruir huma Academia de Agricultura, que estude, e proponha os melhores methodos de agricultural.

Eis aqui as causas Moraes; as fisicas proporei no seu devido lugar.

*

A respeito do primeiro ponto, refiro-me inteiramente ao que tenho dito no meu Compendio de Observaçoes, que forma o Plano de Viagem Politica e Philosophica, que se deve fazer dentro da Patria, que há pouco sahio a lus applicando todas aquellas reflexoes a mesma Provincia. O 2º ponto que trata dos transportes por terra e por agoa, era o que agora em primeiro lugar devia occupar-me porque de nada servem todas as outras reflexoes e pendencias que sejam capazes de formar huma grande e vantajosa Agricultura, todas as vezes que o Commercio se não faz valler; e este será nenhum quando os exportaçoens são difficultozas, mas como isto depende de averiguar alguns Rios, que possam fazer-se navegaveis, e algumas estradas de Tras os montes, deixo este ponto p.^a se tratar mais adiante. Fazendo a presente materia desta Memoria como se deve obstar ao desprezo, estupidez e ignorancia, e pobreza dos Lavradores de Traz os montes.

Os Homens, em cujas mãos esta depositada inteiramente a Agricultura de Traz os montes, são quazi todos ignorantes, e impolidos, não sabem ler, nem escrever, os seus vestidos são n'algumas Aldeias celebres e extraordinarios, em muitas partes como em Montezinho, Cova de Lua, Petisqueira, Guadramil etc. nem uzaão de çapatos, nem de Botas, trazem humas pelles a que chamaão Abarcas. São tão pobres, que infinitos nem colhem pão p.^a Caza e raro he o anno que se não dividão com os Rendeiros. Não se alumião de Noite com Azeite pelo não terem, e precisando muito de luz uzaão de huns paos secos, a que chamão asendalhas. E p.^a

as Mulheres poderem fazer Serão de Noite fintão-se p.^a o Azeite e juntão-se todas em huma Caza, a que chamão Fiadeiro. Não sei a que mais possa chegar a pobreza das Aldeas. Elles não sabem mais officios que aquella rota e ignorante de agricultural, e o tempo, que lhe resta disto, que he bastante, em nada se occupão e são tão natural.te inclinados ao ocio, que se colhem pão bastante p.^a si, nem se occupão em jornaes, nem em outras cousas com que podião ganhar dinheiro; e as mesmas Cid.es e Villas principaes experimentão falta de carvão. Os Bois com que trabalham pela maior parte não são seus, tomão-os de renda por huma certa porção de pão.

São gravadissimos com Foros usurarios, tributos e pensoens de diversos generos, alem das ordinarias decimas, cizas, Dizimos, Real d'Agua, Sabão, etc. A Villa de Gustei paga aos Conegos de Bragança o Quinto dos fructos que se recolhem. Ouzilhão, termo de Bragança que pertence ao ramo da Serra paga infinitos e a diferentes particulares; assim como tambem Mofreitas, Frezulfe, Dine, Zeibe, Maçans, todos do termo de Bragança e ramo de Trabasceiro. S. Cruz do termo de Vinhaes sendo hum lugar piqueno paga 200 alqueires de foro, advertindo que ainda alem dos foros dos particulares pagam a Serenissima Caza de Bragança o foro do Almoxarifado. Todo o Destrito de Bragança paga a Camara da dita Cidade, ainda que pequeno, tributo das oitavas, do qual sô se exibem alguns lugares immediatos a Cidade como Samil, S. Pedro etc. pela obrigação que tem de vir limpar as Ruas, trazer pedra p.^a as Calçadas, etc.

Em Villa Flor todos os moradores pagão de foro Real quatro alqueires de Sevada excepto os que tem cavallo de marca. E em Lodoens, termo de S. Payo pagão os Lavradores alem do foro Real mil alqueires de trigo. Em Moncorvo, Freixo de Espada a Cinta e seus termos paga cada hum dois alqueires de Sevada. Em Chacim tambem se paga hum Foro grande, em Murcia de Panoia e em m.tas outras partes com os quais vivem os Lavradores tão gravados, e afflictos que em annos de pão caro, alguns ficão perdidos, por nem ao menos lhe chegar o pam p.^a satisfazer a tantos gravames.

Elles são olhados com desprezo, os seus espiritos não se elevão mais que a ideias baixas e servis, reputão-se como nascidos p.^a servirem outros homens e pensão que são a gente mais abjecta da Republica.

Estas ideias communicadas de Pays a filhos em huma educação selvatica lhes obsta inteiram.te a creação de hum espirito nobre, de sorte que julgão m.to Superior a si qualquer homem da Cidade, ainda de occupação baixa, com tanto que vista de Cor. Ex aqui pois os Lavradores de Traz os montes cujo estado persuademe que se deve estender a quasi todo o Reino.

Trabalharei, pois em mostrar como se elevarão estes homens a distinta classe que devem ter na Sociedade; o que vou dizer-vos em poucas palavras deixando p.^a outras Memorias os meios de evitar a sua estupidez, ignorancia e pobreza.

Os Lavradores devem ser m.to distintos, m.to honrados e m.to attendiveis na Socied.e. Este he hum dos pontos politicos e capitaes que julgo indispensavel p.^a a reforma da Agricultura.

Nada mais he preciso do que lançar os olhos p.^a os Governos passados e veremos que m.to florescerão aquellas Sciencias e aquellas Artes, quando se promovia o lustre e a estimação dos que a exercião. O temperamento e a natureza do homem he a forma que a ambição, o lustre, a gloria e a nobreza fazem o principal objecto de suas acçoens, e dos seus estudos e raro he aquelle, que trabalha sô pello gosto da coiza a que se applica. Nos Seculos em que se dezestimava a literatura, as Sciencias forão sepultadas nas trevas da ignorancia, e pelo contrario florescerão q.do os Doutos forão condecorados. A má politica de Catão o Cençor, fazendo expulsar por hum Decreto Carneades, Diogens e outros mais Filozofos de Roma fes decair em breve tempo toda a literatura Romana. O tempo de Luis 14 de França, comparado com o anterior, claramente atesta isto mesmo.

Devem pois ser honrados os Lavradores todas as vezes que quizermos obter as riquezas que podem produzir as terras bem cultivadas. O officio de Agricultor deve reputar-se como nobre por isso mesmo, que tão amplamente vai a decedir do bem Commum da Socied.e e sô semelhantes exercicios em beneficio da Patria – fazem a base de Nobreza e o lustre das Familias.

No Egipto erão honrados os Lavradores e Pastores, vindo por esta causa a conseguir abundancia notavel dos seus Campos que regados pelo Rio Nillo fazião o Paiz mais fertil do Mundo. A reflexão nos esta mostrando que semelhantem.te seremos bons Agricultores todas as vezes que formos honrados nestes officios. He mizeria na verd.e e que aquelles homens que mais contribuem p.^a a subsistencia do bem publico, trabalhando naquella Arte, sem a qual seria nenhuma a vida dos homens, estes taes sejam reputados entre a infima classe dos Cidadoens, e que estes nobres Patriotas sejam mais oprimidos com tributos, tratados com desprezo por isso que não tem huma vida tão regalada como os da Cid.e, occupando-se em huma acção toda laborioza em beneficio da Patria, ministrando na sua doce e inocente vida a opulencia e luxo aos mais ricos, dos quais m.tos entregues ao luxo e ocio fazem os interesses Civis, deitados em Canapês e Cadeiras de Damasco, reputando vis as occupaçoens d'Agricultura e do Commercio, cuja miseravel preocupação ainda reina bastante nas Provincias.

A Nobreza tem a sua base na virtude; e so ella. he capas de constituir as preeminencias entre os homens. Os homens são iguaes por natureza, tem a mesma essencia e por consequencia a mesma igualdade. Adam he o tronco universal de todos eles. Os Estados Hipoteticos, isto he, as Sociedades, differençarão os homens e justamente porque pedia a mais solida razão, que os vitoriozos no Serviço da Patria condecorasse a Republica e os distinguisse como seus bemfeitores. Aos filhos destes Nobres deve attender mais o Principe e a Republica p.^a honrar

aos seus Heroes nos seus filhos; e porque a lição dos seus Maiores lhes serve de modello p.^o huma generosa imitação, e nesse sentido diz Horacio dos fortes se crião com os fortes; por isso que he natural bebermos na educação os costumes daquelles com quem tratamos. Não consiste, pois, a nobreza em huma simples herança de sangue; he na virtude que se obrou que se imitou. So as acçoens moraes he que são objecto de imputação entre os homens por isso conluo com o texto de Seneca: «Non facit nobilem Atrium plenum famosis imaginibus. Nemo in nostram gloriam vixit. Necquod ante nos fuit, nostrum est. Animus facit nobilem: cui exquaunque conditione supra conditionem licet assurgere».

Tendo pois visto que a virtude Politica he a que distingue os homens pelos interesses, que della resulta a Socied.e aquella occupaçam por consequencia, porque mais se obtenha este fim util e grande, sera huma virtude Politica Sublime, capaz mesmo de fomentar huma glorioza nobreza. E que coisa pode com effeito promover mais os interesses publicos que a Agricultura. Ella hé a may de todas as Artes, e do Commercio e a fundamental baze da verdadeira riqueza do Corpo Politico. São logo os Lavradores pela sua occupação honradissimos e dignos das primeiras estimaçoens do Ministerio.

Estas reflexoens são verdadeiram.te filhas da pratica dos Povos mais sabios, e dos antigos Patriarchas frequentemente vejo que não só os Lavradores occupavão os lugares mais distintos da Republica mas do mesmo arado erão elevados ao Cetro. Quem era David mais que hum pastor de ovelhas e Deos não só o julga digno do governo de Israel mas de o honrar com provir de sua prole o Rey do Universo e Redemtor do Mundo. Lizandro de Lacedemonia chama feliz a Ciro o Mosso por dignar-se elle mesmo a plantar os seus Pomares. Semilhantem.te vemos muitos Poderozos da terra a quem Plinio e Xenofonte elogião. Tais são Hieron, Affallo, Philopatár de Pergamo, Archelau da Macedonia e m.tos outros.

Os Lavradores erão Magistrados e Generaes. Perefixo Mestre de Luis 14 nos suscita excelencias da Agricultura, quando nos diz que Henrique 4 declarara aos Nobres a sua vontade de que cada hum se acostumasse a viver dos seus bens, e que elle se daria por m.to satysfeito, que fossem ver as suas Cazas e dar ordem a fazer valer as suas terras, já que gozavão de huma paz segura. Os mais fieis viajadores nos referem que o Imperador da China, querendo suscitar nos seus Dominios a politica de que a Agricultura he a mais distinta das occupaçoens todos os annos trabalhava hum pouco com o Arado e que depois delle se seguião os mais distintos da sua Corte.

As nossas mesmas Leis declararão a Agricultura pelos mais louvaveis e interessantes exercicios, como se vê do Alvará de 4 de Julho de 1758. A sua nobreza se declara e publica bem nas Direcçoens das Indias do Pará §17 confirmado pelo Alvará de 17 de Agosto de 1758. O quanto esta importantissima columna da Sociedade deve estar debaixo da inspecção das Leis se ve da L. de 26 de Outu-

bro de 1765 e da L. de 23 de Julho de 1766 no §2 da L. 18 de Janeiro de 1773 e da L. 4 de Fevereiro do mesmo anno.

Do que tudo dito conluo que hum dos pontos p.a reformar a Agricultura.em Traz os montes e mesmo em portugal, será honrando-a, distinguindo-a e attendendo-a na Sociedade; assim veriamos a muitos livres dos terriveis prejuizos que só as Letras e as Armas são as duas azas em que voão os homens, conhecendo que com o commercio e a Agricultura são as quatro Columnas em que subsiste todo o pezo do Corpo Politico, e deixarião assim de olhar para a palavra Rustico, que aliã lhes devia suscitar ideia de Nobreza, com dezagrado, palavra, que olhão com tal desprezo, que insultão com ella ainda os da Cidade, que reputão menos civis e sem cortezia. Quantos talentos excellentes p.^a o progresso da Agricultura existem nas Cid. es que retirados por estes miseraveis prejuizos, julgão desprezivel este modo de vida, e que o pegar no Arado seria huma macula p.^a o seu antigo esplendor. Por consequencia sendo a Agricultura estimada e honrada os mesmos Nobres se dignarião de seguir huma occupação que sendo utilissima ao mesmo tempo era honroza e digna athe da primeira Nobreza.

Gaspar Martins Pereira (recolha e introdução)*

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho. II

INTRODUÇÃO

Como anunciámos no número anterior desta revista, damos agora início à publicação do importantíssimo conjunto de anexos que acompanharam o Relatório sobre o estado da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1784, elaborado por Luís Pinto de Sousa Coutinho, depois visconde de Balsemão¹.

Este primeiro anexo – de um conjunto de 39² – ao relatório é constituído por duas listas impressas dos accionistas da Companhia Geral da Agricultura do Alto Douro, respectivamente de 1777 e 1783, e uma lista manuscrita com os nomes dos accionistas habilitados para o exercício dos cargos de Provedor, Vice-Provedor e Deputados da Junta da Administração da Companhia, distribuídos por dois grupos («do Porto», incluindo Vila Nova de Gaia, e «de fora do Porto e Vila Nova»). Este último documento, embora não datado, é de 1783, pois reproduz os nomes dos habilitados que constam da lista de accionistas desse ano. Trata-se, assim, de informação redundante, que nada acrescenta em relação à lista impressa, pelo que decidimos omiti-lo nesta publicação. Quanto às listas de accionistas, apesar de se tratar de documentos impressos, consideramos útil a sua publicação, quer por se se tratar de elementos relativamente difíceis de encontrar, quer para respeitar a publicação integral do *dossier* organizado por Sousa Coutinho.

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do GEHVID. Um obrigado muito especial à Dr.ª Dulce Freire pela colaboração prestada na reprodução destes documentos.

² Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Ministério do Reino. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: *Informação circunstanciada do Estado da Companhia do Douro no anno de 1784. Comissão de que foi encarregado o Senhor Luiz Pinto de Souza, depois Visconde de Balsemão*. 35 (2-4). Aproveito para agradecer aos responsáveis do AHMOP as facilidades concedidas na consulta e reprodução deste corpo documental.

³ No Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas faltam os anexos 30 e 36.

É conhecida a importância das listas nominativas para a história local e regional. Neste caso, fornecem-nos informações valiosas sobre uma parte da aristocracia do vinho do Porto, formada pelos proprietários de vinhas do Douro e por negociantes do Porto, além de elementos para a história social da Companhia, nomeadamente os grandes accionistas entre os quais se recrutava a sua elite dirigente.

Facilmente se percebe o domínio dos accionistas do Porto, sobretudo entre os habilitados para o exercício dos cargos de Provedor, Vice-Provedor e Deputados da Junta da Companhia. De acordo com o alvará da Instituição, de 10 de Setembro de 1756, só poderiam sê-lo os accionistas «naturais, ou naturalizados, e moradores na Cidade do Porto ou em Cima do Douro», com dez mil cruzados de acções ou mais³. As listas aqui publicadas (bem como outra anterior, apresentada por Borges de Macedo), assinalam, de facto, que os accionistas do Porto representaram sempre cerca de metade do total, enquanto os accionistas do Douro rondavam os 20%.

Residência dos accionistas da Companhia, segundo uma lista anterior a 1777⁴:

Localidades	Habilitados	3 ou + acções	– de 3 acções	Total
Porto e Gaia	27	35	30	92
Douro	6	24	16	46
Lisboa		11		11
Outras localidades		31	14	45
Total	33	101	60	194

Residência dos accionistas da Companhia, segundo a lista de 1777:

Localidades	Habilitados	3 ou + acções	– de 3 acções	Total
Porto e Gaia	37	45	39	121
Douro	6	23	21	50
Lisboa		22	8	30
Outras localidades		25	11	36
Total	43	115	79	237

³ Alvará da Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1756, § II.

⁴ Lista sem data, mas seguramente anterior às que aqui publicamos, publicada por MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*. 2ª ed. Lisboa: Moraes Ed., p. 135-139.

Residência dos accionistas da Companhia, segundo a lista de 1783:

Localidades	Habilitados	3 ou + acções	– de 3 acções	Total
Porto e Gaia	44	35	34	113
Douro	7	20	17	44
Lisboa		20	6	26
Outras localidades		23	20	43
Total	51	98	77	226

Essa diferença acentua-se ainda mais entre os habilitados para gerir a Companhia. Neste caso, os accionistas residentes no Porto ultrapassam os 80%, contra menos de 20% dos accionistas do Douro. É certo que uma análise mais fina dos membros da aristocracia do vinho do Porto, nos faz detectar entre os residentes no Porto muitos dos proprietários mais abastados e influentes da região do Douro, que desempenharam aliás um papel de clara notoriedade nos primórdios da Companhia, como Luís Beleza de Andrade, Carlos Alvo Brandão, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho, Barnabé Veloso Barreto de Miranda, João Correia da Silva Figueiredo Castelo Branco Morais Tenreiro, Vicente de Noronha Leme Cernache, D. Lourenço de Amorim da Gama Lobo, João Pacheco Pereira e outros. Trata-se, porém, de proprietários absentistas, muitos dos quais mantêm as suas quintas do Douro por estatuto de fidalguia, às quais se deslocam raramente, em muitos anos apenas na época das vindimas. Este elite duriense, se bem que possa continuar a manter no Douro boa parte da sua base económica, radica-se crescentemente no Porto, onde vive por vezes com ostentação e onde se afirma política e socialmente. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro assume-se, neste aspecto, um lugar importante de investimento na posição social, tanto mais que, pelo alvará da Companhia, se garantiam privilégios de fidalguia aos maiores accionistas e se garantia o acesso à «nobreza adquirida» (§ XXXIX).

Assim, a Companhia aparece-nos neste período-chave da sua história como mecanismo de reforço da dominação do Porto sobre a região produtora, a par do carácter de organismo de controlo estatal sobre um produto estratégico da economia portuguesa da época, contrariamente aos objectivos sociais de defesa dos viticultores do Douro que se anunciaram na sua formação. Por diversas vezes, sobretudo depois do período pombalino, os lavradores do Douro denunciaram o facto da Junta da Companhia ser constituída na sua quase totalidade por comerciantes e habitantes do Porto. Em Novembro de 1787, por exemplo, os lavradores proprietários de Valdigem, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Lamego enviaram uma representação à Rainha, queixando-se de não estarem representados na Junta da Companhia, que, à excepção de Francisco Baptista de Araújo Cabral Montez, era constituída na totalidade por comerciantes e habitantes do

Porto, pedindo para ser escolhido igual número de Deputados da Companhia entre os Lavradores e os Negociantes: «(...) o Segundo §º da mesma Instituição, que por ser dos mais essenciais foi dos primeiros que nela se colocou, determina que o Provedor e Deputados sejam moradores na Cidade do Porto ou neste Alto Douro. Justa e acertadamente pensaram os Lavradores e moradores desta Cidade no tempo em que pactuaram esta Instituição que para o governo da Administração da Companhia, em que reciprocamente eram interessados, deviam ser Administradores os Lavradores que cultivavam este género juntamente com os Negociantes que o negociavam. Na conformidade deste §º forão nomeados pelo Augusto Pai de Vossa Magestade para Provedor e Deputados da Junta igual número de Lavradores moradores neste País, sendo o primeiro Provedor residente e natural dele, Luís Beleza de Andrade, que com os Deputados Lavradores imediatamente se passaram a residir na Cidade do Porto a dirigir a Administração; e nos primeiros três anos de duração desta primeira Junta não só se criou este estabelecimento, mas se consultaram ao Augusto Pai de Vossa Magestade muitas determinações úteis e necessárias para o aumento e felicidade da Lavoura e Comércio, que benignamente foi servido aprovar. Na nomeação da segunda Junta já não foi contemplado Lavrador algum morador neste Alto Douro, porque o Procurador da Companhia, naquele tempo Fr. João de Mansilha, e por quem corriam todos os negócios e despachos dela, devendo informar igual número de Lavradores moradores neste Douro, o fez tanto pelo contrário que saíram todos moradores na Cidade do Porto; e para dar uma aparente satisfação ao sobredito §.º 2.º foi nomeado para Provedor Vicente de Noronha, a título de Lavrador, por ter uma Quinta neste Douro, onde nunca pelos naturais dele foi visto, nem conhecido, e por isso ignorante de todas as precisões da nossa Agricultura e dos nossos competentes interesses para promovê-los na Administração com igualdade aos do Comércio (...)»⁵.

De resto, cruzando os dados das listas aqui utilizadas com os dos arrolamentos de 1770, verificamos que mais de metade dos 33 maiores detentores de vinhos «de embarque» nas adegas do Douro não são accionistas da Companhia. Os mais importantes, como já assinalámos noutra estudo⁶, são mosteiros, rendeiros ou abades de freguesias da área demarcada, que recolhem grandes quantidades dos direitos de dizimaria pagos em vinhos nas respectivas adegas. Só por si este facto parece revelar um crescente afastamento da elite regional com interesses no vinho face à Companhia.

⁵ Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Ministério do Reino: série 35, caixa 41 M/T.c. *Representação dos Lavradores proprietários do Douro* – Valdigem (08.11.1787), Santa Marta de Penaguião (07.11.1787), Peso da Régua (21.11.1787) e Lamego (26.11.1787).

⁶ PEREIRA, Gaspar Martins – *Aspectos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII*. In «Actas das I Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia». Porto: C.E.N.P.A., 1986, p. 93-118.

Proprietários de 100 ou mais pipas de vinho de embarque nas adegas do Douro em 1770:

AC.	Nome do manifestante da adega	Residência	Localização das adegas	Pipas
**	Álvaro Pinto de Figueiredo Pimentel	<i>Sanhoane</i>	<i>Lobrigos, Sanhoane</i>	232
*	António Perfeito Pereira Pinto	<i>Lamego</i>	<i>Peso da Régua, Mesão Frio</i>	109
N	António Rodrigues de Aguiar (Rendeiro)	<i>Chaves</i>	<i>Covelinhas, Guiães</i>	181
N	Baltasar Sousa Drago (Abade)	<i>Sever</i>	<i>Sever</i>	104
**	Carlos Alvo Brandão	<i>Porto</i>	<i>Peso da Régua</i>	104
*	Cipriano de Sousa Machado de Carvalho (capitão)	<i>Chaves</i>	<i>Sabrosa</i>	111
N	Convento de Ancede	<i>Ancede</i>	<i>Sanhoane</i>	128
N*	Duarte Carlos da Silva Carneiro (Abade)	<i>Lobrigos</i>	<i>Lobrigos</i>	366
N	Francisco António de Carvalho	?	<i>Samodães, Cambres</i>	139
N	Francisco António da Costa (Negociante, Rendeiro)	<i>Porto</i>	<i>Canelas, Vilarinho dos Freires</i>	296
N	George Wye (Negociante britânico, Rendeiro)	<i>Porto</i>	<i>Peso da Régua</i>	146
N	Henrique Xavier Guedes Mourão	?	<i>Loureiro</i>	106
*	Inácio José de Figueiredo Pinto Osório (capitão-mor de Penaguião)	<i>Lobrigos</i>	<i>Lobrigos</i>	123
N	João Alves (Rendeiro)	?	<i>Sabrosa</i>	106
*	João Correa da Silva Figueiredo Castelo Branco Moraes Tenreiro	<i>Porto</i>	<i>Valdigem</i>	199
N	João Esteves (Rendeiro)	<i>Provesende</i>	<i>Celeirós</i>	152
**	João Pacheco Pereira	<i>Porto</i>	<i>Gouvinhas, Loureiro, Cambres</i>	271
**	José de Azevedo (Comerciante, Proprietário)	<i>Vila N. de Gaia</i>	<i>Canelas, Galafura</i>	114
N	José Ferreira Real	<i>Vila Real</i>	<i>Provesende</i>	134
N*	D. Lourenço de Amorim da Gama Lobo (mestre-de-campo, fidalgo da Casa Real)	<i>Porto</i>	<i>Galafura</i>	174
N	Lourenço Botelho de Vasconcelos	?	<i>Sabrosa</i>	102
N	Lourenço Teixeira Guedes de Lacerda	?	<i>Peso da Régua, Loureiro</i>	114
**	Luís Álvares de Figueiredo e Rocha (Mestre-de-campo)	<i>Vila Real</i>	<i>Guiães</i>	110
*	Luís Beleza de Andrade	<i>Porto</i>	<i>Valdigem</i>	176
N	Manuel Gomes Ribeiro (Rendeiro)		<i>Peso da Régua</i>	234
N	Manuel Lopes da Veiga e Azevedo (Sargento-mor)	<i>Provesende</i>	<i>Provesende</i>	100
N	Manuel Meireles de Sousa (Rendeiro)	?	<i>Mesão Frio</i>	152
N	Manuel de S. José Justiniano (Abade)	<i>Cumeeira</i>	<i>Cumeeira</i>	138
N	Manuel de S. Luís Queirós (Padre)	<i>Sanhoane</i>	<i>Sanhoane</i>	113
N	Dona Margarida Joaquina de Meneses	<i>Cambres</i>	<i>Cambres</i>	127
*	D. Maria Engrácia Caetana Pereira	<i>Remostias</i>	<i>Peso da Régua, Lobrigos</i>	146
N	Mosteiro de Salzedas	<i>Salzedas</i>	<i>Cambres</i>	103
o	Rodrigo Pinto de Sousa	<i>Lamego</i>	<i>Mesão Frio, Cambres</i>	142

Nota: ** Accionistas habilitados ao exercício de cargos na Junta da Companhia; * Accionistas com 3 ou mais acções; ° Accionistas com menos de 3 acções; N Proprietários de vinhos nas adegas do Douro não accionistas da Companhia.

ANEXO 1

Listas dos Accionistas da Companhia em 1777 e 1783

1777

Relação dos Accionistas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, &c.

A

- | | |
|--|-------------------------------|
| ** Agostinho Carneiro de São Payo. | Porto. |
| ** Alvaro Pinto de Figueiredo. | Sanhoane. |
| * Amandio Jozé de Avilla. | Lisboa. |
| * André de Faria Rocha. | Lisboa. |
| Dona Anna Cecilia de Andrade. | Porto. |
| * Dona Anna Cabral, e seu marido Antonio Teixeira de Azevedo. | Medroens. |
| Dona Anna Joaquina da Purificação Almeida Froes e Amaral,
e seu marido Manoel Dias Bravo. | Porto. |
| * D. Anna Quiteria de S. Jozé, e suas irmaãs, religiosas em Monchique. | Porto. |
| Dona Anna Xavier de Mello. | Porto. |
| * D. Antonia Jacinta de Magalhaens. | Cidadelhe |
| Dona Antonia Joanna de Souza Sôtto Mayor. | Porto. |
| * Antonia Jozefa de S. Payo. | S. Martinho de
Recezinhos. |
| * Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Dom Antonio de Alencastre. | Angola. |
| * O Dezembargador Antonio Alvares da Cunha e Araujo. | Lisboa. |
| * Antonio de Almeida Carvalhaes. | Sanhoane. |
| * O Doutor Antonio de Araujo Lima. | Ponte de Lima. |
| * Antonio Bernardo Alvares de Brito. | Porto. |
| ** Antonio Caetano Jozé de Souza Magalhaens. | Ribeira do Douro. |
| * Antonio Castello. | Lisboa. |
| Antonio de Castro Correa Cardozo. | Alijó. |
| Antonio Ferreira Pinto. | Salgueiral. |
| ** Antonio Guedes Correa. <i>Actual Deputado.</i> | Lobrigos. |
| Antonio Jozé Guedes Mourão, e suas irmans. | Villa Marim. |
| ** O Doutor Antonio Jozé de Araujo Gomes. | Porto. |
| Antonio Jozé Guimaraens. | Porto. |
| O Doutor Antonio Lopes Bernardes. | Porto. |
| O Padre Antonio Jozé de Lima. | Braga. |
| Antonio Martins da Hora. | Lisboa. |
| Antonio Mendes Guimaraens. | Porto. |
| O Padre Antonio Pereira Godins. | Lordello. |

- * Antonio Pereira Pinto de Essa. *Braga.*
- * Antonio Perfeito Pereira Pinto. *Lamego.*
Antonio de Souza Valle. *Villa Nova de Gaya.*
Antonio Teixeira de Carvalho. *Vizeu.*
- ** Antonio Teixeira Machado. *Porto.*
- * Antonio Teixeira Pinto de Mello. *Villa Real.*
- * O Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Ayres de Sá e Mello. *Lisboa.*
- B**
- * Balthazar Jacome do Lago. *Vianna.*
- ** Barnabé Vellozo Barreto de Miranda. *Porto.*
- * Bento Jozé Barreto de Vasconcellos Corte Real. *Terra da Feira.*
- ** Bento Luis Correa de Mello. *Porto.*
Bernarda Joaquina. *Porto.*
Bernardo Jozé da Silva Cardozo. *Goivinhas.*
- ** Bras de Abreu Araujo e Aranha. *Porto.*
- C**
- ** Carlos Alexandre Guedes Pinto. *Salgueiral.*
- ** Carlos Alvo Brandão. *Porto.*
O Doutor Caetano Correa de Seixas. *Coimbra.*
- * Carlos Vieira de Mello. *Porto.*
- * Cypriano de Souza Machado. *Sabroza.*
- * O Collegio de Nossa Senhora da Graça dos Meninos Orfaons. *Porto.*
- ** Custodio dos Santos Alvares Brito. *Porto.*
- D**
- ** Damazo Antonio Ribeiro Pereira. *Porto.*
- ** Damazo Coelho. *Porto.*
O Abbade Damião da Costa Ribeiro, e seus irmaons. *Barca.*
- * Diogo Francisco de Almeida. *S. Pedro de Sul.*
- * Diogo de Magalhaens. *Lamego.*
- ** O Doutor Domingos Jozé de Mesquita. *Porto.*
- ** Domingos Martins Gonçalves. *Actual Deputado.* *Porto.*
- E**
- * Estevão Falcão Cóta. *Braga.*
- F**
- * O Doutor Faustino Rodrigues Botelho. *Coimbra.*
- * Fernando Jozé Camello. *Aveiro.*
O Doutor Fernando Leite Lobo. *Caminha.*

- * Francisco Baptista de Araujo Cabral. *Fontelas*
 - Francisco Cardia Néto. *Porto.*
 - Francisco Cordovil de Cerqueira e Mello. *Lisboa.*
 - * O Desembargador Francisco Feliciano Velho. *Lisboa.*
 - Francisco Jozé da Fonseca. *Porto.*
 - * Francisco Martins Braga. *Porto.*
 - Francisco Pinheiro de Queirós. *Porto.*
 - Francisco Rodrigues da Silva Praça. *Porto.*
 - * O Reverendo Doutor Francisco Rodrigues Vieira Botelho. *Lisboa.*
 - * Francisco Xavier de Brito Barreto. *Coimbra.*
- G**
- * Gonçalo Christovão Teixeira Coelho. *Porto.*
 - * A Illustrissima, e Excellentissima
Senhora D. Guiomar Maria Anna Anacleto. *Angola.*
- H**
- * Herdeiros [de] Antonio Xavier Zuzarte de Cardozo. *Coimbra.*
 - Herdeiros de Bento da Costa Silva. *Porto.*
 - * Herdeiros da Bras de Abreu Guimaraens. *Porto.*
 - * Herdeiros [de] Domingos Francisco Chaves. *Porto*
 - * Herdeiros de Domingos do Rozario Varella. *Porto.*
 - * Herdeiros de Diogo Archibold. *Porto.*
 - * Herdeiros de Francisco Barboza dos Santos. *Porto.*
 - * Herdeiros de Francisco João de Carvalho. *Porto.*
 - * Herdeiros de Francisco Pereira Pinto de Mansilha. *Santa Martha.*
 - * Herdeiros de Jeronymo Leyte Pereira de Mello. *Porto.*
 - Herdeiros de João de Almeida Guimaraens. *Porto.*
 - * Herdeiros de João Correa da Silva Figueiredo. *Lamego.*
 - * Herdeiros de João Ferreira de S. Payo. *Porto.*
 - * Herdeiros de Jozé Alvares de Mira. *Lisboa.*
 - * Herdeiros de Jozé Cardozo de Carvalho. *Porto.*
 - * Herdeiros de Jozé Monteiro de Carvalho. *Porto.*
 - * Herdeiros de Jozé Pinto de Meirelles. *Porto.*
 - * Herdeiros de Jozé de Souza Pereira de São Payo. *Santa Martha.*
 - * Herdeiros de Luis Belleza de Andrade. *Porto.*
 - * Herdeiros de Luis de Magalhaens Coutinho. *Cidadelhe.*
 - * Herdeiros de Luis do Rego Barreto Maciel. *Vianna.*
 - * Herdeiros de Luis Vicente de Sá. *Vianna.*
 - * Herdeiros de Manoel de Almeida Souza e Sá. *Porto.*
 - * Herdeiros de Manoel Alvares de Souza. *Porto.*

* Herdeiros [de] Manoel Antonio da Cunha Sôtto Mayor.	Vianna.
* Herdeiros de Manoel Guedes dos Santos.	Porto.
Herdeiros de Manoel Rodrigues Braga.	Porto.
Herdeiros do Capitão Manoel de Santiago.	Porto.
* Herdeiros de Martim Affonso de Mello.	Porto.
* Herdeiros de Pedro Pedrossen da Silva.	Porto.
* Herdeiro de Silvestre Lopes Ribeiro.	Porto.
Herdeiros de Thomas da Rocha Pinto.	Porto.
I	
Ignacio Antonio Henquel.	Porto.
* Ignacio Jozé de Figueiredo.	Lobrigos.
* O Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor João de Almada e Mello.	Porto.
O Padre João de Andrade Gramacho.	S. Fins.
* João Antonio de Sá Pereira.	Lisboa.
** João de Basto Maya Pereira. <i>Actual Provedor.</i>	Porto.
** O Capitão João Bernardo de Meirelles Guedes.	Porto.
João Bernardo Teixeira Coelho.	Sergude.
João de Campos da Silva Crus.	Porto.
* João Felis de Queiròs.	Sanhoane.
** João Fernandes da Costa. <i>Actual Deputado.</i>	Porto.
João Ferreira Dias.	Porto.
** João Francisco Guimaraens.	Porto.
João Leite Cardozo Pinto de Menezes.	Salgueiral.
** João Pacheco Pereira.	Porto.
* João Pereira de Carvalho.	Porto.
João de Queiròs de Cerqueira Azevedo e Vasconcellos.	Mezão-Frio.
** O Doutor João Ribeiro Pereira de Souza.	Porto.
João da Silva Pereira.	Villa Nova de Gaya.
* Dona Joanna Maria de Jesus.	Porto.
Joaquim Jozé da Costa Silva.	Porto.
** Jozé Antonio de Barros.	Porto.
* Jozé Antonio Ferreira.	Lisboa.
** Jozé de Azevedo.	Villa Nova de Gaya.
** Jozé Bento Leitão. <i>Actual Deputado.</i>	Porto.
O Padre Jozé Bernardo da Silveira.	Vizeu.
* Jozé Bernardo Machado Ferreira de Almeida.	Lamego.
* Jozé Borges de Carvalho.	Oliveira.
Jozé Caetano Teixeira, e seu filho Antonio Teixeira.	Villa Real.
* O Dezembargador Jozé Fernandes Nunes.	Lisboa.

- * Jozé Ferreira Pinto. *Villa Mayor.*
- ** Jozé Francisco Monteiro Massa. *Porto.*
- * O Dezembargador Jozé Joaquim Emaûs. *Lisboa.*
- * Jozé Lopes da Costa. *Porto.*
- Jozé Maria de Cerqueira de Queirós Rebello. *Rede.*
- ** Jozé Martins da Luz. *Actual Deputado.* *Porto.*
- * O Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Dom Jozé de Menezes. *Lisboa.*
- * Jozé de Payva Ribeiro. *Porto.*
- Jozé Pamplona Carneiro Rangel. *Porto.*
- Jozé Pinto de Mesquita Sarmiento. *Villa Real.*
- * Jozé Pinto da Cunha Godinho. *Porto.*
- Jozé Salter Rios de Carvalho. *Porto.*
- ** Jozé de Souza Mello. *Porto.*
- Jozé Teixeira de Miranda, seu irmão, e cunhado. *Goivinhas.*
- Frey Jozé Teixeira Pimentel Rebello. *Castrodayre.*
- * A Irmandade do Santissimo Sacramento de S. Pedro dos Martyres. *Lisboa.*
- Izabel Peres de Castro. *Coimbra.*
- L**
- * Dona Leonor Angelica de Lara. *Coimbra.*
- Lourenço Jozé Carneiro Rangel *Quinta de Miragaya.*
- * Lourenço Huet Bacellar. *Porto.*
- ** Lucas Fernandes de Castro. *Porto.*
- ** Luis Alvares de Figueiredo. *Villa Real.*
- * Luis Antonio de Faria. *Lisboa.*
- Dom Luis Antonio de Souza. *Villa Real.*
- ** Luis Alvares da Nobrega Cam e Aboim. *Villa Real.*
- D. Luiza Bernarda Leite Pereira de Mello. *Porto.*
- * O [sic] Illustrissima, e Excellentissima Senhora Dona Luiza Gonzaga. *Lisboa.*
- ** Luis Francisco Pereira Pinto de Mancilha. *Actual Deputado.* *Santa Martha.*
- * Luis Jozé Correa de Lacerda. *Lisboa.*
- Luis Pinto de Azevedo. *Porto.*
- Dona Luiza Thomazia Rite. *Porto.*
- M**
- ** Manoel Alvares Barboza. *Porto.*
- * Manoel Alvares de Souza. *Porto.*
- O Doutor Manoel Antunes da Fonseca. *Lisboa.*
- * Manoel Carlos Teixeira Pimentel. *Lamego.*

**	Manoel de Carvalho Silva. Manoel da Crus.	Porto. Castanheiro de Anciaens.
	Manoel Falcão Cóta.	Braga.
*	Manoel Ferreira Velho.	Porto.
**	Manoel de Figueirôa Pinto. O Padre Manoel da Fonseca.	Porto. Lisboa.
*	Manoel Gomes da Fonseca. Manoel Francisco Guimaraens.	Coimbra. Ponte de Lima.
*	O Dezembargador Manoel Gonçalves de Miranda.	Lisboa.
*	Manoel Joaquim Rodrigues Braga. Manoel Jozé Pereira. O Padre Manoel Machado de Barros. O Padre Manoel Martins de Souza.	Lisboa. Lisboa. Porto. Porto.
*	Manoel Martins Couto.	Porto.
**	Manoel de Meirelles Guedes de Carvalho. O Padre Manoel Mourão Coutinho.	Porto. Lamego.
**	Manoel Pereira da Silva Berredo.	Villa Nova de Gaya.
*	Manoel Pinto Ribeiro. Manoel Rodrigues Vidal. Fr. Manoel de Santa Roza de Lima.	Porto. Porto. Bemfica.
*	Manoel de Souza e Mello.	Pariz.
*	Marçal Quezado Jacome. Marcellino Alvares de Oliveira.	Vianna. Villa Nova de Gaya.
*	Dona Margarida Joaquina Peregrina Botelho.	Lamego.
*	Dona Maria Barreto de S. Payo Calvos, e seu filho Martim Affonso.	Porto.
*	Dona Maria Barreto de S. Payo Calvos.	Porto
*	Dona Maria Caetana Vellozo de Figueiredo.	Oliveira.
*	Dona Maria Clara, e seus filhos.	Porto.
*	D. Maria Engracia Caetana Pereira. Dona Maria Eufrazia de Souza. A Illustrissima, e Excellentissima Senhora Dona Maria Francisca Xavier.	Remostias. Cidadelhe. Lisboa.
*	D. Maria Ignacia Pinto de Vilhena. D. Mariana Jozefa Coelho da Silva.	Lamego. Penafiel.
*	D. Maria Lizarda Pacheco, viúva de Luis Pacheco, e seus filhos.	Porto.
*	Maria Mauricia do O.	Lisboa.
*	Mathias Lourenço. Miguel António de Almeida Cayado.	Lisboa. Villa de Trovoens.
*	A Santa Caza da Mizericordia.	Porto.

N

- Natalia Peres de Castro. Celas.
 ** Nicolau Copque. *Actual Vice Provedor*. Porto.
 ** Nicolau Francisco Guimaraens. Porto.
 Nuno Jozé Pinto Pereira. Lisboa.

O

- * Orfaons de Jacome Belon. Porto.

P

- ** Pantaleão da Cunha. Porto.
 * O Doutor Pascoal Peres de Castro. Lisboa.
 Pedro Cabral Chaves e Gusmão. Sarnadello
 * Pedro da Fonseca e Castro. Braga.
 * Pedro Gonçalo Peixoto de Brito. Coimbra.
 * Pedro Guedes de Magalhaens. Lamego.
 * Pedro Pinto da Cunha. Porto.
 Pedro Vanzeller. Porto.
 O Padre Prior, e Religiozos do Convento de S. João Novo. Porto.

Q

- Quiteria Jozefa Maria. Porto.

R

- Os Religiozos do Convento do Carmo. Porto.
 ** O Dezembargador Rodrigo Coelho Machado Torres. Porto.
 Rodrigo Pinto de Souza. Lamego.

S

- ** Simão da Silva Ferras. *Actual Deputado*. Porto.

T

- Thereza Narciza. Porto.
 * Dona Thereza Roza Rite. Porto.
 * Dona Thereza Thomazia Rite. Porto.
 * Thomas Antonio de Souza Cirne. Porto.
 * O Abbade Thomas Barboza de Souza Vieira. S. Tiago de Vougado.
 Thomas Jozé de Brito. Porto.

V

- * Ventura Malheiro Reimão. *Vianna.*
 ** Vicente de Noronha Leme Cernache. *Porto.*

As pessoas que á margem dos seus nomes levão duas ** são as que se achão habilitadas para os lugares de Provedor, Vice-Provedor, e sete Deputados representativos da Junta da Administração desta Companhia na conformidade da sua Instituição, e do Alvará de Sua Magestade de 16. de Dezembro de 1760. As que vão notadas com huma só * são as que tem voto sem dependencia de outros Accionistas: E as que não levão as referidas divizas, são as que por falta de competente numero de tres Acçõens, que se requerem para ter voto, conforme a disposição do Capitulo III. da Instituição desta Companhia, se podem unir com tantos Accionistas, quantos bastem para prefazer o sobredito numero, e em nome de todos constituirem entre si hum só voto.

Para cada hum dos sobreditos lugares se há de escrever nesta Relação o nome da pessoa, que se elege; e o mesmo Accionista votante apresentará a sua eleição na Caza do Despacho da Junta da Companhia em carta fechada, e não assignada, no dia determinado para a eleição que se lhe participará por avizo: Tendo entendido que para os lugares de Provedor, e Vice-Provedor se devem nomear na conformidade das ultimas Ordens de Sua Magestade, tres pessoas para cada hum dos referidos empregos, como tambem para os Deputados, ficando sempre na Junta dous do anno precedente.

1783

Relação dos Accionistas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

A

- ** Agostinho Carneiro de S. Payo. *Porto.*
 * Amandio Jozé d'Avila. *Lisboa.*
 André Luis d'Abreu Motta. *Val de Bouro.*
 D. Anna Antonia Pinto d'Azevedo. *Salgueiral.*
 D. Anna Cecilia de Andrade. *No Recolhimento do Anjo. Porto.*
 Dona Anna Matilde Cabral Falcão. *Almeida.*
 * D. Anna Quiteria de S. Jozé, e suas irmans. *Religiozas em Monchique. Porto.*
 Dona Antonia Joanna de Souza Soutto Mayor. *Porto.*
 * Dona Antonia Jozefa de S. Payo. *S. Martinho de Recezinhos.*
 * O Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Antonio de Alencastre. *Guimaraens.*
 * O Doutor Antonio d'Araujo Lima. *Ponte do Lima.*
 ** Antonio Bernardo Alvares de Brito. *Porto.*
 Antonio de Castro Correa de Lacerda. *Alijó*

- ** Antonio Caetano Jozé de Souza Magalhaens. Porto.
 ** Antonio Caetano de Souza Faria Velozo. Oliveira
 * Antonio Castello. Lisboa.
 Antonio Ferreira Pinto. Salmgueiral.
 * Antonio Joaquim Mendes. Porto.
 ** Antonio Jozé da Cunha Reis. *Actual Deputado*. Porto.
 Antonio Jozé Guedes Mourão, e suas irmans. Villa Marim.
 O Reverendo Antonio Jozé de Lima. Porto.
 * D. Antonio de Magalhaens Coutinho. Cidadelhe.
 O Doutor Antonio Manoel de Magalhaens Vaz, e suas irmans. Anciaens.
 ** Antonio de Mello Correa. Porto.
 O Reverendo Antonio Pereira Godins. Porto.
 * Antonio Ribeiro dos Santos. Porto.
 O Doutor Antonio Rodrigues Braga d'Almeida. Porto.
 Antonio de Souza Valle. Villa Nova de Gaya.
 ** Antonio Teixeira d'Azevedo Cabral. Villa Real.
 * Antonio Teixeira Pinto de Mello e Castro. Villa Real.
 * O Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Ayres de Sá e Mello. Lisboa.
- B**
- * Balthazar Jacome do Lago Barreto. Viãna.
 ** Barnabé Vellozo Barreto de Miranda. *Actual Provedor*. Porto.
 * Bento Jozé Barreto de Vasconcellos Corte Real. S. João da Madeira.
 ** Bento Luis Correa de Mello. Porto.
 Dona Bernarda Joaquina. Porto.
 Bernardo Jozé da Silva Cardozo, e sua mulher. Goivinhas.
 ** Bras d'Abreu Aranha e Araujo. Porto.
- C**
- O Doutor Caetano Correa de Seixas. Coimbra.
 ** Carlos Martins de Miranda. Porto.
 Carlos Vieira de Mello. Porto.
 * O Collegio de Nossa Senhora da Graça dos Meninos Orfaons. Porto.
 ** Custodio dos Santos Alvares de Brito. Porto.
- D**
- ** Damazo Antonio Ribeiro Pereira. Porto.
 ** Damazo Coelho. *Actual Conselheiro*. Porto.
 O Reverendo Damião da Costa Ribeiro, e seus irmaons. Abbade da Barca.
 * Diogo Francisco d'Almeida Azevedo, e filho. S. Pedro de Sul.

- * Diogo de Magalhaens Botelho. *Lamego.*
D. Diogo de Souza Magalhaens Coutinho. *Cidadelhe.*
- ** O Doutor Domingos Jozé de Mesquita e Mello. *Porto.*
- ** Domingos Martins Gonçalves. *Actual Vice-Provedor.* *Porto.*
- F**
- * O Doutor Faustino Rodrigues Botelho. *Lisboa.*
O Reverendo Felis Martins d'Araujo. *Abbade de Jovim.* *Jovim.*
- * Dona Francisca Antonia Xavier de Moraes de Lara e Souza. *Coimbra.*
Francisco Antonio da Costa. *Lisboa.*
- ** Francisco Baptista d'Araujo Cabral Montez. *Actual Deputado.* *Porto.*
- * Francisco Cardia Neto. *Porto.*
Francisco Cordovil de Sequeira e Mello. *Lisboa.*
- ** Francisco Manoel Correa de Lacerda. *Porto.*
Fr. Francisco de Mansilha. *No Convento de S. Domingos d'Amarante.* *Amarante.*
- * D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro. *Lisboa.*
Francisco Reyper. *Porto.*
Francisco Rodrigues da Silva Praça. *Porto.*
- * O Reverendo Doutor Francisco Rodrigues Vieira Botelho. *Lisboa.*
O Beneficiado Francisco Teixeira Machado, e sua irmaã. *Castro d'Aire.*
- * Francisco Xavier de Brito Barreto da Costa. *Coimbra.*
- G**
- ** Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca. *Porto.*
Gaspar Falcão Cotta. *Braga.*
Genoveva Maria. *Anciaens.*
- * Gonçalo Christovão Teixeira Coelho de Mello. *Villa Real.*
- * A Illustrissima, e Excellentissima
Senhora D. Guiomar Maria Anna Anacleta. *Guimaraens.*
- H**
- * Herdeiros d' Alvaro Pinto de Figueiredo. *Sanhoane.*
- * Herdeiros d'Antonio d'Almei[d]a Carvalhaes. *Sanhoane.*
- * Herdeiros do Dezembargador Antonio Alvares da Cunha. *Lisboa.*
- * Herdeiros do Doutor Antonio Joze de Araujo Gomes. *Porto.*
Herdeiros d'Antonio Mendes Guimarens. *Porto.*
- * Herdeiros d'Antonio Pereira Pinto d'Essa. *Braga.*
- * Herdeiros d'Antonio de Souza Cirnes Azevedo Soares Aragão. *Canellas.*
Herdeiros de Diogo Archibold. *Porto.*
- * Herdeiros de Domingos Francisco Chaves. *Porto.*

- * Herdeiros de Domingos do Rozario Varella. *Porto.*
 - Herdeiros do Dezembargador Fernando Leite Lobo. *Viãna.*
 - * Herdeiros do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco d'Almada e Mendonça. *Porto.*
 - * Herdeiros de Francisco Barboza dos Santos. *Porto.*
 - * Herdeiros de Francisco João de Carvalho. *Porto.*
 - Herdeiros de Francisco Pinheiro de Queirós. *Porto.*
 - * Herdeiros de Jeronimo Leite Pereira. *Porto.*
 - * Herdeiros de João de Basto Maya Pereira. *Porto.*
 - * Herdeiros de João Correa da Silva Figueiredo Castello-Branco. *Lamego*
 - Herdeiros de João Ferreira de Sam Payo. *Porto.*
 - Herdeiros do Doutor João Pires de Castro. *Murça.*
 - * Herdeiros de Jozé Alvares de Mira. *Lisboa.*
 - * Herdeiros de Lourenço Huet Bacelar de Soutto-Mayor. *Recezinhos.*
 - * Herdeiros de Luiz Belleza d'Andrade. *Porto.*
 - * Herdeiros de Luiz de Magalhaens Coutinho. *Cidadelhe.*
 - * Herdeiros de Luiz do Rego Barreto Maciel. *Viãna.*
 - * Herdeiros de Luiz Vicente de Sá. *Viãna.*
 - * Herdeiros de Manoel d'Almeida de Souza e Sá. *Porto.*
 - * Herdeiros de Manoel Alvares de Souza. *Porto.*
 - * Herdeiros de Manoel Antonio da Cunha Soutto-Mayor. *Viãna.*
 - * Herdeiros de Manoel Guedes dos Santos. *Porto.*
 - * Herdeiros de Manoel Pinto Ribeiro. *Porto.*
 - Herdeiros do Capitão Manoel de Sam Thiago. *Porto.*
 - Herdeiros de Maria Custodia da Encarnação. *Porto.*
 - * Herdeiros de Dona Maria Ignacia Pinto de Vilhena. *Lamego.*
 - Herdeiros de Nuno Jozé Pinto Pereira. *Lisboa.*
 - Herdeiros de Quiteria Jozefa Maria. *Porto.*
 - Herdeiros de Silvestre Lopes Ribeiro. *Porto.*
 - * Herdeiros de Vicente de Noronha Leme Cernache. *Porto.*
- I
- Ignacio Antonio Henquel. *Porto.*
 - * Ignacio Jozé de Figueiredo Pinto Ozorio. *Lobrigos.*
 - O Reverendo Ignacio de Mansilha. *Porto.*
 - O Reverendo Jeronimo Jozé Rodrigues. *Mafra.*
 - D. Joanna Antonia Pinto de Sá Vedra. *Porto.*
 - D. Joanna Maria de Jezus. *Porto.*
 - D. Joanna Narciza d'Almeida Pimentel, e seu marido Agostinho Alão de Moraes Pimentel. *Porto.*

- * O Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor João d'Almada e Mello. *Porto.*
- * O Beneficiado João d'Abreu Aranha e Araujo. *Porto.*
- ** João Antonio de Mansilha e Almeida. *Santa Martha.*
- * João Antonio de Sá Pereira. *Condexa.*
- ** João Bernardo de Meirelles Guedes. *Actual Deputado.* *Porto.*
- * João Bernardo Ribeiro. *Lisboa.*
- ** João Felis de Queiròs. *Sanhoane.*
- ** João Fernandes da Costa. *Porto.*
- ** João Francisco Guimaraens. *Porto.*
- João Leite Cardozo Pinto de Menezes. *Salgueiral.*
- ** João Pacheco Pereira. *Porto.*
- * João Pereira de Carvalho. *Porto.*
- João de Queiròs Serqueira Azevedo e Vasconcellos. *Mezão-Frio.*
- * O Doutor João Ribeiro Pereira de Souza. *Porto.*
- João da Silva Pereira. *Villa Nova de Gaya.*
- * Jozé Alvo Brandão Godinho Pestrelo Pereira d'Azevedo. *Porto.*
- ** Jozé Antonio de Barros. *Actual Deputado.* *Porto.*
- * Jozé Antonio Ferreira. *Lisboa.*
- ** Jozé Antonio Taveira de Magalhaens Pinto d'Azevedo. *Godim.*
- ** Jozé Bento Leitão. *Porto.*
- * Jozé Bernardo Machado Ferreira d'Almeida, e sua irmã. *Leomil.*
- O Reverendo Jozé Bernardo da Silveira. *Vizeu.*
- * Jozé Borges de Carvalho Vasconcellos. *Mezão-Frio.*
- O Conselheiro Jozé Correa de Lacerda. *Lisboa.*
- * O Dezebargador Jozé Fernandes Nunes. *Lisboa.*
- * Jozé Ferreira Pinto. *Villa Mayor.*
- ** Jozé Francisco Monteiro Massa. *Porto.*
- ** Jozé Ignacio da Cunha. *Porto.*
- ** Jozé Joaquim de Brito de Sousa Abreu de Lima. *Porto.*
- * O Dezebargador Jozé Joaquim Emaúz. *Lisboa.*
- ** Jozé Manoel do Coutto Garrido. *Porto.*
- Jozé Manoel da Fonseca. *Lisboa.*
- Jozé Maria de Serqueira de Queiròs Rebelo. *Rede.*
- ** Jozé Martinz da Luz. *Porto.*
- * O Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Jozé de Menezes. *Lisboa.*
- ** Jozé de Oliveira Barreto. *Actual Deputado.* *Porto.*
- * Jozé de Paiva Ribeiro. *Porto.*
- Jozé Pamplona Carneiro Rangel. *Porto.*
- * Jozé Pedro Celestino Velho. *Actual Deputado.* *Sancte Petersbourg.*
- ** Jozé Pedro Pinto de Meirelles. *Porto.*

- Jozé Pinto da Cunha Godinho. *Porto.*
- * Jozé Pinto da Cunha Godinho, e irmaons. *Porto.*
Jozé Pinto de Mesquita Sarmento. *Villa Real.*
- ** Jozé de Souza Mello. *Porto.*
O Sargento mór Jozé Teixeira de Carvalho. *Vizeu.*
- * A Irmandade do Santissimo Sacramento de Nossa Senhora dos Martyres. *Lisboa.*
- * D. Izabel Joanna Pamplona Rangel de Tovar. *Porto.*
Izabel Pires de Castro. *Coimbra.*
- L**
- * Lourenço Jozé Carneiro Rangel de Cerqueira. *S. Martinho de Fornelos.*
- ** Lucas Fernandes de Castro. *Porto.*
- ** Luiz Alvares de Figueiredo Rocha. *Villa Real.*
- * Luiz Antonio de Faria. *Lisboa.*
- * D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. *Matheus.*
Luiz Pinto de Azevedo. *Porto.*
D. Luiza Bernarda Leite Pereira de Mello. *Porto.*
D. Luiza Leonor Maria de Mattos e Vazconcellos. *Lisboa.*
- M**
- ** Manoel Alvares Barboza. *Porto.*
Manoel Belleza de Andrade, e sua mulher. *Travanca.*
- ** Manoel Carvalho Silva. *Actual Conselheiro.* *Porto.*
- * Manoel Falcão Cótta. *Braga.*
- * Manoel Ferreira Velho. *Porto.*
- ** Manoel de Figueiroa Pinto. *Porto.*
O Reverendo Manoel da Fonseca. *Anadia.*
Manoel Francisco Guimeraens. *Ponte do Lima.*
- * Manoel Gomes da Fonseca de Oliveira. *Coimbra.*
- * Manoel Gregorio Pereira S. Payo, e seu tutor. *Remostñas*
- * Manoel Joaquim Rodrigues Braga. *Lisboa.*
Manoel Jozé Pereira. *Lisboa.*
- ** Manoel de Meirelles Guedes de Carvalho. *Porto.*
- * Manoel Martins Coutto. *Porto.*
- ** Manoel Pereira da Silva Berredo. *Villa Nova de Gaya.*
Manoel Pinto da Silva. *Lisboa.*
- * Manoel de Souza Mello, e sua mulher. *Pariz, e Porto.*
- * Manoel Teixeira Pimentel. *Lamego.*
Manoel Thomaz de Figueiredo Rocha Pinto. *Porto.*

- ** Manoel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho. *Perzegueda.*
- * Marçal Quezado Jacome de Villas Boas Viãna.
- * Martinho de Souza Albuquerque. *Lisboa.*
Marcellino Alvares de Oliveira. *Villa Nova de Gaya.*
D. Maria Barbara. *Educanda em Sta. Clara.*
A Illustrissima e Excellentissima Senhora
D. Maria Francisca Xavier Eva Anselma de Daun. *Porto.*
- * D. Maria do Lado e Souza. *Lisboa.*
Maria Magdalena. *Cidadelhe.*
- * Maria Mauricia do O. *Anciaens.*
D. Mariana Jozefa Coelho da Silva. *Lisboa.*
Paredes.
- ** Martim Affonço Barreto de França. *Porto.*
- * Martinho Carlos de Miranda; e sua mulher. *Paradinha.*
- * Mathias Lourenço. *Lisboa.*
Miguel António d'Almeida Cayado. *Villa de Trovões.*

N

- Natalia Pires de Castro. *No Convento de Cellas.* *Coimbra.*
- ** Nicolau Copque. *Porto.*
- ** Nicolau Francisco Guimaraens. *Porto.*

O

- * Orfaons de Jacome Belon. *Porto.*

P

- ** Pantaleão da Cunha e Faria. *Actual Deputado.* *Porto.*
Pedro Falcão Cotta de Menezes. *Braga.*
- * Pedro Gonçalo Peixoto de Brito da Silva. *Coimbra.*
- * Pedro Guedes de Magalhaens. *Lamego.*
- ** Pedro Leite Pereira de Mello. *Villa Nova de Gaya.*
Pedro Wanzeller. *Porto.*
- * O Padre Prior, e mais Religiozos do Convento de S. João Novo. *Porto.*

R

- Os Religiozos do Convento de Nossa Senhora do Carmo. *Porto.*
Dona Rita Caetana de Castro. *Anciaens.*
Rodrigo Pinto de Souza. *Lamego.*

S

- * A Santa Caza da Mizericordia. *Porto.*

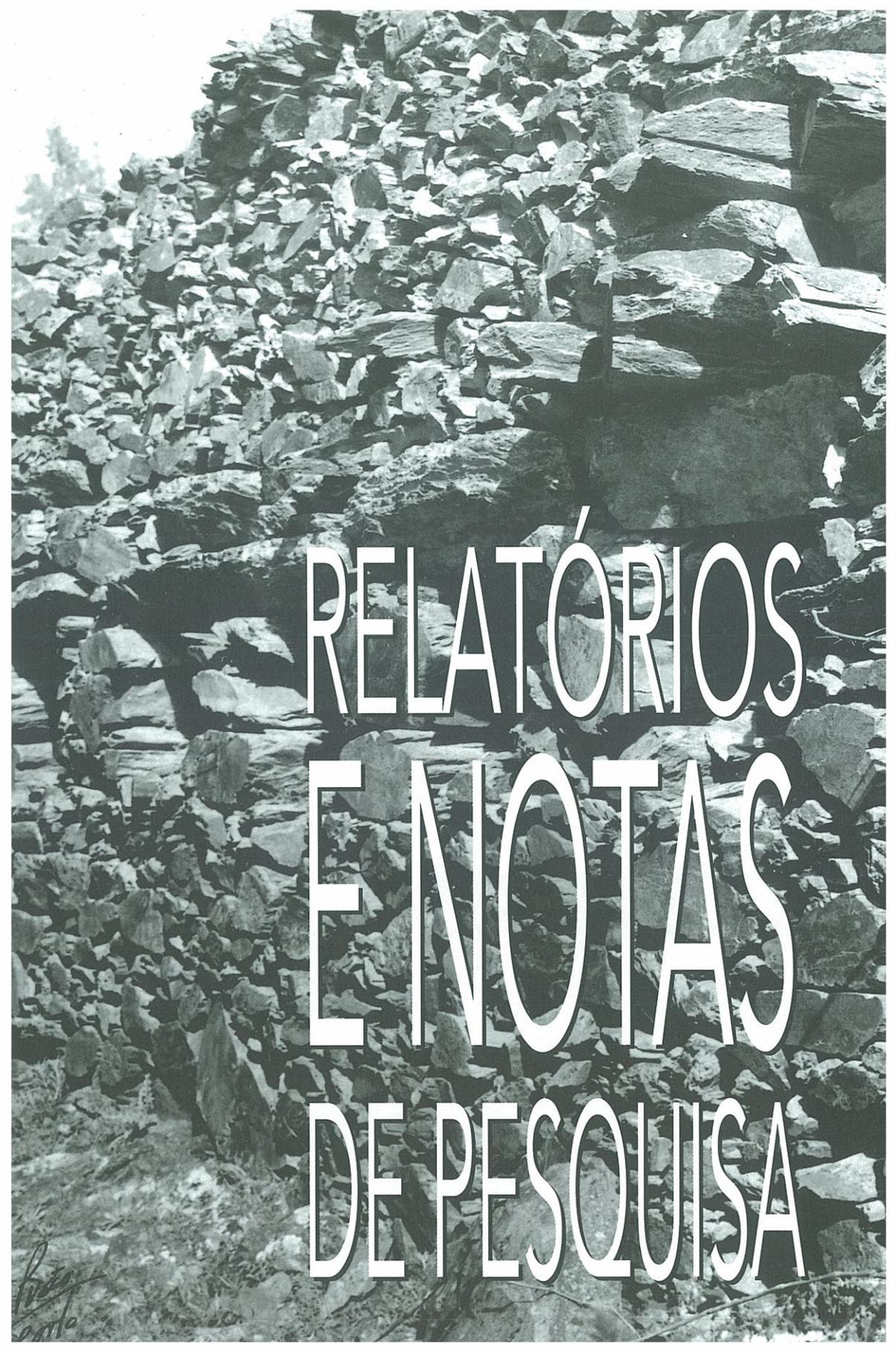
**	Simão da Silva Ferrás.	<i>Porto.</i>
	D. Suzana Narciza de Lira e Menezes.	<i>Braga.</i>
T		
*	D. Thereza Angelica Thomazia Rite.	<i>Porto.</i>
	D. Thereza Felicia d'Almeida e Silva, e seu marido o Dezembargador Francisco Antonio da Silva e Almeida.	<i>Porto.</i>
	Thereza Narciza.	<i>Porto.</i>
*	D. Thereza Roza Rite.	<i>Porto.</i>
*	A Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Thereza Xavier de Lencastre.	<i>Lisboa.</i>
*	O Reverendo Thomaz Barboza de Souza Vieira.	<i>S. Thiago de Vougado.</i>
	Thomás Jozé de Brito.	<i>Porto.</i>
V		
*	Ventura Malheiro Reimão.	<i>Viãna.</i>
**	Vicente Pedrossen da Silva.	<i>Porto.</i>
	Vicente de Souza e Castro <i>Anciaens.</i>	

As pessoas que á margem dos seus nomes levão duas ** são as que se achão habilitadas para os lugares de Provedor, Vive-Provedor, e sete Deputados representativos da Junta da Administração desta Companhia na conformidade da sua Instituição, e da Carta Regia de 16. de Dezembro de 1760. As que vão notadas com huma só * são as que tem voto sem dependencia de outros Accionistas: E as que não levão as referidas devizas, são as que por falta de competente numero de tres Acçoens, que se requerem para ter voto, conforme a disposição do Capitulo III. da Instituição desta Companhia, se podem unir com tantos Accionistas, quantos bastem para prefazer o sobredito numero, e em nome de todos constituirem entre si hum só voto.

Para cada hum dos sobreditos lugares se há de escrever nesta Relação o nome da pessoa, que se ellege; e o mesmo Accionista votante apresentará a sua eleição na Caza do Despacho da Junta da Companhia em carta fechada, e não assignada, no dia determinado para a eleição que se lhe participará por avizo: Tendo entendido que para os lugares de Provedor, e Vice-Provedor se devem numerar na conformidade das ultimas Ordens de Sua Magestade, tres pessoas para cada hum dos referidos empregos, como tambem para os Deputados, ficando sempre na Junta dous do anno precedente.

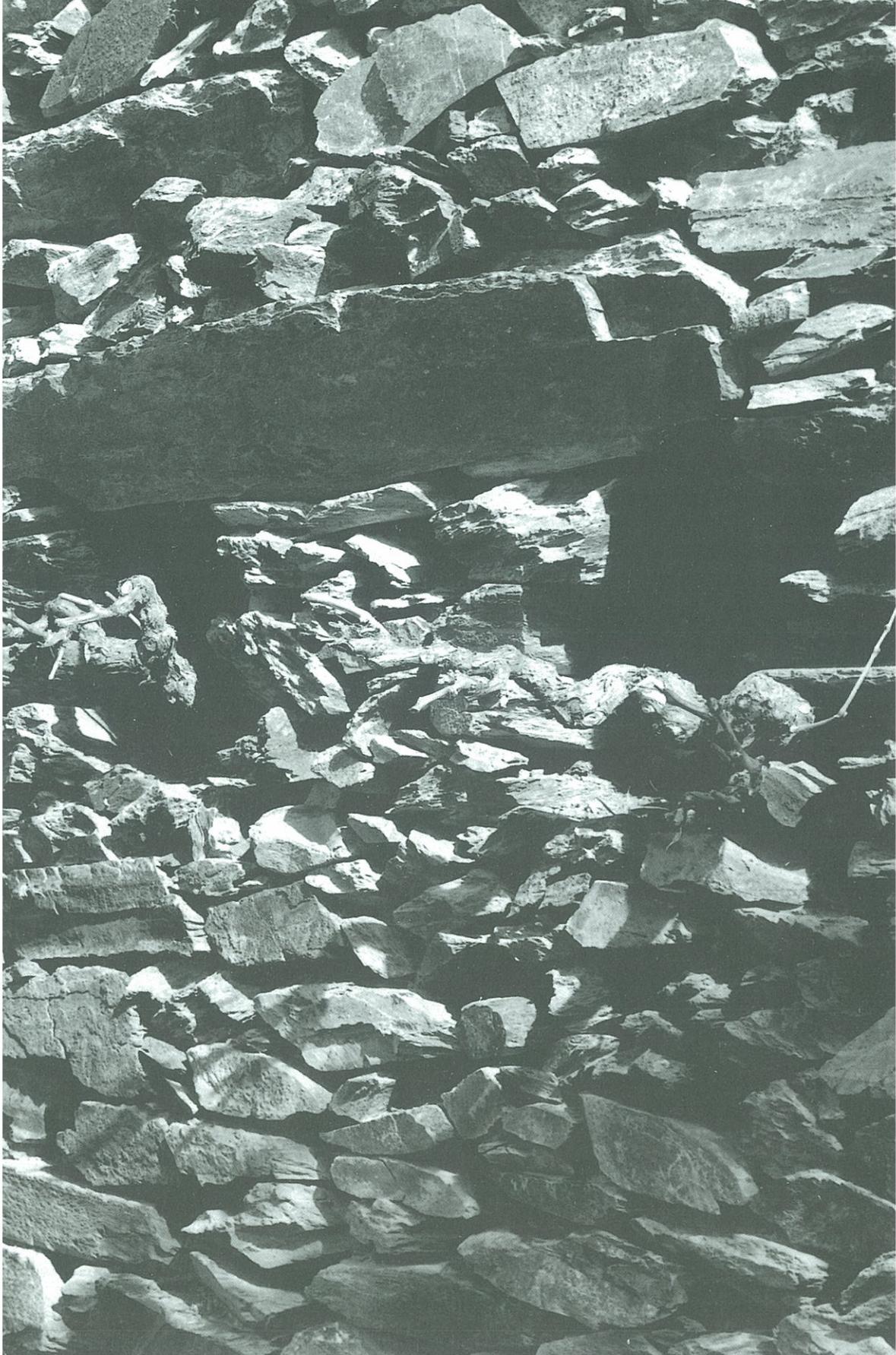


W. J. ...
1970



RELATÓRIOS
E NOTAS
DE PESQUISA

Handwritten signature
2010



Maria José Ferreira dos Santos *
Pedro Brochado de Almeida **
Sandra Raquel Rodrigues ***

Dos sepulcros e lagares de Rabaçal (Meda)

Tendo outrora pertencido à comarca de Marialva, a freguesia de S. Paulo de Rabaçal integrou o concelho de Vila Nova de Foz Côa de 1855 a 1872, altura em que passou a integrar as dezasseis freguesias que constituem o actual concelho da Meda¹. Confrontando com Marialva a Norte, Carvalhal a Este e Coriscada a Poente, Rabaçal, terra de rabaças², encontra-se na margem esquerda do ribeiro Massueime, afluente do rio Côa, e a sua ocupação data de tempos idos.

Apesar de não possuímos ainda dados concretos relativamente às ocupações e núcleos de *habitat* pré-romanos, não é de todo descabido concluir que por ali andaram povos indígenas vizinhos, nomeadamente os *Aravii* e os *Medubriguensis*³. Encontrando-se Rabaçal tão próximo de castros como o de Pai Penela⁴ ou dos Castelos⁵, não é de estranhar que, se na freguesia não existir qualquer núcleo habitacional, aquele espaço e os seus recursos terão no mínimo sido explorados pelas populações castrejas locais.

Já na Era Romana, passava por Rabaçal a via de ligação entre Mérida e Astorga, continuando a ser utilizada durante o período da Reconquista e épocas subsequentes, sendo já no séc. XIX decalcada pela Estrada Real, que ligava a Guarda ao Pocinho⁶. O troço de Marialva e Rabaçal terá mesmo sido construído,

* Arqueóloga. Membro da equipa de História Antiga do GEHVID.

** Arqueólogo. Colaborador da equipa de História Antiga do GEHVID.

*** Arqueóloga. Membro da equipa de História Antiga do GEHVID.

¹ Cf. LEAL (1878), p. 39; e COSTA (1948), p. 5 a 6.

² Rabaça é uma planta herbácea, da família das Umbelíferas, que cresce em águas estagnadas, e cuja raiz é tóxica, sendo empregue como o trovisco para matar o peixe em rios e ribeiras.

³ In ALARCÃO (1987), p. 19 a 170.

⁴ Cf. SANTOS e RODRIGUES (1998), p. 242 e 243.

⁵ Agradecemos a informação ao Prof. Doutor C. A. Brochado de Almeida.

⁶ Cf. RODRIGUES (1983), p. 144 e 145; ALARCÃO (1987), p. 105 e 106; ANTUNES e FARIA (1997), p. 12.

sob o domínio de Trajano, com a contribuição dos habitantes das *Civitates Aravorum* e *Meidubriga*⁷ (apesar das *vias* da Beira Interior não virem referidas no Itinerário de Antonino). Embora não tenhamos ainda concretamente localizadas as estruturas dos focos de povoamento da freguesia de Rabaçal, não nos custa admitir que ali se localizassem algumas *villae* romanas, posteriormente transformadas em herdades medievais, dada a sua situação fito-climática de terras baixas e encostas solheiras protegidas da serra, e que permitem uma exploração agrícola rentável. Há ainda a registar o aparecimento de *tégula* na Quinta de Perais, bem como em S. Sebastião, onde também temos fragmentos de *dolia*, *tegulae* e um fuste de coluna que se encontra junto de um muro onde abunda igualmente pedra aparelhada, que comprovam o povoamento daquelas áreas.

Uma vez mais, a única prova que possuímos da continuidade do povoamento daquela zona não se relaciona com o espaço das estruturas de *habitat*, mas sim com o espaço funerário, materializado nas sepulturas cavadas na rocha que tivemos oportunidade de inventariar nos Núcleos I e II de S. Sebastião, atestando-se desta forma a ocupação medievla da freguesia.

A pequena povoação de Rabaçal, concentrada e arruada, mostra um património histórico e arquitectónico essencialmente barroco, patente no portal setecentista da Igreja Matriz, no chafariz e no belo solar do Morgado de Rabaçal, com capela incorporada. A 20 de Janeiro faz-se a Romaria à Nossa Senhora de Belém, embora o principal culto seja o de Nossa Senhora do Torrão⁸. Em termos económicos, genericamente, ao pastoreio sucedeu como actividade principal o cultivo da vinha e do pomar. Podemos encontrar ainda olivais, pinhais e alguns campos de centeio, cercados por encostas cobertas de giestas. É patente, porém, um certo abandono dos terrenos agrícolas, a que se devem juntar os «mortórios», isto é, as vinhas mortas com a filoxera, denotando o decréscimo da importância do sector primário, resultado do despovoamento e êxodos constantes de que sofre o interior do país.

Exemplo disso mesmo é a Quinta de Perais (ou Prais)⁹, situada na encosta nascente do monte da Chilreta, onde os terrenos de vinhas e cereais alternam com as giestas, os carrascos e pinheiros bravios. No entanto, a presente realidade está um pouco desfasada do que foi outrora, em que a produção vinícola assumia um papel bem mais relevante. A comprová-lo temos, num espaço relativamente reduzido, quatro lagares cavados na rocha, cuja utilização pode ir desde a época romana até aos tempos modernos.

⁷ Cf. ALARCÃO (1987), p. 105 e 106.

⁸ Cf. PEREIRA e SOUSA (1988), p. 186.

⁹ Esta quinta parece ser bastante antiga, uma vez que já é citada por Américo Costa no seu *Diccionario Chorographico (...)* de 1948, p. 6.

Prospectando um dos pequenos pinhais que ponteiam aqui e ali a propriedade em questão, deparámo-nos com um penedo que se destaca na paisagem pela cota a que se encontra e pela sua forma ovalada. No topo deste foram cavados dois lagares (L1 e L2) que facilmente passariam despercebidos, não fossem as bicas salientes despertar a nossa atenção, bem como os entalhes sub-circulares que ladeiam o batólito, certamente utilizados para aceder à parte superior do mesmo.

Embora situados no mesmo penedo, os lagares número 1 e 2 tiveram tempos de talhe e utilização distintos, tendo sido o *calcatorium* do primeiro reaproveitado como base de talhe de uma das *stipites* do segundo (fig. 1). De estrutura simples e forma sub-circular, o *calcatorium* do lagar 1 apresenta dimensões bastante reduzidas, sobretudo quando comparado com o lagar 2. As paredes que o delimitam são muito baixas, sendo interrompidas por um rasgo nítido que constitui a bica ou canal de escoamento. A recolha do mosto seria feita directamente para um recipiente, uma vez que nenhum dos dois lagares possui *lacus*. A ausência de *stipites* associadas a este lagar revela a inexistência do *torcularium*¹⁰, que por sua vez indicia uma só produção – a do vinho, sendo o bagaço provavelmente espremido noutra local. Enigmático é o canal que liga ambos os *calcatoria*, questionando-se assim a funcionalidade do L1. A única explicação que encontrámos põe em causa o que acabámos de afirmar, isto é, a ausência de *lacus* no L1 e a recolha directa do mosto para um recipiente, encostando-o à parede exterior do batólito. Podemos, então, pôr em hipótese a existência de um *lacus* associado ao *calcatorium* do L1, posteriormente alargado e aproveitado para *calcatorium* do L2, assim parecendo indicar o canal que liga o L1 ao L2. Neste caso, a bica que foi apontada como canal de escoamento do mosto não passará de um meio utilizado para escoamento da água acumulada no *calcatorium* do L1 para o exterior, evitando a passagem da mesma para o *calcatorium* do L2, dada como certa pela inclinação do canal que os liga.

O segundo lagar, de maiores dimensões, terá funcionado após a desactivação do primeiro, deduzindo-se um aumento da produção e uma consequente necessidade de ampliação da estrutura. O *calcatorium* apresenta uma forma sub-quadrangular e a profundidade das suas paredes reflecte uma maior capacidade de armazenamento de uvas para pisar. Este aumento de produção e o fabrico de bagaço complexificou a estrutura do lagar, necessitando agora do auxílio de uma prensa, cuja presença é atestada pelas *stipites*, onde encaixavam as *arbores* para apoio do *prelum*. O canal de escoamento é muito similar ao do lagar contíguo, embora este apresente um entalhe para encaixe de uma bica em madeira. As quatro cavidades que são visíveis junto à parede oeste parecem indicar que aí se fixaria uma qualquer estrutura precária e amovível de cobertura do L1¹¹.

¹⁰ Cf. ALMEIDA, ANTUNES e FARIA (1999), p. 98.

¹¹ Cf. *Ibidem*, p.102.

Num afloramento granítico a cerca de 10 m para nascente dos L1 e L2 fica situado o lagar 3 (fig. 2). A acção das raízes foi provocando a sua deterioração, tornando-se difícil a definição precisa dos seus limites. A configuração do *calcatorium* é sub-rectangular e as suas paredes são extremamente baixas, ladeando-o duas *stipites* rectangulares, bem talhadas e profundas. O *lacus* é sub-quadrangular, e apresenta uma grande profundidade, revelando desta forma a ampla capacidade de armazenamento que possuía, calculando-se em cerca de 2100 litros.

O último lagar inventariado na Quinta de Perais encontra-se a nascente dos anteriores, no meio de um campo de centeio, destacando-se na paisagem por se encontrar numa fraga envolvida por um emaranhado de silvas e giestas (fig. 3). O *calcatorium* do L4 apresenta uma forma rectangular, de paredes pouco profundas, ladeando-o apenas uma *stipite*, tendo a segunda desaparecido. O *lacus*, também rectangular, fica a uma cota inferior à do *calcatorium*, sendo consideravelmente profundo. Encontra-se, porém, bastante destruído, faltando-lhe mesmo uma das paredes. A particularidade deste lagar reside no facto de outrora se encontrar no interior de um edifício, do qual restam apenas parte de duas das paredes em pedra seca. Presumimos que numa das paredes desaparecidas encaixasse o *prelum*, como de resto é comum em lagares situados no interior de edifícios. A total ausência de telha na área envolvente parece indicar que a construção seria coberta com giestas ou palha.



Lagar 4
da Quinta de Perais.

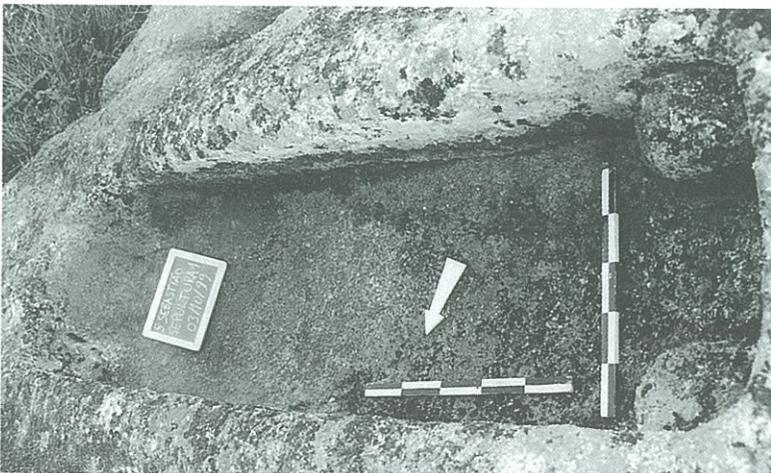
A Noroeste da sede de freguesia fica o lugar de Termo Santo, cercado por montes inóspitos, onde domina o fragedo granítico. Aqui encontram-se algumas

propriedades muradas com plantação de vinha, oliveiras e árvores de fruto, e campos lavrados que circundam o largo da capela de S. Sebastião, com a respectiva casa da confraria, em cujo *terminus* poente foi colocado um cruzeiro. O culto a S. Sebastião iniciou-se no séc. VII, após a grande peste que assolou a Península Itálica em 680, e desde então passou a ser invocado como protector contra a peste, a fome e a guerra¹². Insere-se, assim, esta evocação no contexto alti-medieval das invasões, tendo-se mantido a instabilidade com as presúrias e o movimento da Reconquista.

Na encosta sobranceira ao caminho que dá acesso à capela encontram-se alguns casebres em ruína e um forno de secar figos, sustento destas populações até data bem recente. Porém, a ocupação humana deste lugar remonta a tempos mais longínquos, como comprovam os fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, *dolia* e cerâmicas tardo-romanas, além de um fragmento de fuste de coluna, em granito muito desgastado, que se encontra no muro de entrada de uma das propriedades.

Circundando o espaço envolvente da capela inventariámos três lagares e seis sepulturas cavadas na rocha, constituindo este conjunto o Núcleo I de S. Sebastião. Atesta-se, assim, a ocupação deste local durante o período alti-medieval e épocas subsequentes, apesar de hoje ser apenas um ermo.

A cerca de 30m a Sudoeste da capela, logo abaixo da Casa da Confraria, foi-nos possível detectar a primeira das sepulturas do Núcleo I (S1), cavada no topo de um batólito isolado cercado por um campo de vinha e oliveiras (fig. 7). Apre-



Sepultura 1 de S. Sebastião (Núcleo I). Sepultura antropomórfica com duas ocupações.

¹² Cf. CIPOLINI (1985), p. 89 e 90; TAVARES (1990), p. 130.

sentando um acentuado declive para Nordeste é parcialmente circundada por um rebordo, possuindo a Sul um canal de escoamento de águas pluviais muito erodido. O leito sofreu dois talhes antropomórficos, em momentos distintos; o primeiro e mais antigo está associado à cabeceira de arco ultrapassado, com contornos pouco vincados e ombros assimétricos. O seu arcaísmo acentua-se quando analisamos a orientação do sepulcro, que não segue a norma canónica, levando-nos a estabelecer uma cronologia que ronda o séc. IX¹³. O reaproveitamento desta sepultura consistiu no talhe de uma cabeceira rectangular nos pés da anterior, ficando assim, *grosso modo*, com a orientação cristã.

Muito próximo da S1, cavado numa massa granítica íngreme e bastante desgastada, foi detectado o lagar 1 (L1), a cerca de 50 m a Sul da capela de S. Sebastião, por entre pinheiros e giestas de um terreno a monte sobranceiro aos vinhedos (fig. 4). De formato sub-rectangular, e em péssimo estado de conservação, o *calcatorium* revela parte das suas paredes laterais fracturadas, encontrando-se o *lacus* em pior condição e não restando nenhum vestígio das *stipites*. O canal de escoamento, em rego descoberto, possui um entalhe para o encaixe de uma bica em madeira, permitindo a passagem do líquido para o *lacus*. Deste último, de planta rectangular, apenas resta uma parte, na face sul do lagar, e no seu interior é visível uma cavidade arredondada cuja função consiste na colocação de um recipiente para recolha de mosto.

Seguindo pelo caminho que parte do cruzeiro para Sul, depara-se-nos do lado esquerdo um fragmento de fuste de coluna à entrada de uma propriedade murada. No seu interior destacam-se na vinha mal cuidada dois lagares gemina-



Lagares geminados
(2 e 3) de S. Sebastião
(Núcleo I).

¹³ Cf. BARROCA (1987).

dos, cavados num só afloramento (L2 e L3). Os *calcatoria* apresentam-se rectangulares, partilhando a parede central que, como as restantes, está consideravelmente destruída. A uma cota inferior encontram-se os *laci*, cuja forma sub-circular foi igualmente talhada no mesmo bloco granítico. A passagem do mosto dos *calcatoria* para os *laci* faz-se por dois orifícios circulares talhados na parede que os divide, salientando-se no L1 um arranque de bica em pedra (fig. 5).

Continuando pelo caminho em direcção a Sul, detectámos, do lado esquerdo, no interior de outra propriedade murada, quatro sepulturas agrupadas cavadas na rocha. Não fosse a diversidade tipológica entre elas, poder-se-ia admitir estarmos perante um núcleo familiar, uma vez que as S3, S4 e S5 se encontram na mesma fraga e a S2 no afloramento contíguo. Se considerarmos as diversas tipologias neste grupo, poderemos associar a S2 à S3, bem como a S4 à S5, sendo as primeiras as mais arcaicas, onde o antropomorfismo não assinala presença, embora todas elas estejam orientadas canonicamente.

A S2, de configuração ovalada e assimétrica, possui um rebordo envolvente de linhas suaves e muito desgastado (fig. 8). Não sendo antropomórfica, a distinção entre a cabeceira e os pés só é possível tendo em consideração que a largura do extremo poente é maior que a do topo oposto. Já a S3 (fig. 9) apresenta um leito oval simétrico, com um plano superior sub-rectangular na cabeceira e ovalado nos pés, o que lhe confere um estádio formal mais evoluído que o da S2. Ambas se inserem num âmbito cronológico arcaizante que Alberto de Castilho inclui entre o século VII e VIII, e Mário Barroca delimita entre o século VIII e o X¹⁴.

Dividida da S3 por uma pequena parede com cerca de 30cm, a sepultura 4 de S. Sebastião é claramente antropomórfica, apresentando um plano rectangular e cabeceira bem definida. Sem almofada, a delimitação da cabeça e dos ombros é feita através de um contorno sub-rectangular, sem linhas muito vincadas mas evidentemente perceptíveis. A S4 possui ainda dois canais de escoamento paralelos, ambos seguindo o declive do penedo para Sul. No enfiamento desta última para Nascente está a S5, orientada da mesma forma que as restantes, já analisadas (fig. 9). É detentora de uma cabeceira antropomórfica de linhas angulosas bem vincadas, que fazem a definição dos ombros e da cabeça através de um contorno rectangular mais alongado que a cabeceira da S4. O contorno superior da S5 é ovalado, não tendo sido talhado qualquer rebordo em seu redor. Tal como a S4 possui um canal de escoamento que aproveita o declive do afloramento para Nascente, sendo ambas coevas dos sécs. X/XI¹⁵.

¹⁴ Cf. *ibidem*.

¹⁵ Cf. *ibidem*.



Sepulturas 3 e 4
de S. Sebastião
(Núcleo I).

Uma centena de metros para Sudeste, com difícil acesso por entre giestais, encontrámos a última sepultura do Núcleo I de S. Sebastião, isolada num pequeno montículo fronteiro ao das S2, S3, S4, e S5, e de onde é visível um forno de secagem figos, na parte Sul do outro morro, construído com paredes de tijolo *burro* e com a porta em ferro voltada a Sul, o que de resto seria de esperar como salvaguarda às nortadas. Na S6 o antropomorfismo marca mais uma vez a sua presença na cabeceira sub-trapezoidal assimétrica, com um arco peraltado também assimétrico, sendo mais larga na parte dos ombros relativamente à dos pés (fig. 10). A sepultura é parcialmente ladeada por um rebordo, e está orientada segundo a norma canónica de enterramento, podendo ser atribuída aos séculos X/XI, aproximando-se tipológica e cronologicamente às S1, S4 e S5.



Forno de figos.
S. Sebastião (Núcleo I).

O conjunto das sepulturas rupestres do Núcleo I de S. Sebastião, cronologicamente atribuíveis ao movimento presuriador e à Reconquista, parece estar de alguma forma ligado à evocação de S. Sebastião. A actual capela, de fachada à século XVIII, mas certamente remodelada em Oitocentos, pode ser bem mais antiga, podendo mesmo ter tido uma origem medieval, polarizando-se assim em seu torno o espaço funerário¹⁶. O facto das S2, S3, S4 e S5 se encontrarem agrupadas no mesmo fraguado, quase constituindo uma pequena necrópole, e apesar de terem dissonâncias cronológicas entre si, parece indicar a existência de um nexo familiar¹⁷, relacionado talvez com a manutenção, no seio da mesma linhagem, da posse da propriedade onde se encontram polarizadas¹⁸.

Seguindo sempre pelo caminho que parte do adro da Capela de S. Sebastião para Sul, ao longo de campos de centeio, vinhas e oliveais, logo este vira à esquerda e nos obriga a atravessar um ribeiro, no muro sobranceiro ao qual deparámos, a uma cota elevada, com uma pia, talhada em granito, de dimensões con-



Aqueduto. S. Sebastião/Campo do Santo (Núcleo I).

¹⁶ Cf. *ibidem*.

¹⁷ Cf. BARROCA e MORAIS (1986), p. 37.

¹⁸ Cf. ANTUNES e FARIA (1996), p. 271.

sideráveis. Esta pia despertou desde logo a nossa atenção e, ao observarmos de cima, pudemos comprovar que a parte superior do próprio muro constituía um aqueduto moderno, já que este tinha um canal talhado ao longo de toda a sua última fiada, culminando na pia de granito. Seria a partir desta última, através de um orifício patente na parte inferior, que a água era tirada do ribeiro com um cano, escorrendo assim, com o declive, para os campos de centeio do interior do muro, por forma a regá-los.

Um pouco mais à frente, saindo do caminho e virando à direita, junto de uma vinha e de um casebre, encontrámos mais um lagar cavado na rocha. A distância a que nos encontrávamos da capela era já considerável e optámos por designar os achados desta área como Núcleo II de S. Sebastião/Campo do Santo, seguindo porém a numeração contínua dos mesmos. Assim, o L4 apresentou-se-nos bastante bem conservado, tendo sido cavado num pequeno afloramento granítico isolado (fig. 6). A sua tipologia remeteu-nos de imediato para os L2 e L3, pois as semelhanças eram muitas. A disposição do *calculatorium* rectangular relativamente ao *lacus* é em tudo semelhante aos do L2 e L3, até mesmo na forma semi-circular do último, que possui igualmente no fundo uma cavidade arredondada para colocação de uma vasilha de recolha do bagaço. A diferença entre o L4 e os lagares geminados do Núcleo I reside apenas no facto do primeiro possuir uma *stipites* e duas cavidades a ladear o *calculatorium* para encaixe dos apoios do *prelum*. Pode então afirmar-se que estes três lagares são contemporâneos, e possivelmente talhados pela mesma mão.

A uns escassos metros do L4 houve neste mesmo local um segundo lagar, mas foi destruído com a construção de um forno de figos sobre ele, na mesma fraga, com a parede frontal em pedra e o restante corpo em telha e argamassa.

Continuámos sempre, até que seguimos pela direita, por um outro caminho descendente, mais largo e pavimentado com saibro. Concluímos que este é paralelo ao caminho que inicialmente tomámos a partir do cruzeiro do adro da Capela de S. Sebastião, e que de novo nos levaria lá. A certa altura, junto de um pequeno e discreto trilho à direita, escondido por entre os pinheiros bravos, encontravam-se mais duas sepulturas cavadas na rocha, a S7 e S8, também integradas no Núcleo II de S. Sebastião/Campo do Santo (fig. 11). A sua implantação parece relacionar-se não com uma polarização em torno de um espaço sagrado, como no caso provável das sepulturas do Núcleo I, mas sim com a proximidade do antigo caminho para Trancoso¹⁹.

A S7 chamou de imediato a nossa atenção, pois encontra-se cavada no topo de um batólito granítico isolado, cuja morfologia fazia mesmo lembrar a de um sarcófago, sem no entanto o ser. Orientada *grosso modo* segundo as normas

¹⁹ Agradecemos a informação ao Prof. Doutor C. A. Brochado de Almeida.

canónicas e de contornos rectangulares, esta sepultura apresenta um antropomorfismo ao nível da cabeceira, através da marcação de arco peraltado e da definição dos ombros em linhas suaves. Apresentando um acentuado declive do leito a partir da cabeceira, a S7 não possui qualquer canal de escoamento, mas o rebordo em seu redor, que acompanha a forma do batólito, está bem vincado e talhado na quase totalidade da altura do mesmo. Tipológica e formalmente, a S7 não se encontra muito desfasada das sepulturas antropomórficas que tivemos já ocasião de descrever, inserindo-se no âmbito cronológico das mesmas, ou seja entre os sécs. X e XI.

Ao lado da S7, tendo inicialmente passado despercebida, encontra-se a S8, talhada num afloramento granítico à cota do piso, sem qualquer tipo de rebordo a contorná-la. Revelando uma certa assimetria de contornos e uma má definição das linhas talhadas no leito, os indícios de antropomorfismo da S8 são, porém, bem patentes no arco de volta perfeita que delimita a linha da cabeça e dos ombros, canonicamente orientados. A sua forma é ovalada, tendendo mesmo para o sub-trapezoidal, e a zona da cabeceira apresenta-se mais larga que a zona dos pés, o que lhe confere um aspecto mais arcaico que a S7, sendo-lhe certamente anterior.

De volta à Capela de S. Sebastião, demos por terminada a nossa prospecção pela freguesia de Rabaçal, tendo no entanto consciência de que muito mais haverá por recensear, mas certos porém que uma próxima oportunidade nos permitirá trazer à luz do conhecimento toda uma série de novos achados.

Em anexo apresentamos, juntamente com os desenhos²⁰, os quadros correspondentes à caracterização pormenorizada de cada um dos lagares aqui retratados, bem como uma tabela de proposta para estabelecimento de uma matriz tipológica para caracterização das sepulturas²¹ (Tabela I).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; PINTO, Paulo Costa; ALMEIDA, Pedro Miguel Brochado de – *Os lagares cavados na rocha do castelo de Castorigo-Pegarinhos (Alijó)*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 4 (1997).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; SILVA, Jorge Guedes – *Os vestígios alto-medievais de Muimentos (Fonte Longa-Meda)*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 5 (1998).

²⁰ Agradecemos a elaboração dos desenhos aqui apresentados ao Dr. Pedro Baère.

²¹ Cf. BARROCA (1989), p. 180 a 183; VALERA (1990), p. 3 a 5.

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; ANTUNES, João Viana e FARIA, Pedro Baère de – *Rastreio das antigas ocupações humanas no território meridional da vila da Meda*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º7 (1999).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; ANTUNES, João Viana e FARIA, Pedro Baère de – *Lagares cavados na rocha: uma reminiscência do passado na tradição da técnica vinícola no vale do Douro*. «Revista Portuguesa de Arqueologia». Lisboa. Vol. 2, n.º 2 (1999).
- ANTUNES, João Viana; FARIA, Pedro Baère de – *Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da quinta da Relva de Baixo (Longroiva/Meda)*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º1 (1996).
- ANTUNES, João Viana e FARIA, Pedro Baère de – *Aspectos diacrónicos de um espaço entre Goujoim e S. Martinho das Chãs (Armamar)*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 4 (1997).
- ANTUNES, João Viana; ALMEIDA, Pedro Miguel Brochado de – *Ranhados (Meda): a diversidade das permanências humanas evidenciada pela prospecção arqueológica*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 5 (1998).
- ANTUNES, João Viana; FARIA, Pedro Baère de; ALMEIDA, Pedro Miguel Brochado de – *Aspectos da história antiga de Longroiva*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 6 (1998).
- BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, A. – *Sepulturas medievais na Terra de Aguiar da Pena, Vila Pouca de Aguiar*. «Arqueologia». Porto. N.º 8 (1983).
- BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, A. – *A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*. «Portugália». Porto. N.º 6-7 (1985/86).
- BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e sepulturas medievais*. Porto: FLUP, 1987 (policopiado).
- BARROCA, Mário Jorge – *Sepulturas escavadas na rocha*. «Revista de Arqueologia». Porto: G.E.A.P. N.º 19 (1989) (extra-texto).
- BÓLOS, J.; PAGÉS, M. – *Les sepultures excavades a la roca*. In «Necrópolis I Sepultures Medievales de Catalunya, Actas/Medievalies». Barcelona, 1982, ANNEX I.
- CIPOLINI, Pedro Carlos – *S. Sebastião – um cristão para hoje*. S. Paulo: Edições Paulistas, 1985.
- COSTA, Avelino Jesus – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização, 1948.
- FARIA, Pedro Baère de; ANTUNES, João Viana – *Povoamento e morte na paisagem de Areola (Meda): subsídios para uma diacronia da ocupação*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 5 (1998).
- FARIA, Pedro Baère de; BROCHADO, Cláudio Laranjeira – *Casteirão, núcleo sepulcral de Mosteiros*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 5 (1998).
- LEAL, A. Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Mattos Moreira e Cia., 1875.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda, Natureza e Cultura*. Meda: C. M. da Meda, 1983.
- RODRIGUES, Nuno Simões – *O vinho e a economia agrícola romana (séculos III a.C. – I d.C.)*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 5 (1998).

- SANTOS, Maria José Ferreira dos; RODRIGUES, Sandra Raquel – *Subsídios histórico-arqueológicos para um inventário da freguesia de Pai Penela (Meda)*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 5 (1998).
- SIÃO, José – *Vila da Meda e seu concelho*. Meda: Tipografia Marques e Pereira Lda., 1996.
- SOUSA, Fernando; PEREIRA, Gaspar Martins – *Alto Douro, Douro Superior*. In «Novos Guias de Portugal». Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- TAVARES, Jorge Campos – *Dicionário dos Santos*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1990.
- VALERA, António Carlos – *Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Fornos de Algodres*. [S.l.] : G.A.F.A.L., 1990.

L1

Localização: Quinta de Perais (Rabaçal)

Coordenadas: 40°52'41" N – 007°14'53" W

Calcatorium: Comp.- 1 m Larg.- 1,2 m Prof.- 0,04 m Capacidade 0,48 m³ **Lacus: N/T**Capacidade **Stipites: N/T**

L2

Localização: Quinta de Perais (Rabaçal)

Coordenadas: 40°52'41" N – 007°14'53" W

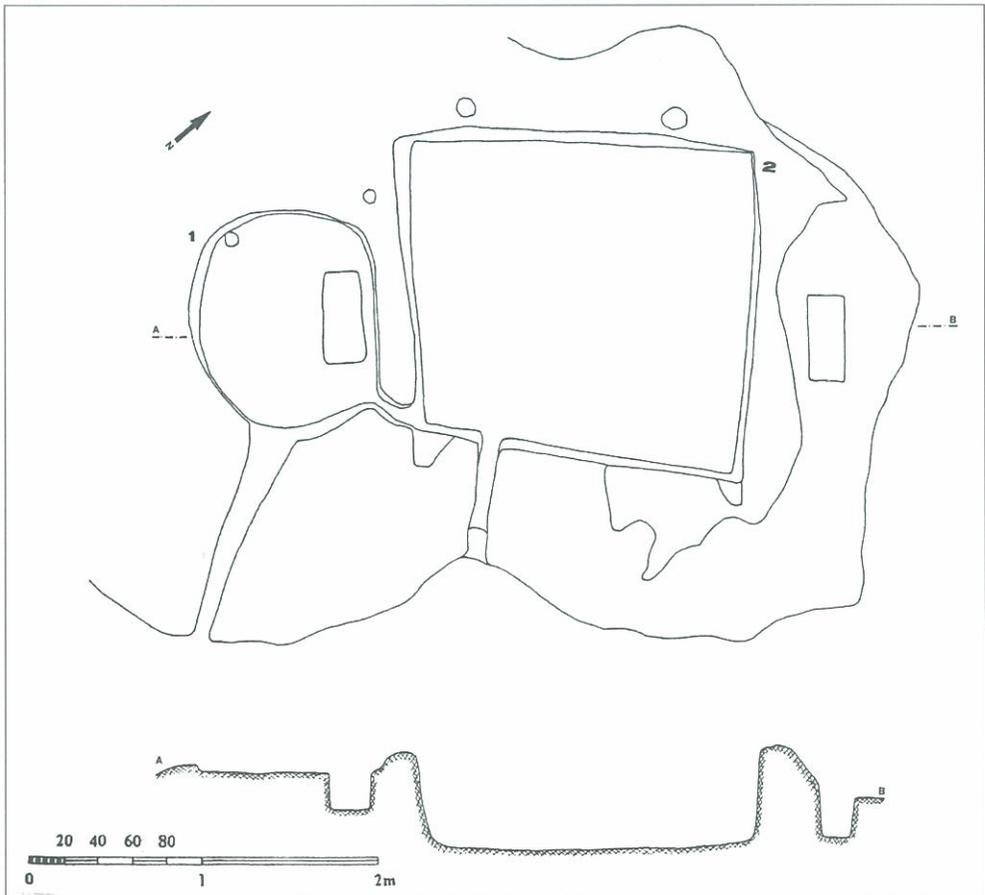
Calcatorium: Comp.- 2 m Larg.- 1,8 m Prof.- 0,6 m Capacidade 2,16 m³ **Lacus: N/T****Stipites: (2) Comp.- 0,52 m-0,50 m Larg.-0,26 m-0,22 m Prof.- 0,2 m – 0,22 m .**

Figura 1

L3

Localização: Quinta de Perais (Rabaçal)

Coordenadas: 40°52'39" N – 007°14'52" W

Calcatorium: Indef.Capacidade **Lacus: Comp.- 1,4 m Larg.- 1,75 m Prof.-0,8 m**

Capacidade 2100 l

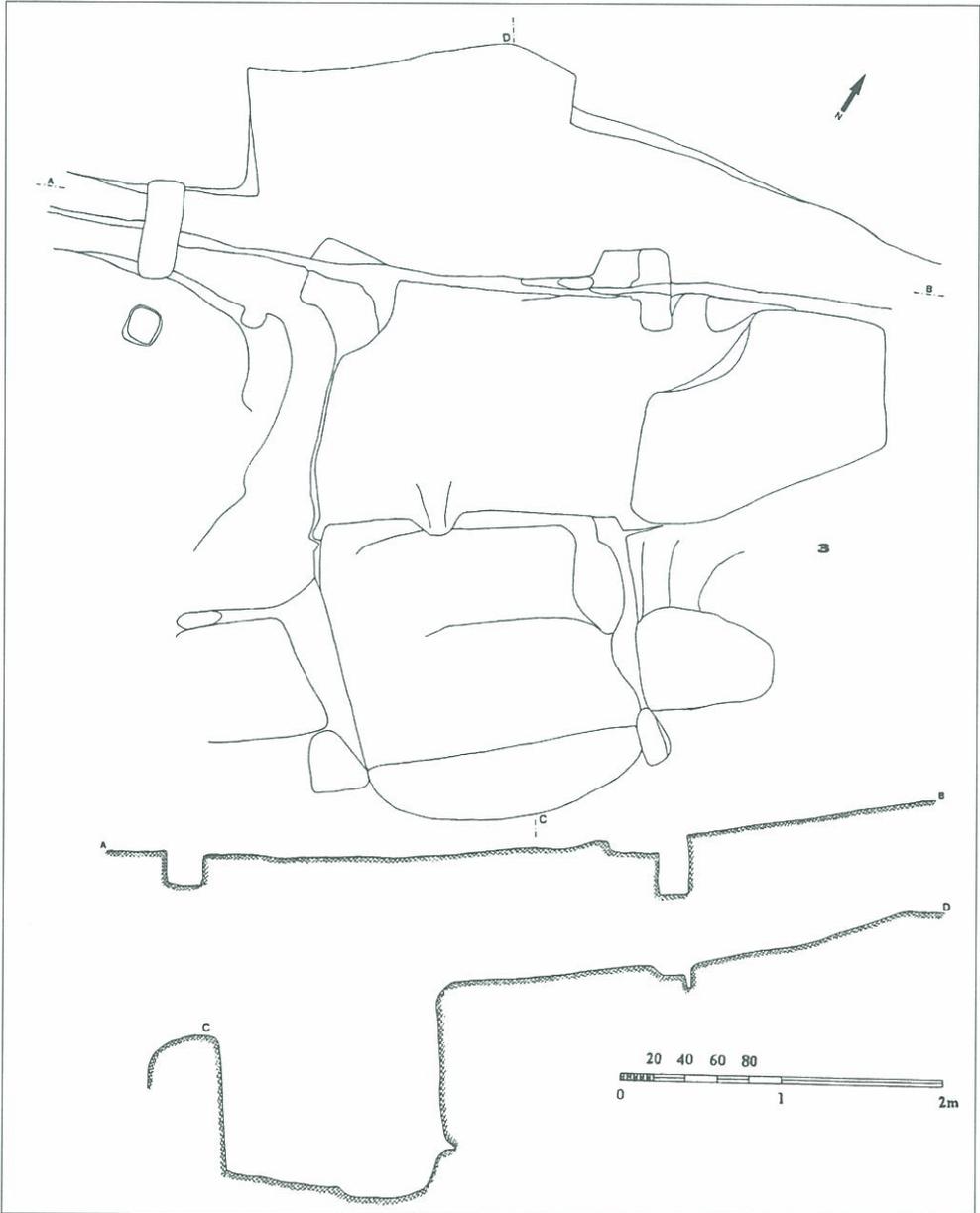
Stipites: (2) Comp.- 0,6 m- 0,5 m Larg.- 0,2 m- 0,18 m Prof.- 0,19 m – 0,25 m

Figura 2

L4

Localização: Quinta de Perais (Rabaçal)

Coordenadas: 40° 52'45" N – 007°14'46" W

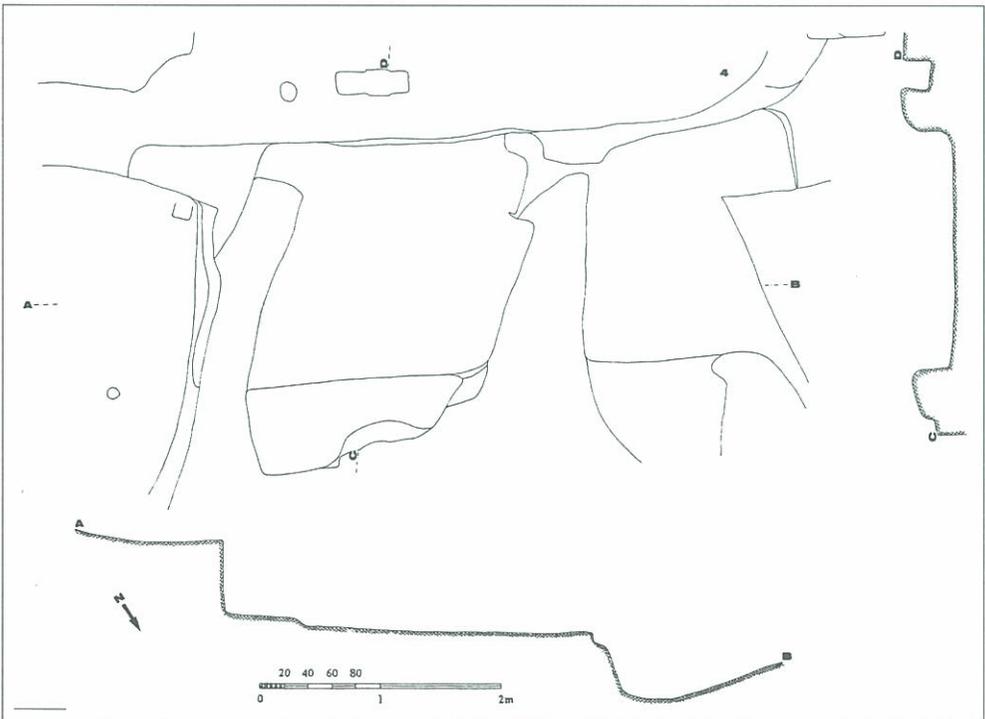
Calcatorium: Comp.- 2,06 m Larg.- 2 m Prof.- 0,3 mCapacidade 1,236 m³ **Lacus:** Comp.-1,48 m Larg.-1,9 m Prof.- 0,48 m Capacidade1900 | **Stipites:** (1) Comp.- 0,6 m Larg.- 0,32 m Prof.- 0,22 m

Figura 3

L1

Localização: S. Sebastião – Núcleo I (Rabaçal)

Coordenadas: 40°51'46" N – 007°16'16" W

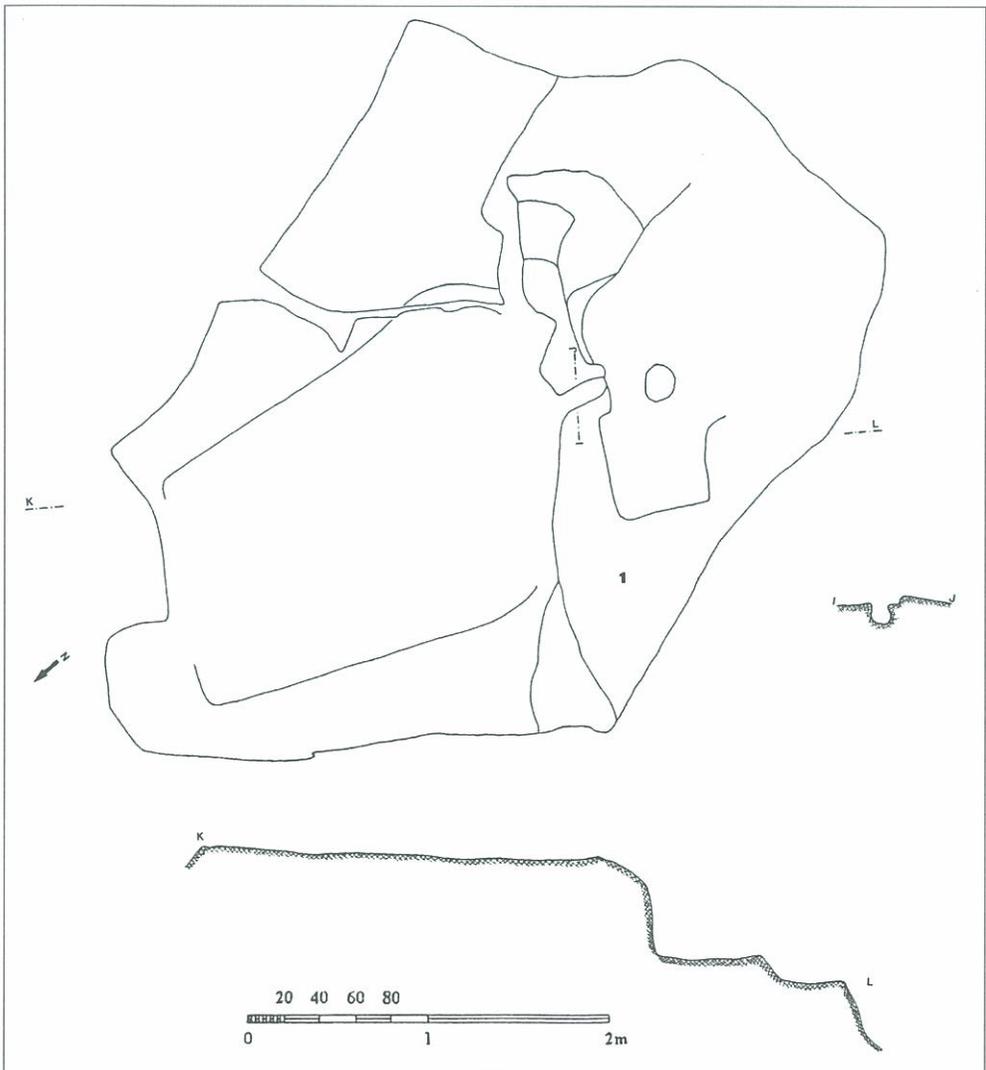
Calcatorium: Comp.- 2,2 m Larg.- 1,8 m Prof.- 0,02 mCapacidade 0,079 m³ **Lacus: Comp.- 0,6 m Larg.- 1,2 m Prof.- 0,46 m** Capacidade 180| **Stipites: N/T**

Figura 4

L2

Localização: S. Sebastião – Núcleo I (Rabaçal)

Coordenadas: 40°51'48" N – 007°16'20" W

Calcatorium: Comp.- 2,1 m Larg.- 1 m Prof.- 0,22 mCapacidade 0,462 m³ **Lacus:** Comp.- 0,61 m Larg.- 1,3 m Prof.- 0,38 m Capacidade 300 | **Stipites:** N/T

L3

Localização: S. Sebastião – Núcleo I (Rabaçal)

Coordenadas: 40°51'48" N – 007°16'20" W

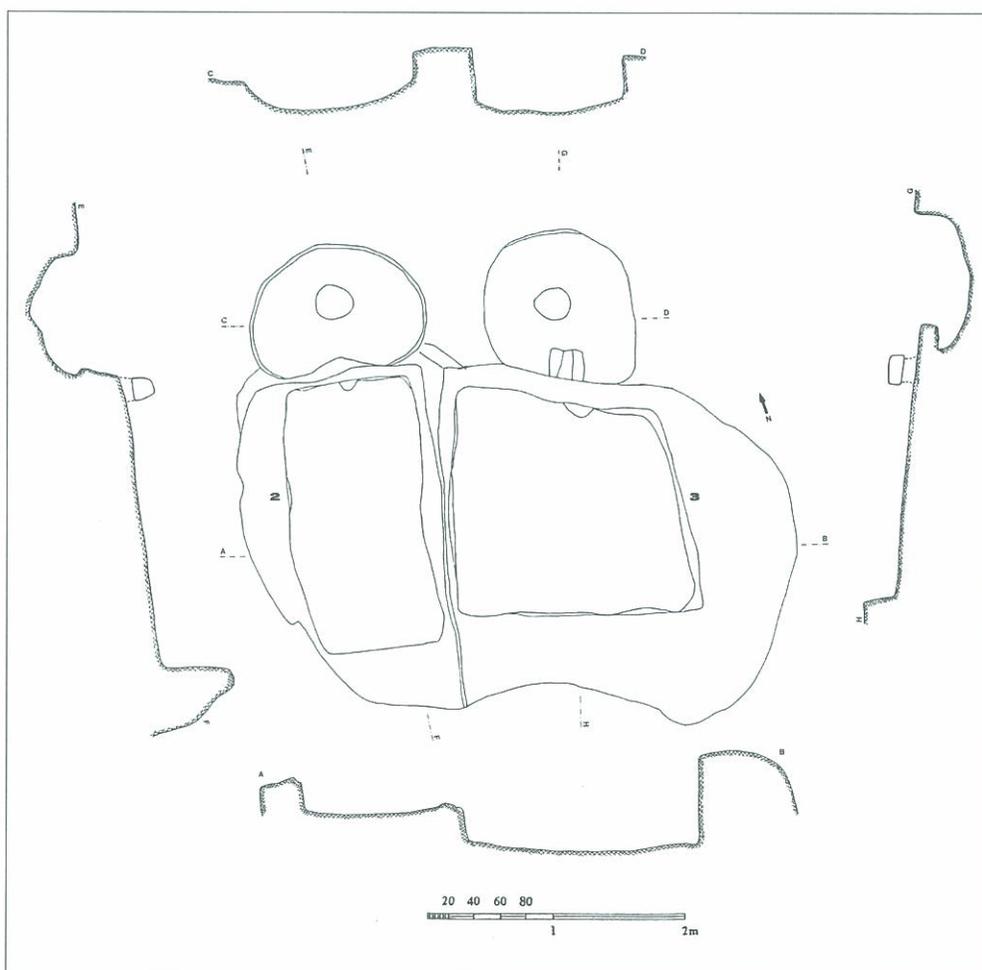
Calcatorium: Comp.- 1,62 m Larg.- 1,7 m Prof.- 0,3 mCapacidade 0,826 m³ **Lacus:** Comp.- 1,12 m Larg.- 1,12 m Prof.- 0,34 m Capacidade 270 | **Stipites:** N/T

Figura 5

L4

Localização: S. Sebastião/ Campo do Santo – Núcleo II (Rabaçal)

Coordenadas: 40°51'35" N – 007°16'28" W

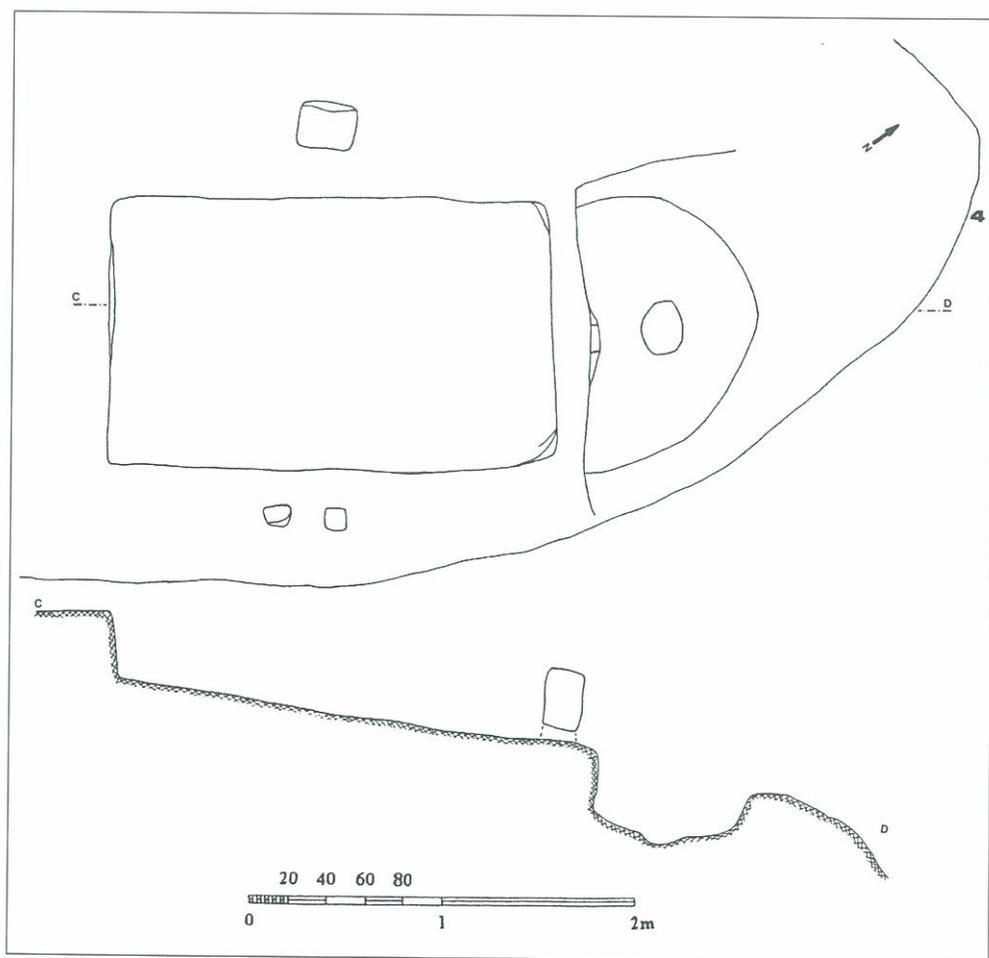
Calcatorium: Comp.- 2,3 m Larg.- 1,4 m Prof.- 0,34 mCapacidade 1,094 m³ **Lacus:** Comp.- 0,86 m Larg.- 1,4 m Prof.- 0,24 m Capacidade 420 l (?) **Stipites:** Comp.- 0,3 m Larg.- 0,2 m Prof.- 0,15 m

Figura 6

TABELA I – MATRIZ TIPOLOGICA DE SEPULTURAS

A. Situação :

1. Isolada
2. Grupos 2 ou 3
3. Necrópole

B. Orientação:

1. Canónica
2. Não Canónica

C. Tipologia A:

1. Não Antropomórfica
2. Antropomórfica
3. Com vestígios de antropomorfismo

D. Forma:

1. Ovalada
2. Rectangular
3. Sub- rectangular
4. Trapezoidal
5. Sub-trapezoidal
6. Assimétrica

E. Cabeceira:

- | | | |
|----|---------------------|-----------------|
| 1. | Rectangular | 1. Com Almofada |
| 2. | Trapezoidal | 2. Sem Almofada |
| 3. | Ovalada | |
| 4. | Assimétrica | |
| 5. | Arco Ultrapassado | |
| 6. | Arco Volta Perfeita | |
| 7. | Arco Peralçado | |

F. Pés:

1. Com marcação de pés
2. Sem marcação de pés

G. Rebordo:

1. Total
2. Parcial
3. Sem Rebordo

H. Canal de escoamento:

1. Com canal de escoamento
2. Sem canal de escoamento

I. Corte Longitudinal:

1. Rectangular
2. Sub-rectangular
3. Sub-rectangular com cabeceira alteada
4. Trapezoidal
5. Plano inclinado

J. Área:

1. Afloramento
2. Aproveitamento de diáclase
3. Penedo isolado

S1

Localização: S. Sebastião – Núcleo I (Rabaçal)

Coordenadas: 40°51'48" N – 007°16'17" W

Medidas:

Gerais: Comp.- 2m Larg. Máx.- 0,63m Larg. Mín.-0,44m Prof.- 0,26m

Cabeceira:

1ª Comp. Máx.- 0,26 m Larg. Máx.- 0,37 m Prof.- 0,22 m

2ª Comp. Máx.- 0,2 m Larg. Máx.- 0,32 m Prof.- 0,1 m

Descrição de acordo com Tabela I:

1ª ocupação- A1-B2-C2-D3-E3.6.2.-F2-G2-H1-I1.5-J3

2ª ocupação- A1-B1-C2-D3-E1.2.-F2-G2-H1-I1.5-J3

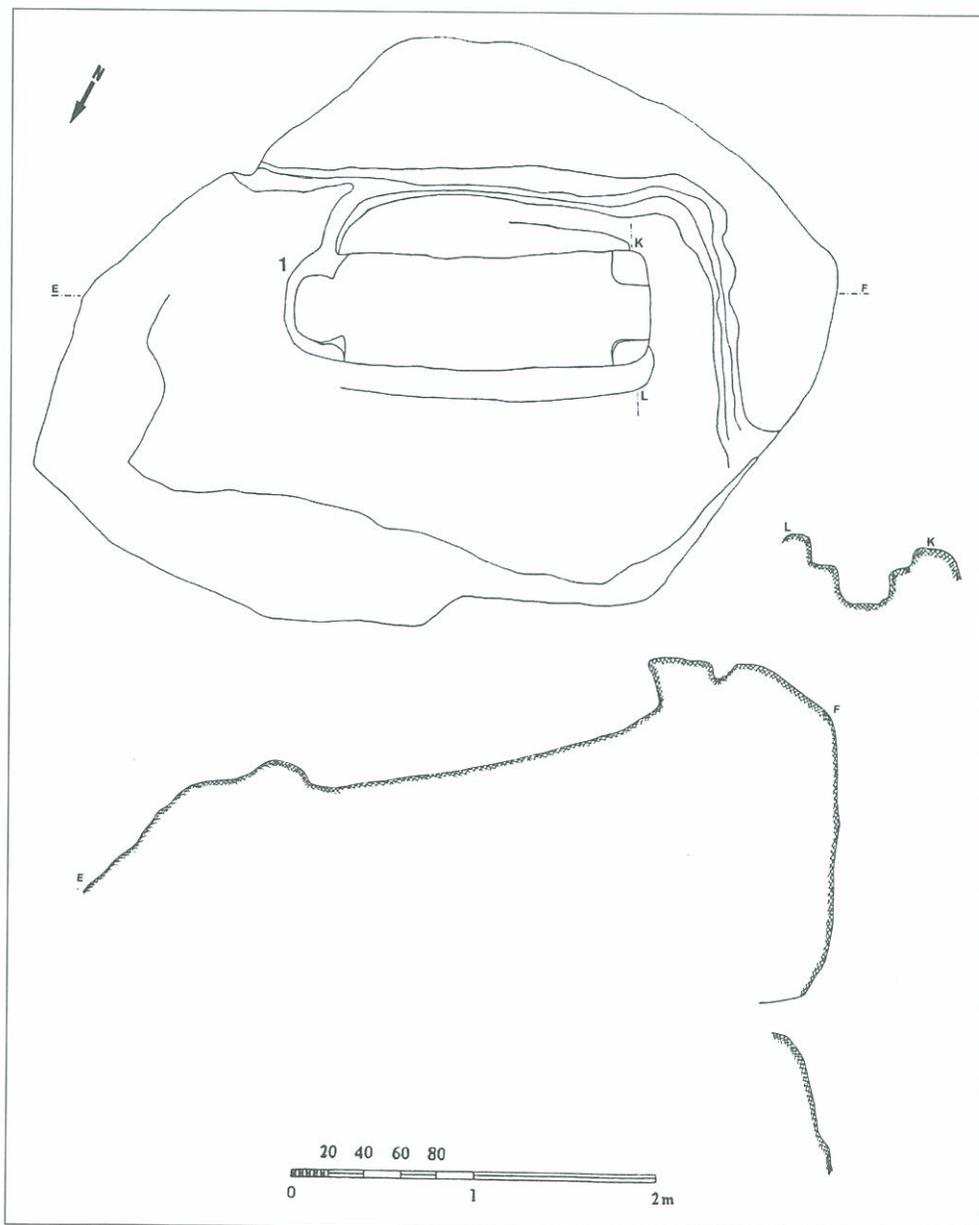


Figura 7

S6**Localização:** S. Sebastião – Núcleo I (Rabaçal)**Coordenadas:** 40°51'45" N – 007°16'20" W**Medidas:****Generais:** Comp.- 1,98 m **Larg. Máx.-** 0,6 m **Larg. Mín.-** 0,5 m **Prof.-** 0,25 m**Cabeceira:** Comp. Máx.- 0,25 m **Larg. Máx.-** 0,28 m **Prof.-** 0,24 m**Descrição de acordo com Tabela I:**

A1-B1-C2-D5.6.-E2.4.7.2-F2-G2-H1-I1.4-J1

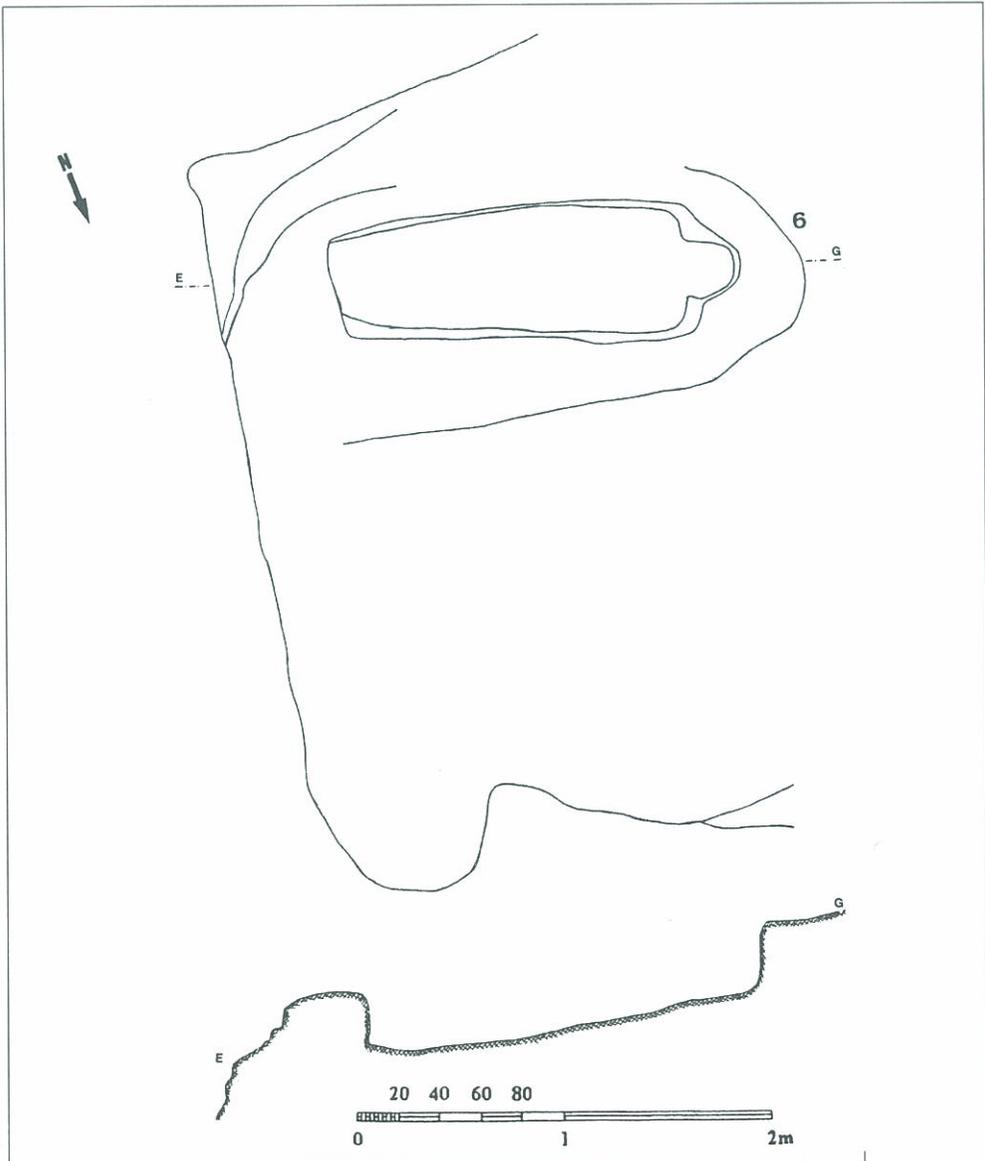


Figura 10

- S7 Localização:** S. Sebastião/Campo do Santo – Núcleo II (Rabaçal)
Cordenadas: 40°51'36" N – 007°16'16" W
Medidas:
Gerais: Comp.- 1,2 m **Larg. Máx.-** 0,68 m **Larg. Mín.-** 0,38 m **Prof.-** 0,2 m
Cabeceira: Comp. Máx.- 0,18 m **Larg. Máx.-** 0,48 m **Prof.-** 0,27 m
Descrição de acordo com Tabela I:
 A2-B1-C2-D2-E1.7.2-F2-G1-H2-I4.5-J3
- S8 Localização:** S. Sebastião/Campo do Santo – Núcleo II (Rabaçal)
Cordenadas: 40°51'36" N – 007°16'16" W
Medidas:
Gerais: Comp.- 1,87 m **Larg. Máx.-** 0,6 m **Larg. Mín.-** 0,3 m **Prof.-** 0,2 m
Cabeceira: Comp. Máx.- 0,22 m **Larg. Máx.-** 0,5 m **Prof.-** 0,18 m
Descrição de acordo com Tabela I:
 A2-B1-C3-D1.5-E3.6.2-F2-G3-H2-I1-J1

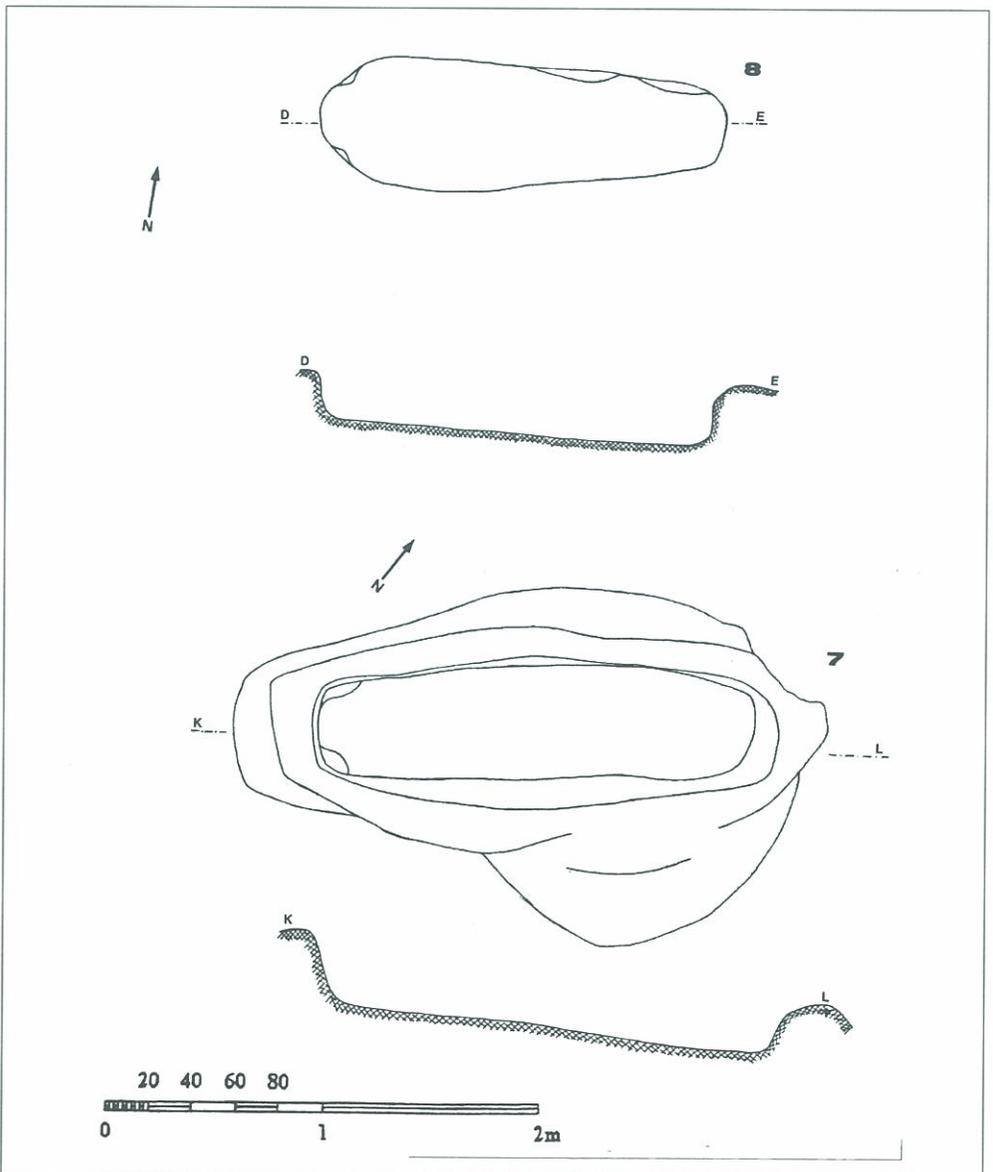


Figura 11



NOTÍCIAS



Avaliação de Unidades de Investigação – 1999

No âmbito das suas competências, a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) procedeu, mais uma vez, à avaliação trienal das unidades de I&D que financia. Assim, o GEHVID (unidade de I&D 42/94) foi submetido à avaliação pelo seu desempenho durante o último triénio.

O painel de avaliação, constituído por Franco Angiolini, Salvador Claramunt, Adéline Rocquoi e Luís Adão da Fonseca, atribuiu a esta unidade a classificação de *Muito Bom*. Este painel avaliou o GEHVID como um «(...) grupo importante, que iniciou a sua investigação numa área determinada de âmbito regional, e que definiu claramente o seu objectivo de estudo. Caracterizado pela alta produtividade quanto ao número de publicações, alguns dos seus membros dirigem numerosas teses de pós-graduação. Note-se que realizou nos últimos anos um esforço acentuado no desenvolvimento de contactos internacionais, com resultados concretos».

Da avaliação, ressaltaram, ainda, «como aspectos mais relevantes da sua actividade, nos últimos anos», «a preocupação de abordagem 'global' no Vale do Douro; a capacidade de mobilizar um grupo variado de investigadores, em grande percentagem, jovens; a possibilidade oferecida de, sem perder o objectivo inicial, aproveitar as circunstâncias para realizar projectos específicos; a dimensão 'social' dada às investigações realizadas (...)».

Apresentação das Rotas Medievais do Vale do Douro

No passado dia 8 de Abril de 2000 realizou-se, em Lamego, o lançamento do roteiro turístico *Douro: Rotas Medievais*, uma edição do Gabinete dos Itinerários Turístico-Culturais do Douro e da ACIL, da autoria de Natália Fauvrelle e Susana Pacheco Barros, investigadoras do GEHVID. Nele se apresentam as primeiras quatro Rotas Medievais do Douro, resultado de um trabalho iniciado há três anos.

As quatro rotas, que podem durar entre um a dois dias cada, organizaram-se em torno de trinta e seis elementos-âncora datados do período medieval que unem os concelhos do Agrupamento do Vale do Douro Sul. Para acompanhar o guia foi concebido um mapa com texto bilingue (Maria da Luz Cerqueira e Natália Fauvrelle) em que se assinalaram os percursos definidos, cuja tradução para inglês se ficou a dever a Paula Montes Leal (GEHVID) e Shawn Parkhurst (Universidade da Califórnia - Berkeley).

Coordenado por Rui Jorge Oliveira, do GITC, o projecto Itinerários Turístico-Culturais do Douro, aprovado em Julho de 1997, teve por objectivo final o aproveitamento do potencial de desenvolvimento turístico da região duriense, de modo a fazer convergir as valências turísticas e originar uma oferta mais estruturada e competitiva, que permita atrair novos e maiores fluxos de visitantes.

Além de reunir o interesse dos municípios da região, mediante um protocolo estabelecido com a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul que, juntamente com o Prodouro/CCRN financiaram o investimento total deste projecto, foi possível, ainda, contar com o apoio de diversas instituições regionais e nacionais ligadas ao turismo e à cultura.

Cadernos da revista Douro: saiu o nº 4

Com o título *O Douro em debate. Encontros na Casa da Calçada. Actas I*, foi publicado o nº 4 da série dos *Cadernos da Revista DOURO — Estudos & Documentos*. Trata-se da publicação em livro das intervenções proferidas durante os Encontros na Casa da Calçada, em Provesende, entre Setembro de 1998 e Novembro de 1999.

A publicação das actas deste ciclo de debates (cujo programa incluiu um vasto leque de questões, desde o património natural e histórico-cultural à vitivinicultura e outras actividades agrícolas, ao turismo, às acessibilidades, à arte e à literatura) dividir-se-á por três volumes, o primeiro dos quais agora editado. Este volume inclui as intervenções de:

- Encontro 1 — *Douro em mudança. Os desafios do desenvolvimento*: Manuel Cabral Villas-Boas, Jerónimo da Cunha Pimentel, Artur Cristóvão, Fernando Bianchi de Aguiar, Jorge Monteiro e Rodrigo Sarmiento de Beires;
- Encontro 2 — *O Douro na encruzilhada da regionalização*: José Luís Nunes e José Remísio Melhorado;
- Encontro 3 — *O património natural da região do Douro*: José Alves Ribeiro, Domingues Amaro e Ricardo Magalhães;
- Encontro 4 — *Linhas de força da história do Douro*: Gaspar Martins Pereira;
- Encontro 5 — *O património histórico-cultural da região do Douro*: Artur Cristóvão, Manuel Silva Gonçalves, Natália Ferreira-Alves, Orlando de Sousa e Fernando Maia Pinto.

A publicação deste número dos Cadernos é uma co-edição GEHVID / Círculo Cultural Miguel Torga (organizador dos Encontros) e contou com o apoio da CCRN - Prodouro, do IVP - Instituto do Vinho do Porto, da Fundação Rei Afonso Henriques e do Ministério da Cultura/Delegação Regional do Norte. A transcrição e fixação do texto está a cargo do HUMANITATES — Gabinete de Estudos Culturais. A concepção gráfica destas actas é autoria das Edições Afrontamento (destaque-se, na capa, um pormenor de um desenho de Gracinda Marques sobre uma fotografia da Casa da Calçada).

A sessão de apresentação decorreu durante as cerimónias de encerramento da Feira do Livro da Régua, no passado dia 25 de Junho, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Régua.

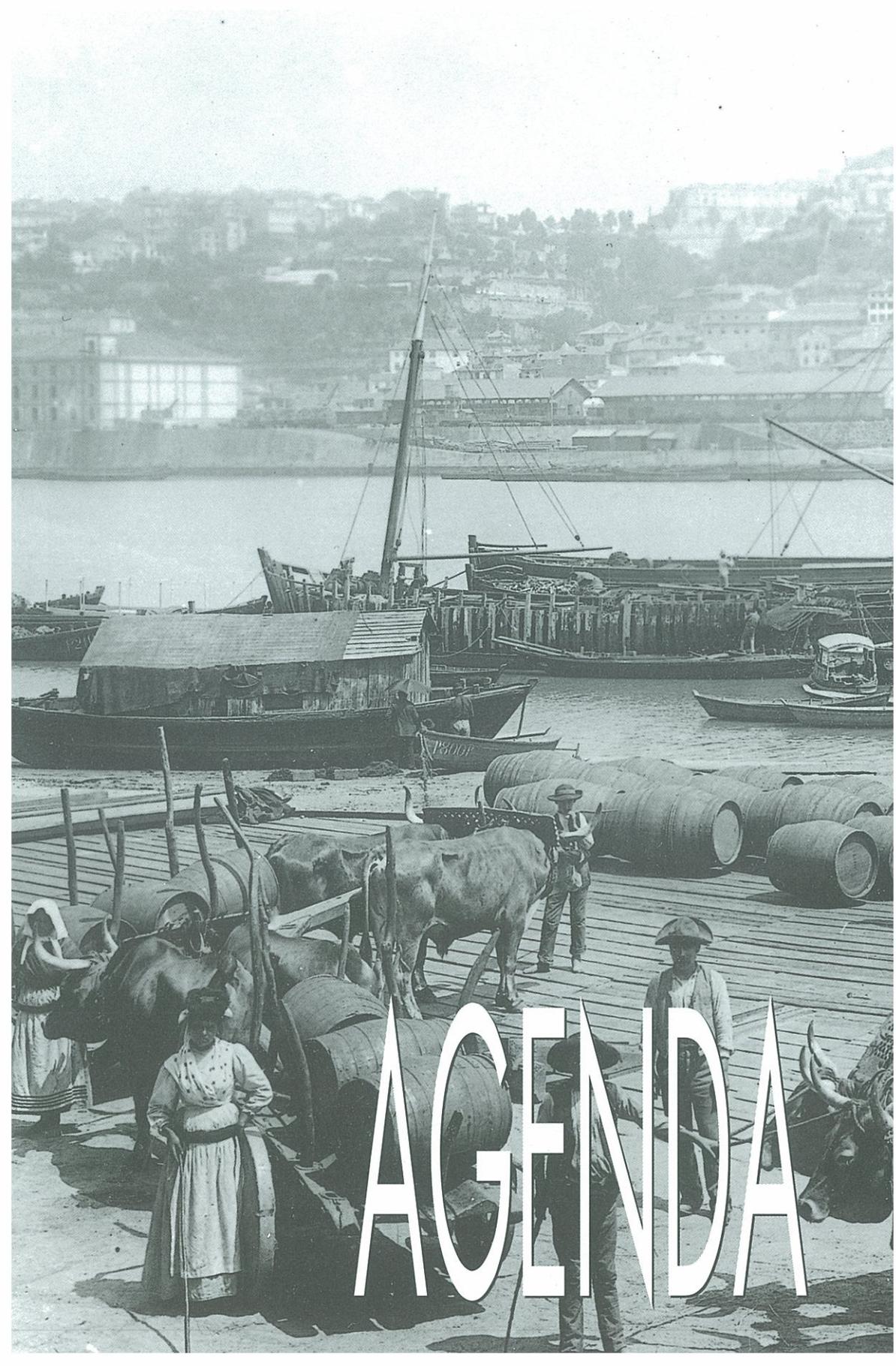
Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial

Foi entregue, no passado dia 30 de Junho, na Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO, a candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial.

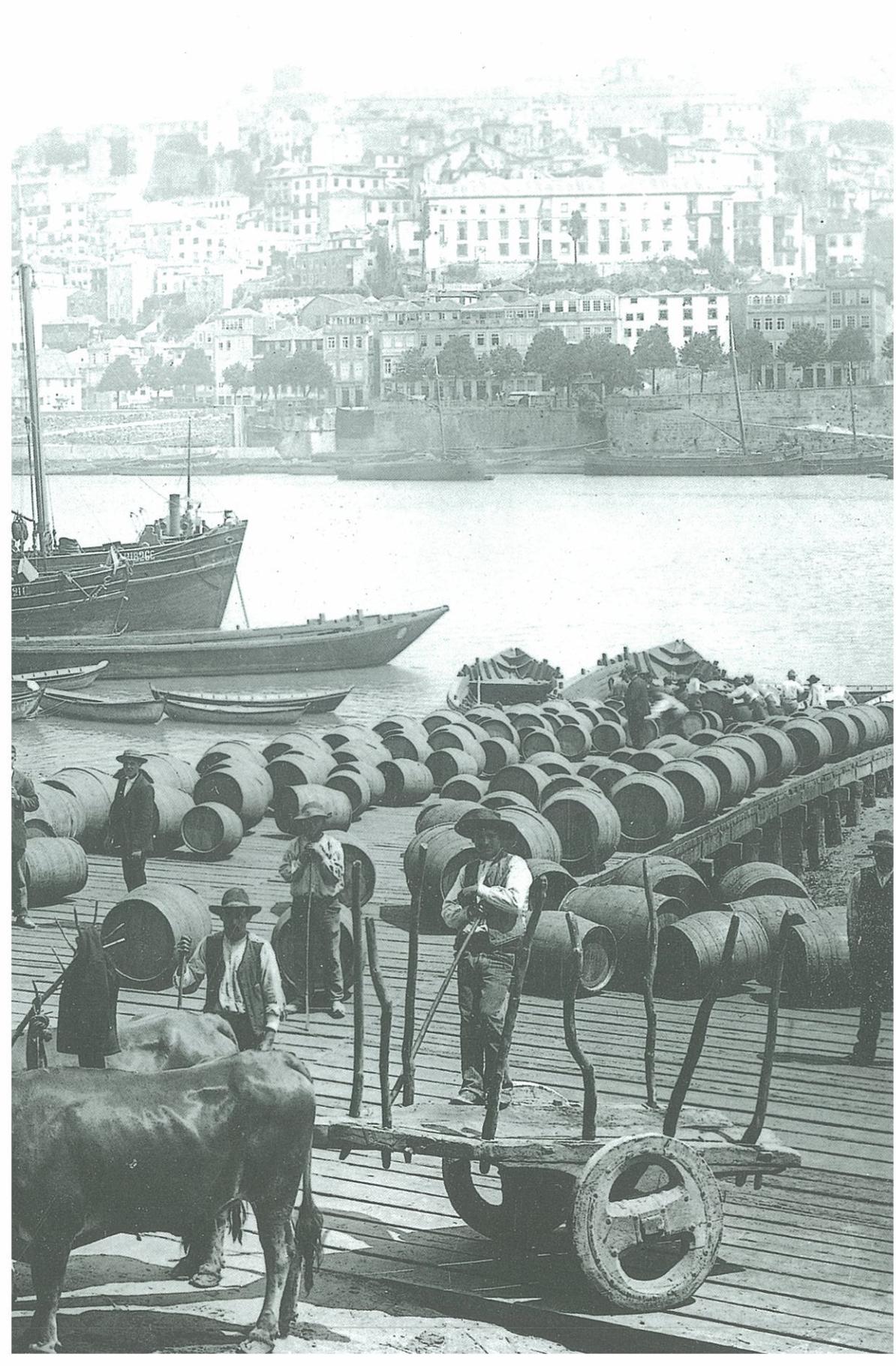
A iniciativa da apresentação desta candidatura ficou a dever-se à Fundação Rei Afonso Henriques, que entregou a coordenação do projecto ao Prof. Doutor F. Bianchi de Aguiar. A elaboração do documento final contou com a participação de uma vasta equipa pluridisciplinar, em que colaboraram sectores do saber tão diversos como a enologia, a paisagem, a geologia ou o património.

Em paralelo com a candidatura, foi assinado um protocolo entre o Governo português e as autarquias e algumas entidades da região com vista a garantir uma eficaz gestão e protecção da área a classificar, começando, desde já, pela elaboração de um Plano Director Inter-municipal.





AGENDA



Cadernos da Revista Douro

Mantendo a sua vocação de edição em parceria (para o que já foram firmados os respectivos acordos), serão lançados no decorrer deste ano os seguintes números da série *Cadernos da revista DOURO – Estudos & Documentos*:

– Carla Sequeira Ferreira – *A questão duriense e o movimento dos paladinos (1907-1932)*. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro. Co-edição GEHVID / CIRDD (Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro).

– Amândio Barros; Paula Montes Leal – *Os pergaminhos medievais da Quinta da Pacheca. I*. Co-edição GEHVID / Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro.

– Vários / Círculo Cultural Miguel Torga – *O Douro em Debate. Encontros na Casa da Calçada. II*. Co-edição GEHVID / Círculo Cultural Miguel Torga.

– Vários / Círculo Cultural Miguel Torga – *O Douro em Debate. Encontros na Casa da Calçada. III*. Co-edição GEHVID / Círculo Cultural Miguel Torga.

– Natália Fauvrelle Ferreira – *Arquitectura das quintas do vinho do Porto*. Co-edição GEHVID / Câmara Municipal de S. João da Pesqueira.

Cabe-nos, aqui, manifestar o nosso agradecimento às várias instituições cujo empenho tem possibilitado a publicação de estudos e documentos com interesse para a região do Douro.

Simpósio Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho

Vai realizar-se em Setembro de 2001, no Porto, em Vila Real e em Pontevedra, o Simpósio Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho, com o tema «A vinha e o vinho na cultura da Europa». A organização deste simpósio, que se integra nas actividades da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho (AIHCV), é da responsabilidade do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (também em representação da AIHCVV), da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Departamento de Economia e Sociologia) e da RAGC – Real Academia Galega de Ciências.

Esta reunião científica internacional sobre a vinha e o vinho na civilização europeia, irá reunir investigadores de diversas áreas de saber (arqueologia, história de arte, história da ciência e das técnicas, história religiosa, história da cultura, etc.). Além de cientistas convidados, dos associados da Associação Internacional de

História e Civilização da Vinha e do Vinho, de investigadores da Real Academia Galega das Ciências e das Universidades do Porto e de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Simpósio será aberto a todos que nele queiram participar, mediante inscrição prévia no programa a publicitar oportunamente.

A realização deste Simpósio no Porto foi aprovada em Assembleia Geral da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho (cerca de 200 presenças), que decorreu em Puerto de Santa María, Andaluzia, Espanha, em Março de 1999, cabendo ao GEHVID as funções de Grupo de Acolhimento e de organização logística.

Tratando-se de um simpósio internacional, o GEHVID considerou útil alargar o projecto ao Noroeste da Península, abarcando várias regiões vitícolas importantes, obtendo para o efeito a colaboração do Departamento de Economia e Sociologia da UTAD e da Real Academia Galega das Ciências.

Os temas propostos para debate serão:

- A vinha, o vinho e os mitos fundadores da civilização europeia
- Vinhas e vinhos da Europa e do mundo: aculturação e confronto cultural
- A vinha e o vinho na literatura
- A vinha e o vinho nas artes plásticas
- Arquitecturas associadas à vinha e ao vinho
- Imagens do vinho: representações e distinções sociais
- A vinha, o vinho e o conhecimento científico
- O vinho e a religiosidade
- O vinho e a festa
- O vinho nas sociabilidades

Paralelamente ao Simpósio, decorrerão actividades relacionadas com a respectiva temática, destacando-se o lançamento de diversas obras, nomeadamente a «História do Douro e do Vinho do Porto», 4 volumes, a editar pelo GEHVID, em colaboração com as Edições Afrontamento e a Sociedade Porto 2001.

Para mais informações, contactar:

GEHVID

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Apartado 55038

4051-452 Porto, PORTUGAL

Tel/Fax: 226077156

Email: gehvid@letras.up.pt

Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho:

Ed. San Luis, Plaza del Ave María, 2 11500 El Puerto de Santa María, ESPANHA

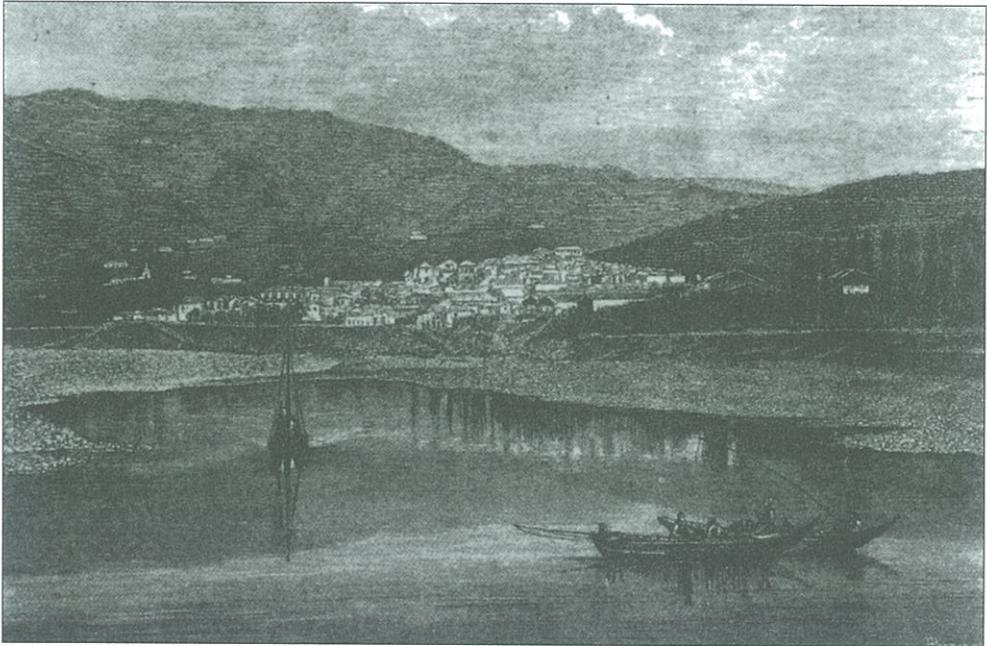
Tel: 956 870505

Fax: 956 541268

Email: histovid@teleline.es

Departamento de Economia e Sociologia
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Av. Almeida Lucena, 1 5001-911 Vila Real, PORTUGAL
Tel: 259302200 Fax: 259302249 Email: jrebello@utad.pt

RAGC - Real Academia Galega de Ciências
Rua do Franco, 2 15702 Santiago de Compostela, ESPANHA
Email: jvieitez@iiag.cesga.es



O Douro junto à Régua. Gravura: J. Pedrozo, ca. 1875.

Boletim de Assinatura a enviar ao GEHVID – Faculdade de Letras da Universidade do Porto • Apartado 55038 • 4051, 4051-452 PORTO

DOURO Estudos & Documentos

Assinante individual (3.500\$00)

Nome:

Morada:

Tel: Fax: N° contribuinte:

Profissão: Instituição:

Assinante institucional (4.000\$00)

Nome:

Morada:

Tel: Fax: N° contribuinte:

N° de exemplares que deseja assinar:

Junto envio cheque n° do Banco
no valor de à ordem do Centro Leonardo Coimbra – Faculdade de Letras da
Universidade do Porto (GEHVID), para assinatura individual/institucional (riscar o que não interessa) dos
n°s a revista **DOURO – Estudos & Documentos**.

Apoiaram a edição deste número da revista
DOURO – Estudos & Documentos

Instituto do Vinho do Porto
Reitoria da Universidade do Porto
Reitoria da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Governo Civil do Porto
José Vanzeller de Serpa Pimentel
Quinta do Infantado



Grupo de Estudos de História
da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto